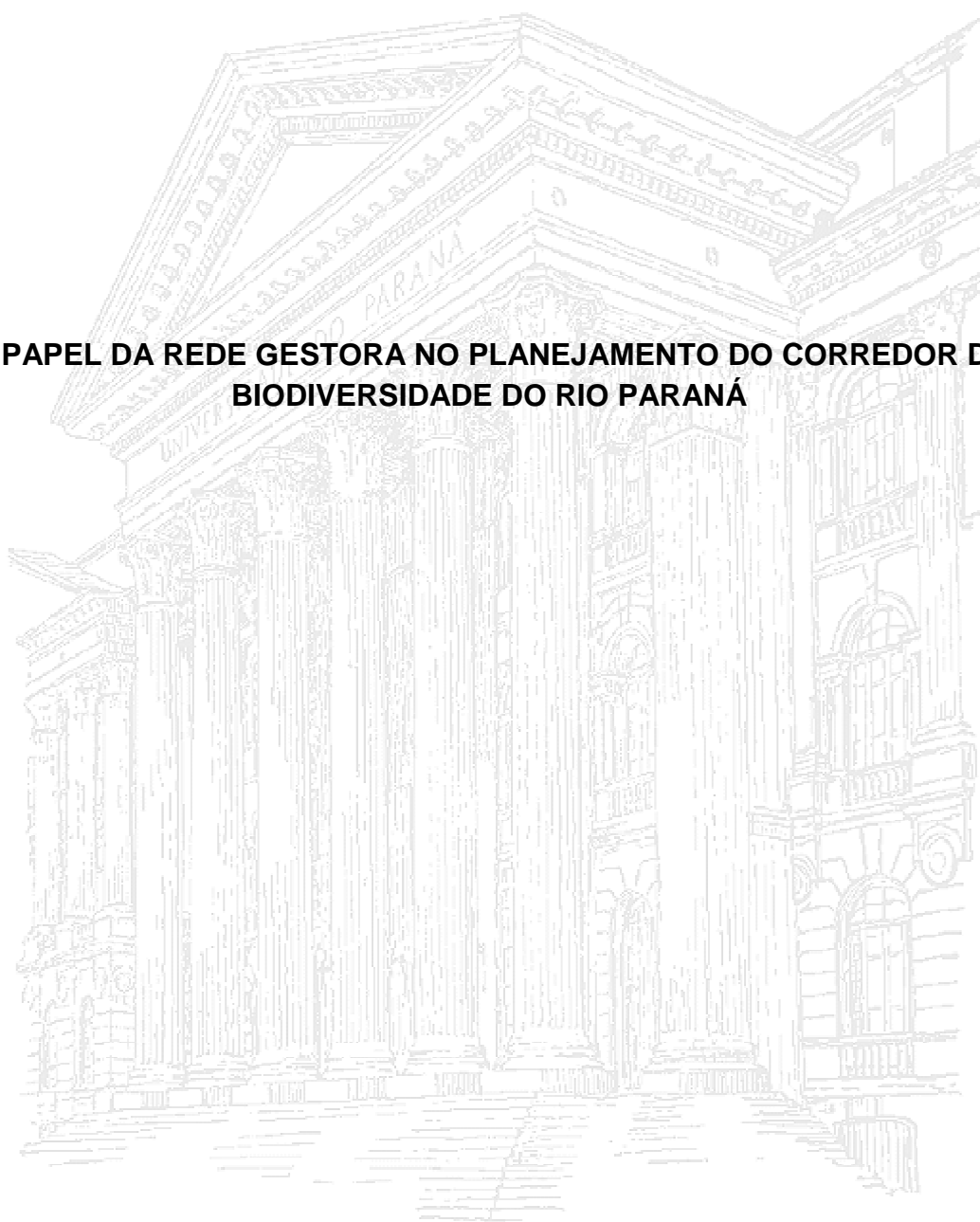


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**MARCELO LIMONT**

**O PAPEL DA REDE GESTORA NO PLANEJAMENTO DO CORREDOR DE  
BIODIVERSIDADE DO RIO PARANÁ**



**CURITIBA  
2014**

**MARCELO LIMONT**

**O papel da Rede Gestora no planejamento do Corredor de Biodiversidade  
do Rio Paraná**

Tese apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Doutor no Curso de Meio  
Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade  
Federal do Paraná (PPGMADE/UFPR).

Orientadores:

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce  
Sampaio  
Prof<sup>a</sup> Dra. Cristina Frutuoso Teixeira

**CURITIBA  
2014**

L734 Limont, Marcelo

O papel da Rede Gestora no planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná. / Marcelo Limont. – Curitiba : 2014. 232 f. il.

Orientadores: Carlos Alberto Cioce Sampaio.  
Cristina Frutuoso Teixeira.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná.  
Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

1. Planejamento territorial. 2. Governança. 3. Biodiversidade – Conservação – Paraná, Rio, Bacia (PR). I. Sampaio, Carlos A. Cioce. II. Teixeira, Cristina Frutuoso. III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. IV. Título.

CDU 711.2:574.1(282.281.62)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr  
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849  
E-mail: [made@ufpr.br](mailto:made@ufpr.br) Home-Page: [www.ppgmade.ufpr.br](http://www.ppgmade.ufpr.br)

## PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora composta pelos professores doutores: Carlos Alberto Cloce Sampaio (orientador- PPGMADE), Mario Procopiuck (PUCPR), Joel Souto-Maior Filho (UFPB), Valdir Fernandes (UP) e João Batista Campos (SEMA) após realizarem a arguição da tese de doutorado apresentada pelo candidato **Marcelo Limont**, intitulada: "*O papel da Rede Gestora no planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná*" deliberaram pela Aprovação (X) Reprovação ( ). Com menção: (X) Distinção ( ) Louvor. Tendo o candidato completado todos os requisitos necessários para receber o grau e o Diploma de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

OBS: A banca sugere aprofundamento da revisão teórica e consequentemente a melhoria dos resultados, bem como qualificar as conclusões, tomando como base os comentários apontados.  
Curitiba, 06 de maio de 2014.

Prof. Dr. Carlos Alberto Cloce Sampaio \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Mario Procopiuck \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Joel Souto-Maior Filho \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Valdir Fernandes \_\_\_\_\_

Prof. Dr. João Batista Campos \_\_\_\_\_



## **Agradecimentos**

Dedico integralmente este trabalho à minha amada esposa Tatiane Barcellos Limont, agradecendo pelo seu apoio incondicional nestes anos de convivência. Agradeço a minha querida mãe Neusa Graf Limont pela referência de vida e imenso cuidado ao longo da minha caminhada. Estendo os agradecimentos a toda minha família (tanto biológica quanto parental), em especial, a irmã Kelli Limont (com seu agregado marido Saulo) e minha madrinha Sueli Graf da Rocha, com quem completo o rol de pessoas que representam todo sentido da minha existência. Em memória agradeço ao meu pai Mauro Limont e minha Avó Judite Montenarin Graf, cujos sábios ensinamentos de vida vêm pautando meu caráter neste mundo.

Agradeço a todos os colegas de trabalho através daqueles que estiveram diretamente comigo atuando na região do Corredor do Rio Paraná, Carolina Muller, Neluce A. Soares, Fabiana Prado, Jefferson Lima, Helena Zarantonelli e Mariele Mucciatto por servirem de inspiração profissional. Agradecimento especial às pessoas da Rede Gestora que, literalmente me conquistaram e deram a oportunidade de conhecer e gostar do Rio Paraná em sua essência, sempre com muita disposição, animação e “magia” para enfrentar o desafio.

Aos professores deixo meu muito obrigado, em especial ao meu orientador principal, o professor Carlos Alberto Cioce Sampaio por ter me aceitado como orientando, sempre desempenhando um papel impecável enquanto pessoa e pesquisador; à professora Cristina Frutuoso Teixeira pela co-orientação e por ter me acompanhado desde o mestrado e me aproximado do doutorado; ao professor João Batista Campos, profissional visionário da conservação no Paraná; aos professores Mario Procopiuck e Valdir Fernandes pelas preciosas dicas, sugestões e correções de percurso, mesmo nos poucos contatos em que tivemos; ao professor Joel Souto-Maior pela sua obra literária, a qual serviu de inspiração; e aos professores do MADE/UFPR pela atenção e paciência em compartilhar da pesquisa, contribuindo para minha formação acadêmica.

Nossa querida turma 9 do doutorado e a turma 1 do mestrado pela relação construída em meio a sua diversidade. Foram 32 pessoas tão diferentes e com tantas habilidades compartilhadas que marcaram para sempre minha vida. Obrigado pelos momentos incríveis, em especial àqueles vivenciados junto ao grupo Agrobio que, em meio às discussões acaloradas, encontrava tempo para um futebol e uma “pizzada”. Agradeço de coração à “maluca” da doutoranda Dailey Fischer que sempre levou muito a sério a ideia de “fazer junto” a pesquisa (parceira em todas as “roubadas”).

Também agradeço ao MADE/UFPR por toda sua história e por ousar em manter um doutorado interdisciplinar no país. A CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior agradeço pela concessão da bolsa de estudos. Ao Ministério do Meio Ambiente por intermédio do Programa PDA e ao Fundo Brasileiro para Conservação da Biodiversidade (FUNBIO/TFCA) pelo investimento no trabalho no Corredor do Rio Paraná. Ao Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais e todos os seus associados pela oportunidade e acolhimento profissional.

Por fim, agradeço aos meus amigos que me apoiaram e ajudaram a chegar ao final da trajetória sendo uma pessoa melhor (incluo os felinos da casa aqui)!

*“Não se pode gerenciar habitats e espécies sem gerenciar territórios”*  
(FERNÁNDEZ-VELILLA, LUQUIN e SEMINARIO, 2011, p. 26)

## Resumo

A tensão entre as questões ambientais e de desenvolvimento, figurada pelas relações históricas de uso e conservação dos recursos naturais é referência interdisciplinar da presente pesquisa, caracterizada como aplicada e relatada como estudo de caso. A porção sul do Bioma Mata Atlântica e sua transição com o Cerrado brasileiro sustenta uma complexidade de relações sociais e características ambientais singulares que referendam a escolha desse território como base da análise empírica. O processo de planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná a partir dessa referência territorial foi conduzido pela sua Rede Gestora, a qual buscou diminuir o distanciamento entre Estado e sociedade civil organizada. Analisar a atuação desse arranjo institucional sob a perspectiva da governança territorial foi o objetivo da pesquisa. Os resultados mostram limites e possibilidades que, na medida em que são observados pelos tomadores de decisão, podem qualificar ações de intervenção no sentido de conciliar conservação da diversidade biológica com desenvolvimento social e econômico. Buscar a conectividade de habitats sem alinhamento a estratégias político-institucionais é um desses limites, o qual compromete sua sustentação. Da mesma forma, o aparato administrativo que temos hoje não possui as prerrogativas dialógicas e estruturais para tratar uma política pública de forma transversal e integrada em todas as etapas. Nesse sentido, a Rede Gestora se mostra um instrumento eficaz em promover diálogo e articulação institucional. Seu arranjo criou momentos de reflexão sobre a construção social do território, destacando seu aprendizado sobre a governança. Portanto, o planejamento territorial deve ser encarado de forma processual, sendo capaz de transpor a fragmentação das políticas públicas e as barreiras institucionais que acabam por comprometer a construção de agendas compartilhadas.

**Palavras-chave:** planejamento territorial, corredor de biodiversidade, redes e governança.

## **Abstract**

The tension between environmental and development issues, figured by the historical relations of use and conservation of natural resources is interdisciplinary reference to this research, characterized as applied and reported as a case study. The southern portion of the Atlantic Forest biome and its transition to the Brazilian Savannah holds a complexity of social relations and unique environmental characteristics that endorse the choice of this territory as a base of empirical analysis. The planning process of the Biodiversity Corridor of the Paraná River from that territorial reference was led by its Management Network, which sought to reduce the distance between the state and civil society organization. Analyze the performance of this institutional arrangement from the perspective of territorial governance was the objective of the research. The results show limits and possibilities, as they are observed by decision makers, may qualify intervention actions to reconcile conservation of biological diversity with social and economic development. Search the connectivity of habitats without aligning the political-institutional strategies is one of these limits, which committed their support. Similarly, the administrative apparatus we have today does not have the dialogic and structural prerogatives to address a public policy in a transversal or integrated manner at all stages. In this sense, the Management Network proves an effective tool to promote dialogue and institutional integration. Your arrangement created moments of reflection on the social construction of the territory, highlighting their learning on governance. Therefore, territorial planning should be seen procedurally, being able to overcome the fragmentation of public policies and institutional barriers that end up compromising the construction of shared agendas.

**Keywords:** territorial planning, biodiversity corridor, networks and governance.

## LISTA DE SIGLAS

AGROBIO	- Grupo da Agrobiodiversidade, turma 09 do PPGMADE
FUNBIO	- Fundo Brasileiro para Biodiversidade
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MST	- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG	- Organização Não Governamental
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDA	- Programa Demonstrativo do Ministério do Meio Ambiente
PGB	- Plano de Gestão Bioregional do Corredor do Rio Paraná
PNAP	- Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNMA	- Política Nacional de Meio Ambiente
PPA	- Plano Plurianual
PPGMADE	- Programa de Pósgraduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TFCA	- Tropical Forest Conservation Act
UC	- Unidade de Conservação
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a educação a ciência e a cultura

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Representação esquemática da pesquisa coletiva do Grupo AgroBIO .....	15
FIGURA 02 - Representação do recorte da presente tese no contexto do AgroBIO.....	18
FIGURA 03 – área de abrangência do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná, escala 1:1.000.000 .....	24
FIGURA 04 – extensão do bioma mata atlântica segundo a lei da mata atlântica e suas unidades fitogeográficas.....	66
FIGURA 05 - Extensão do bioma mata atlântica em 1500 e os remanescentes existentes no ano de 2005 .....	67
FIGURA 06 - Mapa proposto pelo MMA para o Corredor do Rio Paraná .....	85
FIGURA 07 – Mapa Total: Corredor do Rio Paraná, escala 1:1.000.000 .....	97
FIGURA 08 – Área Prioritária 01: Mata Maturi – PE do Rio do Peixe, escala 1:50.000 .....	98
FIGURA 09 – Área Prioritária 02: ESEC Mico-leão-preto – PE Morro do Diabo: corredor norte; Área Prioritária 03: PE Morro do Diabo – ESEC Mico-leão-preto: corredor oeste; Área Prioritária 04: PE Morro do Diabo – ESEC Mico-leão-preto: corredor Rosanela, escala 1:50.000.....	99
FIGURA 10 – Área Prioritária 05: PE Morro do Diabo – ESEC do Caiuá, escala 1:50.000 .....	100
FIGURA 11 – Área Prioritária 06: ESEC do Caiuá – PE Várzeas do Rio Ivinhema – PARNA de Ilha Grande, escala 1:150.000.....	101
FIGURA 12 – Área Prioritária 07: PARNA de Ilha Grande – PE Amaporã – REBIO Perobas, escala 1:150.000.....	102
FIGURA 13 – Área Prioritária 08: PARNA de Ilha Grande–PE São Camilo, escala 1:50.000..	103
FIGURA 14 – Área Prioritária 09: PARNA de Ilha Grande – APP do lago de Itaipu – Corredor Ecológico Santa Maria – PARNA do Iguaçu; Área Prioritária 10: APP do lago de Itaipu – PE da Cabeça do Cachorro – PARNA do Iguaçu, escala 1:150.000.....	104
FIGURA 15 – Área Prioritária 11: PARNA do Iguaçu–PE do Rio Guarani, escala 1:50.000 ....	105

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Matriz Analítica da Pesquisa .....	58
TABELA 02 – Usinas hidrelétricas na área do Corredor do Rio Paraná.....	77
TABELA 03 – Modelo esquemático da metodologia do Projeto PDA/MMA.....	90
TABELA 04 – Composição inicial Rede Gestora do Corredor – Projeto PDA/MMA.....	92
TABELA 05 – Representação dos dados das áreas prioritárias .....	106
TABELA 06 – Representação dos dados do Mapa Total.....	107
TABELA 07 – Plano de Gestão Bioregional: projeto PDA/MMA .....	108
TABELA 08 – Plano de gestão bioregional: Projeto FUNBIO/TFCA.....	113
TABELA 09 – Definição dos critérios norteadores dos limites do Corredor .....	120
TABELA 10 – Composição da Rede Gestora em novembro de 2013 .....	131
TABELA 11 – Taxa de crescimento da variedade de tipos de instituições .....	132
TABELA 12 – Relação entre resultados alcançados e resultados esperados.....	138
TABELA 13 – Alocação de recursos nos Projetos PDA/MMA e FUNBIO/TFCA .....	147

## Sumário

<b>1. PREÂMBULO:</b> o trabalho interdisciplinar da turma IX do PPGMADE .....	<b>13</b>
<b>2. INTRODUÇÃO:</b> corredor de biodiversidade como instrumento de planejamento .....	<b>19</b>
<b>3. PLANEJAMENTO TERRITORIAL:</b> a emergência de uma categoria .....	<b>28</b>
<b>3.1. Origens e tendências do planejamento territorial</b> .....	<b>30</b>
3.1.1. Do desenvolvimento à conservação da natureza.....	35
3.1.2. A territorialização do planejamento: os corredores de biodiversidade.....	40
<b>3.2. Governança territorial:</b> articulação institucional na perspectiva das redes .....	<b>47</b>
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	<b>55</b>
<b>5. CONTEXTO DO ESTUDO:</b> o Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná .....	<b>64</b>
<b>5.1. A porção sul do bioma Mata Atlântica:</b> biogeografia e socioeconomia .....	<b>65</b>
5.1.1 Caracterização Biogeográfica.....	65
5.1.1.1. <i>Floresta Estacional Semidecidual – FES</i> .....	72
5.1.1.2. <i>A bacia hidrográfica do Rio Paraná</i> .....	73
5.1.2 Caracterização Socioeconômica.....	74
<b>5.2. Ações de conservação e desenvolvimento na Mata Atlântica</b> .....	<b>78</b>
<b>5.3. O contexto de execução dos Projetos PDA/MMA e FUNBIO/TFCA</b> .....	<b>83</b>
5.3.1 Projeto PDA/MMA: planejamento do Corredor do Rio Paraná .....	84
5.3.1.1. <i>A definição de limites e mapeamento</i> .....	94
5.3.1.2. <i>O plano de gestão bioregional (PGB)</i> .....	107
5.3.2. Projeto FUNBIO/TFCA: perspectivas de governança .....	110
5.3.2.1. <i>A proposta de trabalho do Projeto FUNBIO/TFCA</i> .....	111
5.3.2.2. <i>Produtos e resultados preliminares: plano de gestão bioregional e mapeamento institucional</i> .....	112
<b>6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:</b> o processo de planejamento territorial do Corredor do Rio Paraná.....	<b>116</b>
<b>6.1. A orientação do planejamento do Corredor</b> .....	<b>116</b>
6.1.1. A questão das escalas e a delimitação do Corredor .....	117
6.1.2. A institucionalização do Corredor.....	121
6.1.3. Os desentendimentos conceituais: biodiversidade e ecológico na relação entre planejamento e ordenamento .....	124
<b>6.2. O arranjo institucional responsável pelo planejamento do Corredor</b> .....	<b>127</b>
6.2.1. <i>A estrutura da Rede Gestora e seu perfil organizacional</i> .....	128
6.2.2. <i>Articulação institucional e mecanismos de participação na Rede</i> .....	152
<b>6.3. As referências de aprendizagem da governança territorial</b> .....	<b>160</b>
6.3.1. <i>Processo decisório e autonomia da Rede Gestora</i> .....	161
6.3.2 <i>A Rede Gestora enquanto espaço de aprendizagem</i> .....	165
<b>7. CONCLUSÃO:</b> limites e possibilidades do Corredor do Rio Paraná.....	<b>170</b>
Referências .....	178
Anexo – Ficha de mapeamento institucional.....	187
Apêndice - Análise de conteúdo e observação direta das reuniões da Rede.....	224



**PREÂMBULO:** o trabalho interdisciplinar da turma IX do PPGMADE

Ao longo dos últimos 20 anos, professores e acadêmicos do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) têm vivenciado um processo mediado por intensos momentos de construção de conhecimento interdisciplinar, com foco na relação ambiente-sociedade.

Tal esforço surge no sentido de favorecer perspectivas de trabalho científico que considerem a complexidade e as conexões dos sistemas analisados e dos saberes que sustentam tais análises. Acredita-se dessa forma, ser possível alavancar processos de mudança impregnados com os elementos que constituem cada realidade. O contexto das ciências da sociedade e da natureza se torna essencial neste processo, o qual está longe de ser apenas um aglomerado de saberes em meio às reduções teóricas de cada campo.

Ao longo do tempo, a construção de conhecimento interdisciplinar no PPGMADE foi sendo adaptada e reformulada à produção de teses individuais a partir de uma problemática comum, a qual emerge das discussões entre alunos e professores. Para isto, buscou-se a articulação de diferentes áreas de conhecimento<sup>1</sup> e a definição de um espaço ou uma temática como referência para “identificar temas de pesquisa que não fossem apenas pertinentes do ponto de vista científico, mas também em relação ao desenvolvimento e ao meio ambiente em um contexto preciso” (ZANONI *et al.*, 2002, p.22).

Dessa forma, a linha de pesquisa que organiza as discussões da turma IX (2010-2014) tem como temática *Natureza, Sociedade e Mudanças Globais: riscos, vulnerabilidades, conflitos e estratégias locais e globais*. Entre as atividades propostas para desenvolver a temática, houve um momento destinado à construção da pesquisa interdisciplinar, um módulo de estudo organizado em forma de oficinas, trazendo leituras multidisciplinares, que reforçaram as discussões sobre a temática central. Aqui se iniciou a elaboração

---

<sup>1</sup> Na turma IX a diversidade de saberes é refletida na história acadêmica e profissional dos 14 doutorandos, cujos referenciais abrangem áreas no âmbito da graduação em biologia (licenciatura e bacharelado), agronomia, comunicação social, ciências sociais, direito, arquitetura, engenharia florestal e geografia. No âmbito de pós-graduação, surgem arranjos entre a educação, tecnologia, comunicação social, sociologia, antropologia social, desenvolvimento e meio ambiente.

do “Programa Coletivo de Pesquisa” da turma, cujo principal produto foi um texto-base que objetivou adensar as estruturas teóricas relacionadas à temática central, explicitando os principais conceitos, métodos e estratégias de trabalho, bem como suas escalas de atuação.

A partir desse texto-base, o trabalho coletivo tem buscado perceber aspectos comuns de pesquisa no campo da interdisciplinaridade (HEEMANN, 2004). A turma IX foi então subdividida em dois grupos temáticos de pesquisa, sendo: o Grupo da Crise da Urbanização, cujo foco de estudo é o contexto urbano; e o Grupo Agro/Biodiversidade (AgroBIO), onde a presente tese está inserida, o qual tem por objetivo construir conhecimentos em torno das temáticas da biodiversidade e agrobiodiversidade no contexto rural.

O Grupo AgroBIO surgiu de uma inovação metodológica no contexto histórico do PPGMADE, sendo a estrutura e concepção desse grupo objeto dos primeiros diálogos entre professores e alunos. Motivados pela ideia de aproximação entre pessoas, experiências acadêmicas e de trabalho, emergiu a proposta de fortalecer “os laços” do trabalho interdisciplinar. Foi, então, feita uma “fusão” entre os pré-estabelecidos Grupos da Crise Alimentar e da Crise da Biodiversidade. A vocação dos alunos e a vontade em aproximar discussões acerca da conservação da biodiversidade e das dinâmicas ecossocioprodutivas no ambiente rural, foram elementos impulsionadores dessa fusão. Tal fato vem proporcionando espaços de diálogo que vislumbra estabelecer conexões e compartilhar desafios comuns, interpretados sob diversos olhares.

A concepção do projeto coletivo do grupo AgroBIO teve como foco perceber aspectos comuns de pesquisa, delimitar problemáticas, selecionar referenciais teóricos, escolher uma área comum de estudo e por fim, definir os objetivos coletivos de pesquisa que envolvem: analisar o uso e a conservação dos recursos naturais na porção sul do Bioma Mata Atlântica, sob as perspectivas do planejamento territorial e das dinâmicas ecossocioprodutivas no meio rural nas escalas regional e local.

De maneira específica, pretende-se:

- entender as relações dos riscos, vulnerabilidades e resiliências no uso e conservação dos recursos naturais;
- Analisar a contribuição do planejamento territorial no uso e conservação dos recursos naturais;



A **Porção Sul do Bioma Mata Atlântica** (área delimitada para estudo) expressa uma relação de extremos, onde desenvolvimento (motivado em grande parte pela agropecuária) e conservação (com várias áreas especialmente protegidas) apresentam números significativos, como maior PIB nacional e menor índice de cobertura florestal original, ambos inseridos em um contexto populacional expressivo.

Para analisar tal contexto e relação, foram delimitados dois eixos de pesquisa complementares: I - a perspectiva do **Planejamento Territorial**, cuja escala e nível de análise sugeridos são a **Regional e Institucional**, respectivamente, sendo vista como uma das formas de orientar processos de tomada de decisão sobre o uso e conservação dos recursos naturais; e II - a perspectiva das **Dinâmicas Ecosocioprodutivas**, cuja análise se dá em escala **local e nível comunitário**, se volta para o estudo de modelos alternativos e suas influências na relação ambiente-sociedade.

Um dos aspectos que sustenta os arranjos da pesquisa interdisciplinar do grupo AgroBIO, além da temática comum e da área de estudo, é a inter-relação entre as perspectivas e escalas de pesquisa (representadas pela dupla seta azul escura horizontal, disposta no centro do organograma). A tendência é que as teses individuais dos doutorandos sigam, de forma direcionada, mas não excludente, por um dos eixos delimitados, aprofundando discussões e reflexões acerca de cada perspectiva.

Entretanto, é premissa do grupo aproximar essas discussões por intermédio de momentos de reflexão coletiva, tendo como referências tais aprofundamentos. Estabelecer relações e mesmo conexões entre as pesquisas individuais é vontade do grupo, que considera tais momentos como a essência do processo coletivo de construção da pesquisa interdisciplinar, dada a diversidade de ideias, saberes e experiências presentes no Grupo AgroBIO.

Acredita-se ainda que a influência das relações econômicas (da racionalidade econômica hegemônica) nos processos de uso e conservação dos recursos naturais se reflete na sociedade por meio dos **Riscos, das Vulnerabilidades e da Resiliência** (lado direito do organograma), ou seja, novas categorias e conceitos que surgem como consequência desse processo de uso dos recursos naturais (expresso pela seta curva azul escura, no lado direito do organograma). Autores como Hogan e Marandola (2009) enxergam

tais categorias como novas possibilidades de se abordar e enfrentar os problemas ambientais em nossa sociedade. Note que as duas setas curvas em tonalidade azul escuro, sinalizam relações e entendimentos que estão consolidados em nossa sociedade, fatos que expressam as interações entre homem-natureza.

Na esfera do Grupo AgroBIO, um questionamento vem suscitando reflexões sobre riscos, vulnerabilidades e resiliência. Na ótica de minimizar riscos, considerar as vulnerabilidades e ainda, incrementar a resiliência dos sistemas, pretende-se verificar se o caminho inverso (representado pelas setas curvas transparentes) pode se configurar como uma tendência ou mesmo, um percurso irreversível no sistema representado pelo organograma. Conseguimos influenciar os processos de uso dos recursos naturais e estes, uma vez influenciados ou até modificados, poderiam contribuir para a transformação da racionalidade econômica hegemônica? De plano, se levada em consideração a característica adaptabilidade do sistema capitalista, o rol de influências citado parece improvável. Entretanto, algumas iniciativas, amparadas em dinâmicas ecossocioprodutivas, que levam em consideração o planejamento territorial, parecem fornecer lampejos da possibilidade dessa racionalidade nortear relações e processos em todas as comunidades e territórios globais.

Tendo essa reflexão como questão comum a todos os doutorandos do Grupo AgroBIO, os resultados de cada tese individual serão convergidos, ao final do curso, na tentativa de contribuir, mais uma vez, coletivamente, para suscitar respostas dessa questão. A expressão gráfica desse esforço coletivo pode ser visualizada pelo símbolo “ $\infty$ ”<sup>2</sup>, figurado como pano de fundo do organograma. Tal simbologia expressa nossa preocupação e vontade em contribuir para superação dos paradigmas e desafios postos a nossa sociedade, no que tange à tênue relação entre desenvolvimento e meio ambiente, essência do próprio PPGMADE.

A figura abaixo, mostra o recorte temático da presente tese no contexto do projeto coletivo do grupo AgroBIO. A perspectiva do planejamento territorial, analisado em escala regional e com foco nos seus arranjos institucionais de

---

<sup>2</sup> O símbolo, no organograma, representa uma sequência contínua, múltipla e complexa de elementos que são constantemente reconfigurados e retomados no decorrer do processo.

governança são temas comuns dessa pesquisa, tendo como pano de fundo o processo de planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná.

FIGURA 02 - Representação do recorte da presente tese no contexto do AgroBIO



Fonte: Texto Coletivo Grupo Agrobio (ALVES *et al*, 2012).

As dificuldades do trabalho coletivo são diversas, assim como os desafios que se propõe enfrentar enquanto grupo de pesquisa. Entretanto, acredita-se que a experiência e a vivência dos doutorandos e professores, aliadas à estrutura de pesquisa interdisciplinar proporcionada pelo PPGMADE, contribuirão para construção de teses, embora individuais, mas de caráter coletivo, que consigam alavancar processos estruturantes de mudança na forma como nossa sociedade se apropria dos recursos naturais.

## **2. INTRODUÇÃO:** corredor de biodiversidade como instrumento de planejamento

A intrínseca relação entre uso e conservação dos recursos naturais, determinada pela racionalidade econômica hegemônica, representa a antítese contemporânea da nossa sociedade, inspirando debates e ações mediadas por intensas disputas de interesses. Esse determinismo condiciona o estado de conservação dos diversos biomas brasileiros, bem como as suas diferentes formas de utilização e apropriação pela sociedade.

Assim, equacionar projetos de desenvolvimento econômico e social, conciliados à conservação da natureza e vice-versa é, ao mesmo tempo, desafio e dilema. Diferentes estratégias e perspectivas de atuação, tanto no campo político quanto institucional, surgem na tentativa de gerenciar essa relação histórica. Algumas delas visam diminuir o distanciamento entre Estado e sociedade civil organizada, pautando sua atuação em arranjos institucionais que valorizem a esfera pública e que consigam, minimamente, considerar os diferentes interesses e escalas de ação entre o conjunto dos atores sociais, bem como, transcender a visão fragmentada da realidade.

A perspectiva do planejamento territorial, em sua concepção, surge como uma dessas estratégias, quando, referendado em sua instrumentalidade de utilidade coletiva, diferente da individual, releva relações institucionais, sociais, econômicas e ambientais intrínsecas ao território. Uma vez envolvendo diferentes atores, as estruturas em formato de rede, sejam elas de políticas públicas ou não, são apontadas como instrumentos analíticos privilegiados no estudo sobre governança. Tal fato aproxima o processo de planejamento da realidade em que se pretende intervir, ampliando sobremaneira as suas possibilidades de análise e intervenção, bem como suas oportunidades de enfrentamento dos desafios inerentes à relação entre o uso e apropriação dos recursos naturais.

De certa forma, essa amplitude de possibilidades de ação e de atuação entre vários atores, complexifica o planejamento, na medida em que diferentes interesses são incorporados no processo. Isso sinaliza que o processo de planejamento possui algumas limitações, podendo ser descritas e agrupadas em: I - ordem estrutural, relacionadas à intencionalidade de quem está à frente do planejamento, entendimento sobre o que orienta e o que se espera de um

processo de planejamento, ferramentas e métodos utilizados, dificuldade de acesso a informação de base e ainda à escala adotada; II - de ordem político-institucional, em relação à autonomia institucional, indefinição de políticas prévias, presença de estruturas operacionais fragilizadas e desarticuladas, com poucos recursos disponíveis, favorecendo a execução de parques e descontínuos processos de planejamento e; III - de ordem subjetiva, com relação à capacidade de se instituir um diálogo construtivo, mediar conflitos, promover articulações e construir ações em conjunto.

Contudo, a recente emergência de ações e trabalhos de planejamento que consideram a dimensão territorial<sup>3</sup>, nem sempre está acompanhada de uma densa discussão epistemológica, tampouco de avaliação sobre os resultados alcançados na gestão desses territórios. No contexto de experiências de planejamento territorial orientados pela dimensão da conservação da natureza, esse “vazio” é ampliado. Tal fato acaba favorecendo a disseminação de iniciativas pautadas apenas em instrumentos normativos e de ordenamento, fazendo com que o processo de planejamento do território seja visto como uma simbólica ferramenta administrativa, a qual vem legitimar intencionalidades, ideologias e posicionamentos políticos individualizados. Por conseguinte, os processos de tomada de decisão inerentes à gestão de um território acabam perdendo credibilidade, uma vez que não se consegue obter resultados substanciais. Surge, então, a necessidade de se buscar e construir arranjos institucionais que consigam, minimamente, orientar o diálogo e avançar na articulação e execução de ações que considerem a diversidade desses atores sociais e seus interesses no processo de planejamento.

O desafio de dar fluidez e dinamismo às iniciativas que considerem a diversidade de atores que intervêm na realidade de um território está posto, considerando que: as nossas estruturas institucionais são hierarquizadas e foram construídas numa lógica que desprivilegia o diálogo interinstitucional, tanto no âmbito do Estado quanto da Sociedade Civil Organizada; a sociedade segue a passos lentos no entendimento e apropriação sobre a função dos espaços e estruturas que valorizam o capital social e a participação, muito

---

<sup>3</sup> As primeiras contribuições sobre a temática surgiram dos estudos conhecidos como neo-marshallianos, no final da década de 70 por economistas italianos (Bagnasco e Trigilia, 1988/1993; Pyke *et al*, 1990) e franceses (Maillot, 1996; Pecqueur, 1966).



embora se tenha rápida disseminação dessas estruturas, existe o risco de elas se tornarem legitimadoras de decisões pré-definidas; e as disputas oriundas de diversos interesses sobre os recursos de um território são desiguais, muitas vezes dominadoras, gerando conflitos que precisam ser mediados.

Tal condição estrutural contribui para que surjam algumas questões e problemas, vistos aqui como entraves aos processos de planejamento territorial como: articulação institucional e organização social deficitárias, embora seja premissa dos trabalhos que valorizam a dimensão territorial; dificuldades de diálogo interinstitucional que acirram os conflitos mediados por interesses diversos; dificuldade de adequação dos métodos e “engenharias” de planejamento às diferentes formas de organização social; concepção de programas e planos de desenvolvimento e gestão com alto investimento em diagnósticos e planejamentos que, muitas vezes, são generalistas, pontuais e com carência de processos avaliativos sobre os resultados gerados; e acentuação da dimensão instrumental do planejamento, o que corrobora em uma super valorização da racionalidade técnico-científica em contraposição das demais dimensões que são desconsideradas em arranjos de trabalho territorializado (ALVES, 2012).

Essa discussão ganha amplitude nos processos de planejamento territorial relacionados ao campo da conservação e da gestão ambiental, considerando a fragilidade das políticas ambientais, muitas vezes vistas como impeditivas das políticas de desenvolvimento e ainda como fatores limitantes dos sistemas produtivos. Isso faz com que o planejamento, orientado pela conservação, seja visto com resistência pelos atores sociais que representam a visão capitalista e o crescimento da economia. A frágil relação dialógica entre os diferentes atores sociais e suas estruturas institucionais é outro aspecto que compromete a execução de ações de forma conjunta.

Essas divergências e seus entendimentos não favorecem tentativas de institucionalização de processos de planejamento territorial na perspectiva dialógica, escamoteando-os das pautas prioritárias do Estado, sem tampouco figurar políticas públicas internalizadas em suas estruturas. O que se vê são projetos ou programas propostos por pessoas que, ideologicamente, acreditam em arranjos de gestão ambiental diferenciados que consideram a perspectiva territorial e que acabam assumindo funções diretivas em órgãos de governo

responsáveis pela implementação das políticas de meio ambiente. Entretanto, quando essas pessoas são destituídas de seus cargos, suas iniciativas são, muitas vezes, interrompidas e desconsideradas, fato que fragiliza os processos de gestão ambiental pública, uma vez que não estão pautados em políticas institucionais consolidadas, mas sim na personificação das políticas públicas. Por outro lado, várias experiências não institucionalizadas e sem amparo legal, estão sendo desenvolvidas de forma salutar, com resultados que não devem ser desprezados em uma discussão a cerca da institucionalização.

No contexto da discussão sobre corredores ecológicos e corredores de biodiversidade, referências de planejamento territorial que são orientados pela conservação, existem algumas divergências e desentendimentos teóricos. Um dos poucos consensos se relaciona ao significado do adjetivo ecológico dos corredores, como sendo porções de ecossistemas que ligam fisicamente unidades de conservação ou ainda fragmentos florestais, favorecendo o fluxo gênico e a mobilidade da biota, como diz o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>4</sup>. Já o entendimento sobre corredor de biodiversidade enseja impasses teóricos e principalmente institucionais, uma vez que, nesse caso, o corredor possui um caráter de unidade de planejamento territorial, extrapolando a dimensão ecológica. Em teoria, há o entendimento que um depende do outro, ou seja, para se conseguir implantar um corredor ecológico de forma que alcance seus objetivos, necessariamente, se demanda esforços de articulação política e institucional para que a estrutura ecológica seja sustentada. Na prática, instituir esse arranjo integrado de gestão, baseado no planejamento territorial, em diferentes escalas e ainda com participação social, não acontece de forma consistente.

Essa falta de cuidado no trato da discussão social sobre conservação da natureza e seus diferentes usos, nos leva a crer que o modelo econômico hegemônico imprime uma racionalidade produtiva capaz de determinar as formas e modos pelos quais se estabelecem as relações de uso e conservação dos recursos naturais. Isso acaba por transformar o meio ambiente em valor

---

<sup>4</sup> Corredores Ecológicos são regulamentados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, artigo 2º, inciso XIX; e também a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 – Lei da Mata Atlântica, que trata do tema no seu Art. 11.

crematístico, seja pela concepção da natureza como recurso, seja pela implantação da gestão ambiental apenas como um parâmetro de qualidade mercadológico ou mera formalidade institucional, sem maiores preocupações sobre as consequências sociais e ecológicas desses posicionamentos. É a tradicional visão cartesiana de que a proteção ambiental é bem vinda na medida em que não obstrua ou inviabilize processos de desenvolvimento orientados pela e para economia.

Essa problemática fundamenta a presente pesquisa, a qual apresenta como referência e pano de fundo, respectivamente, os processos de construção de pesquisa interdisciplinar da turma IX do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR)<sup>5</sup> e de criação e planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná, iniciado a partir de 2010 via execução de um Projeto.

A referência dada pelo caráter interdisciplinar da pesquisa é ponto de partida, entendendo que essa discussão necessita considerar elementos relacionados às ciências da natureza e da sociedade, com todos os seus antagonismos e aproximações. Dessa forma, delineamos um ambiente de pesquisa interdisciplinar fruto do processo de construção coletiva do projeto comum do Grupo AgroBIO<sup>6</sup>.

O pano de fundo da presente pesquisa é o processo de planejamento territorial do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná, que será chamado aqui de Corredor do Rio Paraná ou simplesmente de Corredor. O Corredor do Rio Paraná, visto na figura 03<sup>7</sup>, vem sendo objeto de execução de dois Projetos financiados com recursos de acordos de cooperação técnica internacional e fundos nacionais de conservação da natureza.

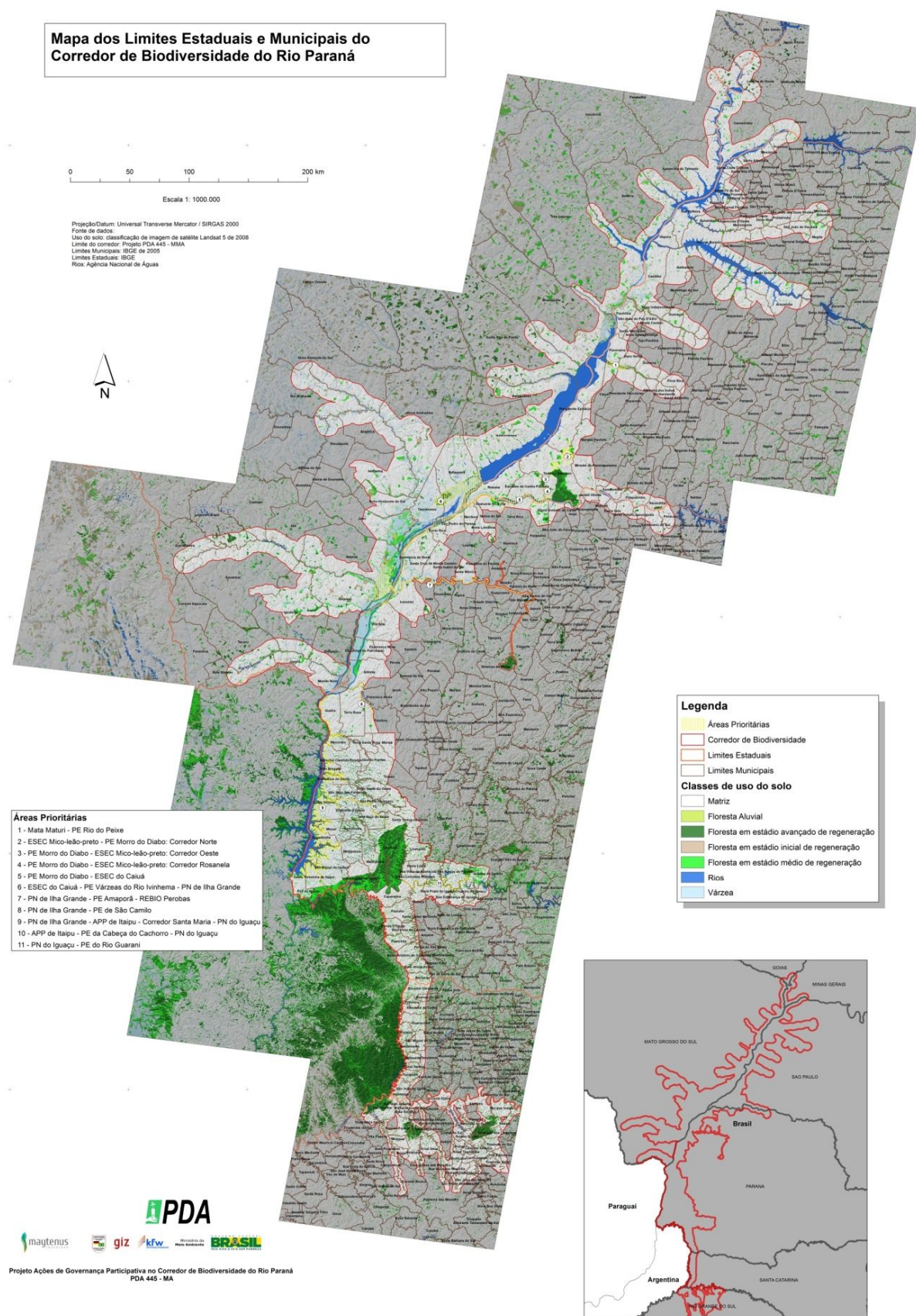
---

<sup>5</sup> A íntegra do processo de construção da pesquisa interdisciplinar da turma IX, está compilada no documento "*Texto coletivo do grupo AgroBiodiversidade (AgroBIO)*", apresentado na oficina I do PPGMADE em julho de 2012. Parte dessa construção coletiva foi apresentada no Preâmbulo da presente Tese.

<sup>6</sup> Formado por 07 doutorandos da turma IX e 05 professores do PPGMADE, o grupo parte da premissa que a racionalidade econômica hegemônica exerce um papel determinista sobre os processos de uso e conservação dos recursos naturais, conforme apresentado no preâmbulo.

<sup>7</sup> Este mapa e todos os demais apresentados aqui podem ser vistos em formato digital, facilitando sua visualização. Em [www.corredordorioparana.org/biblioteca](http://www.corredordorioparana.org/biblioteca)

Figura 03 – Área de abrangência do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná, escala 1:1.000.000



Fonte: Projeto PDA/MMA, 2012.

O primeiro Projeto (chamado de PDA/MMA) foi realizado entre 2010 e 2012, sendo financiado pelo Ministério do Meio Ambiente (por meio do Sub-Programa Demonstrativo PDA<sup>8</sup>) e executado em forma de consórcio por representações da sociedade civil organizada e do setor empresarial que atuam na região proposta para o corredor. O segundo projeto (FUNBIO/TFCA), ainda em execução, é financiado pelo Fundo Nacional para a Biodiversidade (FUNBIO<sup>9</sup>) e executado por uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em parceria com instituições do terceiro setor, prefeituras e universidades.

Assim, essa experiência empírica de planejamento territorial servirá de estudo de caso, suscitando as motivações e inquietações levantadas na presente pesquisa. Iniciou-se a partir de uma etapa exploratória, derivando *a posteriori* uma pesquisa participante, tendo em vista a relação de trabalho vivenciada pelo doutorando desde novembro de 2010, fazendo parte da equipe técnica responsável pela execução do Projeto PDA/MMA e pela coordenação do Projeto FUNBIO/TFCA. Essa relação é referendada na proposta do projeto interdisciplinar, tornando-se elemento principal e motivador da realização de uma pesquisa aplicada relatada como estudo de caso.

A área total do Corredor do Rio Paraná, sugerida no escopo do Projeto PDA/MMA, é de 8.514.663 hectares, distribuídos em parcela de sete estados brasileiros e duzentos e noventa e sete municípios, cuja população aproximada é de quatro milhões e setecentos mil habitantes, sendo ainda margeada pela região de fronteira internacional com dois países, Argentina e Paraguai (PDA/MMA, 2012). Ele está inserido em área de domínio do Bioma Mata Atlântica, composto também de grandes ecossistemas úmidos (áreas de várzeas) que abrigam espécies endêmicas e a maior porção da floresta estacional semidecidual do país, embora fragmentada e hoje reduzida a 4,2%

---

<sup>8</sup> Projeto PDA/MMA 445-MA, “Ações de Governança Participativa no Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná”, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, por meio do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), componente “ações de conservação da Mata Atlântica”, sendo executado em forma de consórcio entre oito instituições no período de 2010 a 2012.

<sup>9</sup> Projeto FUNBIO/TFCA 41/2013, “Ações de governança territorial da Rede Gestora do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná”, financiado pelo Programa de Fortalecimento de Redes do Acordo TFCA (Tropical Forest Conservation Act), junto ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), executado pelo Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais e demais parceiros. O projeto iniciou em abril de 2013, com duração de 24 meses.

de sua área original (MMA, 2007). Além dessas formações, existem porções de transição com a floresta estacional decidual, a floresta ombrófila mista e o cerrado brasileiro (savana).

Em linhas gerais, a matriz de uso e ocupação do solo no Corredor, construída no escopo do Projeto PDA/MMA, pode ser expressa em duas porções territoriais, sendo: uma delas, representada pelos elementos que caracterizam usos relacionados à conservação da natureza, envolvendo áreas de floresta em diferentes estágios de conservação<sup>10</sup>, sendo protegidas ou não por unidades de conservação (UCs), áreas indígenas, rios<sup>11</sup> e várzeas, o que corresponde ao redor de 29% da sua área total; e outra, representada por elementos que caracterizam os usos relacionados aos processos produtivos, envolvendo áreas urbanas, agricultura com plantios de monoculturas de cana-de-açúcar e de eucalipto, bem como, extensas áreas de pastagens para pecuária, correspondendo, aproximadamente, a 71% da área total do corredor (PDA/MMA, 2012).

Essa proporção reflete o processo histórico de ocupação da paisagem na região, direcionada fortemente para atender aos interesses do agronegócio e da produção de energia hidrelétrica, onde a tônica das políticas públicas privilegia ações de desenvolvimento econômico (emprego e renda, assistência técnica, crédito para agropecuária, produção de energia hidrelétrica) em detrimento de políticas de conservação da natureza (unidades de conservação, aumento da cobertura florestal, pagamento por serviços ambientais). A dimensão econômica do desenvolvimento acabou, historicamente, a sobrepujar as demais dimensões, fato que em certa medida explica o distanciamento do setor agropecuário das discussões motivadas pela Rede Gestora do Corredor, como será apresentado adiante.

Dessa forma, algumas críticas remetem à efetividade do planejamento territorial, especialmente àquelas relacionadas à sua capacidade de gerenciar,

---

<sup>10</sup> No que tange aos ecossistemas e fitofisionomias presentes na região do corredor temos: a floresta estacional semidecidual, floresta estacional decidual, região de ecótono com a floresta ombrófila mista, porções de cerrado e ainda ecossistemas associados às zonas úmidas, como grandes extensões de várzeas e charcos.

<sup>11</sup> A malha hídrica é significativa, tendo a bacia hidrográfica do Rio Paraná como seu principal representante. Existem ainda porções das bacias hidrográficas dos rios: Grande (MG); Paranaíba (GO); Paranapanema (SP e PR); Tietê, Rio-do-peixe e Aguapeí (SP); Ivai, Piquiri e Iguaçu (PR); Ivinhema e Amambai (MS); Chapecó e Uruguai (RS e SC).



em diferentes escalas e com diferentes atores sociais, o cenário atual das relações de uso e conservação dos recursos naturais. Surge então, a discussão sobre governança territorial, a qual será analisada sob a perspectiva da articulação institucional em estruturas de redes.

Para tanto, a inquietação que motiva a realização da presente pesquisa está orientada pelo objetivo geral de analisar o processo de planejamento territorial do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná a partir da atuação da Rede Gestora enquanto arranjo institucional responsável pela sua elaboração.

Ele se desmembra em três objetivos específicos:

1. Identificar os elementos que orientam o planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná;
2. Avaliar a efetividade e a sustentabilidade da Rede Gestora no processo de planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná;
3. Analisar a contribuição do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná no processo de aprendizagem sobre governança territorial.

No sentido de identificar elementos que possam alavancar reflexões de pesquisa, segue-se a seguinte disposição de capítulos e suas tratativas:

**1. *Preâmbulo***, contendo a apresentação do trabalho interdisciplinar do PPGMADE no contexto da construção do Programa Coletivo de Pesquisa da turma IX; **2. *Introdução***, que apresenta a problemática de pesquisa, seus objetivos e relações com o objeto de estudo; **3. *Revisão de Literatura***, que envolve planejamento territorial, articulação institucional e suas relações de governança territorial a partir da estrutura de redes. **4. *Metodologia***, onde são apresentadas as categoriais de análise e ferramentas metodológicas utilizadas. **5. *Contextualização do estudo***, com o Corredor do Rio Paraná e o processo de planejamento, construído a partir das informações levantadas no Projeto PDA/MMA e do Projeto FUNBIO/TFCA. **6. *Discussão e resultados***, o qual versa sobre o processo de planejamento territorial do Corredor do Rio Paraná. Trata-se de um capítulo que apresenta contribuições para a prática do planejamento territorial. Por fim, o item **7. *Conclusão***, reflexão sobre limites e possibilidades do Corredor do Rio Paraná como instrumento de planejamento territorial, bem como, a sua contribuição para o aprendizado no campo da governança territorial.

### 3. PLANEJAMENTO TERRITORIAL: a emergência de uma categoria

Cada vez mais, no contexto mundial, surgem formas de planejamento que valorizam e consideram a dimensão territorial. Tal fato se traduz em ações que buscam alavancar processos de desenvolvimento que incorporem a noção de território e, por sua vez, não se configura apenas por seus limites físicos, naturais e geopolíticos, mas também, por arranjos sociais e institucionais que lhe conferem uma identidade historicamente construída (ABRAMOVAY, 2000).

A apropriação da dimensão territorial no planejamento, embora recente<sup>12</sup>, extrapola as ciências da terra, despertando reflexões no âmbito das ciências econômicas, sociais e naturais. Entretanto, a emergência dessa dimensão não está acompanhada de uma discussão consistente sobre seus fundamentos teóricos, fato que favorece a disseminação de conceitos de caráter puramente normativos, deixando de lado discussões a cerca dos laços sociais que formam os territórios (ABRAMOVAY, 2006). Segundo Abramovay (2006, p. 53), os territórios “são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apóia sua reprodução”.

Fica evidente, portanto, que o arranjo territorial considera e valoriza as relações sociais entre os diversos atores que compartilham do mesmo espaço físico e natural. Dada a proximidade dessas relações, surgem tendências para o desenvolvimento de ações de forma cooperativa, mediadas por estruturas construídas e organizadas socialmente em torno de objetivos coletivos. Quando consideramos essa perspectiva, nos aproximamos das discussões sobre capital social<sup>13</sup>, participação social<sup>14</sup>, arranjos institucionais inseridos em mecanismos de governança na esfera pública, elementos complexos que, da

---

<sup>12</sup> As primeiras contribuições sobre a temática surgiram dos estudos conhecidos como neo-marshallianos, no final da década de 70 por economistas italianos (Bagnasco e Trigilia, 1988/1993; Pyke *et al.*, 1990) e franceses (Maillot, 1996; Pecqueur, 1966).

<sup>13</sup> Referência embasada, principalmente, em estudos de Pierre Bourdieu (1979), James S. Coleman (1990) e Robert D. Putnam (1993).

<sup>14</sup> Referenciais que sustentam a necessidade de cuidado teórico na apropriação do termo participação: Arnstein, S.R. (2002); Avelar, L. 2004; Bordenave, J. D. (1983); Dagnino, E. (2002); Demo, P. (1995; 1999); Gohn, M. da G. (2001); Hernández, E. (1996); Lüchmann, L. H. (2002); Pateman, C. (1992); Pimbert, M. & Pretty, J. N. (2000); Schneider, V. (2005); Tatagiba, L. (2002).



mesma forma que o conceito de território, pedem consistência teórica em suas abordagens.

No Brasil, a dimensão territorial do planejamento vem sendo cada vez mais reconhecida e apropriada, contudo, ainda extremamente incompleta e deficiente (ABRAMOVAY, 2002). São várias iniciativas que surgem com intuito de integrar o território, contrapondo a visão setorializada e instrumental de planejamento. Exemplos emergentes se configuram por meio da criação e do fortalecimento que configuram a esfera pública, como os Conselhos Municipais, em suas diferentes temáticas, os Comitês de Bacia Hidrográfica, Fóruns de Desenvolvimento Social, Consórcios Intermunicipais, Territórios de Cidadania e Colegiados de Pesca, Cooperativas, Redes e Associações Comunitárias.

O surgimento dessas estruturas, ao mesmo tempo em que contribui para o aprendizado sobre a descentralização da administração pública e o controle social, complexifica os processos de tomada decisão, uma vez que novos atores entram em cena. Cada vez mais, surge a necessidade de se construir arranjos institucionais que consigam, minimamente, facilitar o diálogo e avançar na articulação e execução de ações conjuntas que considerem a diversidade de atores e seus interesses, os quais configuram um território.

Surge o desafio em dar fluidez e dinamismo às iniciativas que valorizam o planejamento territorial no Brasil, considerando que: I - nossas estruturas institucionais são hierarquizadas e construídas numa lógica que desprivilegia o diálogo institucional, tanto no âmbito do Estado quanto da Sociedade Civil Organizada; II - a sociedade segue a passos lentos no entendimento e na apropriação sobre a função dos espaços e estruturas que valorizam o capital social e a participação, muito embora, se tenha rápida disseminação, existe o risco de elas se tornarem legitimadoras de decisões pré-definidas; III – as políticas públicas, em sua maioria, são pensadas em termos setoriais; IV – o processo de tomada decisão em várias instituições ainda é verticalizado; e V – as disputas oriundas dos interesses sobre os recursos de um território são desiguais, muitas vezes dominadoras, gerando conflitos que precisam ser mediados (TONNEAU e CUNHA, 2005; LIMONT, 2009).

Da mesma forma, existem algumas virtudes da noção de território que podem ser consideradas nas ações de planejamento, sendo: I – a ampliação do horizonte em relação ao entendimento sobre um território, ou seja, não se

limitando a sua perspectiva física e geográfica, mas considerando a interação social que o constitui; II – ela diminui a confusão entre o entendimento sobre crescimento econômico e processo de desenvolvimento, quando resgata a necessidade de se evitar analisar questões sob óticas setorializadas; III – estimula o estudo de mecanismos de governança pública, questionando sua capacidade de inovação organizacional; e IV – coloca ênfase no modo como a sociedade utiliza os recursos que dispõe em seus modos de produção, ou seja, estabelece relações entre os sistemas ecológicos e sociais (ABRAMOVAY, 2006).

O necessário entendimento e cuidado no trato dos elementos oriundos do planejamento territorial, especialmente em sua apropriação pelo campo da conservação, é uma das inquietações desta pesquisa. Portanto, as linhas que seguem buscam prospectar bases teóricas, informações e referências que sirvam de alavanca reflexiva, especialmente, sobre o papel dos arranjos institucionais que orientam as ações conjuntas de planejamento territorial como, por exemplo, as redes.

### **3.1. Origens e tendências do planejamento territorial**

Para Dallabrida (2006), o conceito de território se refere “a uma fração do espaço historicamente construída através das interações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam nesse âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder” (DALLABRIDA, 2006, p. 161). A semântica da palavra remete a extensão de terra ou área de um país, província ou cidade (ROSA, 2001). Quando nos aproximamos do conceito de território no campo da geografia política, sua percepção transcende seu entendimento semântico. Surge, então, o sentido de apropriação de determinado espaço, sendo o território um lugar de relações entre sociedade e natureza, bem como, dos homens entre si, sendo um espaço de ação e de poder construído socialmente (SOUZA, 1995; RAFESTIN, 1993).

A visão do território como espaço de ação e de poder é compartilhada por Tonneau e Cunha (2005), que apontam a existência de duas perspectivas de território: I - enquanto “espaço de poder”, onde se institui processos de identificação e negociação de interesses, tanto individuais quanto coletivos que

expressam relações de poder, uma concepção política do planejamento; e II – enquanto “espaço de projeto”, onde se executa um projeto político que é guiado por uma atividade ou ação dominante, capaz de beneficiar pessoas e ambientes, ou seja, é uma concepção mais operacional do conceito de território. Para esses autores, território é, também, “produto do entrelaçamento de projetos individuais e coletivos, em que se instituem processos de identificação e de negociação dos interesses comuns e conflitantes” (TONNEAU e CUNHA, 2005, p. 46).

Numa perspectiva crítica, o território é visto, segundo Ribeiro e Milani (2009, p. 26), como sendo “um campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais que, apesar de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ e os ‘outros’”.

Para Milton Santos (2002, p. 10), “o território não é apenas um conjunto de sistemas naturais e de sistema de coisas superpostas [...] é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. A proposição crescente de território como algo construído, inerente aos processos sociais é reforçada por Pecqueur (2005, p. 12-13), que apresenta duas definições distintas, sendo: I - o “território dado”, *a priori*, pré-existente, que representa uma porção do espaço constituída, servindo apenas de suporte, sendo percebido como território institucional (a região ou o distrito); e II - o “território construído”, como sendo o resultado de uma construção de atores, *a posteriori*, não sendo postulado, mas sim constatado durante seu processo de construção.

A profusão dessas relações sociais acontecendo em um dado espaço, é refletida na materialidade dos atributos naturais, físicos e construídos. Mediar tal processo em meio a sua complexidade é um desafio da nossa sociedade. Frente a possibilidade real de esgotamento desses atributos e da desigualdade social na forma de sua apropriação, surge, em última instância, a necessidade do ordenamento territorial. Neste sentido, é importante destacar que existem diferenças conceituais entre os conceitos de ordenamento e de planejamento territorial no campo da gestão pública.

Peres & Chiquito (2012), ao analisar os processos de desenvolvimento econômico e social em contextos territoriais, afirmam que existem indícios de que a questão regional vem sendo repensada, no sentido de fomentar o

diálogo e a articulação entre escalas de planejamento. Contudo, alertam para a existência de limites que impedem a integração entre escalas territoriais, instrumentos de planejamento e atores sociais. A multiplicidade e setorialização das políticas públicas, bem como, conjunturas econômicas que acentuam a exclusão social são vistos como os principais entraves. Segundo os autores, “o Brasil ainda não dispõe de um sistema nacional integrado que possibilite uma ação coordenada dos diferentes níveis de governo no território” (PERES & CHIQUITO, 2012, p. 72).

Oliveira (2006, p. 276) afirma que no Brasil existe uma “concepção equivocada do processo de planejamento que alija a elaboração da implementação de políticas públicas”. Apesar da evolução conceitual, o planejamento ainda não é encarado de forma processual, mas somente como um produto técnico que ofusca sua principal característica, a saber, o processo decisório que o caracteriza como uma construção social. Entre os problemas apontados pelo autor estão: ênfase ao seu caráter tecnicista, burocracia exacerbada em sua formulação, orientação a ações de controle associadas à elaboração de inúmeros planos e dominação da perspectiva economicista, encampada em sua maioria por economistas e burocratas (OLIVEIRA, 2006).

Essas visões reduzem o planejamento à concepção de ordenamento, orientada na necessidade de subdivisão de um determinado território para fins de administração e controle dos processos sociais. Segundo Peres & Chiquito (2012), o conceito de ordenamento territorial surgiu na França pós-revolução (*aménagement du territoire*), sendo que no Brasil ele ganha força a partir da era Vargas (1930), no bojo da elaboração de planos e políticas de ocupação, organização e modernização do território nacional, onde o Estado assumiu papel de regulação da economia e da sociedade.

A exemplo, Tavares<sup>15</sup> (1977) citado por Souto-Maior (1988b), explica que o planejamento em escala macro-regional começou a ganhar importância no Brasil não apenas pelas dimensões continentais do país, mas por influência e visão do Governo Federal. O autor menciona a criação, ao final dos anos 50 no governo de Juscelino Kubitschek, da Superintendência de Desenvolvimento

---

<sup>15</sup> Em: TAVARES, H. Planejamento microrregional e consórcios intermunicipais, In: *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, 24(144): 53-64, set/out. 1977.

do Nordeste (SUDENE), com objetivo de coordenar o desenvolvimento de uma macro-região que englobara nove estados do nordeste brasileiro e a região árida do norte do estado de Minas Gerais (SOUTO-MAIOR, 1988b). Em 1988, por circunstância da Constituição Federal o ordenamento territorial passou a ser visto como instrumento de planejamento (PERES & CHIQUITO, 2012).

Desde então e como será visto no item 3.1.1, diversos instrumentos de ordenamento territorial foram criados, dentre eles, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual busca sob orientação dos processos de conservação da natureza, ordenar o uso e conservação dos recursos naturais. Da mesma forma, vários instrumentos de ordenamento surgiram em diferentes campos de atuação, sem haver, contudo, preocupação em promover articulações e intercâmbio entre eles. Miragaya e Signori (2011)<sup>16</sup> citados por Peres e Chiquito (2012, p. 76), em sua defesa pela criação de um Sistema Nacional de Ordenamento do Território, afirmam que essa falta de articulação entre esses instrumentos compromete sua eficácia.

Silveira, Heller e Resende (2013) em suas análises sobre planejamento público no Brasil, especialmente no campo do saneamento básico, apresentam as linhas teórico-metodológicas de seis escolas de planejamento com notório destaque na atualidade e que influenciam as perspectivas de planejamento territorial, sendo: I – planejamento tradicional: o qual é visto, em toda sua instrumentalidade, como uma técnica aplicada em função de alcançar os objetivos propostos considerando o custo e o benefício econômico, ou seja, é pautado por tal hegemonia; II – planejamento estratégico situacional: é visto como um instrumento de planejamento público, uma vez que considera o processo democrático e reconhece a emergência das demandas da base da sociedade, sendo tratado como prática social e não apenas como método; III – prospectiva estratégica: escola que incorpora tanto métodos instrumentais de investigação operacional quanto ferramentas participativas que facilitem a participação da sociedade e o entendimento de seus conflitos; IV – *foresight*: a qual se apropria de métodos para se pensar e debater o futuro, ou seja, se preocupa com tendências de longo prazo no planejamento, apontando

---

<sup>16</sup> Em: MIRAGAYA, J.; SIGNORI, L. "A importância da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) para o Desenvolvimento Sustentável Brasileiro". In: FARIA, R.; SCHVARSBERG, B. (Orgs). *Políticas urbanas e regionais no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011. p.137-167.

possibilidades e visões de possíveis caminhos a percorrer com um plano bem definido; V – método da *Global Business Network* (GBN): também envolve planejamento de longo prazo, trabalhando o emprego e análise de cenários no planejamento; e VI – planejamento não euclidiano: aquele que busca construir consensos entre diferentes atores sociais, se valendo, para tanto, de métodos que privilegiam negociação, mediação e comprometimento. É orientado para o presente, para o tempo real, sendo considerado instrumento de ação política. Os autores alertam ainda à importância da identificação das matrizes e linhas teórico-metodológicas que estruturam os planos desenvolvidos, tendo em vista que elas conduzem a implementação do planejamento, sendo, portanto, fator determinante (SILVEIRA, HELLER e REZENDE, 2013).

Dessas conhecidas escolas e a partir da evolução processual e histórica do ato de planejar em diferentes cenários e realidades sociais, surgem derivações epistemológicas que vem balizando metodologias de planejamento com certo grau de adaptação e diferenciação. É o caso de perspectivas de planejamento que transcendem a sua dimensão instrumental, apropriando-se da sua dimensão comunicativa, ou seja, aquelas que valorizam o processo de planejamento, imbuído de elementos de transformação e aprendizado social, em detrimento do seu simples resultado a ser alcançado. Da mesma forma, surgem perspectivas de planejamento que são orientadas para a ação, se preocupando não apenas com a etapa de elaboração, mas também com as etapas de implementação do planejado, acreditando que a prática constante e avaliativa de se executar as ações propostas contribui para sua qualificação e aprendizado.

A exemplo, podemos citar abordagens como: a Planeação Estratégica e Comunicativa (PEC), desenvolvida pelo pesquisador Joel Souto-Maior, a qual é orientada para ação estratégica e comunicativa, cuja referência se pauta nas premissas da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas; e o SiGOS, um modelo de gestão organizacional estratégico para o desenvolvimento sustentável, desenvolvido pelo pesquisador Carlos Alberto Cioce Sampaio, direcionado a complementar as etapas de implementação das estratégias de planejamento, sobretudo, daquelas que valorizam a dimensão estratégica e participativa do planejamento (SAMPAIO, 1999; FERNANDES e SAMPAIO, 2006; SOUTO-MAIOR e GONDIM, 1992; SOUTO-MAIOR, 2012).

Da mesma forma, será possível perceber adiante, que o processo de planejamento do Corredor do Rio Paraná é referendado em elementos distintos de algumas dessas correntes de pensamento. Tal aspecto lhe confere certo hibridismo metodológico, orientado pelas características da realidade em que foi construído e da atuação dos atores sociais que vivenciaram sua elaboração, no caso, das instituições que participaram da Rede Gestora do Corredor.

### 3.1.1. Do desenvolvimento à conservação da natureza

Planejamento é um termo diretamente associado às áreas das ciências humanas, tendo na administração e economia suas heranças epistemológicas. Ao longo do tempo foi sendo apropriado por outras áreas do conhecimento para atender demandas crescentes em estabelecer objetivos, metas e alcançar resultados previamente estabelecidos em um determinado tempo. As ciências sociais, no contexto da política e da administração pública em geral, se valem dos conceitos e das estruturas de planejamento para referendar suas ações e, muitas vezes, consolidar políticas públicas. Da mesma forma e em um passado recente, o planejamento acaba sendo incorporado pela área ambiental na tentativa de enfrentar os problemas inerentes aos processos de uso e conservação dos recursos da natureza.

Analisar a trajetória de apropriação do planejamento e suas derivações em diferentes campos de ação é objeto desse item, destacando o campo do desenvolvimento e da conservação da biodiversidade. Acredita-se que essa percepção sobre a forma como o planejamento é apropriado e suas correntes teóricas, contribui para entender as escolhas e caminhos que levaram a buscar, no planejamento territorial, as ferramentas necessárias para resolver questões relacionadas com meio ambiente e desenvolvimento.

Iniciando a discussão, vale buscar algumas das referências históricas do desenvolvimento. Heidemann (2009) expõe a relação direta do termo com a ideia construída de progresso que, desde o século 17, vem embalando a humanidade ocidental. Segundo ele, o conceito de progresso teve seu ápice no século 19, dominando as manifestações culturais da época, seja pelo seu romantismo ou mesmo pela visão de necessidade. No século seguinte a crença

do progresso foi abalada pela experiência de duas guerras mundiais, ficando sua promoção “a cargo das forças da economia de mercado” (HEIDEMANN, 2009, p. 24). O conceito de desenvolvimento fundamentado, exclusivamente, nos princípios de crescimento econômico vem sendo amplamente criticado em diferentes perspectivas teóricas por diversos autores (MAX-NEFF *et al.*, 1993; POLANYI, 1994; FURTADO, 1996; SACHS, 2000).

A palavra desenvolvimento, em consequência as suas derivações (do desenvolvimento político, social, humano, econômico, regional, territorial e sustentável), como são vistas comumente na atualidade, só começou a ganhar força no Brasil, após a II Guerra Mundial, associado ao ideal de crescimento econômico do país. Rapidamente e sob a ideologia desenvolvimentista, a palavra ganhou conotação de algo positivo e desejável, sendo, inclusive, indicativo de classificação dos países, surgindo termos como países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento (HEIDEMANN, 2009).

As derivações do desenvolvimento são facilmente associadas à ideia de crescimento econômico, sendo algo objetivo, passível de ser quantificável. Segundo Diniz (2006, p. 07), na década de 40 “a teoria do desenvolvimento regional estava restrita à teoria da localização das atividades econômicas”. Boisier (2003), contudo, apresenta outra concepção para o conceito de desenvolvimento, diferente da materialidade preconizada simplesmente pela ideia de crescimento econômico. Este autor acredita que ele pode ser representado como processo intangível, subjetivo e intersubjetivo, associado a atitudes e nem sempre a conquistas materiais.

Entre as maneiras de se alcançar o desenvolvimento desejável, está a construção de planos, programas e ações que consigam, em um determinado período de tempo, dimensionar os caminhos a seguir para atingir os objetivos esperados na melhor relação de custo-benefício. Como visto anteriormente, entra em cena o planejamento e suas variadas ferramentas. No contexto da administração pública, essa construção é operacionalizada por intermédio das políticas públicas e surge associada a um processo de mudança dentre as diferentes formas de governar, entre elas a ideia de governança.

No Brasil logo após a Segunda Guerra, surgem os primeiros exercícios de planejamento encampados pelo Estado, cuja orientação central era alcançar o desenvolvimento econômico de médio prazo. Surgiram vários planos de



abrangência nacional como o Plano Salte (1947), o Plano de Metas (1956) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II (1972 e 1975 respectivamente). Em 1988, a Constituição Federal em seu artigo 165 instituiu o Plano Plurianual (PPA), o qual passou a ser o principal instrumento de planejamento do governo brasileiro, sendo aprovado por lei quadrienal e trazendo em sua orientação o chamado desenvolvimento socioeconômico. Na década de 90, a perspectiva de planejar para o futuro ganha amplitude, com o surgimento de planos de longo prazo, como por exemplo, o Programa Avança Brasil que elaborou cenários em um horizonte temporal de 20 anos (BRASIL, 1988; MPO, 2008; 2011).

Assim, é possível afirmar que o crescimento econômico e, nos últimos anos, a lógica do desenvolvimento econômico e social do país se mantém como os pilares das estratégias de planejamento governamental. Da mesma forma, a perspectiva de planejar para o futuro em escalas temporais de médio e longo prazo, seguindo a linha teórico-metodológica do *foresight*, marcam o atual cenário do planejamento brasileiro, cujo objetivo principal é alcançar o projeto de desenvolvimento nacional, com crescimento econômico e justiça social. Entretanto, Oliveira (2006, p. 284) aponta como sendo uma das falhas do planejamento no Brasil, justamente, essa perspectiva de se tentar “prever e controlar o futuro”, da mesma forma em que se tenta controlar a economia e a sociedade por meio do ato de planejar.

Surgem também temáticas e escalas diferentes que acabam por adjetivar o desenvolvimento em sua definição. Referências a desenvolvimento local, regional e territorial se apropriam da escala e da perspectiva do espaço geográfico para ampliar o conjunto de elementos e de relações que estão relacionadas com o processo de desenvolvimento. No contexto temático, a adjetivação aproxima a discussão de temas específicos, direcionando suas estruturas para resolver problemas ou incrementar ações que levem à melhoria dos processos em foco.

Quando se refere a desenvolvimento territorial, por exemplo, Pecqueur (2005, p. 16) o designa como “todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”. O autor afirma que, na perspectiva da economia, o desenvolvimento territorial é uma construção de atores inserida no tempo, portanto dinâmica, a qual exige uma

ação pública adequada, não sendo ainda, passível e objeto de implantação por meio de um decreto.

Na mesma medida em que surgem derivações conceituais e formas diferenciadas de pensar o desenvolvimento, aparecem também discussões que buscam conciliar aspectos econômicos, sociais e ambientais em propostas de desenvolvimento territorial em diferentes escalas.

Um exemplo é a apropriação dos adjetivos sustentável e integrado à lógica do desenvolvimento territorial, sendo convencionados, respectivamente, como Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) e Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). É certo que essas derivações representam arranjos importantes e experiências inovadoras que também orientam os processos de planejamento, contudo é preciso entender, minimamente, seus significados, especialmente, quando envolvem processos de uso dos recursos naturais. Neto (2013, p. 118) aponta que o desenvolvimento territorial vem assumindo posição privilegiada no processo de formulação de políticas públicas no Brasil. Contudo, esse atual destaque ainda continua “compondo o confuso repertório conceitual”, especialmente, sob às concepções das políticas governamentais.

Dessa forma, serão apresentadas algumas características da dimensão do planejamento orientado pela temática da conservação da biodiversidade.

Neste campo, o planejamento é incorporado, principalmente, como um instrumento de gestão das áreas protegidas. No caso das UCs, o Plano de Manejo é seu principal documento, colocado pelo SNUC como obrigatório e passível de ser elaborado de forma participativa. A criação de áreas protegidas é considerada a principal estratégia de conservação da biodiversidade, contudo, dado ao alto grau de fragmentação e isolamento dessas áreas, é consenso de que “a conservação só terá sucesso a longo prazo se tratada numa escala regional, incorporando diferentes unidades da paisagem natural e modificada” (HERRMANN, 2011, p. 15)<sup>17</sup>.

Ademais, os processos de criação e gestão dessas áreas protegidas são onerosos, envolvendo uma série de condições ecológico-econômicas e

---

<sup>17</sup> Gisela Herrmann apresenta ainda os autores que corroboram com essa afirmação: Miller *et al.*, 1996; Noss, 1996, 1999; Bennett, 1998, 2003; Forman, 1997; Peck, 1998; Sanderson & Harris, 2000.

estruturas administrativas e políticas que, muitas vezes, geram conflitos sobre a sua destinação e efetivação. Intensifica-se, então, a necessidade de se buscar arranjos de planejamento da conservação a partir da abordagem regional, capazes de superar o isolamento destas áreas na medida em que incorpora os conceitos de conectividade e extrapola a dimensão ambiental.

Apesar dessa perspectiva de planejamento da conservação em escala regional ou mesmo ecossistêmica existir desde a década de 70, por meio da criação, pela UNESCO, das Reservas da Biosfera, é apenas a partir de 1992 que sua disseminação ganha força, tendo como marco histórico a ratificação da Convenção da Diversidade Biológica (HERRMANN, 2011). No Brasil, a questão ambiental passa a fazer parte da estrutura governamental formal em 1973<sup>18</sup>, pela Secretaria Especial de Meio Ambiente, vinculada ao Ministério da Interior. Em 1985, ela ganha o status de ministério, contudo ainda vinculada à temática do desenvolvimento, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. A pasta específica surge apenas em 1992, sendo transformada em 1993 com a denominação de Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, passando a se chamar somente Ministério do Meio Ambiente (MMA) a partir de 1999 (BRASIL, 1993).

Via de regra, o MMA figura a estrutura do governo responsável pelo planejamento das políticas públicas ambientais e a implementação de suas respectivas ações, tendo em vista que o IBAMA, uma de suas autarquias criada em 1985, tem no comando e controle sua principal diretriz. Sem entrar no mérito sobre a forma como o MMA conduz suas ações de planejamento, temporalmente, é apenas nos últimos 20 anos que o país possui uma estrutura de Estado responsável por planejar suas políticas e ações no campo ambiental.

É neste mesmo período, mais especificamente em 1999 que o MMA assume o planejamento fora de UCs, incorporando o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) como ferramenta de ordenamento territorial, previsto na Política Nacional do Meio Ambiente desde 1981 e inserido pela primeira vez em um PPA no ano 2000. Outro marco jurídico para o ZEE do Brasil foi sua regulamentação pelo Decreto n. 4.297, de 10 de julho de 2002, que estabeleceu critérios e o definiu como sendo:

---

<sup>18</sup> Criada pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973.

Um instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental dos recursos hídricos, do solo e da conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população (BRASIL, 2002).

O objetivo do ZEE busca a organização do uso dos recursos naturais de forma que os serviços ambientais e o capital natural dos ecossistemas sejam mantidos. Para isso, devem trabalhar juntos e de forma articulada tanto os agentes públicos quanto privados, tendo em vista que o ZEE é um instrumento de ordenamento territorial (BRASIL, 2002). Dois aspectos merecem destaque no Decreto que regulamenta o ZEE: o fato de colocar a distribuição espacial das atividades econômicas subjugadas à importância ecológica, às limitações e às fragilidades dos ecossistemas; e seu caráter de obrigatoriedade do seguimento do ZEE pela administração pública. No entanto, nenhum deles vem sendo considerado na prática, sendo poucos os zoneamentos elaborados e menos ainda aqueles que estão sendo implementados.

O próximo item abordará a questão da dificuldade em instrumentalizar ações conjuntas em territórios ampliados, ou seja, em escala que ultrapasse os limites das dimensões biogeográfica e político-institucional. A proposta de trabalhar na perspectiva dos corredores de biodiversidade surge como um instrumento de enfrentamento dessa transposição.

### 3.1.2. A territorialização do planejamento: os corredores de biodiversidade

A sociedade vivencia um contexto crescente de aumento da demanda por recursos naturais, à custa muitas vezes, da perda de biodiversidade. Surge, na mesma medida, a necessidade de se pensar estratégias de ordenamento do uso desses recursos. A criação de áreas protegidas<sup>19</sup> é um desses caminhos que, por sua vez, é considerado como uma das mais efetivas estratégias de conservação. Entretanto, um aspecto que compromete essa importante ação de conservação é o fato de elas serem administradas, na maioria dos casos, de

---

<sup>19</sup> O entendimento sobre o conceito de *área protegida* é amplo. Refere-se aqueles espaços que contribuem para conservação da diversidade biológica e sociocultural, abrangendo: as unidades de conservação (descritas na Lei 9.985/2000), as terras indígenas, as áreas de preservação permanente e a reserva legal (descritos no Código Florestal Brasileiro - lei nº 4.771/65). Em 2006, o governo brasileiro instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, sob o decreto nº 5758/06.

forma pontual e isoladas, não considerando o contexto territorial de que fazem parte.

Além do mais, surgem alguns impasses, uma vez que tais áreas vêm se configurando como “ilhas” de conservação, ou seja, espaços fragmentados que, do ponto de vista da ecologia, não sustentam o mínimo de populações viáveis que garantam a manutenção da biodiversidade. Neste sentido, cada vez menos encontramos áreas com grandes extensões e em bom estado de conservação. Da mesma forma, o crescente uso dos recursos naturais é tendência na modernidade, cujo cenário aponta, em diferentes graus, para escassez de recursos em determinadas regiões do planeta.

Assim, a lógica do “não uso” de recursos naturais, ou seja, aumentar áreas “intocadas”, embora importante do ponto de vista biológico, está na contramão dos processos de desenvolvimento. Alguns estudos apontam aspectos favoráveis de intervenção humana na manutenção da biodiversidade, onde o manejo humano dos processos biológicos e ecossistêmico é parte intrínseca de um processo co-evolutivo, desde que feito de forma ordenada. Nesta discussão, é preciso refletir sobre que tipo de uso e quem fará ou se beneficiará deste uso. Ou seja, qual a forma do uso dos recursos naturais que buscamos para nossas sociedades, socializado ou individualizado?

Um planejamento regionalizado, pensando territórios maiores e todos os seus elementos intrínsecos, em teoria, seria uma saída para dirimir tais impasses, ou seja, um caminho para conciliar diferentes usos dos recursos naturais. Entra em cena um elemento chave quando se pensa conservação em longo prazo, a escala. Em uma perspectiva ampliada de escala, a regional, por exemplo, se ampliam as possibilidades de gestão na medida em que outros elementos são considerados. Trabalhar a perspectiva regional nos processos de planejamento vem ganhando espaço no campo das políticas públicas, mostrando que pensar apenas o contexto local ou temático não dá conta de responder as adversidades e desafios do desenvolvimento.

Contudo, Theys (2003, p. 179) reforça que a pertinência da análise depende da escala adotada, ou seja, o que é “coerente e verdadeiro” em uma escala regional, por exemplo, pode não ter sentido algum ou mesmo sentido diferente quando analisado em escala local. Para a autora “quando falamos de

territórios, e portanto de sistemas locais de atores ou de relações – e não de produtos intercambiáveis – toda situação é singular”.

Ao analisar a esteira da institucionalização do planejamento territorial no campo da conservação, surgem alguns instrumentos que vão além da criação de áreas protegidas, como: I – planos diretores municipais; II – zoneamento ecológico econômico em âmbito regional, estadual e municipal, proposto no Brasil através da Política Nacional de Meio Ambiente em 1981; III – reservas da biosfera (modelo de gestão proposto pela UNESCO, em 1974); IV - o planejamento bioregional, proposto pelo *World Resources Institute* dos EUA, em 1996; V – corredores ecológicos e de biodiversidade, fomentados pela Convenção da Diversidade Biológica – CDB, ainda em 1992; VI – Territórios de Cidadania e da Pesca, fomentados a partir de 2000 como políticas públicas do governo brasileiro, os quais buscam agregar ações conjuntas entre união, estados e municípios em cada temática.

Contudo, mudar ou mesmo ampliar o foco de planejamento, em sua grande maioria associado à perspectiva do desenvolvimento, ou ainda mudar a sua escala, é um processo que engendra dificuldades, demandando tempo e aprendizado. É possível notar que atuar sob formas de planejamento territorial, englobando áreas diversificadas, espaços físicos ampliados e interesses diversos sobre os usos dos recursos naturais, é algo complexo e relativamente novo. Herrmann (2011) reforça esse entendimento quando aponta que, no campo ambiental, apesar desse tipo de abordagem já existir a partir da década de 70, sua disseminação acontece na década de 90. A autora acredita ainda “que os desafios para sua implantação aumentam à medida que a escala é ampliada” (HERRMANN, 2011, p. 35).

Como visto, o Bioma Mata Atlântica possui características que lhe conferem grau significativo de importância, tanto no contexto da conservação dos seus recursos naturais quanto da necessidade de uso desses recursos, fato que levou a publicação de legislação específica (Lei 11.428/2006 e seu Decreto 6.660/2008). A criação de instrumentos jurídicos é uma ação extremista, a qual surge na tentativa de ordenar certos usos e evitar, por meio da definição de regras e sanções, injustiças em suas formas de apropriação. O arcabouço legal relacionado com a questão ambiental no Brasil é considerado de vanguarda, contudo, os instrumentos e estruturas de sua aplicação são

fragilizados. Outro aspecto que incrementa tal fragilidade é a inclinação generalista e, ao mesmo tempo, unificadora da legislação ambiental, não considerando as especificidades e a diversidade de contextos locais em sua aplicação.

Além da lei específica e de outras leis que insidem sobre toda a porção da Mata Atlântica<sup>20</sup>, existem leis temáticas que acabam por fortalecer o viés de ordenamento dos territórios inseridos neste bioma. É o caso da instituição de áreas protegidas com vistas à conservação *in situ* da biodiversidade, como, por exemplo: o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9.795/2000 e seu decreto 4.240/2002); o Decreto nº 5.092/2004 e a Portaria MMA 126/2004 que prevêem a criação e revisão de áreas prioritárias; o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP (Decreto 5.758/2006); e a própria Instrução Normativa nº 09/2007 do MMA, que define algumas áreas prioritárias para conservação, o uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. A incidência e aplicação desses instrumentos é relacional, complementando ou divergindo com a disposição de outros diplomas legais, especialmente, aqueles ligados ao direito de propriedade e da terra. Muitas vezes se instituem conflitos no campo jurídico e institucional por falta de entendimento sobre esse conjunto legal, o que compromete sua aplicação.

Aproximando essa discussão dos corredores de biodiversidade, por se tratarem de instrumentos que perpassam por diversas estruturas legais, tais divergências e desentendimentos são reforçadas. O conceito de corredores ecológicos ou também chamados de biodiversidade em alguns contextos institucionais, é relativamente novo no cenário nacional. Surgem como estratégias de conservação a partir de 1997, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente com apoio do Banco Mundial, por meio do Fundo Fiduciário da Floresta Tropical (*RFT – Rain Forest Trust Fund*), no âmbito do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG-7). Tal esforço institucional surge na tentativa de minimizar os processos da fragmentação

---

<sup>20</sup> Como, por exemplo, o novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012), a lei de crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998) e a resolução nº 237/1997 do CONAMA sobre licenciamento ambiental.

florestal através da formação e conservação de grandes corredores na Amazônia e na Mata Atlântica (MMA, 2002).

No âmbito do PPG-7 e com o intuito de viabilizar estratégias para conservação da diversidade biológica no longo prazo, considerando grandes extensões de terra, surge, a partir de 1996, o Projeto Corredores Ecológicos. A proposta do Projeto passou por diversas revisões e foi concluído em dezembro de 2000, tendo sua efetivação em 2002, com a assinatura de um acordo de cooperação técnica e financeira entre o MMA e o Banco Mundial (por meio do RFT), em sua primeira fase, e entre o MMA e o governo alemão, por meio de seu agente financiador, Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) e da Comissão Européia, em sua segunda fase (MMA, 2002). Hoje, este acordo está em vias de finalização.

Os corredores, no contexto do Projeto Corredores Ecológicos, são configurados para “favorecer a manutenção dos processos dos ecossistemas que são fundamentais para a sustentação da biodiversidade em longo prazo e permitir a mobilidade e o intercâmbio genético dos componentes da flora e da fauna”, contudo, vale destacar que eles não são considerados como “unidades políticas ou administrativas” (MMA, 2002, p. 10), logo não são estruturas de ordenamento. O destaque sobre a definição dos corredores ecológicos no âmbito do Projeto é o entendimento de que, além das UCs, as terras indígenas e áreas com diferentes formas de uso, chamadas de “áreas de interstício (áreas particulares, seja de grandes empresas ou de pequenos proprietários, comunidades, cidades, assentamentos)”, também podem ser consideradas na definição de um corredor, (MMA, 2007b, p. 11), muito embora se mantenha o viés central da conservação da biodiversidade.

O Projeto apresenta dois corredores considerados como piloto, sendo: o Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA), com um território de 12 milhões de hectares que envolve o sul do estado da Bahia e a totalidade do estado do Espírito Santo, situado em 163 municípios e com cerca de 95% da sua área sobreposta a propriedades particulares; e o Corredor Central da Amazônia (CCA), que ocupa uma área de mais de 52 milhões de hectares situados no estado do Amazonas, sendo que 70% do seu território é formado por áreas protegidas, entre UCs e terras indígenas. A proposta de implementação desses



corredores se apóia em estratégias de planejamento participativo a partir das entidades que atuam em cada corredor (MMA, 2007b).

No Brasil, os corredores só recebem aporte jurídico e respaldo legal por ocasião da lei do SNUC<sup>21</sup>, a qual define corredores ecológicos como sendo:

porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (BRASIL, 2000, artigo 2, parágrafo XIX).

É possível perceber que o SNUC reforça a preocupação em garantir a manutenção dos processos biológicos, especialmente, aqueles que possuem relação direta com a conexão física entre unidades de conservação (UCs). A partir de então, toma como diretriz a proteção de grandes áreas, extrapolando os limites das UCs. Entretanto, remete a criação dos corredores ecológicos à conveniência de gestão das UCs que apresentam potencial de conexão física entre elas, atribuindo a responsabilidade de gestão desta nova área protegida à estrutura administrativa das UCs que as propuseram. O Plano de Manejo das UCs acaba sendo o instrumento de gestão dessas áreas, com a missão de considerar medidas que possam promover sua integração (tanto do corredor ecológico quanto da própria UC) à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000). Grosso modo, a área delimitada como corredor ecológico acaba por se tornar instrumento de ordenamento territorial, passível de regramento para promover a conectividade entre fragmentos florestais que favoreçam o deslocamento de animais, a dispersão de sementes e o aumento da cobertura florestal (MMA, 2014).

O novo Código Florestal amplia a visão de conexão do SNUC, o qual se limita à ligação entre UCs. Em seu artigo 14, parágrafo III, aponta como critério de localização da Reserva Legal dos imóveis rurais a “formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, com Área de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida” (BRASIL, 2012, artigo 14, parágrafo III). Assim, a atual proposição institucionalizada dos corredores ecológicos, em âmbito federal e em forma de

---

<sup>21</sup> Os corredores voltam a aparecer em diplomas legais no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, Decreto nº 5.758/2006.

legislação, refere-se a trechos delimitados de vegetação nativa que conectam fisicamente fragmentos florestais, sendo ou não UCs.

A orientação para definição desses corredores é, na grande maioria das vezes, pautada exclusivamente por critérios biológicos, princípios técnicos e premissas da conservação da biodiversidade. A referência do conhecimento científico na escolha dos elementos que definem a delimitação dos corredores ecológicos envolve, entre outros critérios: a presença e relevância de espécies-chave da fauna e da flora; a existência, o tamanho, a categoria e o número de áreas protegidas na região, de preferência UCs do grupo de proteção integral; os tipos de uso do solo; a diversidade biológica de espécies, seus ecossistemas e habitats associados, bem como a representatividade e estrutura das comunidades bióticas; bem como, a presença de espécies consideradas ameaçadas de extinção e endêmicas (MMA, 2002; AGUIAR *et al.*, 2005; AYRES *et al.*, 2005).

Ao considerarmos que eles são criados em relação a extensas áreas geográficas e que essas áreas, em sua complexidade, compartilham elementos sociais orientados por premissas de desenvolvimento e qualidade de vida das pessoas que compartilham da mesma área, essa proposição de criação é, no mínimo, insuficiente, uma vez que relega elementos estruturantes da sua construção como, por exemplo, as articulações institucionais e a disputa de interesses sobre os usos dessas áreas. Essa discussão será retomada nos capítulos 06 e 07, tendo em vista que o Corredor do Rio Paraná passou por processo diferenciado de definição, se aproximando mais da concepção de unidade de planejamento do que de ordenamento territorial.

Ademais, uma estrutura de planejamento territorial que consiga abarcar tal complexidade precisa, necessariamente, considerar o contexto institucional que a forma. Estabelecer um ambiente que favoreça o diálogo e a aproximação entre os atores que, em diferentes níveis, se apropriam da gestão territorial e enfrentam conjuntamente seus problemas, é um desafio. Estamos tratando de arranjos de governança territorial, objeto de discussão apresentado no próximo item.

### **3.2. Governança territorial:** articulação institucional na perspectiva das redes

O termo governança vem passando por um processo de transformação conceitual. Não é intenção da presente pesquisa em fazer uma revisão da evolução do conceito de governança, mas sim, explicitar aqui sua diversidade de entendimentos e perspectivas de análise, explicitando seu dinamismo semântico e contextual. Essa leitura nos ajudará a perceber a governança em sua perspectiva territorial, mais especificamente no campo da gestão ambiental pública, onde o corredor de biodiversidade e o seu processo de planejamento é o pano de fundo que abarca as diferentes possibilidades de uso dos recursos naturais. A mediação dessas possibilidades acontece por meio do trabalho da sua Rede Gestora, espaço marcado pela interação entre diferentes atores com atuação no Corredor. É a leitura sobre a atuação da Rede que alavanca a discussão sobre governança territorial na presente pesquisa.

Nas últimas duas décadas e em meio às tendências de transformação da administração pública, mais flexível e descentralizada, houve crescimento significativo do uso da palavra governança em diferentes discursos e práticas. Devido ao dinamismo conceitual sua apropriação foi facilitada em âmbitos diferenciados. Conotações e significados lhes são atribuídos em uma constante evolutiva, marcada em suas primeiras aparições na literatura<sup>22</sup> pelos estudos no campo da economia, mais especificamente nas análises sobre a economia dos custos de transação e de governança corporativa, tendo as referências de Ronald Coase em 1937 e de Oliver Williamson em meados de 1975 (WILLIAMSON, 1979; MARTINEZ, 2005; SIEDENBERG, 2006).

Rhodes (2000)<sup>23</sup> citado por Martinez (2005), aponta à existência de diferentes abordagens com características distintas em torno do conceito da governança, mencionando variações da governança desde seu entendimento como Estado mínimo, como forma de gestão pública e como estrutura em rede. Esta última ganhará destaque aqui, tendo em vista a análise sobre a atuação da Rede Gestora do Corredor do Rio Paraná. Essa pluralidade de significados

---

<sup>22</sup> Muito embora os trabalhos de Coase e Williamson sejam considerados como os primeiros referenciais da governança, é difícil precisar suas origens temporais e conceituais. Acredita-se que sua consolidação institucional se deu na década de 90, quando a agenda de políticas do Banco Mundial se voltou para as reformas do Estado (SIEDENBERG, 2006).

<sup>23</sup> Ver RHODES, R. A. W. Governance and public administration. In: PIERRE, J. (ed.) Debating governance: authority, steering and democracy, Oxford: Oxford University Press, 2000.

e abordagens é corroborada por Prats Catalá (2005)<sup>24</sup>, quando afirma que a governança “é multifacetada e plural, busca a eficiência adaptativa e exige flexibilidade, experimentação e aprendizagem por tentativa e erro” (PRATS CATALÁ, 2005 citado por MARTÍNEZ, 2005, p. 13).

Renate Mayntz (2005) destaca a importância e o cuidado em entender tais significados da governança e suas percepções ideológicas, evitando mal entendidos. O descobrimento de novas formas de coordenar ações individuais, que não só a hierárquica, contribuiu para a generalização do termo, o qual passa a ser usado para representar todas as formas de coordenação social. Para a autora, utiliza-se o conceito de governança para indicar novas maneiras de governar, diferente do modelo de controle hierárquico, sendo “um modo mais cooperativo em que os atores estatais e não estatais participam em redes público-privadas mistas” (MAYNTZ, 2005, p. 83).

Neste sentido e segundo Martínez (2005), a governança pode vir a assumir um papel de guia da interação entre atores interdependentes, capaz de modificar as relações tradicionalistas unilaterais entre Estado e sociedade, aproximando-se de relações horizontais caracterizadas por perspectivas mais cooperativas e consensuais (MARTÍNEZ, 2005). Freeman (2000)<sup>25</sup> citado por Martínez (2005, p. 20), acredita ainda que a governança pode ser definida como “um sistema de administração em rede, onde atores públicos e privados dividem a responsabilidade de definir políticas, regular e prover serviços”. Segundo o autor, existem maneiras muito diferentes de esses atores se incorporarem no processo de tomada de decisão.

Fica evidente a aproximação da governança com as diferentes formas de articulação entre atores, o que nos leva a analisar os arranjos institucionais que favorecem tais interações, como aqueles organizados sob a forma de rede. Portanto, as redes se configuram elementos fundamentais na discussão sobre processos de governança pública ou interativa (FREY, 2004). No caso, faremos a leitura sobre redes e sua contribuição como espaços de aprendizagem da governança, tendo como pano de fundo da análise empírica a Rede Gestora do

---

<sup>24</sup> Ver PRATS CATALÁ, J. De la burocracia al management. Del management a la gobernanza. Las transformaciones de las Administraciones públicas de nuestro tiempo, Madrid: INAP, 2005.

<sup>25</sup> Em FREEMAN. J. The private role in public governance, Law Review. New York University n.75, vol. 3, New York, p. 547, 2000.

Corredor do Rio Paraná, responsável pelo seu processo de planejamento, o qual passou pela elaboração do diagnóstico, do zoneamento e da elaboração de um plano básico, chamado de Plano de Gestão Bioregional.

Assim como o conceito de governança, o conceito de redes apresenta uma variedade de entendimentos e derivações que merece cuidado em sua análise. Para efeito desta pesquisa, partimos do entendimento de rede dada por Börzel (1998)<sup>26</sup> citado por Martínez (2005, p. 24), onde as redes são um “conjunto relativamente estável de relações não hierárquicas e interdependentes que ligam uma variedade de atores que compartilham de um interesse comum”. Por intermédio da atuação de uma rede é possível perceber as relações de intercâmbio e reconhecimento entre diferentes atores, explicando, segundo Martínez (2005, p. 24), “suas relações estruturais, suas interdependências e a dinâmica das políticas e dos seus processos de elaboração”.

Nos anos 80, a discussão teórica e política sobre descentralização, cooperação e o trabalho em redes estava fortalecida, tendo em vista as insurgentes críticas aos individualizados modelos tradicionais da administração pública. A emergência das redes, segundo Mayntz (2005), normalmente acontece onde o poder decisório no campo político está disperso entre os agentes e onde a cooperação surge como necessária para alcançar a eficácia na gestão pública.

Souto-Maior (2012) também destaca a importância das alianças cooperativas para a sustentabilidade de arranjos institucionais como as redes. O autor acredita ainda que uma pessoa, em consequência a instituição que representa, se aproximam de uma rede por acreditar que sua participação gradual e espontânea lhe trará benefícios nos campos institucional e pessoal, por meio de demonstrações de “confiança, interesses profissionais, afinidades ideológicas e sentimentos de solidariedade”. Dessa forma, a rede possui um sistema não-hierárquico, que “liga indivíduos e organizações com valores compatíveis e interesses complementares” (SOUTO-MAIOR, 2012, p. 121). Essa perspectiva de aproximação institucional e pessoal em redes também é

---

<sup>26</sup> Em BÖRZEL, T. A. Organizing Babylon: on the different conceptions of policy networks. Public Administration, n.76, p. 254, 1998.

compartilhada por Massardier (2006, p. 182), quando afirma que “os indivíduos participam de múltiplas redes em razão de seus investimentos profissionais múltiplos e de seus investimentos associativos múltiplos”.

Tal flexibilidade de participação aliado a relativa informalidade da rede faz com que sua composição seja variável, motivada pela afinidade entre as instituições e pelos seus interesses e valores compartilhados. Castells (2006) atribui às redes um potencial transformador da sociedade, destacando seu caráter dinâmico e inovador que, por meio do conjunto de nós interconectados, formam “estruturas abertas capazes de expandir-se de forma indeterminada e de compartilhar os mesmos códigos de comunicação” (CASTELLS, 2006, p. 566).

Além disso, Souto-Maior (1995; 2012) aponta algumas características que favorecem as redes, em se tratando da sua sustentabilidade enquanto espaço público: (i) não dependem de muito recurso financeiro para sua manutenção; (ii) não despertam concorrência e oposição de seus oponentes potenciais e reais; (iii) é normalmente mais duradoura; (iv) permite a construção de entendimentos consensuais a partir da livre comunicação; (v) permite a exploração de idéias e propostas coletivas, fato que favorece ações conjuntas que, na medida em que se desenvolvem, estimulam o aprendizado institucional; (vi) evitam o problema de legitimidade de representação.

Dada a informalidade do processo de institucionalização dos arranjos de governança em formatos de rede, Martínez (2005) acredita que existam graus diferenciados de formalização, mediados por percepções compartilhadas entre os atores, mecanismos de participação negociados e mesmo regras de interação que lhe conferem reconhecimento de sua existência, formalizada ou não. Para o autor as redes não devem estar formalizadas, embora se possa esperar pela sua formalização, uma vez que a institucionalização pode, em certas condições, lhe conferir maior segurança e estabilidade.

Para Scharpf (1993)<sup>27</sup> citado por Martínez (2005, p. 15), a perspectiva da governança como rede pode descrever uma variedade de fenômenos, entre eles a ideia de que “uma rede pode servir como elemento de auto-organização

---

<sup>27</sup> Ver SCHARPF, F. W. Games in hierarchies and networks: introduction. In SCHARPF, F. W. (ed.), Games in hierarchies and networks. Analytical and empirical approaches to the study of governance institutions. Frankfurt am Main-Boulder, Colorado: Verlag-Westview Press, 1993.

social sendo um espaço de preparação de mecanismos formais de tomada de decisão”, interpretação esta que reforça a relação entre experimentação e aprendizagem proposta por Pratz Catalá (2005). Ou seja, a atuação em rede qualifica a atuação em outros espaços de participação, o que favorece e incentiva o exercício da cidadania.

O fato de aproximar outros atores das esferas de gestão pública, não acarreta a perda do controle estatal, muito embora, se considere uma mudança na forma da ação do Estado, valorizando seu papel de facilitador de interações sociopolíticas em detrimento do seu papel regulador, ou seja, o Estado ocupa papel chave nesse processo (PARDO, 2004; PROCOPIUCK, 2013). Dessa forma, Pardo (2004), expõe ainda que os servidores públicos, ao atuarem em espaços públicos como as redes, adquirem o caráter de “agentes de mudança”, promovendo formas positivas de participação, capazes de recuperar a confiança sobre o ideário do funcionalismo público e qualificar a atuação do Estado na gestão da coisa pública (PARDO, 2004, p. 16).

Entretanto, essa postura do Estado, digamos mais flexível, não o exime e nem diminui a sua função primordial e legítima de governar e garantir o interesse público. Mayntz (1998)<sup>28</sup> citada por Martínez (2005, p. 17) também considera que o Estado exerce um papel estratégico, especialmente quando atua em redes, uma vez que dispõe de instrumentos e recursos de intervenção que lhe conferem status privilegiado. Fica evidente que a administração pública vem passando por um processo de mudança, no qual a tônica está na aproximação entre o público e o privado na execução de ações conjuntas, seguindo o ideário das estruturas das redes. Cada vez mais surgem mecanismos que buscam minimizar processos ineficientes da administração pública tradicional, como aqueles que têm seus estigmas na burocracia e nas posturas políticas clientelistas.

KLIJN (1997)<sup>29</sup> citado por Martínez (2005), aponta características das redes que corroboram com as algumas das proposições de Souto-Maior (1995;

---

<sup>28</sup> Ver MAYNTZ, R. New challenges to governance theory. European University Institute. The Robert Schuman Centre, Jean Monet Chair Papers, n. 50, Florence, 1998.

<sup>29</sup> Ver KLIJN, E-H. Policy networks: an overview. In: KICKERT, W. J. M.; KLIJN, E-H; KOPPENJAN J. F. M. (eds.), Managing complex networks: strategies for the public sector. London: Sage, 1997.

2012) e que favorecem uma atuação mais conjunta, sendo: (i) elevado grau de flexibilidade e informalidade, onde as diferentes formas de envolvimento são construídas pela própria interação proporcionada; (ii) pluralidade de atores e objetivos, sendo que cada ator representa seus objetivos individuais e possui recursos para alcançá-los; (iii) interdependência entre atores, uma vez que perseguem objetivos comuns que não conseguem alcançar sozinhos ou sem a ajuda de outras instituições. O grau de interdependência pode variar em função dos objetivos e interesses que cada ator social tem em um determinado momento, caracterizando um processo que está em constante evolução; e (iv) interação entre atores que, por sua vez, favorece o estabelecimento de canais de comunicação, intercâmbio de informações, de experiências e de recursos (KLIJN, 1997 citado por MARTÍNEZ, 2005, p. 26-28).

Procopiuck (2013) afirma que, em virtude de vários fatores, entre eles as mudanças econômicas e sociais dos últimos anos, a formação de arranjos organizacionais em rede vem sendo favorecida. Como consequência deste novo cenário e forma de atuação menos hierárquica e mais dialógica entre Estado e sociedade, surgem o que o autor chama de arranjos de governança em redes de políticas públicas, formados por agentes estatais, do setor privado e do terceiro setor, capazes de agregar uma diversidade de interesses sociais.

Massardier (2006, p. 173-178), a partir das pesquisas sobre redes de políticas públicas dos últimos 30 anos, apresenta a tipologia que vai das mais abertas e instáveis até as mais fechadas e estáveis:

- (i) A primeira delas, chamada de “redes de projeto”<sup>30</sup>, existe em função de um objetivo preciso, no escopo de execução de um projeto. Rhodes e Marsh (1992)<sup>31</sup> citados por Massardier (2006, p. 174) também qualificam essas estruturas como “redes temáticas (*issue network*)”, tendo em vista que as interações entre os atores são limitadas às questões ou temas estabelecidos, formando um conjunto de atores heterogêneos que partilham de um mesmo objetivo. Entre suas características estão: estruturas flexíveis; sistemas de reconhecimento

<sup>30</sup> Em GAUDIN, J. P. *Politiques de la ville*. Paris: PUF, 1995, p. 39.

<sup>31</sup> Em RHODES, R. A. W.; MARSH, D.. *Policy networks in British politics: a critic of existing approaches*. In: RHODES, R. A. W.; MARSH, D. *Policy networks in British government*. Clarendon Press, 1992.



mútuo menos rígidos; processo de seleção de entrada de seus membros menos severo; mobilização polimorfa dos atores, onde sua participação passa por momentos alternados de inércia e constante movimentação, de acordo com as fases do projeto; apresentam eficácia endógena, onde atores encontram referências concretas de partilha de seus recursos; são versáteis, instáveis, sua implantação é caótica e apresentam eficácia comprovada para promover políticas públicas. Entretanto, segundo Heclo (1978) citado por Massardier (2006, p. 175), tanto a multiplicação quanto a concorrência desse tipo de rede podem vir a prejudicar a eficácia global das políticas públicas, uma vez que elas podem “aumentar a complexidade da ação pública ao invés de simplificá-la”;

- (ii) O segundo tipo é chamado de “comunidades de políticas públicas”<sup>32</sup>, um tipo de rede mais densa e fechada em comparação com a anterior. A densidade e o fechamento se dão, respectivamente, pelo fato de os seus membros partilharem de uma “razão para agir” sobre a política pública que os reúne e pelos custos de entrada ser mais elevados em se tratando de investimentos afetivos, temporais e de recursos, ou seja, existe obrigatoriedade de troca para nela permanecer. Dessa forma, esse tipo é considerado mais estável, com relações mais estreitas e duráveis entre seus atores, lhe conferindo certa homogeneidade. Outra razão que lhe confere estabilidade está relacionada ao fato que une seus atores, não sendo apenas um projeto, como no tipo anterior, mas uma política pública;
- (iii) O terceiro tipo, das comunidades epistêmicas<sup>33</sup>, reúne especialistas de um campo que partilham ideias e crenças fundamentadas sobre um saber científico ou técnico próprio de um grupo social, ou seja, que partilham de um mesmo ponto de vista de conjunto, de uma mesma

---

<sup>32</sup> Em RICHARDSON, J. J.; JORDAN, A. G.. Policy communities: the British and European styles. Policy Studies Journal, 11, pp. 603-615, 1983.

<sup>33</sup> Em HAAS, P. M. *The uniting of Europe: political, social and economic forces*. Stanford University Press, 1968; e RICHARDSON, J. J.; JORDAN, A. G.. Policy communities: the British and European styles. Policy Studies Journal, 11, pp. 603-615, 1983.

*episteme* (HAAS, 1992<sup>34</sup> citado por MASSARDIER, 2006, p. 177). Essas redes são mais ou menos fechadas e influenciam sobremaneira as decisões em determinado campo.

Seguindo essa classificação, a Rede Gestora do Corredor é uma rede de projeto compartilhando todas as características apresentadas. Ela também compartilha da referência de atuação motivada por uma política pública, como nas comunidades de políticas públicas. No caso essa referência está sendo discutida, com vistas à sua construção.

Por fim e sob a perspectiva da economia, Leloup *et al.* (2005), a partir de várias abordagens, resgatam uma leitura particular de governança territorial, a qual aponta à busca por novas formas de organização e gestão territorial. Ela é entendida como um processo de coordenação, entrelaçamento de atores locais e de apropriação e construção social da territorialidade. Ao considerar essa abordagem da governança territorial, se expande o escopo de atuação dos diferentes atores envolvidos e enaltece sua interdependência, favorecendo o surgimento de diferentes níveis de cooperação e tomada de decisão que levam ao desenvolvimento de ações conjuntas, no sentido de enfrentar e resolver problemas comuns.

---

<sup>34</sup> Em HAAS, P. M. Introduction. Epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, v. 46, n. 1, pp. 1-35, 1992

#### 4. METODOLOGIA

A presente pesquisa está estruturada na perspectiva interdisciplinar do PPGMADE, a qual surge como alternativa e possibilidade da superação do pensamento racionalista e da fragmentação do conhecimento postulada pela ciência moderna. Nesse sentido, a interdisciplinaridade é entendida aqui como sendo um caminho para se analisar, nas escalas local, regional e global, as relações compreendidas na interface homem-natureza. Ela não é uma ciência nem uma “meta-disciplina” na qual se confundem o instrumental metodológico e os saberes disciplinares (ZANONI *et al.*, 1998). Dessa forma, ela é percebida como uma prática de articulação de conhecimentos disciplinares sobre a complexidade e diversidade que caracterizam a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Com isso, surge o entendimento de que é da prática que emergem os problemas para a reflexão teórica, ou seja, não são as disciplinas que definem os problemas e sim, o contrário.

A relação direta da pesquisa com uma ação prática em andamento, vivenciada desde 2010 pelo processo de planejamento do Corredor do Rio Paraná, é refletida na trajetória profissional do doutorando, que se reveza no papel de investigador/investigado. A temática central do planejamento territorial que orientará a abordagem teórico-metodológica da experiência selecionada para o estudo de caso, surge do trabalho coletivo do grupo AgroBIO, no contexto da turma 09, encontrando eco na execução de dois Projetos (PDA/MMA e FUNBIO/TFCA) executados por instituições da sociedade civil em parceria com órgãos do Estado.

Sua inovação analítica e ao mesmo tempo seu risco epistemológico, está no esforço em transpor referenciais teóricos das escolas de administração, da economia e dos estudos de políticas públicas para o campo da conservação da biodiversidade, em específico, no que tange o planejamento territorial e sua relação com os processos de uso e conservação dos recursos naturais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa.

O planejamento do Corredor do Rio Paraná envolve relações analíticas de três dimensões: (i) ecológica, a partir do olhar sobre a cobertura florestal e o potencial de conectividade entre fragmentos florestais que possam favorecer o fluxo gênico entre espécies; (ii) social, articulando os processos de uso da

propriedade rural como tamanho e vocação produtiva, distribuição da terra e geração de renda; e (iii) institucional, com foco nos arranjos de articulação e intervenção construídos pelas instituições que atuam na região. O eixo central da pesquisa é a dimensão institucional, sendo que a ecológica e social são utilizadas aqui como referências secundárias, muito embora, figurem as intenções finalísticas do planejamento proposto pelo Corredor.

Portanto, a Rede Gestora do Corredor enquanto arranjo institucional responsável pelo planejamento do seu território será a referência da análise da dimensão institucional, logo objeto central na pesquisa. A avaliação sobre seu papel e atuação, segundo objetivo específico da tese<sup>35</sup>, trará as informações sobre os elementos que orientam o planejamento do Corredor e as suas referências conceituais e empíricas sobre o aprendizado da governança territorial, respectivamente, primeiro e terceiro objetivos da tese<sup>36</sup>.

Propõe-se então, dois eixos de análise, sendo: (i) conceitual: que apresenta a orientação do planejamento, no caso, pelo signo da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento social e econômico, não se limitando em considerar apenas a dimensão biogeográfica do território, mas também a dimensão social, pautada em seus arranjos político-institucionais. Esse eixo apresenta relação direta com o primeiro objetivo específico; e (ii) empírico: relacionado com os outros dois objetivos específicos e com as etapas de execução do planejamento do Corredor, destacando sua contribuição para o aprendizado sobre governança territorial.

Por se tratar de um estudo de caso que acolhe elementos de pesquisa participante (BRANDÃO, 2001), adotam-se também as referências de Bardin (2008) na orientação e escolha das categorias analíticas.

Entre os métodos de coleta de dados estão:

- I. Análise de conteúdo dos documentos internos produzidos no escopo dos dois Projetos (PDA/MMA e FUNBIO/TFCA), a saber: os dois editais das respectivas chamadas dos Projetos; a íntegra dos dois Projetos (versão aprovada pelos financiadores); e seus

---

<sup>35</sup> Avaliar a efetividade e a sustentabilidade da Rede Gestora no processo de planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná.

<sup>36</sup> Identificar os elementos que orientam o planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná; e Analisar a contribuição do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná no processo de aprendizagem sobre governança territorial.

relatórios de trabalho, que envolvem memórias/atas de reunião, o Plano de Gestão Bioregional do Corredor, relatórios parciais e consolidados, bem como, o conjunto dos mapas produzidos;

- II. Questionário semi-estruturado, aplicado em reunião plenária da Rede Gestora em 2013, compondo o “mapeamento institucional”, com intuito de mapear as relações institucionais entre seus membros e deles com a própria Rede. Parte desse mapeamento foi elaborado em uma adaptação do Diagrama de Venn<sup>37</sup>, para identificar a proximidade e as relações potenciais de trabalho integrado. Seu conteúdo está no anexo da pesquisa<sup>38</sup>.
- III. Observação participante de 11 reuniões e oficinas de trabalho da Rede Gestora do Corredor no período de três anos, novembro de 2010 a novembro de 2013. No apêndice da tese segue uma síntese dos principais aspectos observados em cada evento realizado pela Rede Gestora.

A disposição dos itens no capítulo 06, no qual são apresentados os resultados e análises, segue a orientação dos três objetivos específicos que estão associados às categorias de análise, o que conduz a leitura de três temas específicos e relacionados com o processo de planejamento do Corredor do Rio Paraná, a saber: o planejamento territorial, o arranjo institucional e a governança territorial, conforme mostra a Matriz Analítica da pesquisa (tabela 01). Vale destacar que em alguns momentos, as variáveis relacionadas na tabela perpassam a discussão em mais de uma categoria de análise.

Com isso, pretende-se levantar subsídios para atender ao objetivo geral da presente pesquisa em analisar o processo de planejamento territorial do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná a partir da atuação da Rede Gestora enquanto arranjo institucional responsável pela sua elaboração.

---

<sup>37</sup> Criado pelo matemático John Venn, o diagrama foi adaptado para se trabalhar relações institucionais, sendo considerado uma das ferramentas do enfoque participativo (DRUMOND; GIOVANETTI; QUEIROZ, 2009).

<sup>38</sup> O questionário foi respondido em plenária da reunião da Rede Gestora por 18 instituições que estiveram presentes na ocasião da sua aplicação.

Tabela 01 - Matriz Analítica da Pesquisa

Eixo de análise	Objetivos específicos	Categorias	Sub-categorias	Variáveis relacionadas	Questões e/ou afirmações de pesquisa	Critérios de avaliação <sup>39</sup>
I – conceitual: orientação do planejamento	1. Compreender os elementos que orientaram o planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná	Planejamento territorial	- desenvolvimento territorial; - planejamento e ordenamento territorial; - corredores (biodiversidade e ecológico);	- escala (regional); - dimensão (bioregional e político-institucional); - perspectiva do planejamento (desenvolvimento e conservação) - institucionalização do corredor	- o Corredor é uma unidade de planejamento territorial que considera, em escala regional, a sua perspectiva biogeográfica da mesma forma em que considera a interação social que a forma; - quais são os limites e potencialidades do planejamento territorial? - desentendimentos conceituais sobre corredores acarretam dificuldades em seus processos de institucionalização e gestão desses territórios;	Não será objeto de avaliação
II - empírico: execução do planejamento <sup>40</sup>	2. Avaliar o papel e a contribuição da Rede Gestora no planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná	Arranjo Institucional	- estrutura e papel da Rede Gestora no planejamento; - articulação institucional da Rede Gestora e papel dos seus membros;	- esfera pública e participação; - diálogo institucional; - motivação; - cooperação; - manutenção;	- quem se beneficia do arranjo institucional construído pela Rede Gestora do Corredor? - que elementos favorecem o diálogo e a articulação institucional no contexto da Rede Gestora?	Efetividade e sustentabilidade da Rede Gestora enquanto arranjo institucional
	3. Destacar a contribuição do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná no processo de aprendizagem sobre governança territorial	Governança Territorial	- Rede Gestora como instrumento de gestão territorial (autonomia); - Rede Gestora como espaço de aprendizagem;	- autonomia de tomada de decisão no planejamento; - potencial de interferência na realidade territorial; - capacidade de transformação institucional e pessoal	- o Corredor pode ser considerado uma instância de governança territorial, sendo um instrumento capaz de revelar suas estruturas e relações intrínsecas aos seus processos de gestão do território? - a Rede Gestora possui autonomia de gestão do território a ponto de interferir em seu ordenamento ou fica limitada a etapa de elaboração do planejamento?	Não será objeto de avaliação

<sup>39</sup> Baseado e adaptado dos critérios e indicadores de avaliação de arranjos institucionais de Joel Souto-Maior, cuja perspectiva conceitual e abordagem prática estão consolidadas em sua última publicação, intitulado “Planeação Estratégica Comunicativa” (2012).

<sup>40</sup> Envolve as três etapas do planejamento: elaboração, execução e avaliação. Para efeito de sistematização da informação, a etapa de elaboração corresponde ao Projeto PDA/MMA (2010-2012, marco “zero” do planejamento) e as etapas de execução e avaliação são inauguradas com o início do Projeto FUNBIO/TFCA (abril de 2013, sendo que a análise de informações vai até novembro de 2013). Na prática é possível perceber elementos das três etapas do planejamento em ambos os Projetos.

Para avaliar o papel e contribuição da Rede Gestora no planejamento do Corredor, previsto no segundo objetivo da tese, foram utilizados os estudos da abordagem metodológica Planeação Estratégica e Comunicativa (PEC), de Joel Souto-Maior (SOUTO-MAIOR, 2012). A PEC oferece referenciais e ferramentas para avaliar os processos participativos de um arranjo institucional. No caso, serão utilizadas algumas dessas ferramentas para avaliar dois critérios: a efetividade e sustentabilidade da Rede Gestora do Corredor. Outro aspecto que influenciou na escolha da PEC como ferramental na presente pesquisa é sua orientação para a ação reflexiva, esta mediada entre as premissas da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas.

A intenção de avaliar a atuação da Rede Gestora no planejamento não pretende apontar de forma direta os benefícios ou prejuízos da sua atuação em relação ao planejamento. As informações geradas servirão de referência e subsídio para elucidar as questões relacionadas com os outros dois objetivos específicos da pesquisa<sup>41</sup>, sendo complementados com a análise de conteúdo e as informações da observação participante, conforme descrito anteriormente.

A avaliação proposta acontece durante o processo de planejamento do Corredor, caracterizando avaliação *in processus* (PATTON, 1986). Souto-Maior (2012) sugere alguns indicadores para determinar o grau de efetividade e sustentabilidade de um arranjo institucional ou mesmo dos seus planos de ação. Ajustando essa perspectiva de análise aos dados que foram coletados ao longo da pesquisa, foram escolhidos os indicadores que mais se aproximam das intenções da pesquisa, a saber: (i) para o critério da efetividade, o grau de participação, o grau de satisfação e o grau de confiança<sup>42</sup>; e (ii) para o critério da sustentabilidade, a taxa de crescimento do número de instituições que compõem o arranjo institucional, a taxa de crescimento da variedade de tipos dessas instituições, grau de apoio institucional, grau de coordenação do arranjo institucional e a sua taxa de manutenção/sobrevivência, sendo que esta última envolve a capacidade de conseguir e gerir recursos financeiros.

---

<sup>41</sup> A saber: Identificar os elementos que orientam o planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná; e analisar a contribuição do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná no processo de aprendizagem sobre governança territorial.

<sup>42</sup> Aqui será adotado um quarto indicador, o “potencial de tomada de decisão”, que não foi retirado da PEC, estando explicitado abaixo.

O entendimento conceitual dado ao critério de efetividade e adotado na pesquisa segue a proposição de Souto-Maior (2012, p. 102), sendo a “capacidade de uma organização [no caso de um arranjo institucional] em satisfazer todos os seus legítimos exigentes<sup>43</sup>”, ou seja, é a capacidade do arranjo institucional em atender os objetivos, os interesses e as demandas dos atores envolvidos, estando relacionado diretamente com a satisfação das instituições em participar do arranjo proposto. Seguindo este autor, o conceito de sustentabilidade se relaciona com a sobrevivência de uma organização ou de um arranjo institucional, ou seja, ela é determinada “pela sua capacidade de continuamente alcançar resultados que satisfaçam seus exigentes”, entendido como, “a capacidade de ser efetiva ao longo do tempo” (SOUTO-MAIOR, 2012, p. 506).

Para buscar os indicadores relacionados com a efetividade a partir da PEC, serão utilizadas as seguintes referências:

- I. O *grau de participação* (GP) será obtido pela divisão entre o “número de atores que de fato participam” e o “número de atores que potencialmente deveriam participar” (SOUTO-MAIOR, 2012, p. 502) e os dados correspondentes surgem das listas de presença das instituições nas 11 reuniões da Rede Gestora realizadas no período de três anos (2010-2013) e do mapeamento institucional via questionário realizado em 2013. Vale destacar que a participação não pode ser medida apenas a partir da presença em reuniões. Portanto, outras referências serão consideradas, como por exemplo, a manutenção e a aproximação relacional entre a instituição e a Rede Gestora, tanto presencial quanto virtual. As referências e critérios para definição do número de atores serão detalhados junto ao item 06 “discussão dos resultados”;
- II. O *grau de satisfação* (GS)<sup>44</sup> será obtido pela divisão entre os “resultados alcançados” e os “resultados esperados/desejados”

<sup>43</sup> Souto-Maior (2012) chama de “exigentes” os atores envolvidos com a organização ou o arranjo institucional em questão, sendo aqueles que têm interesse ou serão afetados pela sua atuação. O entendimento se aproxima do conceito de *stakeholders*. Para efeito da presente pesquisa será considerado o termo “atores” para indicar o que o autor chama de “exigentes”.

<sup>44</sup> A sigla original do índice proposto por Souto-Maior é “SR”. Ajustamos aqui apenas para facilitar o entendimento.



(SOUTO-MAIOR, 2012, p. 503). Aqui os dados correspondentes surgem da análise de conteúdo das atas/memórias das reuniões e oficinas de trabalho, percebendo as intenções das instituições, os objetivos propostos para a Rede Gestora, os momentos de avaliação e evolução do Plano de Gestão Bioregional da Rede Gestora, o qual aponta as atividades para alcançar os objetivos esperados. Da mesma forma, as referências e critérios específicos para definição dos resultados serão detalhados no item 06;

- III. Em relação ao *grau de confiança* (GC), um indicador considerado relevante em análises de efetividade (SOUTO-MAIOR, 2012), não se terá uma métrica para sua indicação. Contudo, será feita uma leitura a partir da expectativa que os membros da Rede têm em relação ao seu comportamento futuro. Essa informação surge do mapeamento institucional e da análise de conteúdo das atas e memórias das reuniões em que as expectativas são explicitadas. Esse é um indicador que será utilizado para a análise da sustentabilidade;
- IV. Será analisado também o *potencial de tomada de decisão* (PD) dos representantes das instituições que atuam na Rede, aproximando a análise da participação de uma leitura sobre autonomia institucional e sua relação com a governança. Foi criado um índice de 1 a 3 que corresponde a relação entre o cargo ou função que o representante ocupa em suas instituições e sua autonomia de decisão, sendo: 1 – referente ao nível “baixo” de tomada de decisão, representado por cargos técnicos, onde o processo decisório é limitado, como estagiários, analista administrativo e ambiental, professores, técnico e pesquisador; 2 – referente ao nível “médio”, representado por cargos com certa autonomia de decisão, como gerente, diretoria técnica ou setorial, secretário, coordenador, chefe de UC; e 3 – referente ao nível “alto”, representado por cargos com potencial ampliado de decisão, como prefeito, diretor geral e presidente da instituição. A informação é coletada nas listas de presença e no mapeamento institucional realizado.

Já para buscar os indicadores relacionados com a sustentabilidade, ainda a partir da PEC, serão utilizadas as seguintes referências:

- I. A *taxa de crescimento do número de instituições que compõem a Rede Gestora* (TC) e a *taxa de crescimento da variedade dos tipos de instituições* (TCv), ambas derivando das informações contidas nas listas de presença;
- II. O *grau de apoio institucional* (GA), o qual envolve apoio financeiro (seja mensurado ou não mensurado), técnico e político-institucional. As informações surgem da análise de conteúdo dos Projetos aprovados, os quais apontam a relação orçamentária da contra-partida dos seus parceiros;
- III. O *grau de coordenação do arranjo institucional* (GCA), não envolve uma métrica, mas será analisado tendo em vista sua importância sobre a atuação da instituição que assume o papel da coordenação e sua influência sobre o processo participativo. O Projeto PDA/MMA teve sua coordenação em forma de consórcio, envolvendo sete instituições, sendo uma delas responsável pela coordenação da Rede Gestora. No Projeto FUNBIO/TFCA, a coordenação geral é de apenas uma instituição, a qual coordena também os trabalhos da Rede Gestora por intermédio da secretaria-executiva contratada no âmbito do Projeto.

Esses dois conjuntos de indicadores dão uma visão parcial sobre a efetividade e a sustentabilidade da Rede Gestora que, mesmo considerando suas limitações, atende ao propósito da pesquisa em gerar referências para aprendizagem a partir desta análise. Assim, para a avaliação da totalidade de relações e atuação da Rede, seria necessário um estudo mais criterioso, abordando outros indicadores que se relacionam com a complexidade da sua atuação. As informações geradas foram sistematizadas em formato de planilha do Microsoft Excel, estando inserida no Apêndice da tese.

Por fim, ainda do ponto de vista metodológico, vale destacar que a maior parte dos dados coletados são significativamente intangíveis e baseados em indicadores subjetivos, como por exemplo, a participação. Tal fato, aliado a perspectiva de avaliar um arranjo institucional e não apenas uma única instituição, pode favorecer eventuais distorções nas interpretações, dada sua

complexidade. Este risco é assumido na presente pesquisa e deve ser considerado caso haja intenção de generalização/replicação da estratégia metodológica em outros contextos de análise.

## **5. CONTEXTO DO ESTUDO:** o Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná

O conjunto ecossistêmico da região que compõe a porção sul do bioma Mata Atlântica, especialmente na região da bacia hidrográfica do Rio Paraná, acolhe parcela significativa de elementos da biodiversidade que, por diferentes iniciativas, vem sendo objeto de discussão e realização de ações que buscam a sua conservação.

Ao mesmo tempo em que a região apresenta características naturais relevantes à conservação, surgem, na mesma medida e relevância, elementos da socioeconomia que configuram um importante pólo de desenvolvimento social e econômico em diferentes escalas. Essa relação histórica entre uso e conservação dos recursos naturais ali constituídos, caracteriza um processo de construção social de um território ímpar que, desde 2007, vem motivando atuação profissional do pesquisador e inspirando a essência reflexiva da presente pesquisa.

O capítulo busca contextualizar o cenário escolhido como pano de fundo da pesquisa, na tentativa de expressar a complexidade das relações e ações institucionais que, ao longo da história, se apropriam dos processos de uso e conservação dos recursos naturais do chamado Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná ou Corredor do Rio Paraná. Sua disposição envolve:

- Uma caracterização geral da área de estudo da pesquisa (item 5.1), sob a perspectiva biogeográfica e socioeconômica da porção sul do bioma Mata Atlântica, destacando alguns aspectos da área de abrangência do Corredor do Rio Paraná;
- Um breve histórico das ações de conservação da natureza e sua relação direta com as ações de desenvolvimento na Mata Atlântica e na região do Corredor do Rio Paraná (item 5.2), com destaque àqueles que buscam ações de articulação interinstitucional; e
- A apresentação do contexto de execução dos dois Projetos que vem, desde 2010, encampando discussões sobre as possibilidades de criação do Corredor do Rio Paraná (item 5.3). Aqui também serão apresentadas informações específicas e complementares sobre o território do Corredor do Rio Paraná a partir dos produtos desses dois projetos.

## 5.1. A porção sul do bioma Mata Atlântica: biogeografia e socioeconomia

### 5.1.1 Caracterização Biogeográfica

A maioria dos Biomas brasileiros não possui definição e delimitação em lei, sendo considerados oficialmente como biomas e suas delimitações aqueles descritos no “Mapa de Biomas do Brasil”, elaborado em 2004 por meio de uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) e o Ministério do Meio Ambiente e que teve como base o Mapa de Vegetação do Brasil do mesmo ano (IBGE, 2004).

No entanto, o Bioma Mata Atlântica, por apresentar uma lei específica – a Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006<sup>45</sup> (*Lei da Mata Atlântica*) – recebe uma delimitação legal, sendo composta por uma série de tipologias ou unidades fitogeográficas, constituindo um mosaico vegetacional (figura 06). A referida lei em seu artigo segundo prevê que:

consideram-se integrantes do Bioma Mata Atlântica as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme regulamento: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste (BRASIL, 2008).

Esse Bioma se distribui por uma vasta extensão do território brasileiro, abrangendo total ou parcialmente 17 estados da federação (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe), e sendo habitado por cerca de 67% da população brasileira, o que equivale a 120 milhões de pessoas.

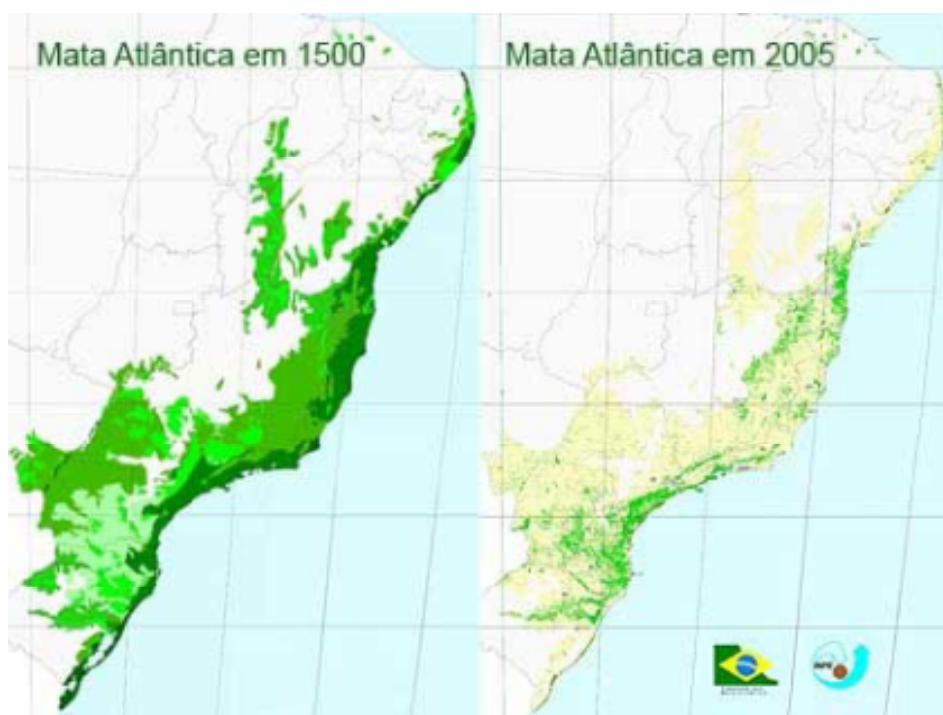
---

<sup>45</sup> A Lei da Mata Atlântica foi regulamentada por meio do decreto n. 6.660, de 21 de novembro de 2008.



A Floresta Atlântica já cobriu continuamente 15% do território brasileiro (Figura 07) e hoje restam menos de 27%<sup>46</sup> de remanescentes da sua área original, dispersos em fragmentos florestais pequenos e isolados (MMA, 2007a). Destes, apenas 7,91%<sup>47</sup> estão em bom estado de conservação, podendo esta porcentagem ser ainda menor, uma vez que esse dado é de 2008 e o desmatamento não cessou (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2011).

FIGURA 05 - Extensão do bioma mata atlântica em 1500 e os remanescentes existentes no ano de 2005



Fonte: SOS Mata Atlântica (2011)

Há 22 anos, Brown e Brown (1992) acreditavam que cerca de 50% das espécies da Mata Atlântica já tivessem se extinguido em decorrência do estado fragmentado em que se encontrava o Bioma. A lista das espécies da fauna ameaçadas de extinção aponta para o fato de que mais de 60% das espécies inseridas em uma das suas cinco categorias de ameaça<sup>48</sup> estão na Mata

<sup>46</sup> Esse percentual é fruto de um mapeamento realizado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2006.

<sup>47</sup> Esse número totaliza os fragmentos acima de 100 hectares e desconsidera a área do Bioma Mata Atlântica do Estado do Piauí.

<sup>48</sup> As categorias de ameaça utilizadas no “Livro Vermelho da Fauna Brasileira ameaçada de extinção” são: extinto; extinto na natureza; criticamente em perigo; em perigo; e vulnerável.

Atlântica. Isso se deve principalmente ao alto grau de endemismo das espécies e a acentuada devastação e fragmentação do Bioma (MACHADO; DRUMMOND; PAGLIA, 2008). A situação da flora ameaçada é similar, pois em torno de 58% das espécies inseridas na “Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção” (MMA, 2008) pertencem à Mata Atlântica. Por ser uma área de alta diversidade biológica, alto endemismo e com alto grau de ameaça, o Bioma Mata Atlântica é considerado um dos 34 *hostposts*<sup>49</sup> mundiais, estando entre os cinco primeiros biomas do *ranking* estabelecido pela *Conservation International* (MITTERMEIER *et al.*, 2004; CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL, 2005).

Os estudos da distribuição das espécies nas diferentes tipologias vegetacionais do Bioma Mata Atlântica, mostram que a Floresta Ombrófila Densa abriga mais da metade da riqueza<sup>50</sup> (60%) e a maior parte dos endemismos (80%). Quanto à riqueza, a Floresta Ombrófila Aberta possui 9.661 espécies catalogadas e a Floresta Estacional Semidecidual, 3.841 espécies, o que representa quase um terço do número da primeira. Esta última responde pela maior porção de vegetação do Corredor do Rio Paraná. A concentração de espécies nas demais unidades apresenta a seguinte distribuição: “Formações Campestres (3.740), Floresta Ombrófila Mista (2.776), Restinga (1.808), Floresta Estacional Decidual (1.113), Afloramentos Rochosos (1.004), Formações Aquáticas (178) e o Manguezal (65)” (STEHMANN *et al.*, 2009, p. 8).

Em relação ao endemismo, a ordem do número de espécies obedece um padrão similar ao da riqueza para as cinco primeiras tipologias: a Floresta Ombrófila Densa possui 5.164 espécies endêmicas, a Floresta Estacional Semidecidual 1.081 espécies, as Formações Campestres 962 espécies, a Floresta Ombrófila Mista, 946 espécies e a Restinga, 742 espécies (STEHMANN *et al.*, 2009, p. 8). A diversidade de ecossistemas do Bioma Mata Atlântica, proporcionada pela sua distribuição em diferentes longitudes,

---

<sup>49</sup> A definição atual de uma região como um *hotspot* exige que ela atenda a dois critérios: “abrigar no mínimo 1.500 espécies de plantas vasculares endêmicas e ter 30% ou menos da sua vegetação original (extensão da cobertura do *habitat* histórico) mantida” (CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL, 2005, p. 6).

<sup>50</sup> A riqueza se refere ao número de espécies em uma comunidade.



altitudes e latitudes, é apontada como responsável pela grande diversidade biológica de espécies e pelo seu alto grau de endemismo.

Estima-se a existência de um milhão e seiscentas mil espécies animais no Bioma Mata Atlântica, representados, em sua grande maioria, pelo grupo dos insetos. Segundo documentos oficiais do Ministério do Meio Ambiente, das 396 espécies de animais consideradas ameaçadas de extinção no Brasil, 350 são espécies que apresentam distribuição na Mata Atlântica (MMA, 2003; 2007).

A parcela desse patrimônio natural protegido em forma de unidades de conservação (UCs) federais totaliza 79 UCs<sup>51</sup>, em diferentes grupos e categorias de manejo (MMA, 2013). Somado a esse número, existem ainda UCs criadas em âmbito estadual e municipal. No contexto do Corredor do Rio Paraná, entre UCs federais, estaduais e municipais, existe o número aproximado de 25, mais as UCs particulares, distribuídas em diferentes categorias. Em se tratando de áreas protegidas, existem ainda 15 terras indígenas demarcadas (PDA/MMA, 2010).

Vale destacar que as UCs são consideradas as principais estratégias de conservação da biodiversidade. Contudo, no processo de gestão ambiental pública, elas assumem a função de instrumentos de mediação de conflitos e interesses em relação ao uso e proteção dos recursos naturais. Embora tendo essa mediação como um dos pontos centrais de sua gestão, ela própria gera conflitos ambientais, na medida em que assume um papel de uso, direto ou indireto, sobre aqueles recursos ora protegidos. Uma vez criadas, as UCs incrementam àquele espaço demarcado a legislação vigente, bem como instituem novos aparatos legais que acirram discussões em relação aos problemas e benefícios da proteção ambiental (TEIXEIRA; LIMONT, 2008).

Entre as ameaças para a biodiversidade da mata atlântica, está o extremo grau de fragmentação e degradação da floresta, fato que corrobora com a destruição dos principais habitats, cuja causa principal é a expansão da agricultura e da pecuária, tanto em grande como em pequena escala. Outras causas incluem ocupação, a construção de infraestrutura (barragens, estradas,

---

<sup>51</sup> O universo de UCs federais distribuídas em todos os biomas é de 314 (ICMBio, 2013).

etc.), a caça ilegal de animais selvagens e a exploração insustentável da floresta nativa (LINO & SIMÕES, 2011).

Como visto, o governo brasileiro editou uma lei específica para ordenar o uso dos recursos naturais na Mata Atlântica, a qual dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa desse Bioma, com o estabelecimento de critérios de usos diferenciados. A chamada Lei da Mata Atlântica se consubstancia no Decreto n. 750/93, editado com o objetivo de conter o desmatamento nesse bioma, uma vez que o Código Florestal e demais instrumentos legais não estavam sendo suficientes para impedir a sua devastação. A lei proíbe o corte, a exploração e a supressão da vegetação primária e nos estágios avançado e médio de regeneração<sup>52</sup>, o que significa, na prática, toda a vegetação arbórea do bioma, seja em área rural ou urbana, salvo situações excepcionais quando de comprovada utilidade pública. Praticamente impede o manejo madeireiro nas florestas nativas, salvo algumas exceções, quando a produção se destina para o uso próprio ou de espécies pioneiras (BRASIL, 2006). No entanto, essa legislação não foi acompanhada de um programa de fiscalização e monitoramento efetivo que garantisse a sua aplicação.

Uma legislação mais restritiva, sem dúvida, tem grande importância na conservação da biodiversidade. Essa concepção preservacionista, no entanto, representa um desafio para aqueles que trabalham com o uso dos recursos naturais, visto que, na maioria dos casos, inviabiliza modos de produção, comprometendo, em alguns casos, a geração de renda da população que vive na área de influência da Mata Atlântica, especialmente no recorte rural.

Todavia, essa lei apresenta algumas possibilidades de uso dos recursos florestais, particularmente para produtos não madeireiros. Ainda, existem algumas ressalvas em relação aos pequenos produtores<sup>53</sup> e

---

<sup>52</sup> A caracterização desses estágios é definida pela Resolução CONAMA n° 388/2007, sendo específica para cada estado.

<sup>53</sup> De acordo com a Lei: Pequeno produtor: aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo;

populações tradicionais<sup>54</sup> que podem se utilizar de alguns instrumentos que facilitam o uso dos recursos florestais quando esses se destinarem ao consumo próprio. Além disso, são previstas facilidades na obtenção de autorizações e mesmo a possibilidade de manejar e realizar cortes nas florestas em estágios secundários quando isso for imprescindível para a subsistência daqueles grupos (BRASIL, 2006). Contudo, essas possibilidades de uso ainda têm sido pouco efetivadas, pois não se estabeleceram políticas que viabilizem o acesso a esses instrumentos e suas autorizações, nos casos específicos. Da mesma forma, não existe ainda regulamentação sobre essas possibilidades de manejo.

No contexto da área de abrangência do Corredor do Rio Paraná, são encontradas as seguintes unidades fitogeográficas: a Floresta Estacional Semidecidual, porção predominante em termos de área na região do Corredor do Rio Paraná; as pequenas regiões de transição com a Floresta Ombrófila Mista - conhecida como floresta com araucárias, nos estados do Paraná e de Santa Catarina - e com a Savana - conhecida como o cerrado brasileiro, na pequena porção sul do estado de Goiás e no Mato Grosso do Sul (margem direita do Rio Paraná); e a pequena parcela de Floresta Estacional Decidual, no oeste catarinense e no noroeste do Rio Grande do Sul; (SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2011, IBGE, 2012).

No sentido de aproximar as informações do território do Corredor do Rio Paraná, dois aspectos merecem destaque: as características da Floresta Estacional Semidecidual, uma vez que ela é a formação florestal predominante no Corredor; e as características da bacia hidrográfica do Rio Paraná, a qual é a referência no processo de planejamento e de gestão desse território. As informações apresentadas no item 5.3, referente aos produtos dos Projetos PDA/MMA e FUNBIO/TFCA, servirão de complemento da caracterização da área de estudo.

---

<sup>54</sup> De acordo com a Lei: População tradicional: população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental;

#### 5.1.1.1. Floresta Estacional Semidecidual - FES

Dentro do Domínio da Mata Atlântica é possível encontrar diversas formações florestais (fitofisionomias) e ecossistemas associados. Uma dessas formações é a Floresta Estacional Semidecidual (FES), a qual é condicionada por dupla estacionalidade climática, sendo: uma na região tropical, apresentando dois períodos pluviométricos, um chuvoso e outro seco, com temperaturas médias anuais de 21° C; e na região subtropical, onde se configura um período curto de seca acompanhado de quedas bruscas de temperatura, e as médias ficam abaixo dos 15° C. Tal estacionalidade induz um repouso fisiológico da vegetação, fazendo com que 20 a 50% das árvores (chamadas de caducifólias) do conjunto florestal, percam suas folhas no período seco (CAMPANILI & SCHAFFER, 2010).

No Brasil a FES possui 486.500 km<sup>2</sup> o que corresponde a 37,24% da área do Domínio da Mata Atlântica e está subdividida em quatro formações, tendo em vista que é um tipo florestal bastante descontínuo e situado entre dois climas, um úmido e outro árido: I – Aluvial, encontrada com maior frequência nas calhas dos rios, na planície pantaneira do Mato Grosso do Sul e na bacia hidrográfica do Rio Paraguai; II – de Terras Baixas, que ocorre, geralmente, em depressões sedimentares entre 5 e 100 metros de altitude; III – Submontana, a qual é encontrada em uma faixa altimétrica de 100 a 600 metros, compondo porções de planaltos areníticos (entre eles o Arenito Caiuá) entre os estados de Minas Gerais, porção sul do Mato Grosso do Sul, São Paulo, porção sul de Goiás através do rio Paranaíba, bem como na porção norte e sudoeste do Paraná. O gênero florestal dominante que a caracteriza, principalmente no planalto paranaense e oeste paulista, é *Aspidosperma*, cuja espécie emblemática é a Peroba Rosa (*A. polyneuron*); e IV – Montana, a qual é encontrada na faixa altimétrica entre 600 a 2000 metros de altitude. Poucos são os locais que abrigam esta subformação (IBGE, 2004; 2012).

No Paraná, a FES surge nas regiões norte, oeste e sudoeste, o que corresponde ao Baixo Rio Iguaçu, à bacia do Rio Paraná e ao divisor de águas Ivaí-Piquiri. Essa vegetação estende-se ainda pelos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, chegando à bacia do Rio Uruguai, parte da Argentina e do Paraguai. Os remanescentes

são poucos, sendo o Parque Nacional do Iguaçu (com 185.262 ha) e o Parque Nacional de Ilha Grande (com 78.875 ha) os fragmentos mais significativos (CAMPANILI & PROCHNOW, 2006).

Existem outras maneiras de analisar as classificações de vegetação e seus ecossistemas, as quais vêm sendo utilizadas para auxiliar nos processos de planejamento e gestão territorial. Como exemplo, análises por ecorregiões<sup>55</sup> que, por sua vez, são unidades relativamente extensas de terra ou água que reúnem um conjunto de comunidades biológicas que compartilham espécies, dinâmicas e condições ambientais em escalas ampliadas (DINERSTEIN, 2000).

A FES está inserida em uma das ecorregiões do Bioma Mata Atlântica, chamada de ecorregião “Florestas do Alto Paraná”, localizada na porção sudoeste da Mata Atlântica, a qual se estende desde a costa oeste da Serra do Mar, no Brasil, até o leste do Paraguai e a Província de Misiones, na Argentina. Esta ecorregião possui um dos maiores remanescentes de floresta estacional semidecidual do complexo da Mata Atlântica (DI BITETTI, M.S; PLACCI, G.; DIETZ, L.A., 2003).

A planície de inundação do rio Paraná, bem como, sua formação vegetal característica, contribuem para manutenção de elevada diversidade biológica em relação ao meio aquático. Tal aspecto enaltece tanto a perspectiva de conservação desse ecossistema como sua perspectiva socioeconômica, tendo em vista que a pesca artesanal na região, inclusive no lago artificial de Itaipu, é considerada importante fonte de renda de populações ribeirinhas e ainda forte incremento ao turismo, devido ao esforço de pesca desportiva (CAMPOS, J. B.; AGOSTINHO, A. A., 1997).

#### *5.1.1.2. A bacia hidrográfica do Rio Paraná*

A região Hidrográfica do Paraná<sup>56</sup> abrange cerca de 879.860 km<sup>2</sup>, correspondendo a 10,3% do território nacional, sendo a terceira mais extensa do Brasil e ainda representa o trecho brasileiro da Unidade Hidrográfica da

---

<sup>55</sup> Nos últimos anos, organizações que atuam em prol da conservação da biodiversidade vêm ampliando a escala territorial na qual promovem o planejamento e a implantação de suas ações. O WWF adotou esta abordagem, passando a trabalhar na escala de ecorregião.

<sup>56</sup> É uma das 12 regiões hidrográficas do Brasil, conforme a Resolução CNRH n.º 32 de 15 de outubro de 2003.

Bacia do Rio da Prata (PNRH-DBR, 2005). Confronta seus limites ao sul com a região hidrográfica do Uruguai, a sudeste com a do Atlântico Sul, a sudeste e leste com a do Atlântico Sudeste; a leste e nordeste com a do São Francisco; ao norte com a do Tocantins-Araguaia; a noroeste com a RH do Paraguai; a oeste com o Paraguai e a sudoeste com a Argentina (MMA, 2006).

Os principais tributários que formam o rio Paraná são o rio Paranaíba e o rio Grande, na confluência dos limites dos estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Possui extensão de 2.570 km até sua foz no rio da Prata, que, somados aos 1.170 km do Paranaíba, totalizam 3.740 km, sendo o terceiro rio mais extenso das Américas (MMA, 2006). Em sua margem esquerda, conta ainda com a contribuição hídrica significativa: dos rios Tietê, do Peixe, Aguapeí e Paranapanema em São Paulo; dos rios Piquiri, Ivaí e Iguaçu no Paraná. Em sua margem direita recebe a influência hídrica dos rios Ivinhema e Amambai no estado do Mato Grosso do Sul.

O desenho territorial do Corredor do Rio Paraná está totalmente inserido na Região Hidrográfica do Paraná e parcialmente inserido entre o oeste de Santa Catarina e o noroeste do Rio Grande do Sul, na Região Hidrográfica do Uruguai. As bacias hidrográficas inseridas na Região Hidrográfica do Paraná são: do Rio Paranaíba, do Rio Grande, do Rio Tietê, do Rio Paranapanema, do Rio Paraná e do Rio Iguaçu. Na Região Hidrográfica do Uruguai, as bacias hidrográficas que possuem incidência no desenho do Corredor do Rio Paraná são: a sub-bacia do Rio Uruguai trecho Alto, na porção do estado de Santa Catarina, com predomínio da sub-bacia nível 2 do Uruguai (trecho nacional); e a sub-bacia do Rio Uruguai trecho Médio, no estado do Rio Grande do Sul, com predomínio da sub-bacia nível 2 do Uruguai 1, região do Rio Turvo e outros (MMA, 2006a; 2006b).

### 5.1.2 Caracterização Socioeconômica

A elevada fragmentação dos habitats e a redução da biodiversidade têm ocasionado, nas últimas três décadas, marcante impacto nos ecossistemas que compõem a Mata Atlântica. A exploração da Mata Atlântica, motivada pelos processos de desenvolvimento, vem ocorrendo desde a chegada dos portugueses ao Brasil. O processo de exploração florestal prosseguiu durante

os ciclos da cana-de-açúcar, do ouro, da produção de carvão vegetal, da extração de madeira, da plantação de cafezais e pastagens, da produção de papel e celulose, do estabelecimento de assentamentos de colonos, da construção de rodovias e barragens, e de um amplo e intensivo processo de urbanização (IBAMA, 2011).

Essa relação entre diferentes usos dos recursos naturais é histórica, sempre atrelada a processos de desenvolvimento tecnológico, social e econômico que delimitam os contornos da paisagem na Mata Atlântica. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aproximadamente 120 milhões de pessoas, distribuídas em mais de 3.400 municípios (62% do total no país), vivem na região do Bioma Mata Atlântica (IBGE, 2000). Fica explícita a crescente demanda pelo aumento e qualificação dos processos produtivos, no sentido de atender as necessidades dessa população.

A matriz produtiva na porção sul da Mata Atlântica e associada à região do Corredor do Rio Paraná, de modo geral, é representada pela produção agropecuária, cerca de 71% da área total do Corredor, com áreas destinadas à pecuária extensiva (40%), agricultura familiar e produção agrícola de larga escala (21%), especialmente, sobre a produção de *comódites* como o cultivo de grãos (principalmente soja e milho) e a cana-de-açúcar (10%) do território (PDA/MMA, 2012). Adiante, no item 5.3 serão apresentados dados detalhados sobre uso do solo no recorte territorial do Corredor do Rio Paraná, vindos do mapeamento realizado no escopo do projeto PDA/MMA.

Em se tratando da relação de uso e ocupação do solo, em específico pela agropecuária na região do Corredor do Rio Paraná, é possível perceber alguns padrões, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006. O estado do Mato Grosso do Sul representa, junto com Mato Grosso, Maranhão e Pará, a principal fronteira pecuária do país, com a predominância de grandes extensões territoriais destinadas à formação de pastagens. Parcela da região do noroeste do Paraná e oeste de São Paulo também seguem esse padrão, contudo, o tamanho das propriedades rurais é menor em relação ao tamanho das propriedades rurais do lado sul mato-grossense. Nessa região, a pecuária divide espaço com grandes áreas de lavoura, especialmente, de cana-de-

açúcar, seguindo a proporcionalidade do tamanho das propriedades em cada um desses estados (IBGE, 2006).

No oeste dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é expressiva a predominância de áreas de especialização agrícola destinadas à lavoura e agroindústria (este último, com maior intensidade, no oeste catarinense), considerada importante fronteira agrícola do país, especialmente, na produção de grãos (soja e milho) e cana-de-açúcar. Vale notar que essa região não apresenta dados expressivos de expansão de áreas a serem incorporadas aos processos produtivos, como é o caso de grande parte das regiões centro-oeste, nordeste e norte do país, mas sim, segue a tendência de intensificação produtiva de áreas já consolidadas (IBGE, 2006).

A área ocupada pela produção canavieira dentro do território do Corredor do Rio Paraná é de, aproximadamente, 790.000 hectares, o que corresponde a cerca de 9% do seu total. Esse número pode ser aumentado, tendo em vista que na ocasião do mapeamento existia uma área aproximada de solo exposto de 1.247.000 hectares, correspondente a 14% do seu total (PDA/MMA, 2012). Dados do Plano Decenal de Energia 2008-2017 sugerem uma crescente modernização da indústria sucroalcooleira, impulsionada pela crescente mecanização da colheita de cana-de-açúcar nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país (MME/EPE, 2009). Tal aspecto sinaliza o aumento dessa matriz produtiva, inclusive, com a tendência de incorporação de áreas produtivas destinadas, atualmente, para pecuária que, na região do Corredor do Rio Paraná, respondem por cerca de 3.450.000 ha, cerca de 40% da sua área total (PDA/MMA, 2012).

O potencial hidrográfico da bacia do rio Paraná apresenta significância expressiva para o cenário social e econômico em escala regional e também nacional. A matriz energética instalada na região é responsável por parcela dos processos produtivos e de desenvolvimento do país. Uma das características desse complexo hidrográfico, apontado como “uma de suas mais importantes vocações” (MMA, 2006a, p. 148), é a sua representativa referência de geração de energia hidrelétrica, tanto potencial quanto instalada.

A tabela 02 apresentada na sequência, mostra a relação das usinas hidrelétricas instaladas e com influência direta na área de abrangência do Corredor do Rio Paraná por bacia hidrográfica.



TABELA 02 – Usinas hidrelétricas na área do Corredor do Rio Paraná

Rio	UHE	Área de inundação (km <sup>2</sup> )	Potencial instalado (MW)
<b>Bacia Hidrográfica do Rio Grande</b>			
<b>Grande</b>	Água Vermelha	647	1.396
<b>Bacia hidrográfica do Rio Tietê</b>			
<b>Tietê</b>	Três Irmãos	785	808
<b>Bacia hidrográfica do Rio Paranapanema</b>			
<b>Paranapanema</b>	Rosana	220	372
<b>Bacia hidrográfica do Rio Paraná</b>			
<b>Paraná</b>	Porto Primavera	2.312	550
	Ilha Solteira	1.230	3.444
	Souza Dias (Jupia)	344	1.551
	Itaipu	1.549	12.600
<b>Bacia hidrográfica do Rio Iguaçu</b>			
<b>Iguaçu</b>	Salto Osório	57	1.078
<b>Bacia hidrográfica do Rio Uruguai</b>			
<b>Uruguai</b>	Foz do Chapecó	79	855
<b>Valores totais</b>		<b>7.223</b>	<b>22.654</b>

Fonte: adaptado de MMA, 2006a; 2006b; ANA, 2005a.

Segundo dados da ANEEL em 2002, a Região Hidrográfica do Paraná foi considerada como a de maior capacidade instalada de geração de energia hidrelétrica do país, com 38.470 MW, respondendo por 63,76% (60.511 MW) do total nacional (ANEEL, 2002). Considerando que o potencial hidrelétrico instalado no desenho do Corredor Biodiversidade do Rio Paraná é de 22.654 MW, temos uma relação aproximada de 37% da energia hidrelétrica gerada no país. Tal fato explicita a relação direta e dependente da região do Corredor com as estratégias de desenvolvimento social e econômico do país.

Em termos de potencial ainda a ser implantado, surgem, na região do Corredor do Rio Paraná, duas usinas hidrelétricas já aprovadas em seus processos de licenciamento: a Usina do Baixo Iguaçu, no rio Iguaçu, com capacidade de geração de energia prevista de 350 MW, a ser instalada entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques (PR), região de entorno do Parque Nacional do Iguaçu; e o complexo das usinas de Garabi e Panambi, no rio Uruguai, a serem instaladas no noroeste do Rio Grande do Sul, região de entorno do Parque Estadual do Turvo, com capacidade prevista

de 2.200 MW. Entre os novos projetos hidrelétricos a serem viabilizados entre 2017 a 2021, previstos para a região do Corredor do Rio Paraná, estão a UHE Apertados, com potência de 136 MW e a UHE Ercilândia, com potência de 97 MW, ambas com previsão de instalação no rio Piquiri, Paraná (MME/EPE, 2012).

Outra referência de uso do potencial hídrico da região, além dos sistemas de abastecimento e de manutenção do fornecimento de água para abastecimento humano, agropecuária e indústria, é o transporte fluvial, com destaque à Hidrovia Tietê-Paraná, proporcionando condições de navegação entre os estados de São Paulo, Goiás, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, totalizando 220 municípios. Sua operação iniciou em 1981 e conta hoje, devido aos seus sistemas de eclusas, com 2.400 km navegáveis (FGV, 1998; ANA, 2005b).

Entre os principais problemas ambientais associados aos processos produtivos de uso e ocupação do solo na região do Corredor do Rio Paraná estão: a compactação, exposição de solo e fragmentação da cobertura florestal nas regiões de pecuária e agricultura, fato que favorece processos erosivos, contaminação do solo e de cursos hídricos pelo uso excessivo de agrotóxicos, lixiviação e carreamento intenso de sedimentos, assoreamento dos rios e lagos artificiais, a supressão da vegetação em áreas de preservação permanente e lançamento de matéria orgânica, sub-produtos e resíduos da agroindústria em cursos hídricos.

## **5.2. Ações de conservação e desenvolvimento na Mata Atlântica**

É vasta a quantidade de iniciativas e de ações de desenvolvimento socioeconômico e de conservação da natureza, tanto no bioma Mata Atlântica quanto na região compreendida pela bacia hidrográfica do Rio Paraná. Tanto o setor privado, representado pelas empresas de geração de energia hidrelétrica e da indústria agropecuária, especialmente aquelas da produção canavieira, quanto o setor público, investiram recursos financeiros e técnicos em projetos de conservação ambiental e de desenvolvimento em diferentes escalas.

De maneira geral, as fontes de recursos financeiros dessas iniciativas vêm tanto do capital privado, seja de caráter intencional ou legalista, quando do capital público, seja nacional, no escopo dos Programas de governo ou ainda no escopo de acordos internacionais. Muitas ações acabam se tornando políticas públicas ou mesmo servem de subsídios para sua construção. São planos de ação, diretrizes, estratégias, programas, acordos nacionais ou internacionais, fontes de financiamentos e instrumentos legais que reforçam, ao mesmo tempo, a necessidade de proteção da biodiversidade (conservação e recuperação) e o fomento aos diversos usos dos recursos naturais de forma sustentável.

Entretanto, o número de ações e mesmo os esforços para que essas políticas sejam realmente implementadas não é proporcional ao incremento de qualidade dos resultados dessas políticas. Um exemplo dessa relação desproporcional se refere à participação da sociedade nos processos de tomada de decisão sobre a conservação e uso dos recursos naturais, por meio de estruturas que representam a esfera pública, como os Conselhos Gestores ou Conselhos de Gestão na área ambiental.

O IBGE aponta que o número de conselhos municipais que tratam dessa temática aumentou nos últimos anos, sendo em 2004, 1.515 conselhos no país. No Paraná, 23,3% dos municípios possuem seus conselhos e Santa Catarina, 36,5% (IBGE, 2008). Na medida em que o aumento reflete uma tendência positiva de democratização da gestão ambiental pública, ele aponta para o cuidado em analisar a qualidade dessa participação, especialmente no que se refere à paridade e representatividade desses conselhos.

Na mesma ideia de potencializar a aplicação dos recursos financeiros e a qualidade dos serviços, aumentam os esforços de descentralização dos serviços públicos na área ambiental, com o surgimento dos chamados “Consórcios Intermunicipais” que, por sua vez, são entidades que reúnem vários municípios para realização de ações conjuntas. O estado do Paraná possui significativa representação dessas entidades, inclusive na região do Corredor do Rio Paraná e com foco na temática ambiental, como: CORIPA, Consórcio

Intermunicipal para a Proteção do Remanescente do Rio Paraná<sup>57</sup> e Áreas de Influência; COMAFEN, Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná<sup>58</sup>; e o CIBAX, Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Xambrê. No estado do Mato Grosso do Sul, existe o CONISUL, Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Cone Sul de Mato Grosso do Sul<sup>59</sup>, que segue a mesma lógica institucional, contudo engloba várias temáticas, entre elas a ambiental.

Outro exemplo se refere ao incremento financeiro e orçamentário junto aos órgãos executivos federais, estaduais e municipais, especialmente em relação aos gastos públicos com proteção ambiental. Segundo o IBGE, no período entre 1996 e 2004, as despesas públicas com proteção ambiental do total orçamentário (das esferas federal, estadual e municipal) passaram de 0,4% para 0,6%. O incremento maior se deu nos governos municipais, passando de 0,4 para 1,1% e estaduais, passando de 0,6% para 0,8% (IBGE, 2008).

Mesmo com esse incremento de recursos, considerado significativo, existe um déficit na destinação dos recursos públicos para a área ambiental. O Ministério do Meio Ambiente possui o menor orçamento de todos os Ministérios (0,12% do orçamento de 2008). O estudo "Pilares para Sustentabilidade Financeira do SNUC" aponta que os investimentos são de R\$ 567,9 milhões ao ano. Entretanto, a lacuna a ser coberta anualmente é de R\$ 1.796 bilhão (LINO; SIMÕES, 2011, p. 114).

Ainda, considerando recursos oriundos das arrecadações públicas, existe o ICMS Ecológico, benefício fiscal previsto em legislação específica que repassa parte da arrecadação estadual aos municípios que mantêm áreas protegidas em seus territórios. Treze dos vinte e seis estados brasileiros (mais o Distrito Federal), dos quais oito abrangem áreas da Mata Atlântica, contam

---

<sup>57</sup> Criado em 1995, com a finalidade de buscar ações de conservação e recuperação dos ecossistemas associados ao último trecho do Rio Paraná livre de barragens, além promover e acelerar o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, dos oito municípios que o compõe.

<sup>58</sup> Criado em 1998, com o objetivo de buscar medidas destinadas à conservação e recuperação dos ecossistemas associados ao Rio Paraná, promover e acelerar o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental através do zoneamento e gerenciamento da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. É formado por oito municípios do noroeste paranaense.

<sup>59</sup> Envolve 13 municípios da região sul do estado do Mato Grosso do Sul e atua nos campos da infraestrutura, preservação ambiental, educação, desenvolvimento econômico, saúde, geração de emprego e renda.

atualmente com legislação sobre o ICMS Ecológico e o “total de recursos transferidos foi de R\$ 594.487.446,75” (LINO; SIMÕES, 2011, p. 118).

Na mesma direção, surgem políticas de apoio financeiro no âmbito privado e da sociedade civil organizada, como alguns fundos privados de empresas e de ONGs que também demandam recursos para a área ambiental mediante editais e seleção de projetos. O Fundo de RPPNs (reservas particulares do patrimônio natural, uma das categorias de unidades de conservação), criado em 2003 “já apoiou, até 2010, mais de 500 Reservas e aplicou R\$ 4.598.000,86 em projetos” (LINO; SIMÕES, 2011, p. 119). Outra tendência é ampliar os recursos para os chamados Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Entre os recursos de fontes advindos de cooperação internacional, o Governo Alemão, através do KFW e GTZ, se apresenta como um dos principais financiadores, com destaque ao Programa PDA/MMA (Projetos Demonstrativos, criado em 1995)<sup>60</sup>. Outros fundos de financiamentos merecem destaque, como: o FUNBIO<sup>61</sup>, criado em 1996; o FNMA<sup>62</sup>, criado em 1989; o Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF), resultado da aliança entre a Conservação Internacional (CI), o Banco Mundial, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), a Fundação MacArthur e o governo do Japão, com intuito de apoiar projetos de conservação dos *hotspots* de biodiversidade mundiais, sendo um deles a Mata Atlântica; e o Programa Sítios do Patrimônio Mundial no Brasil, uma parceria entre Ministério do Meio Ambiente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Fundação das Nações Unidas, a World Wildlife Foundation (WWF), a The Nature Conservancy e a Conservação Internacional (CI). O CEPF destinou cerca de “8 milhões de dólares à Mata Atlântica” (MMA, 2002, p. 32).

---

<sup>60</sup> O PDA é implementado pelo Ministério do Meio Ambiente, no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7). Acesse <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=51>

<sup>61</sup> Fundo Brasileiro para a Biodiversidade é uma associação civil sem fins lucrativos. Acesse <http://www.funbio.org.br/>.

<sup>62</sup> O Fundo Nacional do Meio Ambiente foi criado pela Lei 7.797, de 10 de julho de 1989, com a missão de contribuir como agente financiador para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), por meio da participação social. Acesse <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=1>

Outro exemplo de política pública em âmbito internacional e que acabam servindo de argumento para captação de recursos e parceiros de ação, são as “Reservas da Biosfera”, áreas de ecossistemas terrestres e/ou marinhos, reconhecidas pelo programa MAB/UNESCO,<sup>63</sup>. Tais áreas são consideradas estratégicas, em âmbito mundial, para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, servindo como referência para experimentação e demonstração dessas práticas. Para tanto, devem ter dimensões suficientes, zoneamento apropriado, políticas e planos de ação definidos e um sistema de gestão que seja participativo, envolvendo os vários segmentos do governo e da sociedade.

Uma delas é a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica<sup>64</sup>, a primeira criada no Brasil, em 1991, e ampliada várias vezes, atualmente abrangendo uma área com cerca de 35 milhões de hectares, formando um grande corredor ecológico em 15 estados brasileiros. É a maior e uma das mais importantes unidades da Rede Mundial da UNESCO, que hoje inclui 440 Reservas da Biosfera em 97 países. Ela se estende por mais de 5.000 dos 8.000 quilômetros do litoral nacional, se estendendo desde o Ceará até o Rio Grande do Sul (RBMA, 2003).

Em relação às ações de fomento, crédito e investimentos direcionados ao desenvolvimento econômico e social associados à questão rural, é possível perceber, em relação às ações de conservação, um quantitativo maior de recursos e políticas públicas direcionadas para agropecuária, com destaque à agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

Diferentes programas de governo prevêm incentivos econômicos, oferecendo acesso a crédito para o produtor rural. Entre eles destacam-se: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, Decreto 1.496/1996); Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, Lei 12.188/2010); Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei 11.326/2006); Programa Nacional de

---

<sup>63</sup> Mais informações sobre o Programa MAB da Unesco no site: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme/about-mab/>

<sup>64</sup> A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) tem por missão “contribuir de forma eficaz para o estabelecimento de uma relação harmônica entre as sociedades humanas e o ambiente na área da Mata Atlântica”.

Alimentação Escolar (PNAE, Lei 11.947/2009); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, criado em 2003), Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (elaborado entre 2007 e 2009); a chamada Lei dos Orgânicos (Decreto 6.323/2007); o Programa de Diversificação Econômica; e o Programa de Agroindústrias (MDA, 2011).

### **5.3. O contexto de execução dos Projetos PDA/MMA e FUNBIO/TFCA**

De novembro de 2010 até hoje, dois Projetos vem motivando ações de articulação institucional no contexto do território da bacia hidrográfica do rio Paraná, sendo que um foi finalizado em dezembro de 2012 (Projeto PDA/MMA) e o outro, iniciado em abril de 2013 (Projeto FUNBIO/TFCA), tem sua execução prevista até abril de 2015. Assim, a partir das referências documentais dos relatórios e das memórias da execução desses Projetos, segue uma breve contextualização sobre as ações realizadas, sua forma de execução e seus principais resultados. Esse esforço recente em desenvolver ações no contexto territorial, tendo como recorte temático os corredores de biodiversidade, servirá de referência de análise e estudo de caso da presente pesquisa.

Entretanto, vale destacar que esses dois projetos não foram os únicos esforços de trabalho com viés de conservação e desenvolvimento na região do Rio Paraná. Existiram outros trabalhos institucionais e pesquisas que, inclusive, inspiram e referendam as ações propostas no âmbito dos dois projetos. Esse histórico se relaciona com a criação das primeiras UCs brasileiras na região, como, por exemplo, o Parque Nacional do Iguaçu, em 1937. Uma das primeiras propostas que buscava conectividade de fragmentos florestais na região do rio Paraná, apresentada ao governo do estado do Paraná por meio do Instituto Ambiental do Paraná, data da década de 90<sup>65</sup>. Ela versa sobre a criação do corredor de fluxo de biodiversidade do rio Paraná, no intuito de promover

---

<sup>65</sup> A proposta foi apresentada em forma de artigo no I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, realizado em 1997, em Curitiba/PR, há exatos 16 anos. No mesmo ano, Brasil, Argentina e Paraguai começaram as discussões sobre a possibilidade de criar um Corredor Trinacional entre esses países. Em 2003, a discussão foi fortalecida com a publicação "Visão de Biodiversidade da Ecorregião Florestas do Alto Paraná: bioma Mata Atlântica", um trabalho de várias instituições e pesquisadores, editado pela Fundacion Vida Silvestre da Argentina e o WWF.

integração e proteção ambiental de ecossistemas percebidos como ameaçados desde então (CAMPOS, J. B.; AGOSTINHO, A. A., 1997).

### 5.3.1 Projeto PDA/MMA: planejamento do Corredor do Rio Paraná

As páginas que seguem apresentam a consolidação dos produtos do Projeto PDA 445-MA, “*Ações de Governança Participativa no Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná*”, finalizado em novembro de 2012 e financiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) no escopo do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, por meio do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), em seu componente “ações de conservação da Mata Atlântica”<sup>66</sup>.

Sua execução se deu pelo Instituto Maytenus e seus consorciados, os quais, junto com a Rede Gestora do Corredor, aceitaram o desafio de construir um processo de planejamento territorial, em escala regional que, minimamente, considerasse as relações sociais e ecológicas que norteiam os processos de uso e conservação dos recursos naturais. As primeiras movimentações iniciaram em setembro de 2008 com o lançamento do edital do PDA, contudo, sua execução iniciou com a aprovação do referido Projeto em novembro de 2010, o qual se estendeu até novembro de 2012.

O contexto da Porção Sul do Bioma Mata Atlântica e sua região de transição com o Cerrado brasileiro, expressa uma relação de extremos. De um lado o desenvolvimento, motivado, em sua maior parte, pelo agronegócio e do outro, a conservação de um dos últimos remanescentes de floresta atlântica na região. Ambos expressam números significativos, como o maior PIB nacional e menor índice de cobertura florestal original.

No sentido de promover aprendizagens sobre novos modelos de desenvolvimento que considerem ou mesmo sejam orientados por princípios de preservação, conservação e utilização racional dos recursos naturais, tanto na Amazônia quanto na Mata Atlântica, o MMA, por meio do PDA, lançou o edital da chamada 06. A chamada pretendia apoiar financeiramente projetos que buscassem, através do desenvolvimento de estratégias inovadoras, integrar

---

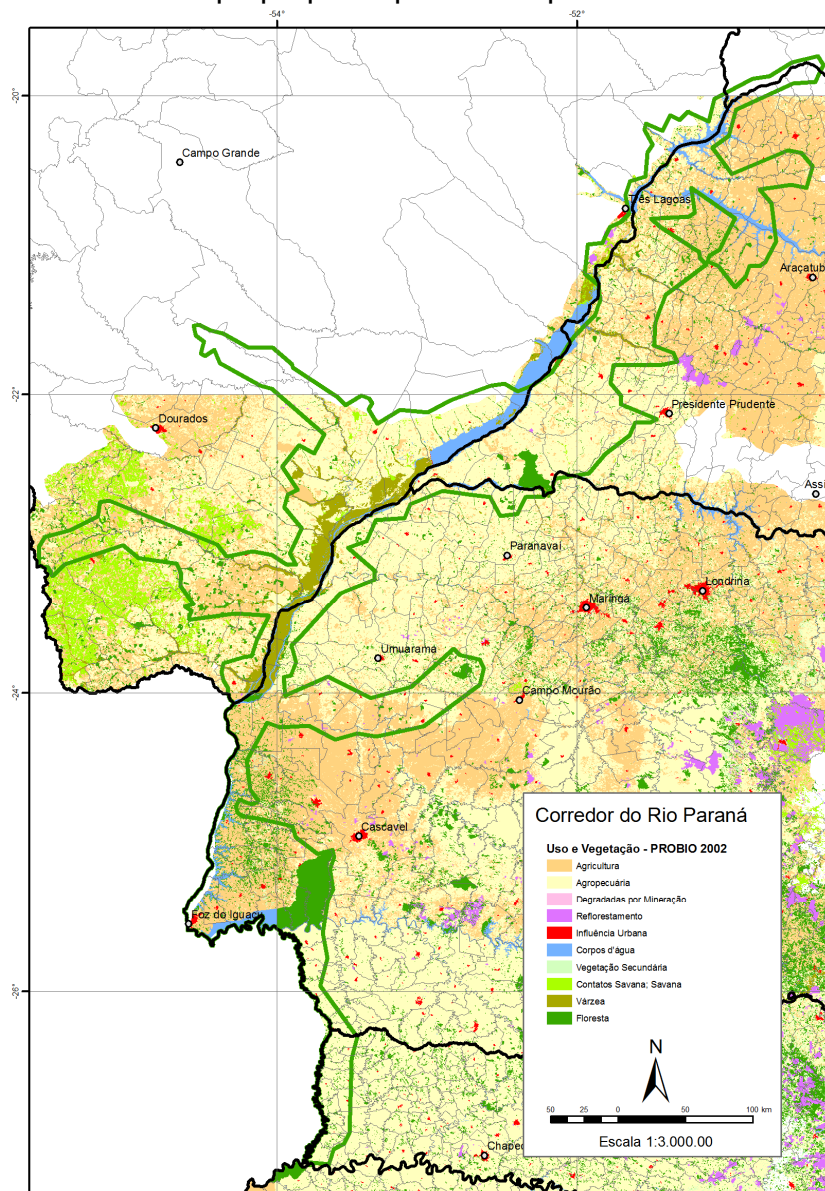
<sup>66</sup> Os recursos para implementação desse componente são oriundos da Cooperação Financeira da República Federal da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento), com a contrapartida do MMA e com o apoio da Agência de Cooperação Técnica Alemã – GTZ, hoje GIZ.



ações de proteção e uso para a conservação de paisagens em grande escala. A iniciativa buscou incentivar a experimentação de tecnologias sustentáveis, o fortalecimento da organização social e o gerenciamento de ações que conciliem conservação dos recursos naturais com desenvolvimento econômico e social, por meio do planejamento e da implementação dos chamados corredores ecológicos (MMA, 2008).

Uma das nove áreas prioritárias indicadas no edital da chamada 06 e definidas pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA) é, justamente, aquela inserida no contexto da bacia hidrográfica do Rio Paraná, conforme a figura 06 abaixo.

FIGURA 06 - Mapa proposto pelo MMA para o Corredor do Rio Paraná



Fonte: edital da chamada 06, PDA/MMA, 2008.

A proposição dos projetos enviados ao edital do PDA deveria acontecer em formato de consórcio de instituições, sendo uma instituição proponente e as demais coexecutoras. O valor máximo por projeto indicado no edital foi de R\$ 750.000,00, sendo uma duração prevista de 24 meses. Seguindo esse ideário de trabalho conjunto proposto no edital, envolvendo várias instituições ambientalistas e de governo, surge o Projeto PDA/MMA, executado entre 2010 e 2012. Este projeto foi elaborado e desenvolvido em forma de consórcio e incorporou a gestão territorial e a estrutura de trabalho em formato de Rede.

O grupo de instituições consorciadas, responsáveis pela execução do Projeto, surgiu por intermédio do próprio PDA/MMA que convidou algumas instituições de referência e atuação local para uma reunião de apresentação do edital. Esse primeiro encontro aconteceu nas instalações da Itaipu Binacional ainda em 2009. A partir de então, um grupo de oito instituições construiu um arranjo de trabalho no sentido de escrever o projeto que seria enviado à concorrência do edital e que, posteriormente, assumiu sua execução. Abaixo apresentamos essas instituições, uma prévia de sua atuação e as responsabilidades assumidas junto ao Projeto:

*APOENA – Associação em Defesa do Rio Paraná, Afluentes e Mata Ciliar*, é uma ONG criada em 1988, com o objetivo de defender o meio ambiente na bacia do Rio Paraná. Sua missão envolve a defesa dos valores da natureza e da biodiversidade, a instituição de unidades de conservação e corredores ecológicos, a restauração da floresta e a melhoria das formas de vida nas comunidades. Possui sede no centro do município de Presidente Epitácio (SP) e uma base de trabalho em reserva legal de assentamentos de reforma agrária, onde executa ações de educação ambiental e implantação de projetos de recuperação ambiental. Entre as responsabilidades assumidas estão à realização das atividades de comunicação e a implantação de um Banco Ativo de Germoplasma (BAG) com espécies florestais nativas da mata atlântica.

*IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas* é uma ONG com título de OSCIP, criada em 1992 e dedicada à conservação da biodiversidade em bases científicas. Sua missão é desenvolver e disseminar modelos inovadores de conservação da biodiversidade que promovam benefícios socioeconômicos por meio de ciência, educação e negócios sustentáveis. Possui sede em Nazaré

Paulista (SP), atuando em diferentes regiões do país. No Projeto assumiu a responsabilidade pelo monitoramento da cobertura florestal e mapeamento do uso do solo na área de abrangência do Corredor, bem como, na definição das áreas prioritárias para a conservação, dos remanescentes florestais nativos e das regiões potenciais para a conectividade da paisagem entre os fragmentos e as unidades de conservação existentes.

*Instituto Maytenus para o desenvolvimento da Agricultura Sustentável* é uma ONG com título de OSCIP, fundada em 2001 com sede em Toledo (PR). Sua missão institucional é promover o desenvolvimento sustentável através de ações que valorizem o ser humano e respeitem o meio ambiente. Desenvolve ações no Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Foi a instituição proponente do Projeto junto ao PDA/MMA, responsável pela sua execução administrativa e financeira.

*Instituto Pró-carnívoros - Instituto para Conservação dos Carnívoros Neotropicais* é uma ONG com título de OSCIP fundada em 1996 e possui sede em Atibaia (SP). Tem por missão institucional promover a conservação dos mamíferos carnívoros neotropicais e de seus habitats. No Projeto assumiu a responsabilidade do monitoramento da cobertura florestal e mapeamento do uso do solo na área de abrangência do Corredor, bem como, a definição das áreas prioritárias para conservação;

Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais é uma ONG com título de OSCIP fundada em 1987 e com sede em Curitiba (PR). Tem como missão institucional contribuir para a conservação da diversidade biológica e cultural, visando à melhoria da qualidade da vida. Sua atuação envolve ações pela preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais. No Projeto ficou responsável pelas ações envolvendo o processo de mapeamento institucional e articulação da futura rede gestora do Corredor e suas atividades relacionadas, envolvimento nas oficinas e demais etapas de diagnóstico e planejamento, assim como na elaboração do Plano de Gestão Bioregional do Corredor do Rio Paraná.

A CESP – Companhia Energética de São Paulo é uma empresa privada do ramo de geração de energia elétrica, fundada em 1966. Parte do Corredor do Rio Paraná esta inserido diretamente na área de atuação da CESP, nos

reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Ilha Solteira, Jupiá e Primavera, sendo que várias atividades de recuperação e conservação dos ecossistemas são desenvolvidas, com destaque: às ações de reflorestamento no entorno dos reservatórios, mantendo dois viveiros de produção de mudas de espécies arbóreas nativas; implantação de duas RPPNs, sendo uma no estado de Mato Grosso do Sul (RPPN Cisalpinia, 6.261 hectares) e outra no estado de São Paulo (RPPN Aguapeí 13.953 hectares); atividades de manejo de fauna silvestre e pesqueiro; monitoramento da qualidade ecológica dos reservatórios por meio de levantamento limnológicos, de ictiofauna e seu programa de Educação Ambiental; e o Plano Ambiental de Conservação e Utilização do Entorno de Reservatório Artificial (PACUERA). No contexto do Projeto a CESP se envolveu com as ações de aumento da cobertura florestal e a implantação do Banco Ativo de Germoplasma.

A ITAIPU Binacional, também empresa do setor energético com área de atuação direta em parcela do território do Corredor do Rio Paraná, desenvolve programas, projetos e atividades vinculadas à questão sócio-ambiental desde a fase dos estudos de viabilidade da Usina de Itaipu, entre eles: o Programa Cultivando Água Boa que preconiza ações de saneamento ambiental e manejo da Bacia Hidrográfica do Paraná 3; recomposição florestal da Faixa de Proteção do Reservatório de Itaipu e do Corredor Ecológico Santa Maria (criado por portaria do IBAMA<sup>67</sup>); implantação de um Refúgio Biológico; ações com agricultura orgânica de agricultores lindeiros ao reservatório e de gestão pesqueira com pescadores artesanais; fomentou as discussões sobre a implementação de um Corredor Trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina, desde 1995 para fortalecer ações de conservação transfronteiriça; realização de pesquisas em limnologia, ictiologia, sedimentologia, conservação de solo e ações envolvendo desenvolvimento sustentável das comunidades da região. No contexto do Projeto se envolveu com as ações de aumento da cobertura florestal.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (SEMA), sendo a entidade pública coordenadora do Sistema Estadual de

---

<sup>67</sup> Situado nos municípios do Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, tem uma extensão total de 35 km, abrangendo as bacias dos rios Bonito e Apepu, ligando o Parque Nacional do Iguaçu à Faixa de Proteção do Reservatório de Itaipu.

Gestão Ambiental e dos Recursos Hídricos do Estado do Paraná, cuja finalidade é formular e executar as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos e atmosféricos, biodiversidade e florestas, cartográfica, agrária-fundiária, controle da erosão e de saneamento ambiental e gestão de resíduos sólidos. A SEMA se envolveu na concepção do Projeto PDA/MMA, trazendo sua experiência de vanguarda do Projeto Paraná Biodiversidade (ParanáBIO). Contudo, se afastou no processo de execução, sendo que uma de suas autarquias, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), assumiu sua representação. No Projeto se envolveu com: ações de segurança alimentar (com a experiência em sistemas agroflorestais); atividades relacionadas à articulação institucional, legislação ambiental e políticas públicas, bem como, a cessão dos dados e informações sobre biodiversidade já organizada por esta secretaria.

Essas instituições executaram em conjunto o Projeto PDA/MMA, cada qual em sua área de atuação e buscando um objetivo comum, descrito como: “criar um modelo de gestão bioregional integrado com base sustentável, considerando a biologia da conservação e o manejo da paisagem”. Destaca ainda o envolvimento de outros atores sociais, evocando a dimensão participativa do processo de gestão quando aponta que “Esse sistema será construído de forma participativa junto aos setores da sociedade considerando as pesquisas científicas e boas práticas de segurança alimentar já existentes”, referindo-se à estrutura da futura Rede Gestora do Corredor. Em última instância o objetivo do projeto buscava encontrar formas de “potencializar e replicar estrategicamente essas ações de conservação, construindo um instrumento de políticas públicas que permita sua autogestão” (PDA/MMA, 2010, p. 22).

Na busca de atender ao objetivo proposto foi elaborado um conjunto de diretrizes que serviram de eixo norteador dos trabalhos (PDA/MMA, 2010, pg. 24), sendo:

- I. Considerar processos ecológicos “chaves” para conservação dentro da teoria de diversidade ecológica e usar espécies indicadoras (como os grandes felinos, a exemplo do Projeto Detetives Ecológicos do IPÊ) para monitoramento de microcorredores;

- II. A decisão sobre o desenho do corredor considerará os aspectos socioeconômicos, de forma a garantir uma delimitação que expresse toda a essência e as características daquele espaço;
- III. O planejamento e a execução das ações serão realizados em conjunto com os diferentes atores sociais (sociedade civil, setor produtivo e governo) criando um novo modelo de gestão territorial a partir dos espaços sociopolíticos de participação (conselhos, consórcios intermunicipais, etc);
- IV. Potencializar e replicar experiências bem sucedidas de Sistemas Agroflorestais (SAFs), através da capacitação e formação de multiplicadores, como mecanismo de: formação de ilhas de biodiversidade, conectividade da paisagem, fixação de carbono, segurança alimentar, renda familiar e qualidade de vida.
- V. O sistema hídrico será utilizado como referência de planejamento, execução e integração das ações. (PDA/MMA, 2010, p. 24)

Para tanto, a metodologia adotada pode ser sintetizada em cinco etapas, conforme apresenta o tabela 03 a seguir, sendo que uma delas, de gestão do projeto, se refere aos trâmites institucionais de administração do Projeto e as demais relacionadas diretamente com sua execução.

TABELA 03 – modelo esquemático da metodologia do Projeto PDA/MMA

Formação da Rede Gestora	Desenho do Corredor	Plano de Gestão Biorregional	Monitoramento Participativo	Gestão do Projeto
<p><b>Objetivo:</b> Mobilizar atores sociais no sentido de criar e fortalecer a Rede Gestora do futuro corredor de biodiversidade do Rio Paraná.</p> <p><b>Ações previstas:</b>  <b>1.</b> Mapear atores sociais no corredor e identificar os seus arranjos institucionais.  <b>2.</b> Encontros de trabalho da Rede Gestora: construção do seu Plano de Trabalho em relação às ações do Projeto e ao processo de fortalecimento dos arranjos institucionais existentes no corredor.  <b>3.</b> Plano de Comunicação Social, o qual busca construir um arranjo de divulgação e aproximação da sociedade com o futuro corredor.</p>	<p><b>Objetivo:</b> Institucionalizar o desenho do corredor considerando: dinâmica da paisagem (conectividade), bacias hidrográficas, áreas prioritárias, uso do solo e forma de gestão dos recursos naturais locais.</p> <p><b>Ações previstas:</b>  <b>1.</b> Base de dados integrada que estimule o uso das informações já disponíveis.  <b>2.</b> Oficinas com a Rede Gestora regionalizadas para consolidar e levantar dados.  <b>3.</b> Base cartográfica do uso do solo, cobertura vegetal, alvos de conservação para subsidiar a discussão do zoneamento.  <b>4.</b> Definição dos limites do corredor e construção do seu zoneamento.</p>	<p><b>Objetivo:</b> Implementar um Plano de Gestão Biorregional para a região do corredor a partir do diagnóstico e do zoneamento.</p> <p><b>Ações previstas:</b>  <b>1.</b> Subsidiar a formulação e a interface de políticas públicas.  <b>2.</b> Potencializar e replicar as alternativas de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar (ex. SAFs, agricultura limpa, crédito de carbono).  <b>3.</b> Potencializar e replicar as ações de conservação e restauração da cobertura florestal visando conectividade entre fragmentos (reserva legal, microcorredor, APP, ICMS Ecológico e Ucs).  <b>4.</b> Fortalecer espaços coletivos de gestão territorial (conselhos de Ucs, Consórcios Intermunicipais).</p>	<p><b>Objetivo:</b> Monitorar as ações previstas no Plano de Gestão Biorregional.</p> <p><b>Ações previstas:</b>  <b>1.</b> Monitoramento da paisagem (SIG) e monitoramento participativo da cobertura florestal (nas regiões definidas no zoneamento).  <b>2.</b> Monitoramento das ações da Rede Gestora (plano de trabalho) e dos seus arranjos institucionais, especialmente aqueles relacionados ao fortalecimento da sua estrutura de gestão.  <b>3.</b> Utilização das onças como "detetives ecológicos" no sentido de indicar a efetividade do desenho do corredor e da conectividade entre Ucs.</p>	<p><b>Objetivo:</b> Efetuar a gestão do Projeto.</p> <p><b>Ações previstas:</b>  <b>1.</b> Coordenação e sistematização das informações físico-financeiras do projeto.  <b>2.</b> Avaliação processual do projeto e plano de monitoria.</p>
24 meses	06 meses	18 meses	18 meses	24 meses

Fonte: Projeto PDA/MMA, 2012.

Basicamente, os produtos alinhavados metodologicamente com objetivo proposto, envolveram duas grandes linhas de atuação: I - a delimitação do desenho do Corredor do Rio Paraná e seu zoneamento, com a consequente definição de áreas prioritárias para conservação; e II - a elaboração de um Plano de Gestão Bioregional, ou seja, uma ferramenta de planejamento com ações que envolveram dois grandes eixos temáticos:

- A. Conservação da Biodiversidade, onde a principal ação foi fomentar o aumento da cobertura florestal, no sentido de conectar fisicamente fragmentos florestais, especialmente UCs (os chamados corredores ecológicos, segundo o SNUC). No processo de zoneamento do corredor, foram delimitadas 11 áreas prioritárias para investir em ações de conexão, sendo que 03 delas desenvolvem ações práticas de conexão física<sup>68</sup>. Ainda neste eixo, foi construído um Banco Ativo de Germoplasma (BAG); e
- B. Segurança Alimentar, representado pelos Sistemas Agroflorestais (SAFs), visando fomentar o envolvimento comunitário, a geração de renda, o uso múltiplo das propriedades rurais e o incremento nas áreas com florestas entre os grandes fragmentos florestais, na tentativa de favorecer o fluxo de fauna e flora. Foram implantadas 10 unidades demonstrativas de SAF no Projeto PDA/MMA.

O desafio de buscar esses produtos, responsabilidade das instituições consorciadas, contou com a inserção intencional da estrutura da Rede Gestora que foi construída ao longo do Projeto PDA/MMA. A intenção foi de ampliar o escopo de experiências e vivências institucionais, no sentido de aproximar os resultados do Projeto PDA/MMA à realidade daquela região.

Assim, foi concebida uma estrutura em rede formada por instituições de diferentes setores da sociedade que apresentavam um histórico de atuação na região. Ela foi criada em 2010, no escopo do Projeto PDA/MMA com dois objetivos iniciais: contribuir para o atendimento dos resultados esperados com

---

<sup>68</sup> As três áreas são: 1. Corredor Ecológico Santa Maria (em Santa Terezinha do Iguaçu/PR) que liga o Parque Nacional do Iguaçu até a faixa de proteção do lago de Itaipu, seguindo ao Parque Nacional de Ilha Grande (em Guaíra/PR); 2. O Corredor Ecológico Rosanela, que liga a porção sul do Parque Estadual do Morro do Diabo até a Estação Ecológica do Mico-leão-preto em Teodoro Sampaio (SP); e 3. O Corredor Ecológico que liga a reserva legal da fazenda Maturi até o Parque Estadual do Rio-do-peixe (SP).

o Projeto - no caso, delimitação e zoneamento do corredor – e; fortalecer sua própria estrutura de rede ao longo da execução do Projeto para que, ao seu final, esse grupo tivesse condições mínimas de atuar de forma autônoma e como um instrumento de gestão do território.

Ao longo da execução do Projeto, nove encontros presenciais foram realizados, fomentando discussões acerca dos produtos previstos no edital e ainda realizando ações de intervenção, na tentativa de fortalecer tanto o caráter político quanto executivo da Rede Gestora. Entre 2010 e 2012, a Rede foi formada por 27 instituições que representam o Estado em suas três esferas administrativas, a sociedade civil organizada, instituições de ensino e pesquisa e o setor privado, conforme mostra a tabela 04:

TABELA 04 – Composição inicial da Rede Gestora do Corredor – Projeto PDA/MMA

<b>Estado</b>	<b>Sociedade civil e setor privado</b>	<b>Ensino e pesquisa</b>
Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBio)	ACAP/MST-SP	Universidade Estadual de Maringá UEM-PR
Prefeitura de Teodoro Sampaio-SP	Apoena-SP	Faculdade Anglo Americano-PR
Prefeitura de Amambai-MS	Instituto Maytenus-PR	UNESP-Primavera e Ilha Solteira
Prefeitura de Eldorado-MS	Instituto Guará-PR	
Prefeitura de Nova Andradina-MS	Instituto de Pesquisas Ecológicas IPÊ-SP	
COMAFEN-PR	GEBIO-MS	
CORIPA-PR	Mater Natura-PR	
Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	Pró-carnívoros-SP	
IMASUL (Parque Estadual Ivinhema)	Associação dos Produtores de Bioenergia do MS - BIOSul	
Prefeitura de Naviraí-MS	ETH - Bioenergia	
Embrapa	Duke Energy	
	CESP	
	Itaipu Binacional	

Fonte: Projeto PDA/MMA, 2012.

A Rede Gestora possui certo dinamismo em sua composição como pode ser observado adiante em sua composição atual (tabela 10), ou seja, ela não



segue uma estrutura administrativa protocolar institucionalizada. A participação das instituições é flutuante, sempre motivada e espontânea. Essa organicidade da Rede Gestora será objeto de análise desta pesquisa, tanto que na contextualização do Projeto FUNBIO/TFCA, a ser apresentada adiante, será apresentada a composição atual da rede. Outro aspecto que merece destaque é o fato da Rede Gestora manter suas ações e sua estrutura com recursos e subsídios de ambos os Projetos, muito embora, ela tenha estratégias de continuidade e manutenção das suas ações e atuação, aspecto que também será objeto de análise da pesquisa.

A Rede Gestora possui um arranjo diferenciado de trabalho, o qual lhe confere atuação no campo político e institucional, bem como no campo executivo, desenvolvendo ações orientadas pela construção de agendas comuns e a partir das ações que cada instituição desenvolve. Seu viés político e institucional, com vistas a ser uma ferramenta de governança<sup>69</sup>, se materializa em suas reuniões presenciais, espaço de discussão e deliberação sobre os posicionamentos e encaminhamentos relacionados à delimitação do Corredor (no escopo do Projeto PDA/MMA) e, futuramente, de sua gestão (no escopo do Projeto FUNBIO/TFCA).

A sua dimensão executiva é materializada nas ações de intervenção que cada instituição desenvolve e que são incorporadas no contexto dos Projetos por meio do chamado Plano de Gestão Bioregional do Corredor do Rio Paraná. Esse plano surgiu por exigência do edital e se tornou a principal ferramenta de atuação da rede, pois estimula seu potencial de articulação interinstitucional na medida em que apóia as ações previstas. Essa relação é vista pelos membros da Rede como um dos fatores de aproximação e motivação em fazer parte dela, tendo em vista a possibilidade de potencializar suas ações institucionais, tanto no campo político, agregando valor de escala à ação institucional, quanto executivo, com chances de realizar ações em parceria.

---

<sup>69</sup> O entendimento dado a palavra governança neste Projeto é aquele proposto por ELKE LÖFFLER, como sendo: “uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.” (Löffler, 2001:212 *apud* Kissler, Leo; Heidemann, Francisco G. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Mai/Jun, 2006).

Em relação ao papel dos membros da Rede, vale lembrar que eles não foram eleitos, mas sim indicados a partir do primeiro mapeamento de atores sociais que atuam no território do corredor de biodiversidade, realizado no escopo do projeto PDA/MMA. A partir desse momento inicial, novos membros se aproximaram e antigos membros se afastaram de forma espontânea, não existindo, portanto, mandatos com tempo determinado ou penalidades por eventuais afastamentos.

Seguindo com a caracterização do contexto da pesquisa, ainda dentro do escopo do Projeto PDA/MMA e com base em seus documentos internos (nenhum publicado), apresentamos os dois principais resultados: a delimitação do desenho do Corredor do Rio Paraná, sendo seu mapeamento propriamente dito; e o Plano de Gestão Bioregional, principal ferramenta da Rede Gestora do Corredor. De maneira complementar, utilizamos outros referenciais teóricos para auxiliar nessa caracterização, especialmente no contexto da delimitação do desenho do Corredor.

#### *5.3.1.1 definição de limites e mapeamento*

A principal meta do Projeto PDA/MMA era definir, tendo como referência o mapa inicial do edital da chamada 06 (apresentado na figura 08), os limites para o Corredor e indicar áreas prioritárias para conservação. Esse processo de delimitação aconteceu durante toda a duração do Projeto, numa constante entre a realização de: trabalhos técnicos de mapeamento, apoiadas nas ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG); ações em campo, com incursões em regiões específicas no sentido de refinar informações do SIG; cruzamento de dados em séries históricas de pesquisas e trabalhos com monitoramento de fauna e flora na região; mapeamento e identificação dos arranjos institucionais locais, destacando e considerando diferentes atores sociais e seus processos de uso dos recursos naturais; e discussões em sessões plenárias e trabalhos em grupo a partir da estrutura da Rede Gestora do Corredor.

Houve um esforço inicial em levantar e sistematizar as informações e dados georeferenciados existentes em séries históricas na região. Tal fato contribuiu para qualificar o mapeamento apresentado a seguir, o qual apresenta robustez técnica de informação aliada à inserção de elementos e

dados de outras bases de informação que não apenas a cartográfica e biofísica, mas também elementos de base social e institucional na definição dos limites do Corredor do Rio Paraná.

Na tentativa de considerar esse conjunto diverso de informações e de possibilidades de mapeamento, foram realizadas duas Oficinas de Trabalho com a Rede Gestora, sendo uma com o conjunto de instituições que compõem a Porção Sul do Corredor e outra com o conjunto das instituições da Porção centro-norte. Em ambas houve uma discussão conceitual sobre o entendimento entre corredor de biodiversidade e corredor ecológico, bem como, das suas derivações apresentadas na literatura<sup>70</sup>. Da mesma forma, houve um cuidado em definir princípios e critérios para definição dos limites do Corredor e ainda identificar as potencialidades e fragilidades que apresentassem influência direta sobre o processo de planejamento. Cada Oficina apresentou um primeiro desenho para o Corredor, o qual foi ajustado ao longo da execução do Projeto PDA/MMA, sendo criado em seu escopo, um grupo de trabalho dentro da Rede Gestora (GT do Corredor) o qual assumiu a responsabilidade de sistematizar e refinar as informações iniciais, transcrevendo-as no formato de produtos do Projeto, ou seja, o mapa propriamente dito do Corredor. Esses aspectos serão utilizados adiante (no capítulo 06, discussão dos resultados) como referência de análise sobre os elementos que levaram a definição do planejamento do Corredor.

O mapeamento envolveu a construção de um conjunto temático de 24 mapas para o contexto territorial do Corredor do Rio Paraná, sendo: I – mapa total, em escala regional de 1:1.000.000, incluindo informações sobre a delimitação do Corredor de Biodiversidade, suas áreas prioritárias, delimitação geopolítica, uso do solo, hidrografia, unidades de conservação, vias de acesso e etc; II – um conjunto de 08 mapas contendo, em escala local ou sub-regional, a representação das 11 áreas prioritárias identificadas, referenciais para estudos de conexão física entre fragmentos florestais, o que contextualiza o zoneamento do Corredor; III – mapa das áreas prioritárias para ações de conservação do MMA; IV – mapa dos biomas brasileiros relacionados; V –

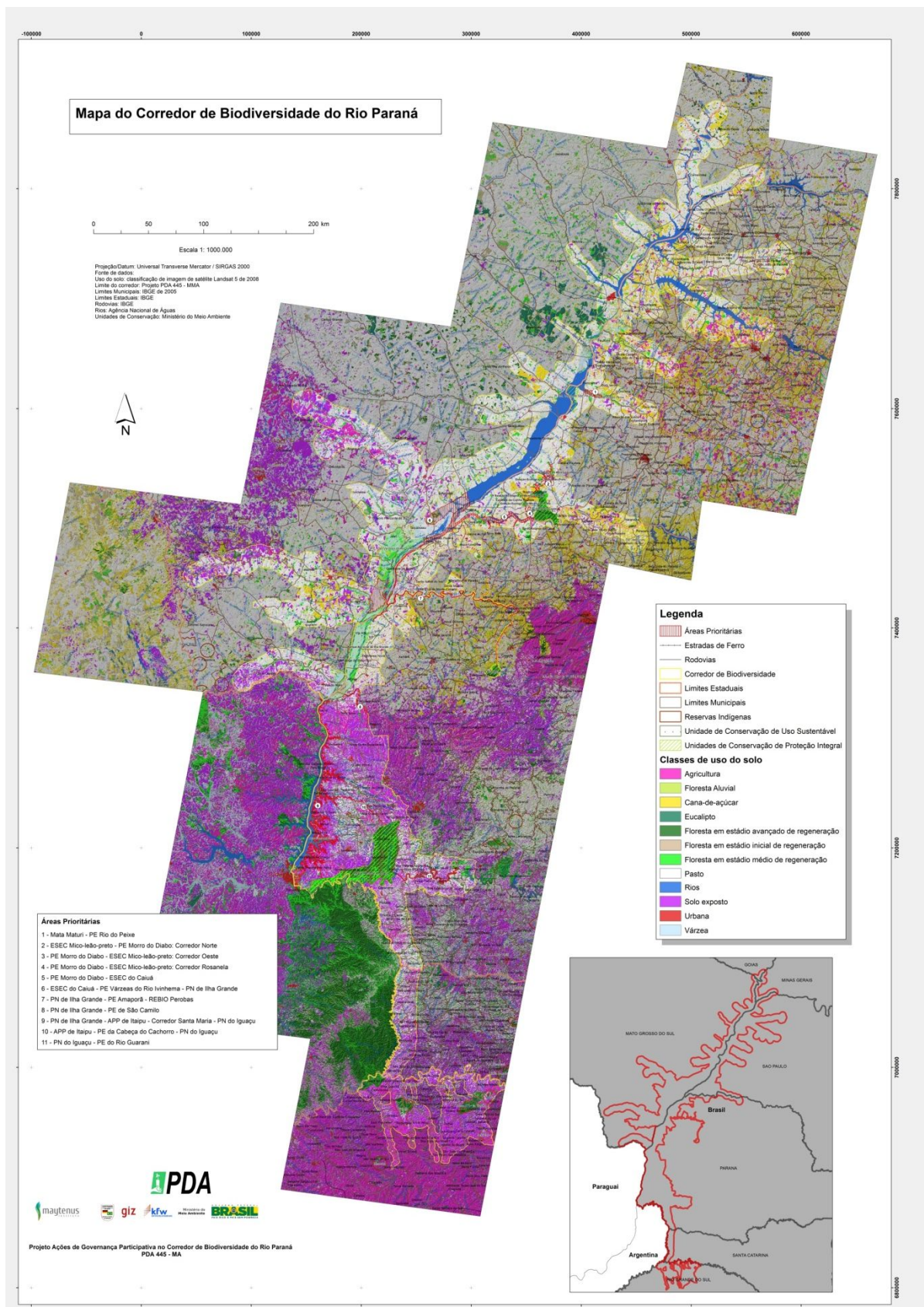
---

<sup>70</sup> Esse aspecto conceitual é discutido também no capítulo 05 e trazido novamente no capítulo 06, uma vez que é um dos assuntos centrais apresentados nesta pesquisa.

mapa dos contatos do conjunto de instituições que fazem parte da Rede Gestora e seus parceiros; VI – mapa de IDH, com base nas referências do IBGE; VII – mapa com os limites geopolíticos (Estados e Municípios); VIII – mapa de preferência de habitat da onça-pintada; IX – mapa de importância biológica segundo o MMA; X – mapa de uso do solo; XI – mapa pedológico; XII – mapa de áreas protegidas, envolvendo unidades de conservação e terras indígenas; XIII – mapa de vegetação; XIV – mapa de vias de acesso; e XIV – mapa de bacias hidrográficas e hidrografia.

No sentido de complementar as informações sobre a contextualização do Corredor do Rio Paraná e ainda explicitar suas peculiaridades em relação às formas de uso e conservação dos recursos naturais da sua região de abrangência, apresentamos na sequência o Mapa Total (representação em escala regional do conjunto de informações levantadas) e o conjunto de mapas das 11 áreas prioritárias identificadas (representação em escala local ou sub-regional), cada qual seguida de uma tabela correspondente ao uso e ocupação do solo em cada recorte territorial. Essas informações serão utilizadas como base primária de dados no item de discussão dos resultados da pesquisa (capítulo 06).

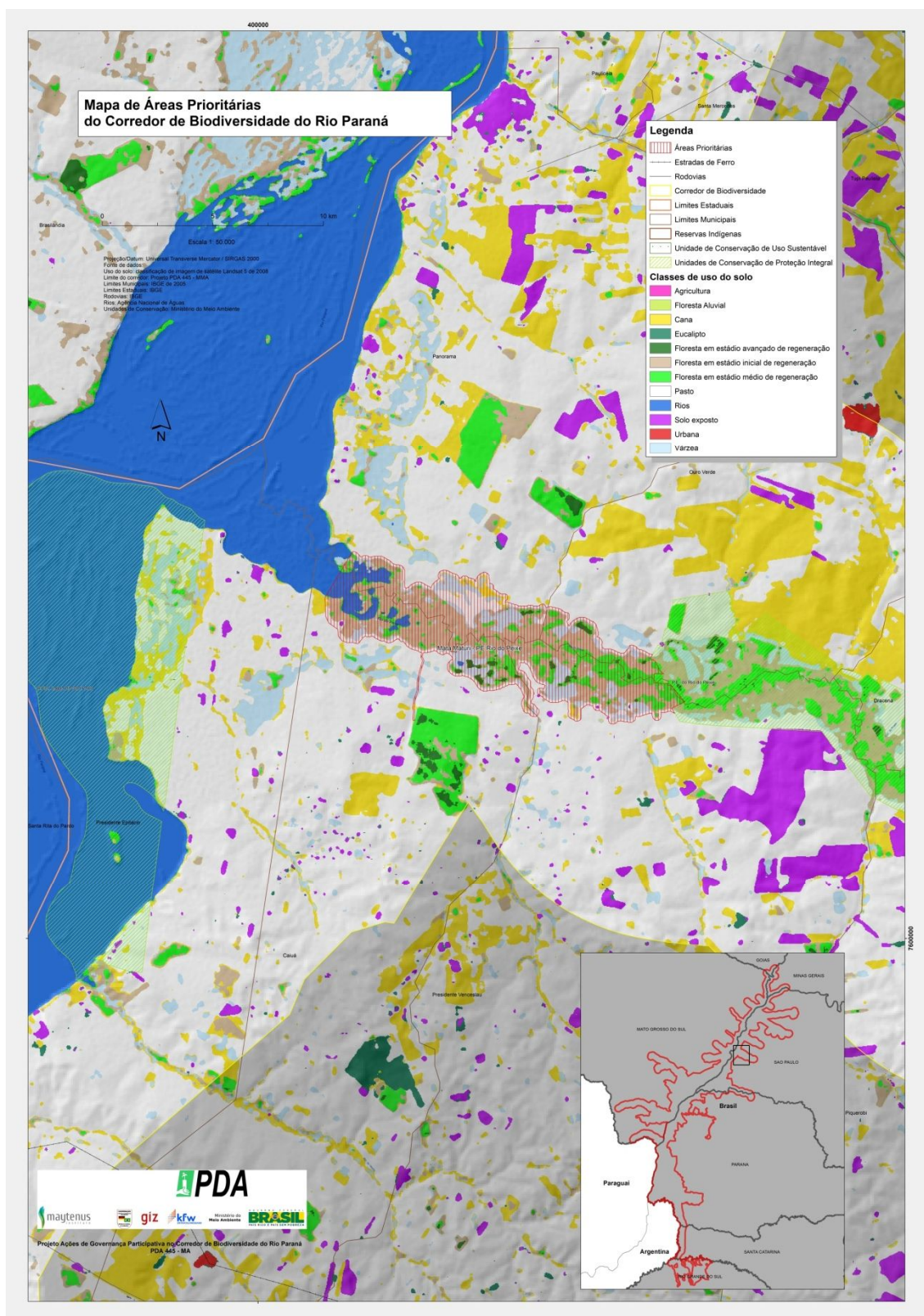
**FIGURA 07 – Mapa Total: Corredor do Rio Paraná, escala 1:1.000.000**



Fonte: Projeto PDA/MMA, 2012.



**FIGURA 08 – Área Prioritária 01: Mata Maturi – PE do Rio do Peixe, escala 1:50.000**



Fonte: Projeto PDA/MMA, 2012.















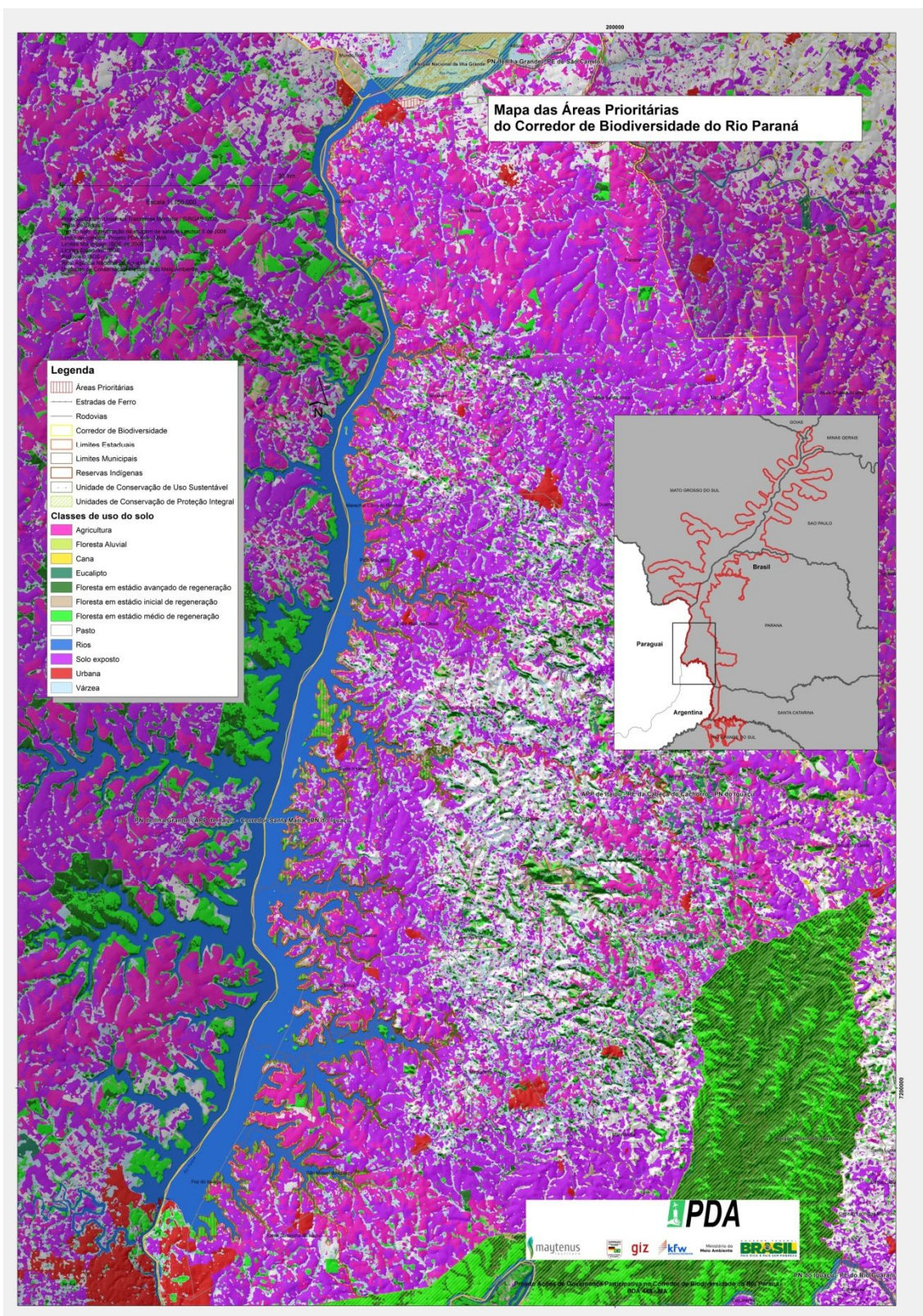








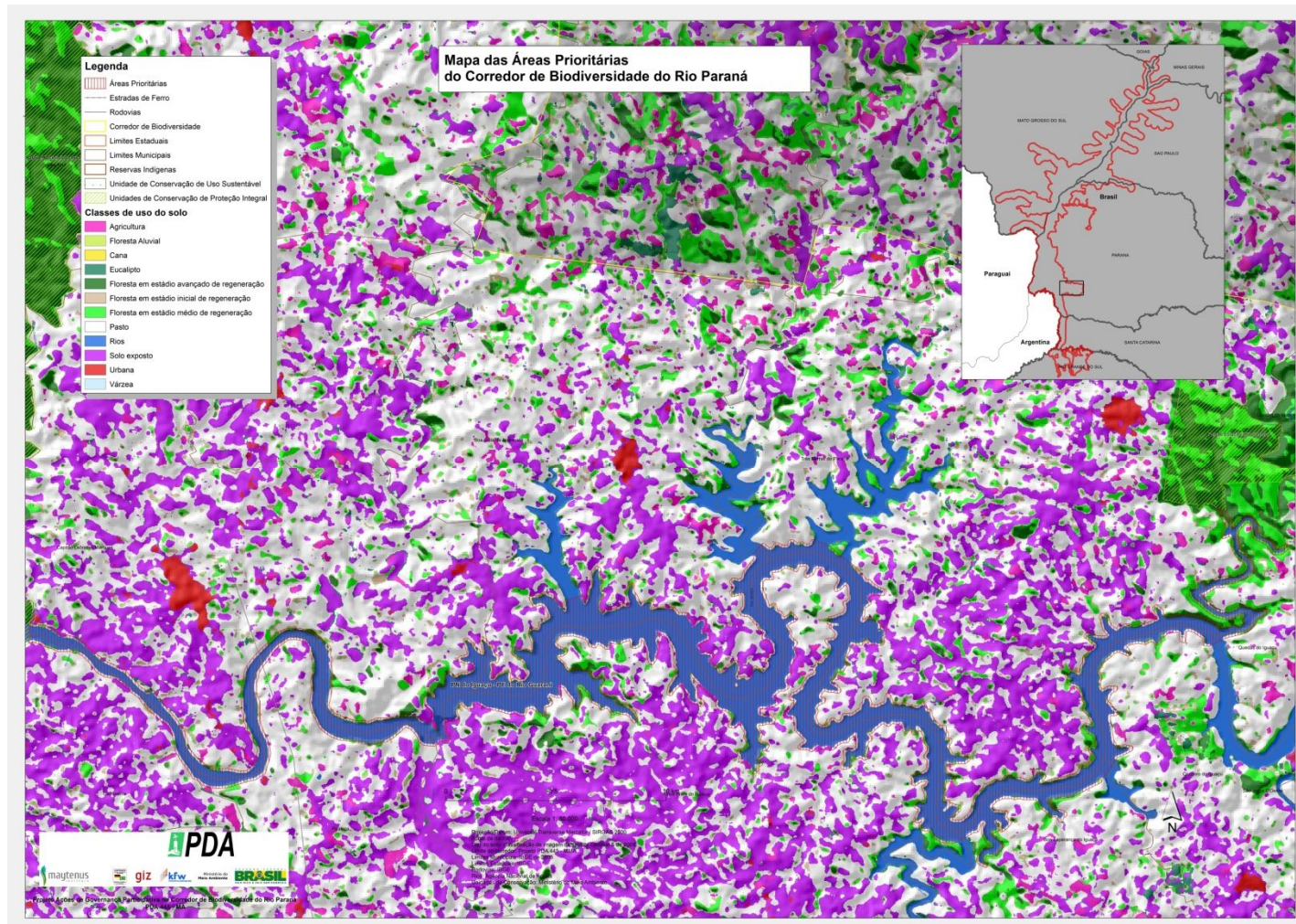
FIGURA 14 – Área Prioritária 09: PARNA de Ilha Grande – APP do lago de Itaipu – Corredor Ecológico Santa Maria – PARNA do Iguaçu; Área Prioritária 10: APP do lago de Itaipu – PE da Cabeça do Cachorro – PARNA do Iguaçu, escala 1:150.000



Fonte: Projeto PDA/MMA, 2012.



FIGURA 15 – Área Prioritária 11: PARNA do Iguaçu – PE do Rio Guarani, escala 1:50.000



Fonte: Projeto PDA/MMA, 2012.

TABELA 05 – Representação dos dados das áreas prioritárias

AP	áreas Prioritárias	Área total (ha)	Rios (ha)	Floresta Avançado (ha)	Floresta Médio (ha)	Floresta Inicial (ha)	Várzea (ha)	Cana-de-açúcar (ha)	Pasto (ha)	Eucalipto (ha)	Solo Exposto (ha)	Área Urbana (ha)	Agricultura (ha)	Aluvial (ha)
1	Mata Maturi-PE Rio do Peixe	5.707,9	394,3	111,9	891,1	2.525,5	931,8	87,5	757,6	3,0	5,2	0,0	0,0	0,0
2	ESEC Mico-leão-preto - PE Morro do Diabo: Corredor Norte	3.538,9	0,0	0,1	45,1	346,8	53,9	619,0	2.384,0	4,9	85,0	0,0	0,0	0,0
3	PE Morro do Diabo - ESEC Mico-leão-preto: Corredor Oeste	229,9	0,0	0,0	0,0	0,4	0,3	150,7	62,3	1,4	0,6	0,0	14,2	0,0
4	PE Morro do Diabo - ESEC Mico-leão-preto: Corredor Rosanela	251,8	0,4	0,1	7,2	20,4	29,2	78,8	112,1	0,0	3,5	0,0	0,0	0,0
5	PE Morro do Diabo - ESEC Caiuá	16.291,3	14.306,5	60,3	134,6	176,3	569,6	422,8	531,4	0,1	4,7	0,0	0,8	0,0
6	ESEC Caiuá - PE Várzeas do Rio Ivinhema - PN de Ilha Grande	100.938,1	16.077,8	3.983,9	9.278,5	3.598,9	47.018,6	1.044,8	16.681,3	0,0	591,9	0,0	196,4	2.465,9
7	PN de Ilha Grande - PE Amaporã - REBIO Perobas	8.439,2	3.531,8	431,7	986,1	620,1	1.860,9	407,0	387,2	1,1	20,8	0,0	3,6	0,1
8	PN de Ilha Grande - PE São Camilo	3.283,3	654,8	36,7	87,9	220,4	461,5	0,0	424,7	4,0	129,2	0,0	137,9	0,0
9	PN de Ilha Grande - APP de Itaipu - Corredor Santa Maria - PN do Iguaçu	34.182,7	2.201,8	4.260,8	11.543,0	8.507,3	4.215,5	0,0	668,3	86,3	1.900,0	70,7	729,0	0,0
10	APP de Itaipu - PE Cabeça de Cachorro - PN de Iguaçu	1.284,9	0,0	194,7	68,9	119,2	434,5	0,9	186,9	3,6	243,6	0,0	33,0	0,0
11	PN de Iguaçu - PE do Rio Guarani	13.659,2	10.024,3	651,8	503,3	333,9	0,0	0,0	1.730,7	132,0	279,4	0,0	3,9	0,0
	<b>soma</b>	<b>187.807,3</b>	<b>47.191,7</b>	<b>9.732,2</b>	<b>23.545,7</b>	<b>16.469,2</b>	<b>55.576,0</b>	<b>2.811,5</b>	<b>23.926,6</b>	<b>236,3</b>	<b>3.263,8</b>	<b>70,7</b>	<b>1118,9</b>	<b>2.466,0</b>
	<b>%</b>	<b>100</b>	<b>25,1</b>	<b>5,2</b>	<b>12,5</b>	<b>8,8</b>	<b>29,6</b>	<b>1,5</b>	<b>12,7</b>	<b>0,1</b>	<b>1,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,6</b>	<b>1,3</b>

Fonte: Projeto PDA/MMA, 2012.

TABELA 06 – Representação dos dados do Mapa Total

<b>Classes de uso do solo</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Rios	633.775,7	7,44
Floresta em estágio avançado de regeneração	338.636,0	3,98
Floresta em estágio médio de regeneração	436.840,1	5,13
Floresta em estágio inicial de regeneração	350.798,0	4,12
Várzea	682.461,2	8,02
Cana-de-açúcar	790.501,5	9,28
Pasto	3.450.686,3	40,53
Eucalipto	53.783,6	0,63
Solo exposto	1.247.421,2	14,65
Áreas Urbanas	42.795,8	0,50
Agricultura	479.644,8	5,63
Floresta Aluvial	7.319,4	0,09
<b>Total</b>	<b>8.514.663,5</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Projeto PDA/MMA, 2012.

No capítulo 06, esse conjunto de informações será base para análise.

#### 5.3.1.2. O plano de gestão bioregional (Pgb)

Apresentamos aqui o Plano de Gestão Bioregional construído no escopo do Projeto PDA/MMA, documento também elaborado em sua versão inicial nas duas Oficinas de Trabalho da Rede Gestora. Ele representa o caráter executivo da Rede Gestora, sendo utilizado adiante como referência de análise da presente pesquisa (capítulo 06). Vale destacar que o Plano foi elaborado em abril de 2011 e será novamente apresentado aqui, em sua versão atualizada, no escopo do Projeto FUNBIO/TFCA, uma vez que também será elemento de análise da presente pesquisa.

O Plano de Gestão Bioregional, em sua primeira versão e conforme tabela 08, possui três eixos de trabalho, sendo os dois primeiros exigência da chamada do edital e o último inserido como meta de projeto: I - conservação da biodiversidade, com foco em ações de aumento da cobertura florestal e conexão de fragmentos florestais; II - segurança alimentar, com foco em Sistemas Agroflorestais (SAF), fortalecendo as ações que envolvem a gestão dos recursos naturais por comunidades locais, no caso, pequenos agricultores.

Ambos os eixos buscam contribuir para a efetiva implementação das UCs inseridas no território do Corredor, bem como, promover ações de restauração das áreas protegidas, incluindo florestas naturais, áreas de preservação permanentes (APPs) e Reservas Legais de propriedades, visando ações possíveis de conexão física entre elas; e III – fortalecimento dos espaços de participação, o qual envolve a realização das próprias reuniões da rede Gestora, a contribuição para o trabalho de outros espaços de participação como comitês de bacia hidrográfica, consórcios intermunicipais, conselhos gestores de UCs e ainda fomentar a discussão sobre mosaicos de UCs.

TABELA 07 – Plano de Gestão Bioregional: projeto PDA/MMA

<b>Eixo: fortalecimento dos espaços de participação – responsável: Mater Natura</b>		
<b>Ação</b>	<b>local</b>	<b>observações</b>
<b>1. Realizar encontros de fortalecimento da rede gestora (meta 01)</b>	01 ao final de cada semestre	O próximo será regionalizado (porção sul e porção centro-norte)
<b>2. fortalecer espaços de participação (meta 03)</b>	Corredor Santa Maria	Aproximação e fortalecimento do comitê gestor
	PARNA Ilha Grande	Conselho em processo de formação
	APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná	Retomada dos trabalhos com o conselho
	Comitê de bacia dos rios Iguatemi, Amanbai e Paranapanema 4	Pensar arranjos futuros
	Mosaico de UCs (APA das Ilhas e Várzeas/COMAFEM, PE Ivinhema, ESEC Caiuá, APAs Municipais/CORIPA)	Iniciar discussões para criar o mosaico
<b>3. Monitoramento participativo (meta 4)</b>	CONISUL	Buscar estratégias de fortalecimento das APAs municipais
	A princípio os locais serão as áreas prioritárias definidas (com alguns pontos em cada área).	Elaborar planilha de monitoramento das ações. Definir formato do monitoramento por porção do corredor junto com os responsáveis da Rede Gestora
<b>Eixo: aumento da cobertura florestal – responsável: Itaipu, Cesp, Apoena, Ipê</b>		



<b>Ação</b>	<b>local</b>	<b>observações</b>
<b>1. viveiros</b>	1 – APOENA (Presidente Epitácio); 2 – IPÊ (Teodoro Sampaio) – viveiros comunitários com assentados rurais 3 – COMAFEM (Porto Rico) 4 – GEBIO (Naviraí) 5 – CORIPA (São Jorge do Patrocínio)	Esforço de revitalização e apoio na produção de mudas.
<b>2. microcorredores</b>	Santa maria	(ITAIPU)
	Rio do Peixe – Lagoa São Paulo – Mata Maturi	(CESP/APOENA)
	Tucano - Paranapanema	(IPÊ)
<b>3. curso de viveiro</b>	Primavera/ESEC Caiuá	(CESP/UEM)
<b>4. banco ativo de germoplasma (BAG)</b>	Presidente Epitácio	(APOENA)
<b>Eixo: segurança alimentar (SAFs) – responsável: Ipê (Jefferson), Maythenus</b>		
<b>Ação</b>	<b>local</b>	<b>observações</b>
<b>1. Implantação de 09 SAFs (unidades demonstrativas - Uds)</b>	Ilha Solteira (02 Uds) - SP	(Assentamento Estrela da ilha)
	São Jorge do Patrocínio (02 Uds) – PR	duas áreas
	Nova Andradina (01 Ud) – MS	Assentamento Santa Olga
	Ivinhema (01 Ud) – MS	Uma área
	Naviraí (01 Ud) – MS	
	Mundo Novo (02 Uds) – MS	
<b>2. realização de 04 cursos de SAF (em 2 módulos separados, sendo um dos módulos composto por visitas técnicas)</b>	UNESP-Ilha Solteira – SP	
	São Jorge do Patrocínio – PR	
	Ivinhema - MS	Envolvendo (Naviraí, Ivinhema e Nova Andradina)
	Mundo Novo - MS	

Fonte: Projeto PDA/MMA, 2012.

Esse foi o conjunto de ações e produtos previstos no Projeto PDA/MMA. Ao final do seu prazo de vigência, novembro de 2012, o Instituto Maythenus compilou seus produtos e informações e entregou ao PDA/MMA. Ao longo da sua execução, houve algumas tentativas de conversa junto a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, com vistas a discutir os procedimentos para oficializar a criação do Corredor de Biodiversidade do Rio

Paraná, uma vez que tal ação estava prevista no edital da chamada 06 (PDA/MMA, 2008). Contudo, tal demanda não foi assumida pelo MMA.

O processo de institucionalização do Corredor continua sendo discutido no escopo do Projeto FUNBIO/TFCA, o qual mostra também a evolução do Plano de Gestão Bioregional.

### *5.3.2 Projeto FUNBIO/TFCA: perspectivas de governança*

O Projeto PDA/MMA finalizou suas atividades em novembro de 2012. Entre suas estratégias de continuidade, havia a intenção de que a Rede Gestora, ao longo da execução do Projeto, se fortalecesse enquanto espaço de gestão do Corredor. Nesse sentido, uma das ações da Rede foi buscar formas de continuar atuando na região, mesmo sem o apoio técnico e financeiro do PDA/MMA. Ainda em outubro de 2012 o FUNBIO lançou o edital 02/2012-TFCA, para financiar projetos de investimentos em redes. O objetivo do edital era financiar projetos para o fortalecimento de Redes de ONGs da Mata Atlântica e Caatinga, de forma a fortalecer a sociedade civil organizada. O valor desse edital era de R\$ 2,2 milhões em até seis projetos aprovados, para execução no período máximo de 24 meses.

Foi então formado um grupo de trabalho no âmbito da Rede Gestora para escrever um projeto e enviá-lo ao edital. Foi também deliberado que a instituição proponente desse novo projeto seria o Mater Natura, uma vez que o edital não previa a execução em forma de consórcio de instituições, a exemplo do PDA/MMA. O projeto enviado foi aprovado e iniciou sua execução em abril de 2013, com previsão de encerramento em abril de 2015.

Na sequência será apresentada a proposta de trabalho do Projeto FUNBIO/TFCA, cujo foco de atuação não é mais o Corredor do Rio Paraná propriamente dito, mas sim, fortalecer as ações de governança territorial da sua Rede Gestora. Também será apresentada uma prévia de alguns dos produtos previstos e resultados alcançados até aqui, especialmente, em relação ao plano de gestão bioregional e o mapeamento institucional, ambos elementos de análise da presente pesquisa.

#### *5.3.2.1. A proposta de trabalho do Projeto FUNBIO/TFCA*

Em abril de 2013, o Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais assume a responsabilidade pela execução do *Projeto Ações de Governança Territorial da Rede Gestora do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná*, financiado pelo Programa de Fortalecimento de Redes do Acordo TFCA (Tropical Forest Conservation Act), junto ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)<sup>71</sup>.

Sua execução é de dois anos e será compartilhada com os seguintes parceiros: ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, por intermédio do Parque Nacional do Iguaçu e do Parque Nacional de Ilha Grande); IAP (Instituto Ambiental do Paraná), por meio das UCs da região e seus escritórios regionais; Prefeitura Municipal de Nova Andradina (MS), GEBIO – Grupo de Estudos em Proteção a Biodiversidade; APOENA – Associação em Defesa do Rio Paraná, Afluentes e Mata Ciliar; Instituto Maytenus para o desenvolvimento da agricultura sustentável; IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas; Faculdade Anglo-Americano (campus de Foz do Iguaçu), a Faculdade de Engenharia da UNESP (Campus de Ilha Solteira); COMAFEN - Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná; e o CORIPA - Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência.

A proposta busca fortalecer os processos de governança territorial da Rede Gestora do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná, favorecendo a articulação interinstitucional, a troca de informações, a capacitação em planejamento territorial e o fomento às ações de intervenção, por meio da construção de agendas comuns que consigam contribuir à conservação da biodiversidade aliada ao desenvolvimento territorial no Bioma Mata Atlântica.

Em relação ao Projeto PDA/MMA, é possível perceber que o foco de atuação desse novo Projeto mudou, não mais com atuação direcionada para ações de mapeamento territorial, mas sim com ações que buscam promover a articulação institucional por intermédio da sua estrutura de Rede Gestora.

---

<sup>71</sup> Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio | [www.funbio.org.br](http://www.funbio.org.br). O Tropical Forest Conservation Act (TFCA) foi aprovado pelo senado norte-americano em 1998 com o intuito de substituir dívidas externas por ações de conservação de florestas tropicais. O acordo assinado no dia 12 de agosto de 2010 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América é o 16º acordo utilizando essa lei e tem duração de cinco anos (FUNBIO/TFCA, 2012).

Surge o viés de governança territorial, tendo como referência o Corredor do Rio Paraná.

Entre suas metas estão: I - fortalecer a estrutura político-institucional da Rede Gestora do Corredor para alavancar seus processos de governança; II – construir uma estratégia de comunicação para socializar informações; III - iniciar o processo de capacitação continuada dos membros da Rede Gestora relacionada ao planejamento territorial; e IV - potencializar as ações executadas pelas instituições que compõem a Rede Gestora, potencializando seus resultados.

Diferente do Projeto PDA/MMA, a iniciativa do Projeto FUNBIO/TFCA busca trabalhar os arranjos possíveis de governança da Rede Gestora do Corredor do Rio Paraná, apropriando-se, para tanto, das informações geradas no projeto anterior e da construção social da sua estrutura de rede. Como visto, o foco de atuação não envolve mapeamento do território, mas estratégias de planejamento que possam promover um diálogo entre os processos de uso e conservação dos recursos naturais. Entre os produtos destacados e que serão utilizados como referência de análise na presente pesquisa estão: o plano de gestão bioregional construído no Projeto PDA/MMA, e ajustado no contexto do Projeto FUNBIO/TFCA; e o mapeamento institucional da Rede Gestora e seus parceiros, conforme apresentamos abaixo.

#### *5.3.2.2. Produtos e resultados preliminares: plano de gestão bioregional e mapeamento institucional*

Como visto, o plano de gestão bioregional foi utilizado como ferramenta no Projeto PDA/MMA, a princípio, apenas para contribuir para a execução das metas previstas. Ao longo da execução do referido Projeto, ele foi sendo percebido pela Rede Gestora como um instrumento potencial de planejamento das suas ações. No Projeto FUNBIO/TFCA ele ganha escala e amplitude de ação, sendo tratado como instrumento de planejamento territorial. Os eixos temáticos propostos no edital do PDA foram mantidos, contudo são tratados agora de forma periférica, sendo que seu atual eixo central é o próprio território do Corredor do Rio Paraná, subdividido para efeito de planejamento, na sua porção sul e na sua porção centro-norte, conforme mostra a tabela 08.

O plano de gestão bioregional é a versão ajustada, a qual passou por uma análise e avaliação da Rede Gestora em sua primeira reunião ordinária de 2013, realizada no escopo do Projeto FUNBIO/TFCA.

TABELA 08 – Plano de gestão bioregional: Projeto FUNBIO/TFCA

<b>Porção</b>	<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Atividades Previstas</b>
<b>CENTRO-NORTE</b>	<b>Segurança Alimentar</b> Sistemas Agroflorestais SAFs	1. Articular formação em SAF, com foco na realização de cursos que possam incentivar a implantação de SAFs no território do Corredor. <i>Tendo em vista a especificidade da região de Ilha Solteira, onde existe um esforço institucional da UNESP na implantação de unidades demonstrativas (UDs) de SAF, as ações nessa região podem ir além da formação proposta, inclusive com a possibilidade de manutenção e fortalecimento das UD's já existentes e implantação de novas UD's de SAF na região.</i>
		2. Dar condições para os grupos buscarem parceiros, viabilizando projetos com apoio e entendimento das prefeituras municipais, sendo esta uma formação continuada que venha favorecer os vínculos institucionais Locais sugeridos: São Jorge do Patrocínio, Querência do Norte, Green Farm, Ilha Solteira (UNESP), Naviraí (UEMS), Sandovalina (Assentamento Guarani). <i>A proposta envolve também fortalecer as UD's de SAF já existentes como referência de formação.</i>
	<b>Conservação da biodiversidade</b> Aumento da Cobertura Florestal	1. Fortalecimento das atividades de agrosilvicultura e recuperação florestal através do PRASA, via SAFs.
		2. Recuperação florestal dentro do Parque Estadual das ilhas e várzeas do rio Ivinhema.
		3. Recuperação de APPs, proposta de iniciar a recuperação na bacia do Córrego do Baile (Nova Andradina), buscando apoio institucional do SOS Mata Atlântica (Click Árvore), editais específicos (ex. Funbio) .
		4. Fortalecer ações de recuperação florestal na Área Prioritária 06 (região de atuação do COMAFEN).
	<b>Participação e articulação institucional</b>	1. Contribuir com a criação do Núcleo de Gestão Integrada de UCs (NGI) do ICMBio em Umuarama.
		2. Contribuir para criação de estrutura administrativa para se instituir o Mosaico dos Remanescentes do Rio Paraná.
		3. Apoiar a criação do Comitê da Reserva da Biosfera no Mato Grosso do Sul, prevendo seu fortalecimento e com foco em ações de SAF.

Fonte: Projeto FUNBIO/TFCA, 2013.

TABELA 08– plano de gestão bioregional: Projeto FUNBIO/TFCA - continuação

<b>Porção do Corredor</b>	<b>Eixos Temáticos Linhas de Ação</b>	<b>Atividades Previstas</b>
<b>SUL</b>	<b>Conservação da biodiversidade</b> Aumento da Cobertura Florestal	1. Potencializar o monitoramento para avaliar a efetividade do Corredor Santa Maria (fauna e flora) e a faixa de proteção do reservatório de Itaipu (Área Prioritária 09);
		2. Realizar uma capacitação em elaboração de projetos, com vistas a captar recursos para projetos de pesquisa/monitoramento da área prioritária 09;
		3. Aumentar a cobertura florestal no Corredor Santa Maria e na faixa de proteção do reservatório (Área Prioritária 09);
	<b>Participação e articulação institucional</b>	1. Buscar a institucionalização do Comitê do Corredor Santa Maria, o qual se torna o Comitê Gestor (representação) da porção sul do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná; <i>Já inserir essa demanda na reunião de agosto de 2013, tendo como pauta principal a “institucionalização do Comitê Gestor do Corredor Santa Maria”. Outras pautas sugeridas: 1. Mapeamento e Mobilização Social de potenciais atores que fazem parte do Corredor Santa Maria (pequenos proprietários, usando a experiência do PNI na institucionalização do Comitê/Conselho); 2. capacitação dos atores que irão compor o Comitê (discussão sobre o papel do Corredor Santa Maria, o papel do Comitê e de seus membros; definição de prioridades para o Corredor, entendendo o Corredor Santa Maria como sendo a Área Prioritária 09, captação de recursos e elaboração de projetos e etc.)</i>
		2. Retomar as discussões e tratativas do Corredor Trinacional, buscando aproximação com o Parque Estadual do Turvo e ONGs da Argentina;
		3. Re-aproximar atores sociais no Rio Grande do Sul que tem relação de trabalho com o Parque Estadual do Turvo, inclusive com pesquisadores do Uruguai;

Fonte: Projeto FUNBIO/TFCA, 2013.

Já o mapeamento institucional da Rede Gestora surge como meta do Projeto FUNBIO/TFCA, buscando identificar os elos e as relações institucionais dos atores sociais que possuem relação direta com a gestão do território do Corredor do Rio Paraná. A intenção é promover um estudo de articulação institucional a partir da estrutura da Rede Gestora, com objetivo de perceber potencialidades e fragilidades institucionais no que tange o trabalho em formato de Rede. Para tanto, o Projeto prevê: I – mapear as instituições atuantes na região, a partir dos contatos de cada instituição membro da Rede; II – aproximar as instituições mapeadas do trabalho da Rede, por meio da

divulgação das ações desenvolvidas no Corredor; e III – buscar momentos de integração interinstitucional entre as instituições mapeadas e delas com a Rede Gestora.

Esse mapeamento foi realizado em 2013 e sua metodologia foi elaborada a partir dos referenciais teóricos e das categorias de análise da presente pesquisa. A aproximação entre a prática de execução do Projeto FUNBIO/TFCA e a realização da pesquisa é motivada e intencional. A primeira etapa do mapeamento envolveu o preenchimento de uma ficha, em formato de questionário, por instituição que participa da Rede e a construção de um diagrama, o qual mostra as relações entre essas instituições e seus parceiros e delas com a própria Rede Gestora do Corredor do Rio Paraná. Ambos os instrumentos foram preenchidos em plenária ordinária da Rede, sob orientação dos seus passos e com consentimento voluntário da sua utilização como dado da presente pesquisa. No anexo da tese segue o questionário com as suas respostas.

## **6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** o processo de planejamento territorial do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná

Como visto, a discussão central da pesquisa aborda o processo de planejamento territorial do Corredor do Rio Paraná realizado a partir da atuação da sua Rede Gestora. Seu recorte analítico está associado aos arranjos de articulação institucional, tidos como referência de planejamento do Corredor que, no caso, se materializa em sua estrutura de Rede. A atuação dessa Rede (subitem 6.2.) evoca os princípios da participação social no contexto da esfera pública tendo, no diálogo e na articulação institucional, as referências para construção de consensos mínimos que consigam otimizar a gestão deste território. Essa experiência conduz a dois caminhos relacionados e que serão objeto de análise neste capítulo sendo, um deles associado aos elementos que orientam o planejamento (subitem 6.1) e o outro a processos de aprendizagem sobre governança (subitem 6.3.).

Cada subitem tem relação com um dos objetivos específicos da tese e apresenta categorias e subcategorias de análise que se relacionam com um conjunto de variáveis, conforme mostrou a matriz analítica apresentada. Dessa relação surgem algumas afirmações e questões de pesquisa que, por sua vez, orientam a discussão deste capítulo. Em relação à atuação da Rede Gestora (subitem 6.2) a análise avança para sua avaliação, tendo em vista a centralidade do seu papel no planejamento do Corredor.

Seguindo a metodologia proposta, serão apresentados alguns dados que servirão de referência para a análise a partir dos indicadores propostos por Souto-Maior (2012). Os critérios quantitativos foram ajustados ao contexto da pesquisa e servem de complemento para os critérios qualitativos, os quais são levantados da análise de conteúdo dos documentos gerados no escopo dos Projetos e de observação direta das reuniões e oficinas da Rede Gestora.

### **6.1. A orientação do planejamento do Corredor**

O planejamento territorial surge aqui como categoria central de análise, tendo como subcategorias: desenvolvimento territorial e sua relação com o planejamento e ordenamento territorial; discussão conceitual e institucional entre corredores de biodiversidade e ecológico. Entre as variáveis relacionadas



estão: escala (regional); dimensão (bioregional e político-institucional); perspectiva do planejamento (do desenvolvimento a conservação); e processo de institucionalização do Corredor. Uma pergunta e duas afirmações de pesquisa orientam as análises: quais são os limites e potencialidades do planejamento territorial? O Corredor é uma unidade de planejamento territorial que considera, em escala regional, a perspectiva biogeográfica da mesma forma em que considera a interação social que a forma. Desentendimentos conceituais sobre corredores acarretam dificuldades em seus processos de institucionalização e gestão de seus territórios.

#### 6.1.1. A questão das escalas e a delimitação do Corredor

São aproximadamente 85 mil km<sup>2</sup> de área de Corredor do Rio Paraná, envolvendo 07 estados da federação e 297 municípios em uma região de fronteira internacional com a Argentina e o Paraguai (PDA/MMA, 2012). Essa extensão é considerada uma escala regional de planejamento que está dividida em dois recortes sub-regionais chamadas de “porções”, a porção sul e centro-norte do Corredor. Existe ainda, conforme estabelecido no zoneamento, onze áreas prioritárias que estão associadas à escala local. O desafio em planejar considerando estas dimensões é visto, ao mesmo tempo, como potencialidade e fragilidade, conforme a discussão apresentada abaixo, apresentando também problemas e soluções propostas pela Rede Gestora.

Em se tratando de ações de articulação institucional, as distâncias geográficas comprometem a atuação de algumas institucionais, tendo em vistas o tempo e os custos de deslocamento. A articulação institucional fica limitada à região de atuação de cada instituição, muito embora, em alguns casos, existam sobreposições. No caso do Corredor, a Rede Gestora surge no sentido de transcender essas fronteiras geográficas, promovendo momentos presenciais e virtuais de encontro. A escala sub-regional e local minimiza o problema do distanciamento geográfico e favorece a atuação conjunta.

A divisão geopolítica também é um fator complicador relacionado à escala, enaltecido principalmente no âmbito do setor público. Cada município, salvo aqueles que atuam em forma de Consórcios Intermunicipais, possui uma forma de governo individualizado, onde suas lógicas de planejamento e execução dos serviços à população seguem a ideologia partidária, a qual nem

sempre é compartilhada pelo município que está ao lado, o estado ou país em que se insere. Até mesmo o entendimento dado à legislação ambiental sofre divergências de interpretação, sendo que os estados e, em alguns casos, os municípios, possuem legislação ambiental diferenciadas, fato que acarreta dificuldades na ocasião que se pensa estratégias de ação conjuntas. Já as instituições do terceiro setor e do setor empresarial apresentam certa flexibilidade e integração aos arquétipos legais dos municípios onde atuam.

A mesma dificuldade surge no âmbito da técnica, enquanto métrica, sobretudo na relação de levantar informações sobre o território em escala regional. Conseguir os mapas, as imagens de satélite e as informações estruturadas de toda a região do Corredor do Rio Paraná, por si só, é um desafio. Trabalhar com esses mapas e informações em campo, mesmo com uma estrutura de sistema de informação geográfica (SIG) adequada, apresenta dificuldades devido aos diferentes formatos em que a informação está disponível. A distribuição da informação também é desigual, tendo situações onde existem dados em abundância sobre determinada área ou temática e em outras a ausência de informação.

Os deslocamentos para o monitoramento da paisagem *in loco* foram onerosos, demandando tempo da equipe e recursos para percorrer os pontos principais do mapeamento. Essa etapa aconteceu após as oficinas com a Rede Gestora, ou seja, os pontos de campo foram indicados a partir das informações levantadas junto da Rede e com base no mapeamento prévio. O esforço de campo priorizou pontos indicados como prioritários e aqueles que geraram discordâncias de opiniões. Essa estratégia otimizou os trabalhos e direcionou os esforços de campo. A informação gerada no campo foi incorporada à base de dados do SIG, sendo coletada com ajuda logística e com o conhecimento da região das instituições da Rede. Essa ajuda foi fundamental, pois em várias situações o acesso às áreas a serem mapeadas não apresentavam boas condições de acesso.

Outro aspecto que apresenta controvérsias é o entendimento e sentido dado à escala. Na biologia, por exemplo, podemos trabalhar na escala ou nível de um bioma ou uma ecoregião, de um ecossistema, a partir da paisagem ou formação florestal, como uma UC e, também, de espécie, a partir da sua área de ocorrência e mesmo dentro de uma espécie, relacionando aspectos da

genética e da evolução. Esse entendimento é diferente de quem é da área da geografia, onde escala é espacial, representa um espaço, é quantificada, pode ser medida, enfim. No contexto das ciências sociais, os entendimentos se aproximam das discussões da geopolítica, tendo escalas internacionais, nacionais, regionais, locais (estaduais e municipais) e ainda escalas de ação para diferentes atores sociais.

Afinando o entendimento sobre as escalas no Corredor, a Rede definiu o seguinte: escala local para indicar suas áreas prioritárias (onze no total), escala sub-regional para indicar as suas duas porções (centro-norte e sul) e escala regional indicando a sua área total, o Corredor do Rio Paraná propriamente dito. Essa relação escalar se relaciona com as escalas de ação de cada instituição, ou seja, suas áreas e temáticas de atuação, muitas em sobreposição.

Na questão 03 do mapeamento institucional<sup>72</sup>, 83% das instituições que responderam o questionário indicaram que consideram a dimensão territorial em suas ações de planejamento, onde as escalas sub-regionais e regionais são também consideradas. Tendo em vista essa proximidade física e temática, existe a intenção em atuar de forma conjunta, conforme aponta a questão 04 do mapeamento institucional<sup>73</sup>, onde 90% das instituições disseram que são estimuladas em trabalhar de forma conjunta com seus parceiros. Entretanto, analisando os momentos de avaliação das reuniões da Rede, são identificados indícios de que na prática e em alguns casos, essa intenção não se concretiza por falta de ferramentas que facilitem essa aproximação. É o caso de quem atua na gestão de UCs, sem muito apoio institucional para esse fim. Esse indicativo é percebido em expressões como “estamos tão perto e ao mesmo tempo tão longe” e “o encontro da Rede agrega muita coisa para a gestão das UCs, amplia o leque e traz novas experiências. É importante e necessário enxergarmos o que está acontecendo a nível regional”.

Em relação à delimitação do Corredor e seu zoneamento, houve vários momentos de negociação com a Rede para definir os critérios norteadores. Esta definição considerou elementos da natureza (meio físico e biológico) e da

---

<sup>72</sup> Pergunta 03: a sua instituição desenvolve ações de planejamento territorial? Quais?

<sup>73</sup> Pergunta 04: a sua instituição estimula o trabalho com outras instituições? Se sim, ela dá o devido apoio estrutural, oferecendo as ferramentas/condições para isso?

sociedade, aspecto considerado inovador na definição de limites de corredores, uma vez que a criação dessas áreas é pautada por elementos da natureza. Souto-Maior (1988b) destaca a definição de critérios explícitos no processo de delimitação de áreas para o planejamento, assim como seus objetivos, como sendo uma abordagem coerente. A tabela 09 mostra os critérios norteadores com destaque aos elementos da sociedade. Outro diferencial envolveu a questão do tempo de trabalho, sendo que o mapa com os limites do Corredor foi construído ao longo dos dois anos do Projeto PDA/MMA, oportunidade ímpar, uma vez que seu desenho inicial foi sendo alterado na medida em que novas informações eram levantadas.

Tabela 09 – Definição dos critérios norteadores dos limites do Corredor

Porção <b>SUL</b>	Porção <b>CENTRAL</b>	Porção <b>NORTE</b>
Conectividade entre áreas de bacias hidrográficas (microbacias diagnosticadas e planejadas)	Conservação da Biodiversidade (identificação de áreas naturais protegidas e outros fragmentos ou remanescentes florestais; conexão entre UCs)	Considerar todas as UCs (ex. RPPNs Cisalpina e água vermelha)
Presença de espécies ameaçadas de extinção	Conservação de recursos hídricos (respeitar a abrangência das microbacias, evitando “corte seco” no traçado)	Fluxo de fauna (cervo do pantanal e onça-pintada)
Presença de espécies endêmicas	Conservação de comunidades tradicionais (identificação destas comunidades; abrangência de assentamentos rurais; identificação de áreas agroecológicas)	Áreas de transição (ecótono cerrado-mata atlântica)
Todas as UCs (federal, estadual, municipal e particulares)	<b>Agricultura familiar</b>	Bacia hidrográfica e seus principais contribuintes
Conexão entre outros ecossistemas (internacionais e cerrado)	<b>Inclusão de áreas de baixo IDH</b>	Fluxo gênico
Considerar o conceito de mosaico de paisagem (fragmentos florestais)	UCs, Remanescentes florestais e Reserva legal	Considerar os fragmentos representativos
Considerar as áreas prioritárias para conservação	<b>Conhecimento local e estrutura básica das comunidades</b>	<b>Comitês de bacia organizados e atuantes</b>
Movimentos e iniciativas em sociedade com capacidade de conservação	<b>Gestão por consórcio intermunicipal</b>	Áreas prioritárias para conservação (Biota/Fapesp) e reserva da biosfera
Utilizar APPs e áreas de reserva legal	Mananciais de abastecimento	<b>Presença de agricultura familiar</b>
<b>Interesse e envolvimento institucional</b>	Considerar os limites físicos	Considerar o conceito de mosaico de paisagem

Fonte: PDA/MMA, 2010, memória de reunião. Grifos do autor.

No processo de definição dos limites houve a preocupação em levantar as potencialidades e fragilidades inerentes à gestão do Corredor, contribuindo para definição de prioridades de ação no planejamento. Ambas foram indicadas por porção do Corredor e elencadas em ordem de prioridade. As principais potencialidades levantadas foram: existência de universidades e centros de pesquisa; usinas hidrelétricas com passivos ambientais sendo implementados, presença da agricultura familiar; corredor ecológico Santa Maria criado; conselhos de UCs; ações de educação ambiental; UCs com plano de manejo; remanescentes florestais com espécies de interesse para conservação. Entre as principais fragilidades estão: latifúndios com monocultura; dificuldade de articulação institucional e mobilização de comunidades rurais; mudança do código florestal; pouco apoio às ações conservacionistas; falta de apoio institucional na gestão das UCs; falta de integração entre governo, sociedade civil e academia; UCs sem planos de manejo e sem conselhos; e risco de armadilhas ecológicas.

Por fim, dado o caráter demonstrativo do Projeto PDA/MMA, todos os ajustes e definições dos limites do corredor de biodiversidade e das suas áreas prioritárias foram justificadas, ou seja, o processo argumentativo foi registrado, sendo passível de servir de referência para eventuais generalizações.

#### 6.1.2. A institucionalização do Corredor

O edital da chamada 06 do PDA, delega ao Departamento de Áreas Protegidas (DAP), na Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA a oficialização do Corredor por meio de uma Portaria Ministerial, posteriormente a entrega dos produtos previstos no Projeto (PDA/MMA, 2008). Entretanto, apesar das cobranças formais das instituições consorciadas dos projetos ao MMA, tal demanda não foi atendida.

O Projeto PDA/MMA foi finalizado e não houve posicionamento oficial do MMA em relação à institucionalização do Corredor do Rio Paraná. Aqui entendemos a institucionalização a partir da leitura de Jepperson (1991), o qual a considera como sendo um processo em que regras inicialmente vistas como abstratas passam a ser consideradas constituintes. Também não fica claro no edital, conseqüentemente no MMA, como se dará a gestão do Corredor, ou seja, quem se responsabiliza por ela. No Projeto FUNBIO/TFCA, a Rede

Gestora é vista, mesmo que informalmente, como sendo a instância organizacional que recebe tal função em uma perspectiva de governança territorial. Contudo, como visto nos itens subsequentes, a Rede não possui autonomia de gestão sobre o território.

Esse fato é apontado pelos membros da Rede Gestora como sendo um dos principais entraves do trabalho, tendo em vista que houve investimento financeiro e a mobilização de atores sociais com expectativas sobre sua criação. Nesse caso, as onze áreas prioritárias definidas dentro do Corredor do Rio Paraná, embora não tenham sido pensadas apenas para se tornarem futuros corredores ecológicos, poderão se tornar instrumentos de ordenamento territorial. Muito embora exista respaldo jurídico e institucional para criação dos corredores ecológicos junto ao MMA, eles são estruturas fragilizadas do ponto de vista da sua gestão.

É consenso entre os membros da Rede Gestora de que não há sentido apenas em criar os corredores ecológicos como proposto no SNUC. É preciso garantir uma estrutura político e institucional mínima para agregar ações, recursos financeiros e técnicos que subsidiem sua implementação. No contexto dos projetos PDA/MMA e FUNBIO/TFCA essa estrutura político e institucional mínima, na perspectiva de unidade de planejamento territorial, é o Corredor de Biodiversidade e sua estrutura de gestão seria a Rede Gestora.

Do ponto de vista das políticas públicas e de estruturas jurídicas e institucionais, o arcabouço legal que legitima e institucionaliza a discussão dos corredores se limita ao seu viés da conservação dos recursos naturais, encerrado e materializado no SNUC<sup>74</sup>. A proposição em se tratar um corredor como unidade de planejamento territorial, referendado em sua complexidade e construído socialmente em sua territorialidade, é defendida apenas no âmbito dos dois Projetos. Ao longo da sua execução, o MMA nunca se posicionou formalmente em relação ao trabalho que estava em curso, financiado inclusive, via cooperação internacional intermediada pelo próprio Ministério. Tal fato é o reflexo da contradição e fragmentação institucional em que as políticas públicas ambientais são construídas no país. Neto (2013) aponta que a “superação do

---

<sup>74</sup> Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

viés setorial das políticas públicas” é o principal argumento para apropriação da abordagem territorial (NETO, 2013, p. 121).

Outro aspecto a ser considerado nessa discussão, se relaciona com o caráter impessoal de como as diretrizes institucionais são tratadas. A temática dos corredores, ecológicos no caso, está sob a tutela do Departamento de Áreas Protegidas (DAP), o qual direciona e privilegia ações aos instrumentos de gestão com maior potencial de proteção e preservação ambiental, como as UCs de proteção integral, territórios com alta interveniência do Estado. Os corredores ecológicos, por sua vez, não possuem o mesmo potencial de proteção, tendo em vista que extrapolam os limites das UCs e incidem sobre territórios de particulares, diminuindo a autonomia do Estado na perspectiva do comando e controle sobre essas áreas.

Dessa forma, as iniciativas de criação desses espaços ou mesmo de gestão daqueles criados estão à margem das prioridades institucionais do DAP/MMA. Atualmente existem apenas dois corredores ecológicos criados via portaria ministerial, o Corredor Capivara-Confusões e Caatinga<sup>75</sup> (MMA, 2014). Mesmo o Corredor Santa Maria, inserido no território do Corredor do Rio Paraná e criado via portaria do IBAMA, hoje de responsabilidade do ICMBio, não figura os bancos de dados do MMA. Isso demonstra que o MMA e suas estruturas vinculadas não possuem uma estratégia comum e internalizada sobre a gestão dessas áreas. Isso explicita a dificuldade estrutural da nossa sociedade em estabelecer políticas públicas integradas que consigam, minimamente, extrapolar a instrumentalidade da dimensão ambiental e incorporar a complexidade da dimensão social.

Em meio a essa fragmentação, buscar a institucionalização do Corredor do Rio Paraná pode, ao mesmo tempo, trazer aspectos que o fortaleçam e o prejudicam. Por um lado, surge a segurança institucional relativa em se tornar uma política pública de Estado, garantindo *a priori* mecanismos legais e diretrizes para sua gestão. Por outro lado, corrobora sua dependência a estrutura estatal que a acolher, relegando sua condução às suas limitações,

---

<sup>75</sup> Portaria n 76 de 11 de março de 2005, que cria um corredor ecológico conectando o Parque Nacional da Serra da Capivara e o Parque Nacional da Serradas Confusões; e Portaria n 131/GM, de 04 de maio de 2006, que reconhece o corredor ecológico da Caatinga, o qual envolve oito UCs.

fato que pode comprometer um dos aspectos de sua essência democrática, a saber, o diálogo interinstitucional. Como agravante e na maioria das situações, essas estruturas são fragilizadas e limitadas à sua área de atuação, seja na dimensão ambiental ou social. Procopiuck (2013) aponta que a fragmentação da Administração Pública impõe limitações em sua atuação.

Tendo em vista que a perspectiva de um corredor de biodiversidade só se realiza a partir da articulação entre as dimensões ambiental e social, a institucionalização pode não ser um caminho oportuno, devido à fragmentação das instâncias de governo que tratam essas dimensões, em sua maioria, de forma antagônica, não sendo tratadas em perspectiva transversal. A proposta de institucionalizar o Corredor, sob o ponto de vista da Rede Gestora, deve estar acompanhada de uma reforma das estruturas institucionais em cada dimensão, no sentido de garantir a promoção do diálogo institucional. Outro aspecto se relaciona com sua vinculação direta a estruturas ministeriais com maior capilaridade temática e influência sobre as estruturas correlatas da administração pública.

#### 6.1.3. Os desentendimentos conceituais: biodiversidade e ecológico na relação entre planejamento e ordenamento

Na literatura e nos diplomas legais, existem conceitos diferenciados sobre o sentido dado aos corredores, surgindo adjetivações como ecológicos, de biodiversidade, regionais e bioregionais. Do ponto de vista institucional, a definição adotada pelo ICMBio<sup>76</sup>, se refere ao corredor ecológico como sendo:

um instrumento de gestão e ordenamento territorial, definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, com o objetivo de garantir a manutenção dos processos ecológicos nas áreas de conexão entre Unidades de Conservação, permitindo a dispersão de espécies, a recolonização de áreas degradadas, o fluxo gênico e a viabilidade de populações que demandam mais do que o território de uma unidade de conservação para sobreviver (ICMBio, 2014).

---

<sup>76</sup> O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado em 2007, é uma autarquia vinculada ao MMA. Muito embora ICMBio e MMA façam parte da mesma estrutura institucional, o entendimento sobre corredores não é comum.



A origem desse conceito vem da biologia da conservação e da ecologia da paisagem<sup>77</sup>, sendo enaltecido o viés ecológico e orientação de ordenamento. Atualmente, o MMA se apropria dessa relação conceitual indicando ainda que os corredores ecológicos são estratégias para amenizar os impactos da ação humana sob o meio ambiente, visando mitigar os efeitos da fragmentação florestal (MMA, 2014).

Contudo, durante o período de execução do Projeto PDA/MMA (2010 e 2012), o MMA defendia outro entendimento, onde os corredores ecológicos e de biodiversidade eram tratados como sinônimos. Dessa forma extrapolavam a dimensão ecológica e consideravam a dimensão socioambiental, com intuito de conciliar a sobrevivência das espécies e de ecossistemas com práticas de desenvolvimento econômico sustentável. Acrescentava ainda que o manejo dessas áreas deveria acontecer de forma integrada, envolvendo outros atores sociais que não apenas as UCs envolvidas com sua criação, como prevê o SNUC. Foi esta concepção ampliada que orientou o lançamento do edital do PDA e a consequente a execução do Projeto (PDA/MMA, 2008). No mesmo período em que houve mudança de entendimento institucional, o quadro técnico de servidores do MMA também foi alterado, fato que reforça o caráter personalista das diretrizes institucionais.

Em teoria, existe o entendimento que um depende do outro, ou seja, para se conseguir implantar um corredor ecológico, de forma que ele alcance seus objetivos, necessariamente, se demanda esforços de articulação política e institucional para que a estrutura ecológica seja sustentada. Segue-se o apontamento de que “não se pode gerenciar habitats e espécies sem gerenciar territórios” (FERNÁNDEZ-VELILLA, LUQUIN e SEMINARIO, 2011, p. 26). Na prática, essa perspectiva de dependência sofre resistências ideológicas e não encontra sustentação jurídica e institucional.

Em se tratando da classificação de políticas públicas de acordo com sua finalidade, com base nas concepções de Procopiuck (2013), os corredores

---

<sup>77</sup> Na perspectiva da Biologia da Conservação, o corredor é um elemento que conecta dois núcleos de habitats com o fim de garantir o fluxo genético entre as populações de animais e plantas nela existentes e a continuidade dos processos ecológicos (BENNETT, 1999). Na perspectiva da Ecologia da Paisagem, se refere a áreas homogêneas (numa determinada escala) de uma unidade da paisagem, que se distinguem das unidades vizinhas e que apresentam disposição espacial linear e ligam dois fragmentos desconectados (METZGER, 2001).

ecológicos exemplificam uma política regulatória, dizendo respeito ao “controle estatal sobre a utilização de recursos ou execução de atividades por diferentes segmentos da sociedade”. A proposta de um corredor de biodiversidade, ainda segundo o autor, segue a orientação de uma política constitutiva, no sentido de criar ou estruturar “as condições para que determinados problemas passem a ser tratados de forma sistemática”, perpassando a implementação e manutenção de uma política pública, indo além da simples aprovação do diploma legal que lhe confere finalidade (PROCOPIUCK, 2013, p. 144).

Para efeito do projeto PDA/MMA, a partir de discussões em plenária da Rede Gestora, existe um entendimento comum, mas não há consenso, de que o Corredor de Biodiversidade incorpora a dimensão político e institucional da gestão, ou seja, é um território definido em escala regional construído a partir dos elementos da conservação da biodiversidade e dos processos de desenvolvimento. Serve como instância de planejamento territorial, onde os conflitos e impasses gerados pelo ato da gestão territorial são passíveis de mediação. Dentro desse Corredor existem áreas prioritárias para conservação que se aproximam do entendimento conceitual que o SNUC dá aos corredores ecológicos. São áreas físicas, em escala local, com potencial de se tornarem corredores ecológicos. Uma vez instituídos, passam a ser instrumentos de ordenamento territorial orientados pela conservação, passíveis de intervenções sobre os processos de uso do solo por parte do Estado.

Outro referencial conceitual que enseja divergências é o entendimento sobre o sentido de território. Existe hoje uma tendência de descentralização da gestão pública, envolvendo cada vez mais atores sociais. Surgem variadas formas de gestão coletiva, instituindo-se espaços de gestão que vão além dos limites geopolíticos. Como exemplo, temos os consórcios intermunicipais, os territórios de cidadania e rurais, os comitês de bacia hidrográfica, os mosaicos de unidades de conservação. Contudo, essa visão territorial de gestão, muitas vezes, surge para suprir as faltas e deficiências institucionais.

No caso dos consórcios intermunicipais, por exemplo, a aproximação surge para otimizar os gastos na realização de serviços específicos nos municípios, garantindo sustentabilidade econômica de sua execução. Esses espaços de gestão acabam sendo, novamente, delimitados geograficamente, criando territórios ampliados, regionalizados. Do ponto de vista da ecologia,

transpor os limites geopolíticos e respeitar os limites dos ecossistemas é visto como positivo nos processos de conservação da natureza. O mesmo vale para o discurso de minimizar gastos sobre serviços especializados e que envolvem outros atores.

Entretanto, são criados territórios novos que se sobrepõem sobre os antigos que, por sua vez, também precisam ser gerenciados. Assim, o planejamento territorial é uma ferramenta desse gerenciamento, que segue outras óticas e princípios de gestão, estabelecidos pelas instâncias de gestão que são criadas para tal função, como um conselho, um comitê gestor, uma diretoria ou mesmo uma rede.

No caso dos corredores ecológicos instituídos<sup>78</sup> a responsabilidade pela gestão do espaço do corredor fica a cargo das estruturas de gestão das UCs envolvidas na sua criação. No caso dos corredores criados no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos (PPG-7), a instância gerencial é um conselho gestor paritário, cuja composição é formada por instituições governamentais e não-governamentais (MMA, 2007b). Contudo, esse conselho gestor não possui autonomia de intervir na gestão de forma executiva, restringindo sua atuação no âmbito político. No caso do Corredor do Rio Paraná existe o pressuposto de que a Rede Gestora poderia assumir o papel de gestão, contudo, percebe-se até aqui o distanciamento em sua consolidação.

## **6.2. O arranjo institucional responsável pelo planejamento do Corredor**

O arranjo institucional surge como categoria central de análise, tendo como subcategorias: estrutura e papel da Rede Gestora no planejamento, bem como, suas estratégias de articulação institucional utilizadas. Entre as variáveis relacionadas estão: esfera pública; diálogo institucional; participação e motivação; cooperação e manutenção da Rede. Duas perguntas de pesquisa orientam esta análise: quem se beneficia do arranjo institucional construído

---

<sup>78</sup> No corredor de biodiversidade do rio Paraná existe apenas um corredor ecológico instituído, que é o Corredor Santa Maria, o qual liga o PARNA do Iguaçu até a faixa de proteção do lago de Itaipu e está inteiramente dentro de uma única propriedade privada, cuja área do corredor foi doada pelo proprietário para que a Itaipu construísse o corredor. A sua instância gerencial é um comitê, formado por representantes do Estado, da sociedade civil organizada e do proprietário da área. Desde sua criação (2006), esse comitê se reuniu apenas 02 vezes.

pela Rede? Quais elementos favorecem o diálogo e articulação institucional no contexto da Rede?

Portanto, a partir da atuação da Rede, identificam-se os elementos que contribuem para o planejamento do Corredor. Outro aspecto a ser observado são suas estratégias e possibilidades de articulação institucional, os quais vêm garantindo sua manutenção. São avaliadas a efetividade e sustentabilidade da Rede Gestora enquanto arranjo institucional responsável pelo planejamento do Corredor.

#### 6.2.1. A estrutura da Rede Gestora e seu perfil organizacional

O princípio básico de análise das redes, segundo Mizruchi (2009, p. 134)<sup>79</sup>, “é que a estrutura das relações sociais determina o conteúdo dessas relações”. Assim, pode-se afirmar que a estrutura das redes condiciona as formas de interação entre seus membros. Swedberg (2009, p. 195), em seus estudos sobre sociologia econômica, corrobora com a importância da análise das relações sociais, mas reforça que ela deve ser acompanhada e “levar em consideração aquilo que impulsiona a ação social, isto é, os interesses<sup>80</sup>”. Portanto, a análise que segue neste item considera essas duas proposições em sua relevância teórica.

A Rede Gestora do Corredor possui um universo de 38 instituições em seu arranjo, considerando aquelas que estiveram presentes em pelo menos uma reunião presencial no intervalo das 11 reuniões analisadas na pesquisa (06 reuniões no escopo do Projeto PDA/MMA e 05 no Projeto FUNBIO/TFCA) e também tiveram relações virtuais de aproximação, envolvendo troca de e-mails, conversas virtuais ou telefônicas. Essas instituições, para efeito de pesquisa, serão chamadas de “instituições potenciais”, ou seja, aquelas que conhecem o trabalho da Rede Gestora e estabeleceram algum tipo de vínculo ao longo da execução dos dois Projetos. Na distribuição, 27 instituições atuaram durante 02 anos junto à execução do Projeto PDA/MMA, sendo que 11 novas se

<sup>79</sup> Artigo original publicado na *Acta Sociologica*, v. 37, n. 4, p. 329-343, 1994, de Mark S. Mizruchi, sob o título “*Social network analysis: recent achievements and current controversies*”. Copyright 2008 Sage Publications.

<sup>80</sup> Conforme SWEDBERG, R. *Principles of economic sociology*. Princetown: Princetown University Press, 2003 e SWEDBERG, R. *Interest*. London: Open University Press, 2005.

aproximaram ao longo de 08 meses de execução do Projeto FUNBIO/TFCA, período entre abril a novembro de 2013. São aproximadamente 03 anos de atuação da Rede que foram analisados nesta pesquisa, período de tempo com certa significância quando se pretende ter uma visão do processo vivenciado.

Analisando o perfil organizacional da Rede e a natureza das relações entre as instituições que a compõe é possível perceber que ela foi concebida com a divisão inicial em três setores, envolvendo: (i) o setor público, com representação do Estado, em sua totalidade de entes do poder executivo, bem como, dos consórcios intermunicipais (mediação entre público e privado); (ii) o setor privado e da sociedade civil organizada, formado por representações de ONGs, OSCIPs, associações e instituições privadas; e (iii) o setor de ensino e pesquisa, representado por universidades públicas e privadas. A sua representação atual continua com três segmentos, contudo, sua divisão foi alterada seguindo as convenções comumente encontradas, envolvendo os setores público, privado e sociedade civil organizada. Para efeito da pesquisa, será adotada uma quarta divisão dessa representação, referente às instituições de caráter público-privado, é o caso das estruturas institucionais dos consórcios intermunicipais e da Itaipu Binacional.

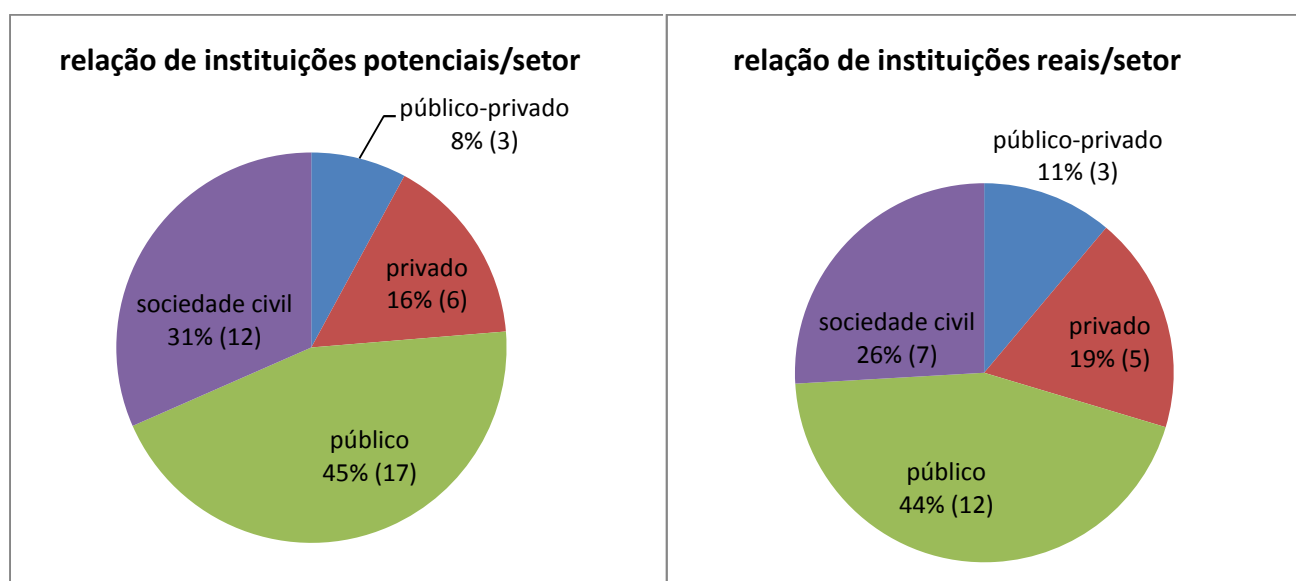
Em novembro de 2010, primeira reunião da Rede Gestora, havia 11 instituições e em novembro de 2013 esse número alterou-se para 38, o que representa uma taxa de crescimento potencial (TCpot) em relação ao número de instituições que compõem a Rede Gestora de 245%. Contudo, neste mesmo período, algumas instituições se distanciaram a ponto de não mais estabelecer contato com a Rede, seja virtual ou presencial. Assim, o universo de instituições que vem atuando de fato junto a Rede neste período é de 27. Essas instituições, para efeito de análise da pesquisa, serão chamadas de “instituições reais, que de fato participam”, sendo aquelas que tiveram e mantém algum tipo de contato com a Rede. Analisando estas instituições é possível aferir a taxa de crescimento real da Rede (TCreal) em 145%.

O gráfico 01 mostra a distribuição por setores dessa relação entre instituições potenciais<sup>81</sup> e reais que se aproximaram da Rede Gestora.

---

<sup>81</sup> Estas instituições continuam recebendo informações virtuais sobre os trabalhos da Rede Gestora no Corredor, uma vez que continuam cadastradas nas listas de contatos da Rede.

Gráfico 01 – Relação de representação entre instituições potenciais e reais



Fonte: PDA/MMA, 2010; FUNBIO/TFCA, 2013, ajustado pelo autor.

Em termos proporcionais a relação entre instituições potenciais e reais sofre pequena alteração, mantendo a tendência de representação dos setores que compõem a Rede Gestora, no qual o poder público é o setor com maior representação (em torno de 45%, sendo entre 12 e 17 instituições). Contudo, se considerar o setor privado como parte da sociedade civil chega-se ao índice aproximado de 46% (entre 12 e 18 instituições), indicativo de que a Rede é um arranjo institucional que se aproxima do princípio da paridade entre representações da sociedade civil e do Estado.

Assim, a atual composição da Rede Gestora pode ser visualizada na tabela 10, que mostra também: (i) as instituições que se aproximaram no contexto do Projeto PDA/MMA (texto em estilo normal); (ii) as instituições que se aproximaram no contexto do Projeto FUNBIO/TFCA (texto em estilo negrito); (iii) as instituições que se distanciaram da Rede (texto seguido de asterisco); (iv) o número de reuniões que a instituição participou; e (v) sua representação por setores.

Tabela 10 – Composição da Rede Gestora em novembro de 2013

Instituições	Nº de reuniões	Setor
ITAIPU-PR	6	<b>Público-privado</b>
CORIPA-PR	5	
COMAFEN-PR	5	
CESP-SP	6	<b>Privado</b>
Faculdades Anglo-PR	6	
Biosul-MS/FIEMS	3	
<b>Parque das Aves (Foz do Iguaçu)</b>	3	
Duke Energy (SP-PR)	1	
ETH-Bioenergia *	1	
ICMBio (PNI, Rebio Perobas, PNIG, ESEC Mico-preto, APA federal)	9	<b>Público</b>
IAP (ESREG Paranavaí e Toledo, ESEC Caiuá, PE Cabeça-do-cachorro, PE São Camilo, PE Rio Guarani, PE Amaporã)	8	
Prefeitura de Nova Andradina-MS	5	
UEM-PR	4	
<b>Prefeitura de Naviraí-MS</b>	3	
UNESP (Ilha Solteira, Primavera)	2	
IMASUL-MS (GUC, PEVRI)	2	
<b>SEMA-RS (DUC, PE Turvo)</b>	2	
<b>Prefeitura de São Jorge do Patrocínio-PR</b>	2	
<b>USP/Unesp (CIC-Plata - Projeto Marco)</b>	2	
Embrapa-PR *	1	
Prefeitura de Foz do Iguaçu-PR *	1	
Prefeitura de Amambai-MS *	1	
Prefeitura de Eldorado-MS	1	
Prefeitura de Teodoro Sampaio-SP *	1	
<b>UniOeste-Toledo-PR *</b>	1	
<b>Fundação Florestal-SP (PE Morro-do-diabo; PE Aguapeí; PE Rio-do-peixe)</b>	1	
Mater Natura-PR	11	<b>Sociedade Civil</b>
IPÊ-SP	6	
Instituto Maytenus-PR *	6	
GEBIO-MS	5	
Instituto Pró-carnívoros-SP	3	
APOENA-SP	3	
Instituto Guará-PR *	1	
ACAP/MST-SP *	1	
<b>Pastoral da Juventude-PR *</b>	1	
<b>UEM-Ecoalize (empresa Jr.) *</b>	1	
<b>Instituto Curicaca-RS</b>	1	
<b>Colônia Pescadores Z-15 P.Caiuá-PR</b>	1	

Fonte: PDA/MMA, 2010; FUNBIO/TFCA, 2013, ajustado pelo autor.

Com essa relação é possível aferir a taxa de crescimento da variedade de tipos de instituições que compõem a Rede (TCv), tanto “potencial” (TCvPot) quanto “real” (TCvReal), conforme a tabela 11 abaixo. Os tipos de instituições são entendidos como os quatro setores de representação da sociedade adotados na pesquisa.

Tabela 11 – Taxa de crescimento da variedade de tipos de instituições

<b>Setores</b>	<b>Número de instituições iniciais</b>	<b>TCvPot</b>	<b>Número de instituições potenciais</b>	<b>TCvReal</b>	<b>Número de instituições reais</b>
Público-privado	3	0%	3	0%	3
Privado	1	500%	6	400%	5
Público	2	750%	17	500%	12
Sociedade Civil	5	140%	12	40%	7

Fonte: PDA/MMA, 2010; FUNBIO/TFCA, 2013, ajustado pelo autor.

Considerando a taxa de crescimento real, o setor público-privado manteve sua representação com 03 instituições que vem participando desde a formação inicial da Rede. Em relação ao número de instituições iniciais, os setores público e privado apresentaram maior taxa de crescimento, aumentando sua representação em 05 e 04 vezes, respectivamente. Já a sociedade civil, em comparação aos demais setores, obteve a menor taxa de crescimento (40%), embora ainda sendo indicativo de crescimento. Esse crescimento menor pode estar associado ao baixo número de instituições, especialmente do terceiro setor, com atuação no Corredor. A aproximação significativa das instituições públicas e privadas ao longo do tempo é um indicativo de que a Rede vem sendo considerada como importante espaço de participação e representação desses setores. Vêm-se adiante aspectos sobre a motivação de participar da Rede que corroboram essa afirmação.

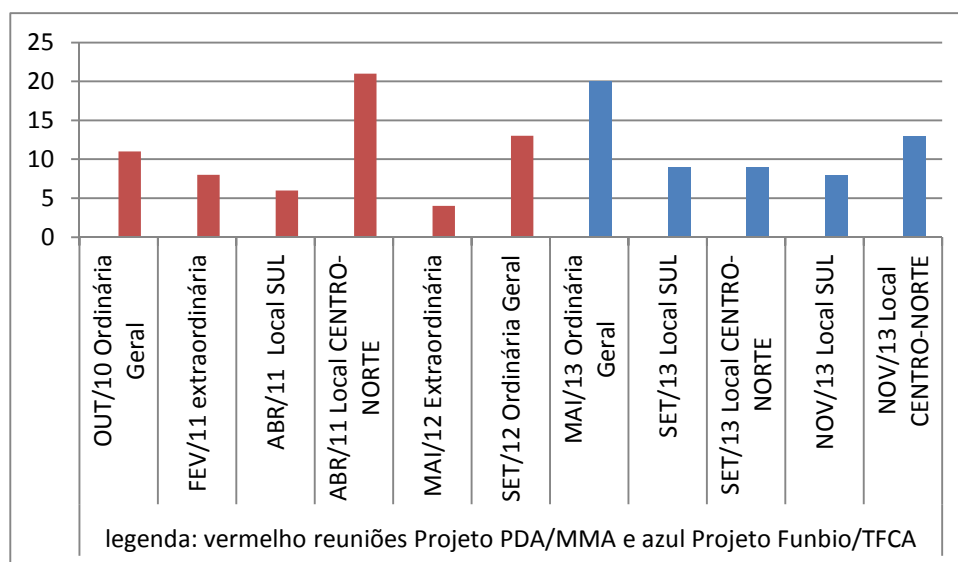
Analisando a presença das instituições ao longo dos três anos de atuação da Rede foi possível aferir seu grau de participação institucional (GP), a partir do índice definido por Souto-Maior (2012), sendo de 0,71 em uma escala entre 0 e 1. Esse alto grau de participação representa a presença em média de 11 instituições por reunião realizada, conforme mostra o gráfico 02.

São três tipos de reunião: (i) ordinária geral, onde a intenção é reunir todas as instituições que participam da Rede. Nas três reuniões realizadas até



aqui a presença de instituições foi acima da média; (ii) ordinária local, destinada a discussão em âmbito local (ou sub-regional) que subdivide o Corredor em duas porções (centro-norte e sul). Até aqui foram realizadas seis dessas reuniões, sendo três em cada porção. Nas três reuniões da porção Sul o número de instituições foi menor que a média, uma vez que existe um número pequeno de representações em comparação com a porção norte; e (iii) extraordinárias ou reuniões de trabalho, realizadas a partir de tema específico, geralmente associado ao momento de encontro de algum dos grupos de trabalho da Rede. Até aqui foram realizadas duas dessas reuniões com quórum menor que a média da presença das instituições, dado o número reduzido de membros dos grupos de trabalho.

Gráfico 02 – Número de instituições em cada reunião da Rede Gestora



Fonte: PDA/MMA, 2010; FUNBIO/TFCA, 2013, ajustado pelo autor.

Em relação às instituições que de fato participam (reais, do universo de 27) foi possível levantar a porcentagem de presença em relação ao número de reuniões que cada uma delas esteve presente, a saber: Mater Natura (100%); ICMBio (82%); IAP (73%); Ipê, Itaipu, Cesp, e Faculdades Anglo (55%); Coripa, Comafen, Prefeitura de Nova Andradina e Gebio (45%); UEM-PR (36%); Instituto Pró-carnívoros, Apoena, Biosul/Fiems, Parque das Aves e Prefeitura de Naviraí (27%); Unesp, Imasul-MS, Sema-RS, Prefeitura de São Jorge do Patrocínio e Usp/Unesp (18%); Prefeitura de Eldorado, Duke Energy, Instituto Curicaca, Colônia de Pescadores Z-15 e Fundação Florestal-SP (9%).

Cabe ressaltar que algumas instituições tiveram sua participação motivada pela responsabilidade de execução dos dois Projetos, assumindo posições executivas com relação à Rede Gestora (sendo o caso do Mater Natura, Ipê, Itaipu, Cesp, Instituto Pró-carnívoros e Apoena, responsáveis pela execução do Projeto PDA/MMA e o Mater Natura que é o atual responsável pela execução do Projeto FUNBIO/TFCA). Da mesma forma, ICMBio, IAP, Faculdades Anglo, Coripa, Comafen, Prefeitura de Nova Andradina, Gebio e Unesp figuram o conjunto de instituições que declararam formalmente parceria nos Projetos, o que incorre em uma co-execução voluntária, uma vez que oferecem contrapartidas não financeiras.

A motivação para atuação conjunta surge, também, no sentido de atender deficiências institucionais, com vistas a qualificar sua atuação em nível local. Ainda existe um distanciamento no fomento de ações propositivas a serem executadas de forma articulada e em escala regional e sub-regional, mesmo sabendo que a articulação entre diferentes planos escalares favorece o alcance de resultados mais robustos. Os principais aspectos associados a esse fato são: a limitação estrutural das instituições analisadas, em especial do setor público de gestão de UCs, relacionadas ao déficit orçamentário e funcional; a ausência ou ineficácia de ferramentas de diálogo e a articulação institucional; políticas públicas fragmentadas que encerram sua atuação em seu escopo temático.

Alguns aspectos relevantes devem também ser considerados ao olhar para as instituições apresentadas até aqui, como:

- I. A presença de instituições com responsabilidade direta de gestão das UCs inseridas dentro do Corredor do Rio Paraná, como é o caso do ICMBio, IAP, Imasul-MS, Sema-RS, Prefeitura de Naviraí, Cesp, Coripa, Comafen e Fundação Florestal-SP. Tal fato indica que existe a preocupação em não “fechar” a gestão da UC ao nível institucional, ou seja, existe a intenção em se pensar a gestão da UC considerando o contexto biogeográfico, social e político-institucional em que ela está inserida, no caso, o contexto do território do Corredor;
- II. Ausência de representações sociais com atuação direta como setor agropecuário, especialmente, de grande escala, como a pecuária no Mato Grosso do Sul, a produção de cana-de-açúcar e derivados em

São Paulo e a produção de *comodities* da agricultura no Paraná, em especial a soja. Em relação à agricultura familiar a representação é pequena e indireta na Rede, ficando apenas a cargo do Instituto Maytenus e ACAP-SP (que acabaram se distanciando da Rede), do Ipê com o trabalho com SAFs e das prefeituras que tem papel com a extensão rural. Contudo, a rede tem como um de seus eixos de trabalho segurança alimentar, com trabalhos de SAFs sendo fomentados;

- III. A presença de representação do setor das indústrias de bioenergia e derivados da cana-de-açúcar do Mato Grosso do Sul por meio do Biosul/Fiems, cuja produção de biocombustíveis e açúcar têm escala representativa na socioeconomia da região, bem como, extensas áreas produtivas que vem crescendo na região;
- IV. A significativa presença das empresas de geração energia hidrelétrica (Cesp, Itaipu e Duke Energy), setor considerado estratégico para o desenvolvimento social e econômico do país, dado seu potencial de geração de energia no sistema nacional;
- V. A representação de instituições com atuação histórica de mais de 10 anos na temática da conservação da biodiversidade na região, como é o caso do Ipê, Apoená, Instituto Curicaca e Gebio;
- VI. A presença de instituições de pesquisa em diferentes áreas temáticas, caso das Faculdades Anglo, Unesp e Uem-PR, com envolvimento de docentes e alunos que desenvolvem pesquisas na região;
- VII. A presença dos consórcios intermunicipais Coripa e Comafen, cuja atuação é pautada pela cooperação e articulação institucional, cuja representação envolve indiretamente 16 municípios consorciados;
- VIII. A participação e envolvimento significativo de quatro prefeituras, sendo três no Mato Grosso do Sul e uma no Paraná. Entretanto, se considerar o conjunto de representação do setor público municipal do Corredor (297 municípios), o número atual demonstra baixíssima representação. Em nível de representação do poder público estadual, o cenário é mais favorável, tendo a participação de 04 (RS, PR, MS e SP) dos 07 estados que compõem o Corredor, ficando sem

representação os 03 estados com menor porcentagem de área no Corredor (SC, GO e MG);

- IX. A pequena presença de instituições de representação de base comunitária, tendo apenas uma Colônia de Pescadores no estado do Paraná, sem representações de agricultores familiares.

Essa diversidade de representações tem sua atuação ampliada no contexto da Rede Gestora, a qual favorece interações horizontais onde as redes, segundo Jacobi (2000, p. 135), “interconectam instituições e práticas sociais diferenciadas e alargam o alcance das agendas”.

O grau de satisfação (GS) proposto por Solto-Maior (2012) tem relação com os resultados esperados e alcançados pelo arranjo institucional. São considerados aqui “resultados esperados” todos os anseios, intenções e motivações das instituições que atuam no Corredor e se aproximaram da Rede Gestora. Esse horizonte de resultados vai desde objetivos, ações, expectativas e metas, tanto institucionais quanto de Projetos, que foram incorporados ao contexto de atuação da Rede. Eles não são, necessariamente, oriundos da Rede, ou seja, que surgiram dentro dela. Muitos resultados esperados são intenções ou demandas institucionais que figuram seus respectivos planos de trabalho que, uma vez inseridos no arcabouço de intenções da Rede, passam a ser compartilhados. Tal fato favorece distorções da avaliação do alcance desses resultados, tendo em vista que sua mensuração está, muitas vezes, fora da estrutura organizacional da Rede, estando no contexto da atuação institucional dos seus membros.

Acha-se oportuno ainda indicar a origem dos resultados esperados, tendo em vista que existem: intenções de Projeto, sendo metas dos Projetos PDA/MMA e FUNBIO/TFCA, com caráter obrigatório, vinculados a execução e conseqüente prestação de contas junto aos financiadores; intenções das reuniões da Rede (“reuniões” na tabela da sequência), sendo ações de caráter pontual e muitas vezes informal que surgem no decorrer das reuniões e oficinas de trabalho como, por exemplo, o estabelecimento de uma ação conjunta entre duas instituições que foi acordada na reunião e que acontece sem mediação da Rede; e intenções do Plano de Gestão Bioregional da Rede (“PGB” na tabela 07), sendo ações vinculadas a uma das três metas do Plano

(articulação institucional, conservação e segurança alimentar), de caráter formal, legitimada no contexto da atuação da Rede.

Assim, foram adotadas três instâncias de análise para os “resultados alcançados”, a saber: (i) *alcançado*, quando há indícios de que o resultado esperado foi alcançado em sua totalidade; (ii) *não alcançado*, que indica um resultado que foi proposto em dado momento, mas não seguiu com seu curso de alcance, sendo uma ação não iniciada, abandonada ou mesmo excluída do planejamento, seja por motivação ou desistência da instituição que a propôs; e (iii) *em andamento*, o que sinaliza que o resultado esperado ainda figura o rol de intenções da Rede e continua sendo perseguido, sem dependência sobre o estado em que se encontra a ação. Também indica ações que tem caráter contínuo ou que foram realizadas parcialmente.

Outro aspecto relevante que está destacado nesta análise é a escala que o resultado esperado está vinculado, onde estão: a escala local ou sub-regional, indicando uma das duas porções do Corredor (Sul ou Centro-Norte), uma de suas onze áreas prioritárias ou mesmo um município ou escopo de atuação institucional; escala regional, correspondente ao território delimitado do Corredor como um todo; e escala nacional, indicando que o resultado esperado extrapola os limites do Corredor.

Abaixo segue a tabela 12 que apresenta essa relação entre resultados esperados e alcançados, referências para se chegar ao grau de satisfação.

Tabela 12 – Relação entre resultados alcançados e resultados esperados

Resultados esperados	Origem				Escala de ação			Resultados alcançados			Situação e comentários sobre as ações
	Projeto		Reu- nião	PGB	Local	Regio- nal	Nacio- nal	Alcan- çado	não Alcan- çado	Em andamento ou parcial	
	PDA	Funbio									
Criar a Rede Gestora do Corredor	x					x		x			Rede Gestora criada e atuando desde novembro de 2010 com apoio dos Projetos (PDA e Funbio).
Realizar o mapeamento institucional	x	x				x				x	Ação continuada (no Projeto Funbio envolve estudo das relações interinstitucionais)
Construir um Plano de Gestão Bioregional	x	x				x		x			O plano é dinâmico, considerado ação continuada (a descrição dessas ações segue na coluna PGB)
Realizar reuniões da Rede (fortalecer a estrutura político-institucional )	x	x				x		x			A Rede tem calendário de reuniões marcado até abril de 2015 (vigência FUNBIO)
desenvolver Plano de Comunicação Social	x	x					x			x	Ação continuada, envolve: banco de dados, mapeamento institucional, site e publicação
Definir o desenho do Corredor (mapas e zoneamento)	x					x		x			O desenho envolve a definição dos limites do corredor de biodiversidade, das suas 11 áreas prioritárias e sua base cartográfica
Construir um banco de dados de instituições	x	x				x				x	Ação continuada (metadados das instituições que atuam no Corredor)
Realizar monitoramento participativo da paisagem	x					x		x			A ação foi encerrada com a finalização do Projeto PDA.
Estruturar um programa de capacitação para Rede		x				x				x	Cursos de planejamento territorial e seminário. Envolve avaliação e monitoramento de ações
Fortalecer as ações de intervenção da Rede Gestora		x				x				x	Avaliar e re-estruturar o Plano de Gestão Bioregional da Rede e contribuir técnica e financeiramente com a execução das ações

Resultados esperados	Origem				Escala de ação			Resultados alcançados			Situação e comentários sobre as ações
	Projeto		Reu- nião	PGB	Local	Regio- nal	Nacio- nal	Alcan- çado	não Alcan- çado	Em andamento ou parcial	
	PDA	Funbio									
A institucionalização do corredor			x				x		x		Esse resultado é perseguido desde o início do trabalho (edital PDA).
Gestão das UCs (qualificar a gestão)				x		x				x	Ação busca qualificar os intrumentos de gestão das UCs (principalmente conselho e Plano de Manejo)
Ampliação dos consórcios intermunicipais				x		x				x	Proposta de criar consórcios entre municípios do entorno do PNI e da ESEC Mico-leão-preto, bem como, fortalecer o CONisul/MS
Articulação com outros espaços de gestão territorial			x			x			x		Proposta de articulação com territórios da cidadania e da pesca, comitê de bacia
Recuperação florestal da propriedade rural			x			x			x		Adequação da propriedade rural à legislação ambiental (Prasa, SISLEG, reserva legal)
Captação de recursos para manutenção da Rede			x			x		x			Aprovação do Projeto Funbio em abril de 2013 com recursos financeiros até abril de 2015.
Definição conceitual sobre corredor de biodiversidade			x			x		x			Entendimento construído e assumido pela Rede Gestora
Desenhar ação integrada entre o Projeto MARCO e o Corredor			x				x			x	Busca atuação conjunta e compartilhamento de informações e experiências de gestão territorial
Implementação do Corredor Santa Maria				x	x					x	Garantir sua gestão: ações de pesquisa, restauração e conexão, e seu Comitê Gestor
Estudar possibilidades de criar um Corredor Trinacional				x			x			x	Foi criado um GT no âmbito da Rede Gestora para levantar e sistematizar informações
Estudar possibilidades de criar mosaicos de UCs no Corredor				x	x					x	Foi criado um GT no âmbito da Rede Gestora para levantar informações na porção centro-norte do Corredor

Resultados esperados	Origem				Escala de ação			Resultados alcançados			Situação e comentários sobre as ações
	Projeto		Reu- nião	PGB	Local	Regio- nal	Nacio- nal	Alcan- çado	não Alcan- çado	Em andamento ou parcial	
	PDA	Funbio									
Resgatar as instâncias de discussão sobre pesca na região				x		x			x		Proposta surgiu a partir de apresentação de Pesquisa da Unioeste, mas nenhuma ação foi encaminhada no âmbito da Rede até o momento
Aproximar Unioeste do Projeto Marco			x		x			x			Proposta de compartilhar informações de pesquisa para serem inseridas no diagnóstico do Projeto Marco
Aproximar Unioeste da Prefeitura de Naviraí			x		x			x			Desenvolver ações em parceria na bacia do Rio Amambai
Aproximar COMAFEN do IMASUL			x		x			x			Ajudar no encaminhamento do Projeto do COMAFEN para turismo de barco no PEVRI
Realizar um curso de Agroecologia/SAF				x		x				x	Primeiro módulo (de 02) realizado (ação inserida como meta de Projeto)
Realizar um curso de restauração florestal				x		x				x	Curso previsto para acontecer no segundo semestre 2014 (ação inserida como meta de Projeto)
Envolver o PNI na criação dos sítios RAMSAR				x	x				x		Surgiu como proposta, mas nenhuma ação foi encaminhada no âmbito da Rede
Fomentar a realização de um Seminário ampliado				x			x			x	Realizada articulação com a Reserva da Biosfera para realizar Seminário em âmbito nacional
Realizar um seminário do Corredor do Rio PR		x				x				x	Foi criado um GT para sua organização. O evento acontece no final de abril de 2014.
Fortalecer os laços do NGI do ICMBio (APA-PNIG)				x	x					x	Ampliar a atuação do NGI junto das prefeituras, outras UCs e universidade, via termos de reciprocidade (ex, com PEVRI)
Apoiar o conselho do PEVRI			x		x					x	A equipe do Projeto irá apoiar na elaboração da proposta de Plano de Ação para o Parque



Resultados esperados	Origem				Escala de ação			Resultados alcançados			Situação e comentários sobre as ações
	Projeto		Reu- nião	PGB	Local	Regio- nal	Nacio- nal	Alcan- çado	não Alcan- çado	Em andamento ou parcial	
	PDA	Funbio									
Fomentar discussão sobre o ICMS Ecológico em SP				x	x				x		Surgiu como proposta, mas nenhuma ação foi encaminhada no âmbito da Rede
Formalizar a atuação do IMASUL				x	x				x		Realizar reunião com Leonardo Tostes para apresentação formal do Projeto Funbio.
Apoiar a criação do Comitê da Reserva da Biosfera no MS				x	x				x		Em reunião com IMASUL
Contribuir para elaboração do zoneamento da APA das Ilhas e Várzeas do Rio PR				x	x					x	Repasse das informações geradas nos Projetos PDA/MMA e Funbio/TFCA.
Formalizar a atuação da Fundação Florestal				x	x			x			Construir termo de parceria entre a Fundação Florestal e a Rede Gestora (via Mater Natura)
Avaliar a efetividade do Corredor Santa Maria (fauna e flora)				x	x					x	Ação realizada via pesquisas (Anglo, PNI e universidades). Proposta de ampliar para a faixa de proteção do reservatório de Itaipu (AP 09)
Capacitação em elaboração de projetos				x		x			x		Atividade alterada para atendimento sob demanda das instituições. Não houve demanda até agora.
Aumentar a cobertura florestal no Corredor Santa Maria e na área prioritária 09				x		x			x		Ação encampada pela Itaipu Binacional (quem implantou a cobertura atual e continua fazendo sua manutenção)
Re-aproximar atores no Rio Grande do Sul (SEMA)				x		x		x			Participação da Diretoria de UC da SEMA-RS e chefia do PE do Turvo
Totais	11		10	20	14	22	5	12	10	19	

Fonte: PDA/MMA, 2010; FUNBIO/TFCA, 2013, ajustado pelo autor.

A Rede Gestora esteve envolvida com 41 resultados esperados, sendo que 12 foram alcançados, 10 não foram alcançados e 19 estão em andamento, uma estimativa aproximada de 30% de atendimento de suas demandas, 24% de não atendimento e 46% que ainda estão em andamento. Dessa forma, o grau de satisfação (GS) em relação aos resultados alcançados é de 0,3 no intervalo entre 0 e 1. Ao considerar os resultados que estão em andamento para aferir o grau de satisfação, o indicador sobe para 0,75. Um dos objetivos do planejamento é, justamente, alcançar resultados, os quais devem ser vistos como parte de um processo de construção, no caso, coletiva.

Vale notar que 11 resultados alcançados (27%) eram metas de Projeto, fato que condiciona seu alcance a prestação de contas junto aos respectivos financiadores, aumentando assim suas chances de alcance, tendo em vista que o repasse dos recursos financeiros é condicionado ao atendimento das metas propostas. Ao excluir esse número do grau de satisfação temos 30 resultados esperados que surgiram integralmente da atuação da Rede, sendo que 07 deles foram alcançados, 10 não alcançados e 13 estão em andamento. O grau de satisfação (GS) nessa nova relação cai para 0,2 e considerando os resultados que estão em andamento ele também cai para 0,7. Em ambos os casos o grau de satisfação apresenta um cenário em que para cada 10 resultados esperados ou ações encampadas pela Rede, uma média de 03 são alcançadas em sua totalidade, sendo que ao considerar ações alcançadas e aquelas que estão em andamento, esse número aumenta para 07 em cada 10. Um indicativo de que a Rede consegue atender as demandas dos seus membros de forma relativamente satisfatória.

Corroborando com esses números, a questão 01 do mapeamento institucional<sup>82</sup> indica que, em 100% das 18 instituições que responderam a pergunta, a atuação na Rede e no processo de planejamento do Corredor vem trazendo resultados diretos e indiretos para sua instituição. Entre os aspectos que vem qualificando sua atuação das instituições estão: apropriação das metodologias de planejamento; possibilidade de continuidade das ações em que a instituição está envolvida; ampliação da perspectiva de trabalho para o

---

<sup>82</sup> Pergunta 01: o trabalho da sua instituição junto ao processo de planejamento do Corredor do Rio Paraná trouxe resultados (diretos e indiretos) que contribuíram para qualificação da atuação institucional? Se sim, quais?

contexto regional; subsídios para enriquecer a participação da instituição em outros fóruns; visão de planejamento regional; e marketing pelo fato de estar participando de um projeto a nível regional e de amplitude nacional.

Essa diversidade de resultados esperados expressa o “reconhecimento da multidimensionalidade, tanto de objetivos quanto de resultados advindos das instituições participativas” (PIRES *et al.*, 2011, p. 350). Para o autor, essas múltiplas dimensões podem ser organizadas em dois grupos, sendo: o primeiro referente a resultados associados “ao acesso e à qualidade dos bens, serviços e políticas públicas produzidos a partir da esfera do Estado” e relacionados ao bem-estar social; e o segundo, referente “a organização da sociedade, as relações políticas e de poder, e as práticas e atuação da sociedade civil e dos gestores públicos”, no sentido de capacitar os atores sociais para atuar na esfera pública (PIRES *et al.*, 2011, p. 352). Veremos adiante que a Rede Gestora se aproxima da perspectiva do segundo grupo, tendo na capacitação sobre governança e participação social seu principal elemento de inserção dos atores do território.

Outro aspecto dessa análise é a percepção sobre as escalas em que os resultados esperados são perseguidos. Foram 14 ações em nível local, 22 em nível regional e 05 em nível nacional, correspondendo a 34%, 54% e 12% respectivamente. Do mesmo modo, se desconsiderar as metas de Projeto, esses índices se alteram para 47% em ações locais, 40% regionais e 13% nacionais. Assim, aumenta-se a porcentagem de ações locais em comparação com as ações regionais, motivadas pelas metas dos Projetos. Existe, portanto, uma tendência na busca por resultados em âmbito local em detrimento da escala regional e nacional, com ações mais próximas do escopo de atuação e autonomia das instituições. Segundo o estudo da dimensão territorial para o planejamento realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPO, 2008, p. 46), as políticas públicas também encontram nas escalas sub-regionais e locais “uma melhor possibilidade de articulação das ações com a gama variada de atores e demais grupos sociais, que assim obtêm melhor resposta aos problemas de agenda”.

Assim, foi analisado também, o potencial de tomada de decisão (PD) das instituições que atuam na Rede Gestora, no sentido de identificar sua relação de autonomia sobre o processo decisório. Conforme o índice proposto

na metodologia, apenas 18% dos cargos estão relacionados com um índice alto de autonomia no processo de tomada de decisão sobre a instituição que representa. O nível médio ou intermediário de tomada de decisão, que envolve diretorias e gerências setoriais, secretarias e chefias de UCs ficou em 27% e a maioria, cerca de 55%, corresponde aos cargos técnicos com baixa autonomia no momento de tomar uma decisão em nome da instituição que representa.

Isso demonstra que mais da metade das pessoas que representam suas instituições na Rede são profissionais com atuação direta, assumindo funções de caráter técnico-executivo, estando distantes dos seus processos decisórios e, muitas vezes, dos processos de planejamento. Muito embora, dada sua relação próxima com a execução dos protocolos institucionais, esse conjunto de pessoas tem um conhecimento prático afinado sobre as dinâmicas “da ponta”, do contexto local de sua atuação, fato que qualificou sobremaneira o planejamento do Corredor, bem como, a atuação da Rede Gestora.

A partir da questão oito do mapeamento institucional<sup>83</sup>, relacionada à autonomia do participante com relação ao poder de decisão, é possível entender como esses números se refletem na prática das instituições. Sobre assuntos e decisões no campo técnico-científico e relacionado diretamente ao cargo exercido, indicado em 55%, a autonomia de decisão é garantida na maioria das respostas. Contudo, quando a decisão envolve a alteração ou consolidação de um protocolo institucional pré-estabelecido, a formalização de uma parceria ou mesmo a alocação de recursos financeiros, a autonomia de decisão é limitada, ficando a autorização a cargo de níveis hierárquicos mais altos (indicados em 27 e 18%).

Contudo, Wampler (2011) destaca que o cidadão ao participar desses espaços<sup>84</sup>, na medida em que sinaliza suas demandas e preferências políticas aos funcionários de governo ou mesmo aos representantes das empresas, pode desempenhar papel de “canalização das demandas emergentes”. Neste

---

<sup>83</sup> Você que participa das reuniões e do trabalho da Rede Gestora, tem autonomia de decisão sobre o que se decide? Se não, como se dá o processo de tomada de decisão a nível institucional (para dentro da sua instituição)?

<sup>84</sup> O autor chama esses espaços de “Instituições Participativas”, incluindo-se também experiências de orçamento participativo, conselhos gestores de políticas públicas, conferências e outras formas institucionais de participação (WAMPLER, 2011, p. 347). A Rede Gestora pode ser percebida como uma dessas instituições participativas.

sentido, os funcionários de governo podem também usar essas informações e demandas para aproximar políticas públicas e mesmo ações institucionais das preocupações dos cidadãos (WAMPLER, 2011, p. 153).

No contexto da Rede Gestora, demandas percebidas no diálogo como relevantes são apropriadas pela sua estrutura, figurando atividade em seu planejamento<sup>85</sup>. Tal fato institucionaliza a demanda no sentido de buscar, minimamente, sua viabilização. Dessa forma, uma demanda individualizada se torna coletiva, apropriando-se da estrutura e potencial de articulação da Rede para alavancar possibilidades de sua realização no contexto do território. Dessa forma, segundo Wampler (2011, p. 153), “os funcionários de nível médio do governo e os cidadãos são os pontos de ligação que unem as instituições participativas a um ambiente mais amplo”. É nesse sentido que o autor aponta as instituições participativas como “parte de processos de produção de políticas públicas de caráter incremental”, fazendo alusão a “enxertos” na estrutura do Estado capazes de deflagrar processos conjuntos de “resolução incremental de problemas<sup>86</sup>”.

Olhando para o Plano de Gestão Bioregional (PGB) do Corredor, em específico os resultados sistematizados na tabela 08, é possível perceber relação direta da autonomia decisória sobre as ações incorporadas pela Rede. A maioria das ações e seus resultados esperados, especialmente os de âmbito local, estão relacionados aos níveis baixo e médio de tomada de decisão institucional. Conclui-se que, mesmo a Rede não tendo o caráter hierárquico de tomada de decisão, suas ações acabam sendo influenciadas por ele. Reforça-se a perspectiva de Procopiuck (2013) de que “as instituições, além de estruturarem políticas, pautam o comportamento de atores sociais” com intensidades variadas e em diferentes contextos (PROCOPIUCK, 2013, p. 105).

Assim, surge o questionamento sobre até que ponto a Rede consegue influenciar as estruturas institucionais e estas o contexto da gestão territorial que estão inseridas, tendo em vista que o alto escalão (nível 3) não está

---

<sup>85</sup> Sendo incorporadas no Plano de Gestão Bioregional, ver item 5.3.1.2.

<sup>86</sup> “*Muddling through*” que segundo Lindblom (1959) é o processo pelo qual governos recorrem a múltiplos fluxos de informação e interesses para definir agendas políticas. Ver em: LINDBLOM, C. E. The science of “muddling through”. **Public Administration Review**, v. 19, n. 2, p. 79, 1959.

próximo da sua atuação. No conjunto das instituições do setor público, a média do potencial de tomada de decisão (PD) é de 1,4, seguido pelo setor privado de 1,6, o setor público-privado de 1,7 e a sociedade civil de 1,9. Analisando apenas esta métrica, é possível afirmar que a influência da Rede sobre as instituições que a compõem é baixa, limitada aos níveis baixo (1) e médio (2) de tomada decisão. O mapeamento institucional realizado no escopo do Projeto FUNBIO/TFCA, referenda essa afirmação em sua pergunta 07<sup>87</sup>, sobre a sensibilização das instâncias diretivas, onde as respostas mostram que o alto escalão das instituições está “relativamente sensibilizado” sobre a atuação da Rede, sendo a falta de informação e desconhecimento sobre o seu trabalho a principal causa do baixo envolvimento dessas instâncias.

Entre as instituições em que a presença do alto escalão é recorrente, estão os representantes do setor da sociedade civil, sendo o caso das ONGs Instituto Maytenus e Apoena, da empresa Ecoalize e da Colônia de Pescadores Z-15, sendo instituições com menor complexidade hierárquica e organizacional. Se considerar que este setor da sociedade possui influência limitada nos processos decisórios sobre uso e apropriação dos recursos naturais em comparação aos demais membros, surge a evidência de que a Rede Gestora não apresenta autonomia decisória em relação ao território do Corredor, sendo sua principal fragilidade institucional.

Tal fato é agravado pela ausência de política pública e amparo estrutural e jurídico no sentido de referendar o Corredor como sendo um instrumento de planejamento territorial. Assim, a Rede apresenta pequena capacidade de impor ou mesmo orientar as ações sobre o uso dos recursos naturais dentro do território do Corredor, o que a distancia de ser considerada um arranjo de governança territorial sob a perspectiva da tomada de decisão.

Entretanto, será mostrado adiante, que a influência da Rede Gestora sobre o processo de aprendizagem é visto como sendo o principal resultado. Procopiuck (2013) sinaliza que o ator social influencia e também é influenciado pela instituição que representa. Essa discussão será melhor desenvolvida no item 6.3.

---

<sup>87</sup> As instâncias diretivas (coordenações, diretorias, chefias) estão sensibilizadas com o trabalho da Rede Gestora do Corredor? Se sim, qual a percepção do trabalho? Se não, por quais motivos (exemplos: resistências, falta de informação, condições, limitações, oposição, etc.)?

Sobre o grau de apoio (GA), a análise consolidou as informações sobre a previsão orçamentária de ambos os Projetos, sendo o apoio financeiro o principal índice utilizado, seguido do apoio técnico e político-institucional. O Projeto PDA/MMA foi financiado mediante acordo internacional entre o governo brasileiro e o alemão, sendo que o FUNBIO/TFCA é financiado via acordo entre o governo brasileiro e o americano. Do ponto de vista financeiro, existe apoio institucional do governo brasileiro via esses convênios, contudo a execução desse recurso é feita via instituições da sociedade civil.

A tabela 13 mostra a relação dos recursos alocados, tanto financeiro advindo dos financiadores e correspondente ao apoio financeiro, quanto de contra partida mensurada, a qual não envolve repasse de recursos financeiros, mas sim de serviços prestados, como horas de trabalho dos profissionais vinculados, cessão e uso de bens de serviço, como estrutura física imóvel e móvel. Este último corresponde ao apoio técnico e político-institucional de membros da Rede Gestora enquanto parceiros da execução dos Projetos.

Tabela 13 – Alocação de recursos nos Projetos PDA/MMA e FUNBIO/TFCA

Projeto	Recurso Financeiro (R\$)	Contra partida mensurada (R\$)	Total do Projeto (R\$)	Objetivos gerais a serem alcançados nos Projetos
PDA/MMA	746.320,00	207.338,00	953.658,00	Criar um modelo de gestão bioregional integrado com base sustentável para o Corredor. Envolve diagnóstico, definição de limites físicos, zoneamento e planejamento (plano de gestão bioregional).
FUNBIO/TFCA	325.466,00	184.841,80	510.307,80	Fortalecer os processos de governança territorial da Rede Gestora do Corredor. Envolve mapeamento institucional, estrutura e funcionamento da Rede (reuniões e secretaria executiva) e planejamento (plano de gestão bioregional)
	<b>1.071.786,00</b>	<b>392.179,80</b>	<b>1.463.965,80</b>	<b>Total de recursos investidos</b>

Fonte: PDA/MMA, 2010; FUNBIO/TFCA, 2013, ajustado pelo autor.

O apoio financeiro dos Projetos representa 73% do investimento, sendo que o apoio técnico e político-institucional via parceiros é de 27% do valor total.

Houve um aumento proporcional da contra partida mensurada do Projeto PDA/MMA (21%) em relação ao Projeto FUNBIO/TFCA (36%), o que sinaliza motivação dos parceiros em incrementar a contribuição em serviços de contra partida, muito embora, essa relação não obteve alteração significativa sob o ponto de vista monetário. Das 07 instituições parceiras do Projeto PDA/MMA<sup>88</sup>, 03 continuaram com seu apoio técnico e político-institucional e uma delas assumiu a execução do segundo Projeto, o qual conta com 11 instituições parceiras<sup>89</sup>. Seguindo a divisão setorial da sociedade utilizada na pesquisa, o Projeto FUNBIO/TFCA tem apoio dos quatro setores, contribuindo às ações da Rede Gestora do Corredor e demonstrando não apenas o aumento do grau de apoio, mas também, sua diversificação.

Aproximadamente 57% do valor total dos dois Projetos é destinado ao pagamento da suas equipes técnicas, ou seja, a mão-de-obra especializada nas diferentes áreas do conhecimento assume o insumo com maior custo do orçamento. O restante dos recursos envolve os custos administrativos (10%) e os custos técnicos (33%). Esta última porcentagem se refere à aquisição de equipamentos, insumos e confecção dos produtos esperados (23%) e a mobilização da Rede Gestora (10%).

Os dois primeiros anos de trabalho correspondem às etapas iniciais do planejamento (Projeto PDA/MMA), o que demandou 2/3 do investimento total. Os custos atribuídos nesta etapa envolveram, principalmente, a contratação da equipe técnica (12 profissionais), esforço de campo para o mapeamento do Corredor e aquisição de equipamentos. No momento seguinte, os custos caem sobre maneira, respondendo por 1/3 do investimento total, tendo em vista que os custos principais envolvem apenas as ações da Rede Gestora, a qual utiliza toda a base de dados construída no primeiro Projeto. A equipe técnica diminuiu para 03 profissionais, não houve aquisição de equipamentos e os insumos envolvem apenas custos de mobilização da Rede, como hospedagem dos seus membros, deslocamento e alimentação em suas reuniões presenciais.

---

<sup>88</sup> As instituições parceiras do Projeto PDA/MMA por setores representados são: Mater Natura, Maytenus (executor), IPÊ, Pró-carnívoros e Apoena da sociedade civil; SEMA-Paraná do setor público; a Itaipu Binacional do setor público-privado; e Cesp do setor privado.

<sup>89</sup> As instituições parceiras do Projeto FUNBIO/TFCA por setores representados são: Mater Natura (executor), Maytenus, IPÊ, Apoena e Gebio da sociedade civil; Unesp, ICMBio, IAP e Prefeitura de Nova Andradina do setor público; Coripa e Comafen do setor público-privado; e Faculdades Anglo do setor privado.



Vale destacar que a Rede Gestora dispõe de apoio técnico e político-institucional de outros membros que não os parceiros formais dos Projetos. É o exemplo: da Itaipu Binacional que continua sediando eventos da Rede, contribuindo com espaço físico e alimentação; dos demais membros que utilizam veículos e recursos financeiros de alimentação e hospedagem para participarem das suas reuniões; a disponibilização de recursos humanos, estruturas físicas como viveiros, salas de reunião, alojamento, equipamentos e veículos/embarcações para atividades em campo e espaços institucionais de divulgação e coleta de informações sobre o Corredor. Por serem ações não descritas como contrapartida não foi possível mensurar esse apoio.

Tais aspectos demonstram que a Rede Gestora consegue sustentar e manter suas atividades do ponto de vista financeiro, seguindo o indicativo proposto por Souto-Maior (2012) de taxa de manutenção/sustentação, embora não se tenha realizado aqui sua métrica.

Quanto ao grau de confiança (GC) não haverá uma métrica, mas uma leitura a partir das expectativas que os membros da Rede Gestora têm em relação ao seu comportamento futuro. Um dos principais resultados alcançados que influencia diretamente na confiança dos seus membros foi a aprovação do Projeto FUNBIO/TFCA, o qual vem garantindo a continuidade dos trabalhos da Rede e busca seu fortalecimento enquanto arranjo institucional. A objetividade como a Rede trata as questões que chegam até ela, sempre com o indicativo de encaminhamentos e a divisão de responsabilidades para se alcançar os resultados esperados também lhe confere confiança.

A questão onze do mapeamento institucional<sup>90</sup>, sobre como é visto o papel da Rede, também mostra a expectativa futura dos representantes em relação à Rede Gestora, apontando para várias dimensões e perspectivas possíveis, sendo: uma forma de fortalecimento da instituição; fundamental para execução de algumas ações da instituição, caso do Corredor Santa Maria; importante instância capaz de facilitar e promover arranjos de articulação interinstitucional; fonte de informação e comunicação; grupo multidisciplinar e alegre; elemento importante na definição de políticas públicas e referência na formação de corredores de biodiversidade; uma rede de trocas de experiências

---

<sup>90</sup> Como você vê o papel da Rede Gestora do Corredor?

e possível agente político de “pressão” para execução de ações; um trabalho de profissionais engajados em um tema, “unindo forças em prol de uma só causa”; “a alma e o oxigênio para a vida do Corredor”.

Essas expectativas contribuem para manutenção do grau de confiança da Rede Gestora, perpassando por elementos pontuais, como sendo fonte de informação e execução de ações, até elementos mais complexos como sendo promotora da articulação institucional e ator importante na definição de políticas públicas. Da mesma forma, aspectos subjetivos como alegria do grupo, alma e oxigênio do Corredor, surgiram como características essenciais, demonstrando que existe uma relação de confiança atribuída e relacionada com a atuação da Rede enquanto arranjo de governança. Novamente a multidimensionalidade proposta por Pires *et al.* (2011) aparece como elemento de referência.

Por fim, fazendo relação com o grau de coordenação (GCA) proposto por Souto-Maior (2012), Procopiuck (2013, p. 177) destaca que a estruturação de um arranjo de governança “demanda o desenvolvimento de mecanismos que permitam um mínimo de direção das ações conduzidas conjuntamente pelos agentes envolvidos”.

Desde a concepção da estratégia em criar a Rede Gestora no Projeto PDA/MMA até sua consolidação no Projeto FUNBIO/TFCA, o Mater Natura vem assumindo o papel da coordenação dessa construção. Quatro foram as motivações para assumir tal função: (i) crença em processos participativos pautados por princípios de transformação social e aprendizado da participação no contexto da esfera pública; (ii) oportunidade em contribuir para os processos de conservação dos recursos naturais da Mata Atlântica, sua principal área de atuação; (iii) possibilidade de dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos na região, especialmente no projeto de gestão participativa em UCs, executado entre 2007 e 2009, também financiado por um edital do PDA/MMA e que é considerado fonte inspiradora da ideia de trabalho territorializado em forma de rede; e (iv) apoio financeiro para desenvolver suas atividades na região, mantendo uma estrutura funcional mínima que envolveu a contratação de seus técnicos e a manutenção de serviços básicos administrativos.

O último item foi condicionante de sua participação, tendo em vista que a instituição, por não ter fins lucrativos, não teria condições financeiras em assumir esse papel sem o financiamento do Projeto. O viés do primeiro item,

embora figure o escopo da missão institucional, está diretamente relacionado com a intenção dos técnicos que escreveram a proposta e vem executando o trabalho. É possível afirmar que a motivação pessoal desses técnicos também foi fator condicionante. Outro aspecto a considerar é o alto grau de autonomia sobre a tomada de decisão que o coordenador do Projeto FUNBIO/TFCA possui, em comparação com o Projeto PDA/MMA, o qual foi executado em forma de consórcio de instituições e as decisões eram tomadas em conjunto por mais de uma instituição.

Existe, portanto, a influência pessoal de quem está conduzindo o processo de planejamento. Fligstein (2009, p. 71)<sup>91</sup> defende a ideia de que “a habilidade de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva é uma habilidade social que se prova crucial para a construção e reprodução de ordens sociais locais”. Houve, portanto, intenção de motivar pessoas e instituições em assumir a condução do processo de planejamento do Corredor através da sua atuação na Rede Gestora. O mesmo autor sinaliza que “a vida social gira em torno de obter uma ação coletiva, e isso requer que os participantes dessa ação sejam induzidos a cooperar” (FLIGSTEIN, 2009, p. 72).

Construir uma Rede representativa, que busca conquistar sua autonomia no processo de tomada de decisão no território e que alcance sua autogestão, foi uma escolha de quem escreveu o Projeto<sup>92</sup>, portanto, uma ação indutiva. O mesmo vale às instituições que fazem parte da Rede, ou seja, elas foram convidadas a participar, em um primeiro momento, a partir de relações pré-estabelecidas. Tal fato expressa uma relação personalista do planejamento em detrimento de uma relação político-institucional e institucionalizada, ou seja, as pessoas que participam do processo são consideradas a primeira instância de aproximação.

Nessa mesma linha de raciocínio, vale lembrar que a equipe do MMA que escreveu o edital da chamada 06, onde o Projeto PDA/MMA foi aprovado,

---

<sup>91</sup> O artigo *Social skill and the theory of fields* de autoria de Neil Fligstein, foi originalmente publicado no *Sociological Theory*, v. 19, n. 2, p. 105-125, 2001.

<sup>92</sup> No mesmo edital da chamada 06 do PDA/MMA, foram aprovados outros dois projetos que seguiram a mesma estrutura, incluindo a proposta de criar uma Rede Gestora. Contudo, no Projeto do Corredor das Araucárias, por exemplo, a intenção de atuação da Rede se limitou a ajudar na execução das ações previstas.

explicitou sua intenção em relação à elaboração conjunta dos seus produtos, valorizando o papel da Rede Gestora. Contudo, essa equipe foi substituída ao longo da sua execução por conta de uma transição de governo. A equipe atual, para quem os produtos foram entregues, acabou não dando o mesmo entendimento e atenção aos produtos gerados de forma coletiva, fato que comprometeu o andamento de uma das principais intenções do edital, a saber, institucionalizar o Corredor do Rio Paraná via instrumento normativo do próprio MMA.

Contudo, analisando o conteúdo dos dois Projetos e as memórias das reuniões e oficinas da Rede Gestora, é possível perceber aspectos de que a coordenação apresenta certo grau de compartilhamento de responsabilidades com a Rede. Salvo decisões sobre a entrega de alguns produtos dos Projetos como, por exemplo, os relatórios financeiros e prestação de contas, muitas decisões passaram pela deliberação em plenária da Rede. Essas decisões envolvem destinação de recursos financeiros, ajustes no cronograma de execução e confecção dos produtos esperados. A coordenação, portanto, ora assume um papel mais cooperativo sendo animador e facilitador dos trabalhos, ora um papel mais individualizado, de coordenador propriamente dito.

#### 6.2.2. Articulação institucional e mecanismos de participação na Rede Gestora

Ao longo dos últimos três anos e com atuação apoiada pelos Projetos PDA/MMA e FUNBIO/TFCA, a Rede Gestora demonstrou sua capacidade em atuar enquanto arranjo institucional. Ela surgiu no primeiro Projeto como sendo uma ferramenta da sua execução, com a missão de contribuir na qualificação dos produtos esperados, logo, das etapas iniciais do processo de planejamento do Corredor do Rio Paraná, como a definição dos seus limite e zoneamento. No segundo Projeto, seu foco de atuação é reformulado, passando a ser a motivação da sua execução. No contexto da esfera pública, a Rede Gestora assume, mesmo que não institucionalizada, o papel de gestão do território do Corredor, enquanto um instrumento de governança territorial.

O diálogo aberto e a participação social são marcos do processo de planejamento adotado pela Rede Gestora. Portanto, serão apresentados na sequência alguns elementos que vem contribuindo para facilitar o diálogo e

aproximar as instituições. As informações surgem da análise de conteúdo dos relatórios das oficinas de planejamento e atas de reunião, bem como, da observação direta desses momentos presenciais de trabalho. Outra fonte de informação é o mapeamento institucional realizado em plenária da reunião ordinária da Rede no escopo do Projeto FUNBIO/TFCA (apresentado em sua íntegra no apêndice da pesquisa).

A Rede Gestora é formada por instituições dos setores público, privado e da sociedade civil organizada. Cada qual possui sua política institucional, umas mais e outras menos definidas e internalizadas, ou seja, apresentam regras de atuação que, muitas vezes, não são passíveis de negociação em decorrência de uma eventual atuação conjunta. Respeitar os protocolos de atuação de cada instituição, bem como seu tempo e disposição em participar da Rede foi uma das estratégias adotadas para garantir envolvimento mínimo desses atores. Isso se deve pelo fato de não ser prática comum na região o trabalho articulado entre instituições, salvo algumas experiências de consórcios intermunicipais (CORIPA e COMAFEN) e programas institucionais como o Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, que busca atuar em conjunto com os municípios da bacia hidrográfica do Paraná III. Em alguns casos, as ações da Rede Gestora, a exemplo da definição do cronograma de reuniões e produtos esperados, foram orientadas pelos protocolos dessas instituições.

Assim como respeitar os protocolos de atuação das instituições e a influência dos elementos apresentados no item anterior, outros aspectos da estratégia de articulação institucional merecem destaque, como:

- I. A criação da figura do “grupo articulador”. As primeiras instituições convidadas para formar a Rede Gestora, assumiram também um papel de mobilização institucional, ou seja, dado seu conhecimento empírico sobre o tecido social da região em que atuam, receberam a missão de identificar potenciais instituições para participar da Rede, a partir do seu conjunto de relações institucionais. A aproximação de novas instituições ao processo aconteceu da mesma forma, seguindo essa constante e por intermédio dos próprios membros da Rede;
- II. A divisão da responsabilidade sobre todo o processo de planejamento. Desde a definição de estratégias de levantamento de dados, passando pela sua sistematização e decisão final sobre os produtos dos Projetos,

a Rede esteve envolvida. A real oportunidade de influenciar como co-responsável nos produtos gerados nos Projetos, consequentemente, no planejamento do Corredor, é fator determinante para o envolvimento institucional. Percebe-se nesse aspecto uma relação de pertencimento, associada à perspectiva de aprendizagem social (ver item 6.3.2);

- III. O tempo e o dinamismo de trabalho da Rede, ou seja, foram três anos trabalhando conjunto e intercalados entre momentos presencias e a distância. Houve momentos de construção de produtos (em oficinas presenciais com a Rede); de sistematização das informações geradas nas oficinas, função da equipe técnica acompanhada à distância; e momentos de deliberação sobre os produtos (plenárias das reuniões da Rede). Todos eles pautados pelo princípio de transparência em relação aos passos dados pelas equipes técnicas dos Projetos. No Projeto FUNBIO/TFCA a dinâmica de reuniões envolve dois momentos, um de capacitação, com temáticas relacionadas ao planejamento e outro da reunião propriamente dita, seguindo a pauta prevista;
- IV. Preocupação em considerar as expectativas das pessoas e instituições em relação aos Projetos no sentido de alinhar interesses. Houve a intenção de construir uma relação de troca entre os membros da Rede e as equipes responsáveis pela execução dos Projetos, buscando resultados recíprocos. O envolvimento dos membros da Rede qualifica os produtos dos Projetos da mesma forma em que contribui para o trabalho institucional de cada um, seja ampliando a escala de atuação, dando visibilidade e apoio técnico à instituição, fomentando ações conjuntas e contribuindo para formação dos seus representantes institucionais;
- V. A não obrigatoriedade do vínculo institucional e a flutuação da participação. Cada instituição se aproxima por conta de motivações e interesses individuais que encontram consonância na atuação da Rede em um dado momento. Na medida em que suas expectativas são atendidas ou na percepção de que estar próximo da Rede não trará benefícios, algumas se distanciam, sempre com a possibilidade de retorno em decorrência de uma nova situação ou mesmo motivação. A informalidade de atuação da Rede e a ausência de protocolos rígidos

de participação são aspectos que, ao mesmo tempo, favorecem e fragilizam a participação.

- VI. O caráter processual de atuação da Rede Gestora. O primeiro Projeto gerou muita informação sobre o Corredor, a qual é apropriada pela Rede e pelas instituições que a compõem. Na medida em que novos atores se inserem no processo, novas informações e perspectivas de trabalho vão se delineando. Tal fato reflete, por exemplo, no dinamismo do Plano de Gestão Bioregional (PGB) da Rede<sup>93</sup>. Apenas seus eixos temáticos foram mantidos até então, sendo as suas ações alteradas constantemente.

Em relação ao ambiente de trabalho da Rede Gestora, tanto presencial quanto virtualmente, seguem alguns indicativos da existência de uma relação cordial entre seus membros: clima de descontração; animação e motivação dos participantes; respeito às opiniões e posicionamentos individuais; envolvimento e dedicação; e o favorecimento em compartilhar problemas e angústias de trabalho. Esses elementos contribuem para o processo de tomada de decisão dos assuntos tratados pela Rede, bem como, para os encaminhamentos dos poucos momentos de disputas e conflitos de interesses vivenciados na Rede.

Ainda sobre a estratégia de articulação, o mapeamento institucional mostra as possibilidades de integração entre as instituições que atuam no Corredor e não fazem parte da Rede, sendo que muitas delas desconhecem o trabalho que foi realizado ao longo dos últimos 03 anos.

Na construção do mapeamento institucional através do Diagrama de Venn, cada instituição fez duas listagens, sendo uma dos seus parceiros formais, com quem já desenvolveu ou desenvolve ações em parceria e outra dos potenciais parceiros, àqueles considerados estratégicos e com intenção de se buscar uma parceria. O esforço amostral de questionários respondidos corresponde a 50% do total de instituições da Rede. A soma dos parceiros formais, excluindo os parceiros indicados que já são membros da Rede Gestora é de 202 instituições. A soma dos parceiros potenciais, ou seja, que apresentam possibilidade e intenção em se firmar parcerias para ações

---

<sup>93</sup> O PGB é apresentado em sua primeira versão na tabela 07 (página 102) e na sua última versão na tabela 08 (página 107).

conjuntas é de 50 instituições. Assim, o total de instituições amostradas que “orbitam” em torno da Rede Gestora por meio dos seus membros é de aproximadamente 250 instituições, entre parceiros formais e potenciais. Este número indica que a Rede possui um potencial de interseção institucional aproximado de sete vezes a sua composição. Isso não significa que as 250 instituições mapeadas virão fazer parte da Rede, mas que existem conexões passíveis de serem acessadas com o apoio do arranjo institucional construído no contexto da Rede Gestora.

Esse quantitativo de instituições mostra sua capilaridade institucional. Em termos qualitativos e analisando a área de atuação das suas instituições a partir da pergunta 09<sup>94</sup> do mapeamento institucional, que trata dos dados gerais das instituições, é possível identificar o seguinte cenário (PDA/MMA, 2012; FUNBIO/TFCA, 2013):

- I. Atuação das instituições envolve 08 grandes temáticas conforme segue abaixo. Tal fato demonstra uma diversidade de campos de atuação envolvidos com os trabalhos da Rede. Associando essa diversidade a distribuição geográfica dessas instituições, é possível afirmar que o grupo tem representação significativa na porção central do território do Corredor, sendo suas extremidades menos privilegiadas em termos de representação temática e geográfica.
- II. Temáticas relacionadas à educação, ensino-pesquisa e de gestão de UCs, possuem o maior número de instituições vinculadas (10 e 08 respectivamente), seguidas de: fiscalização e licenciamento ambiental (07); recuperação e manejo florestal (07); conservação e manejo de fauna (07); produção de energia hidrelétrica, bioenergia e derivados da cana-de-açúcar (05); planejamento e gestão territorial (05), agricultura familiar e organização comunitária (05); e temas relacionados com gestão urbana municipal (4). De acordo com o cenário de usos de recursos naturais no Corredor, a Rede só não possui representação e atuação direta e vinculação de seus membros com o setor agropecuário, ligado à produção de *commodities* da monocultura de grãos e pecuária. Aparentemente, a ausência de apenas um setor

---

<sup>94</sup> Pergunta 09: quais os dados gerais da instituição, em específico, área ou campo de atuação.



vinculado à atuação da Rede parece irrelevante. Contudo, o grau de intervenção sobre a paisagem e sobre o contexto socioeconômico impresso por ele é significativo, conforme visto no contexto da pesquisa (item 5). Este distanciamento é apontado como a principal fragilidade da estratégia de articulação institucional.

Este cenário de atuação, além de diversificado, agrega competência institucional dos seus representantes. Cada conjunto de instituições apresenta quadros técnico-funcionais e estruturas físicas e administrativas robustas em sua maioria. O potencial de intervenção dessas instituições na realidade, de acordo com seu campo de atuação é significativo<sup>95</sup>. As questões 15 e 16 do mapeamento institucional<sup>96</sup>, sobre a possibilidade de realização dos objetivos do corredor, apresentam também, indicativos de que o Corredor, como vem sendo proposto, é capaz de fomentar tanto as ações de conservação da biodiversidade quanto de desenvolvimento econômico e social. Caso a Rede Gestora venha, de fato, a assumir papel de arranjo de governança territorial, a competência e diversidade de representação lhe conferem legitimidade de atuação, assim como seu potencial de articulação institucional em envolver e integrar diferentes atores sociais com capacidades de atuação diferenciadas.

Analisando a perspectiva instrumental do planejamento fica evidente a preferência pelo uso de ferramentas relacionadas à comunicação interpessoal e participação social. Entre elas, destacam-se: (i) utilização de ferramentas do enfoque participativo como: visualização móvel; trabalho em pequenos grupos; problematização e priorização de ações; busca pelo consenso e mediação de conflitos; acordos de convivência; formação de grupos de trabalho (GTs); (ii) objetividade no tratamento dos assuntos e seu encaminhamento; (iii) motivação pessoal e institucional; e (iv) monitoramento e avaliação das reuniões, visando seu aprimoramento processual e das ações da Rede, por exigência dos Projetos executados (PDA/MMA, 2012; FUNBIO/TFCA, 2013).

---

<sup>95</sup> Informações levantadas da descrição da atuação das instituições da Rede Gestora nos Projetos, em seus respectivos meios de comunicação (especialmente páginas da internet) e dos itens relacionados à questão 09 (dados gerais da instituição) do mapeamento institucional.

<sup>96</sup> Perguntas 15 e 16: o corredor de biodiversidade do Rio Paraná, como vem sendo proposto, apresenta condições de fomentar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento econômico e social? Se sim, cite alguns.

Em todas as reuniões da Rede houve a presença de um moderador, o qual assumiu a responsabilidade de selecionar as técnicas e ferramentas a serem utilizadas. Entre os aspectos destacados e construídos nos acordos de convivência estão: oportunidade para todos em participar, respeito em relação às ideias e posturas das pessoas na reunião, definição conjunta dos horários a serem seguidos, promover falas breves e objetivas, evitar conversas paralelas e monopólios, bem como, críticas destrutivas. Os momentos das reuniões eram intercalados entre plenárias e trabalhos em pequenos grupos. De maneira geral e a partir das avaliações das reuniões da Rede, o uso dessas ferramentas e a postura do moderador na condução dos trabalhos foram fundamentais, tanto no alcance dos resultados quanto na construção de um ambiente favorável ao diálogo.

A partir das perguntas 05 e 06<sup>97</sup> do mapeamento institucional, relacionadas à motivação pessoal e institucional, é possível identificar os aspectos que motivam, respectivamente, a participação institucional e pessoal na Rede:

- I. Motivação pessoal em participar da Rede: relacionamento com outras pessoas, satisfação em ver projetos realizados, socialização e troca de informações e experiências, aprendizado sobre rede e questões de conservação, possibilidade de melhorar as condições ambientais e socioeconômicas de quem vive da agricultura familiar, oportunidade em representar seu setor em um fórum ambiental (no caso setor produtivo), organização e interação institucional, ampliar relações interinstitucionais e otimizar a gestão (no caso de uma UC), o simples fato de fazer parte deste processo de planejamento, amizade como principal motivo, a crença na proposta dos corredores, como sendo a forma mais efetiva de conservação *in situ*, potencial em trabalhar conservação em uma escala regional, potencializar a proteção dos últimos remanescentes florestais do Rio Paraná, planejar ações conjuntas, fortalecer e valorizar laços de trabalho, crescimento pessoal e técnico e sentimento de dever cumprido;

---

<sup>97</sup> Pergunta 05: Qual (Quais) é (são) a(s) motivação(ões) institucional(is), vontade ou inclinação em participar da Rede Gestora do Corredor? Pergunta 06: Qual (Quais) é (são) a(s) motivação(ões) pessoal(is), vontade ou inclinação em participar da Rede Gestora do Corredor?

- II. Motivação institucional em participar da Rede: estabelecer contato com outros segmentos, continuidade dos trabalhos que a instituição já desenvolve, relacionamento e troca de informações, socializar o conhecimento acumulado pela instituição (no caso de recuperação ambiental), oportunidade em fazer contatos para desenvolver futuros projetos, conectar outros espaços de participação como os conselhos de UC onde a instituição tem representação, criação de políticas públicas que possam apoiar a formação de corredores ecológicos, divulgar os trabalhos que a instituição desenvolve, apoio na consolidação de meta institucional (no caso a implantação do Corredor Santa Maria), oportunidade de colocar em prática estudos feitos em nível acadêmico.

A percepção geral sobre a motivação apresenta inserção direta com a construção de relações pessoais e institucionais, bem como, o estabelecimento de fluxos comunicativos. Todas as demais motivações surgem em decorrência dessa aproximação. Apenas uma pessoa mencionou diretamente o corredor como sendo motivação pessoal e institucional. Portanto, é possível afirmar que a Rede Gestora tem papel fundamental no processo de planejamento do Corredor, tendo em vista que ela atende a motivação primordial dos seus membros, de fomentar o desenvolvimento interpessoal e interinstitucional.

O desenho institucional da Rede Gestora favorece essa aproximação e a acolhida de diferentes objetivos. Pires *et al.* (2011, p.355) identificam o desenho institucional das instituições participativas como “elemento fundamental para a compreensão do grau de abertura à participação, do tipo de participação e, principalmente, dos limites da participação”. Os autores acreditam que os diferentes desenhos determinam a seletividade dos atores que participam de determinado arranjo institucional.

No caso da Rede, a referência da participação não é diretamente o planejamento do Corredor propriamente dito, mas sim a possibilidade que as pessoas e instituições têm de qualificar sua atuação a partir do aprendizado e da construção de parcerias concretas. O Corredor acaba assumindo papel secundário, funcionando como estrutura agregadora que confere identidade ao grupo formado pela Rede Gestora. Invertem-se os papéis, o processo de

planejamento do Corredor acaba sendo consequência da atuação da Rede e não o contrário.

Desse modo, a perspectiva da governança territorial e seu aprendizado são observados no processo de planejamento do Corredor, indicativo de que a diretriz adotada pelo Projeto FUNBIO/TFCA em investir na Rede Gestora foi assertiva, encontrando eco nas motivações da estrutura organizacional do contexto social em que está inserida.

### **6.3. As referências de aprendizagem da governança territorial**

A governança territorial surge como categoria central de análise, tendo como subcategorias a Rede Gestora como instrumento de gestão do território e como um espaço de aprendizagem. Entre as variáveis relacionadas estão: o potencial de interferência na realidade territorial; capacidade de transformação institucional e pessoal. Duas perguntas de pesquisa orientam a análise: a Rede Gestora possui autonomia de gestão do território a ponto de interferir em seu ordenamento ou fica limitada a etapa de elaboração do planejamento? O Corredor pode ser considerado uma instância de governança territorial, sendo um instrumento capaz de revelar suas estruturas e relações intrínsecas aos seus processos de gestão do território? Em outras palavras, as duas questões nos levam a refletir sobre até onde vai a atuação da Rede Gestora no contexto do Corredor e que lições podem ser percebidas desta prática.

O entendimento dado na tese sobre o processo de aprendizagem é aquele entendido como um processo libertador, que busca despertar a consciência crítica do educando em relação a sua autonomia enquanto cidadão, assumindo a sua história, no sentido que Paulo Freire apresenta à educação (LIMONT, 2009).

A “pedagogia freireana” traz fundamental contribuição teórica e metodológica à reflexão sobre a relação entre educação e participação social. Faz referência à importância do diálogo no processo de ensino-aprendizagem, à valorização do saber do educando, à historicidade dos processos sociais, ao diálogo como ato de liberdade, à crítica, à reflexão e à criatividade como ingredientes indispensáveis à libertação, à promoção do homem como sujeito de sua busca e de sua história e à transformação das relações de dominação que impedem a humanização dos indivíduos em seus diferentes contextos de

vida (FREIRE, 1974, 1976). Ou seja, trata-se de um processo educativo que, segundo Freire (1974, p. 88), avança na perspectiva da “educação para a decisão, para a responsabilidade social e política”.

#### 6.3.1. Processo decisório e autonomia da Rede Gestora

Conforme visto no item 6.2.1 a Rede Gestora apresenta características distintas sobre o processo decisório na execução dos Projetos e na gestão do território do Corredor. No Projeto PDA/MMA, ela apresenta diferentes níveis de autonomia em relação às decisões que interferem na execução do Projeto, incrementando seus resultados. Pode-se dizer que sua participação é limitada, uma vez que, parte dos produtos foi definida na sua concepção, no caso, pelas instituições consorciadas que foram responsáveis pela sua execução. No Projeto FUNBIO/TFCA, os produtos foram negociados com a Rede, tendo em vista que sua concepção se deu através do trabalho de um GT criado para esse fim e sua versão final foi apresentada e aprovada pela Rede.

Da mesma forma, várias decisões de projeto foram tomadas pela Rede em plenárias. O mapeamento do Corredor, por exemplo, foi integralmente construído e definido pela Rede. Foram vários momentos de discussão sobre a definição da delimitação do Corredor, sendo presenciais, em forma de oficina e plenárias da Rede e também em campo. Vale lembrar que o MMA produziu, via SIG e sem explicitar os critérios utilizados, um mapa inicial como proposta de delimitação para o Corredor. Esse mapa serviu de ponto de partida do processo de planejamento territorial, sendo ajustado ao longo da execução do Projeto. A autonomia da Rede em ajustar os limites propostos inicialmente pelo MMA, ou seja, a oportunidade de deliberar sobre a definição do traçado do Corredor foi um dos fatores iniciais de motivação à participação das instituições como membros da Rede Gestora.

Foram poucos os momentos de disputa de interesses na Rede, sendo: (i) um de base conceitual, no processo de definição e entendimento sobre o significado de corredor de biodiversidade (viés político-institucional) e corredor ecológico (viés técnico-instrumental) e (ii) outro de base intervencionista, no processo de definição das 11 áreas prioritárias do Corredor, configurando seu zoneamento.

No primeiro momento a discussão, sobre o campo teórico, as duas perspectivas conceituais dos corredores (biodiversidade e ecológico) foram confrontadas desde as primeiras reuniões da Rede. Referenciais científicos e políticos sobre os conceitos foram trazidos e discutidos em plenária. Em um primeiro momento não houve consenso, mas ao longo do trabalho de planejamento seu entendimento foi internalizado. Nas últimas reuniões da Rede e nos relatórios do segundo projeto há clareza sobre o entendimento que cada conceito significa. Do ponto de vista do processo de aprendizagem coletiva tal fato é de extrema significância.

Em relação ao segundo momento, o processo de mediação envolveu outro caminho, uma vez que a disputa de interesses entre os atores com viés da conservação e do desenvolvimento foi explícita. As 11 áreas prioritárias definidas pela Rede Gestora são consideradas importantes do ponto de vista da conservação da biodiversidade, sendo indicativos relevantes para a criação dos corredores ecológicos, conforme postula o SNUC. Uma vez criadas, se tornam instrumentos de ordenamento territorial, incorrendo restrições de uso dos recursos ora protegidos. Explicitou-se, portanto, o conflito entre uso e não uso dos recursos naturais, o paradoxo entre conservação e desenvolvimento. Os representantes da conservação defendiam a ampliação dessas áreas, tanto em número quanto em extensão. Os representantes do desenvolvimento, defendiam cautela em sua ampliação, tendo em vista a possível interferência em ações de uso dos recursos naturais dentro dessas áreas e do direito de propriedade privada.

A estratégia da Rede Gestora foi transformá-las em “áreas teste”, ou seja, ao longo do projeto foi buscado, por meio de um grupo de trabalho, mais informações sobre cada uma delas. Das três áreas, uma foi descartada como área prioritária (que ligaria o Parque Municipal do Córrego do Cumandaí-MS ao Parque Nacional de Ilha Grande-PR), outra foi aceita na íntegra (a que liga o Parque Estadual de Amaporã-PR a REBIO Perobas-PR e ao Parque Nacional de Ilha Grande) e a terceira foi aceita com modificações em seu trajeto (ligando o Parque Estadual de Ivinhema-MS a Estação Ecológica do Caiuá-PR).

Por não ter se chegado a um consenso em plenária, mesmo com o assunto figurando a pauta de três reuniões da Rede, a decisão foi tomada em última instância pelo Grupo de Trabalho do Corredor (GT Corredor), criado

justamente para dirimir esta e outras questões na definição dos limites e zoneamento do Corredor. A formação desse GT contou com representantes da sociedade civil (Ipê, Apoená e Instituto Pró-carnívoros) com viés institucional de conservação e por representantes mistos do setor produtivo, com viés de desenvolvimento (Cesp, Itaipu e Maytenus). A decisão do GT sobre a definição das áreas e seus limites foi apresentada e acatada em plenária ordinária da Rede.

Fica evidente que o caráter decisório da Rede é mais forte sobre seus assuntos internos que externos propriamente ditos. Suas decisões e ações não interferem diretamente na gestão do território do Corredor. Sua interferência, quando existente, é indireta, intermediada por seus membros, estes por sua vez, exercem o papel de intervenção executiva no território. Tal fato reforça a perspectiva apresentada por Massardier (2006) sobre a eficácia endógena das redes de ação pública. Considerando o fato da Rede Gestora não intervir no território, essas disputas não foram pontos principais em suas pautas, mesmo com a diversidade de instituições e interesses representados.

A orientação da participação na Rede se dá pela construção conjunta e pela soma de esforços entre seus membros. Esta orientação cooperativa e o fato da Rede não possuir autonomia de intervenção sobre a gestão do território do Corredor, contribuem para prevalência de consensos em detrimento de dissensos em seus momentos de conflito. Da mesma forma, Massardier (2006) destacou essa perspectiva em sua conclusão sobre as três acepções de redes de políticas públicas que analisou em seu artigo, apontando que a dimensão do conflito das relações sociais dentro das redes é mínimo ou não é objeto de análises e discussões teóricas.

Existem outros espaços de participação que buscam promover diálogo e articulação institucional no território do Corredor, como: conselhos de UCs; Comitês de Bacia Hidrográfica; Territórios Rurais ou da Cidadania; e Territórios da Pesca. Um dos princípios seguidos pela Rede Gestora do Corredor é não concorrer em atuação com os esses e outros espaços ainda não mapeados, mas sim agregar o potencial de representação de cada um deles. Contudo, com exceção de alguns conselhos de UCs e do Território da Cidadania da região de Ilha Solteira, os demais espaços não se aproximaram da estrutura da Rede. Esse fato dá indícios de que a estratégia de articulação institucional da

Rede é limitada. Massardier (2006), inclusive, faz uma crítica e alerta sobre a fragmentação da sociedade e do Estado por conta da proliferação de espaços de representação, levando à concorrência entre redes diversas que, em alguns casos, estão inseridas em uma mesma política pública.

Outro produto que foi construído integralmente pela Rede Gestora foi o Plano de Gestão Bioregional (PGB)<sup>98</sup> para o Corredor. O Plano foi construído de forma coletiva e seguiu os eixos temáticos do Projeto PDA/MMA. Tratado como uma ferramenta de planejamento do território, ele serve para incrementar os resultados esperados no Projeto e contribuir para fortalecer o próprio trabalho da Rede. Acredita-se que, na medida em que as ações são executadas, a Rede se vale de uma oportunidade em experimentar os arranjos institucionais ora estabelecidos. Um dos princípios de elaboração do Plano foi o de otimizar e valorizar as ações que vinham sendo realizadas pelas instituições da Rede ou mesmo aquelas que são de responsabilidade de cada instituição. A proposta não buscou criar ações novas que estejam longe do escopo e da atribuição das instituições que compõe a Rede. No Projeto FUNBIO/TFCA o Plano passou por momentos de avaliação e foi reformulado (conforme visto na tabela 08).

A intenção em propor ações próximas das instituições da Rede surge no sentido de: (i) otimizar e fortalecer ações existentes, tendo como referência o potencial articulador que a Rede proporciona, especialmente no intercâmbio de tecnologia, saberes e recursos por meio do estabelecimento de parcerias e socialização de experiências; e (ii) construir um Plano que tenha chances de manter ações pós-projeto, tendo o Projeto apenas como um fator agregador e capaz de impulsionar a atuação institucional conjunta. Com isso, o PGB prima por incorporar as ações institucionais, as quais já apresentam intenção em sua execução ao invés de criar novas ações. Um exemplo é a criação do Conselho do Parque Nacional de Ilha Grande inserido no PGB e a retomada do processo de fortalecimento do conselho da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. A Rede assume estas ações em seu escopo de atuação e contribui para sua execução, contudo, a responsabilidade primária de sua execução ainda é institucional, no caso, do ICMBio, responsável pela gestão daquela UC.

---

<sup>98</sup> Construído inicialmente no escopo do Projeto PDA/MMA (tabela 07) e avaliado e ajustado no Projeto FUNBIO/TFCA (tabela 08).



Portanto, as decisões tomadas pela Rede influenciaram os resultados dos Projetos, a qual serviu ainda de espaço de interlocução interinstitucional, proporcionando parcerias e trabalhos conjuntos como, por exemplo: (i) curso de viveiros elaborado em conjunto com CESP e UEM-PR; (ii) parceria firmada entre o IPÊ e a DUKE-Energy que trouxe compartilhamento de recursos financeiros e técnica na recuperação de áreas degradadas e aumento de cobertura florestal (no corredor que liga o Parque Estadual do Morro do Diabo e a ESEC do Mico-leão-preto, ambas em SP); (iii) parceria firmada entre a CESP e a Apoená para implantação do Banco Ativo de Germoplasma (BAG) em Presidente Epitácio-SP; (iv) os cursos de SAF foram elaborados e executados em conjunto com o IPÊ, prefeituras de Nova Andradina-MS, Naviraí-MS e São Jorge do Patrocínio-PR, Instituto Maytenus, CORIPA, COMAFEM, UNESP de Ilha Solteira, CESP e Colégio Agrícola de Naviraí-MS.

A Rede Gestora também formulou algumas estratégias para buscar sua manutenção após o término do Projeto PDA/MMA. Algumas propostas de novos projetos foram escritos, sendo que a enviada ao FUNBIO/TFCA foi aprovada e está em execução. Outra estratégia, mas sem sucesso, foi de apresentar o Projeto às empresas que fazem parte da rede (CESP, ITAIPU, DUKE-Energy, Biosul e ETH) na tentativa de garantir recursos mínimos para continuidade dos seus trabalhos.

Portanto, fica evidente que a autonomia da Rede Gestora se limita à execução dos Projetos, tendo pouca ou nenhuma influência direta sobre as decisões tomadas no âmbito do território do Corredor, ou seja, ela não possui relação de intervenção sobre os processos de uso e conservação dos recursos naturais. A sua influência se dá indiretamente, por meio da atuação dos seus membros, estes sim com papel de intervenção no território, o que enaltece seu papel de aprendizagem. Por outro lado, o distanciamento do papel da Rede em ser um instrumento de ordenamento territorial de caráter legalista acaba por favorecer a aproximação e interação das diferentes instituições.

### 6.3.2 A Rede Gestora enquanto espaço de aprendizagem

A partir das proposições da literatura sobre o conceito de governança e com referência nos dados da presente pesquisa, traça-se uma aproximação

sobre seu significado no contexto do processo de planejamento do Corredor do Rio Paraná. Assim, governança territorial é percebida como sendo uma forma de criar vínculos institucionais e de realizar ações de maneira cooperativa, a partir da complexidade das relações sociais e ambientais que configuram um dado território. A Rede Gestora contribui para operacionalizar esse conceito a partir da sua prática, destacando-se como espaço de aprendizagem que agrega uma multiplicidade de atores sociais em diferentes esferas de atuação. Para Procopiuck (2013) os arranjos de governança contribuem para entender essas interações sociopolíticas e seus interesses articulados. Essa relação é campo e objeto de estudo da abordagem da governança multinível, a qual “trata das relações de autoridade interativa em contexto de multiatores de diferentes níveis e esferas” (PROCOPIUCK, 2013, p. 182). O autor destaca ainda que o maior potencial explicativo dessa abordagem reside na “ênfase nas relações continuadas, não hierárquicas e interconectadas entre os diferentes níveis de arenas em que são tratadas questões de interesse individuais e coletivos” (PROCOPIUCK, 2013, p. 184).

Ações individuais e coletivas, engendradas por atores institucionais, surgem dos diversos interesses postos em disputa no contexto territorial. No caso do Corredor, interesses mediados pelo ideário da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento econômico e social. A cooperação, segundo a perspectiva de atuação da Rede Gestora, surge da disposição ao diálogo e da percepção sobre o potencial da atuação conjunta, seja pela sua perspectiva instrumental de apenas potencializar ações em benefício próprio, seja pela sua perspectiva comunicativa, onde o trabalho conjunto contribui para levar a processos de transformação social. Assim, a instituição se apropria de ferramentas para transformar sua realidade e, em consequência, a realidade do contexto social em que se insere. Esse processo de transformação contribui para construção coletiva de ações e de políticas públicas, passando ainda pelo processo de emancipação dos sujeitos envolvidos.

Essa perspectiva é corroborada por Pires *et al.* (2011), quando afirmam que a atuação das instituições participativas, como no caso da Rede Gestora, acontece em contextos sociais, políticos e econômicos determinados. Os autores destacam a relevância dessa questão na medida em que ela indica que a atuação dessas instituições “impacta as políticas públicas e os contextos nos

quais estão inseridas, mas, também, são influenciadas, condicionadas e tem suas possibilidades e limites de atuação determinados pelos próprios contextos e estruturas institucionais em que se inserem” (PIRES, *et al.*, 2011, p. 356). Essa interseção entre o contexto e o arranjo institucional é o que sedimenta e expõe as possibilidades de transformação social mediadas pelo diálogo e pela cooperação entre os diferentes atores, cada qual em suas arenas políticas.

Contudo, a complexidade das relações sociais, marcada por disputas de interesses, muitas vezes, não favorecem aproximações entre os atores, seja pela rigidez institucional que desprivilegia o diálogo, seja pela ineficiência de aplicação de ferramentas participativas. Entra em cena o conceito de arranjo institucional. Um arranjo qualificado pode favorecer o diálogo que, por sua vez, cria ambiente propício para se estruturar processos de planejamento territorial. A instrumentalidade do planejamento acaba sendo apenas um dos elos da complexa engrenagem que envolve arranjos de governança territorial.

Não importa qual a motivação inicial em participar de um arranjo institucional, se mais individualista ou mais coletivista, mas importa sim, estar disposto em fazer parte de um ambiente dialógico e construtivo. Tal afirmação se pauta no princípio de que todo processo participativo possui um potencial significativo de aprendizado social, que pode levar a emancipação dos sujeitos da ação social e ainda favorecer a construção transformadora da realidade que é vivenciada, mesmo se este arranjo não conseguir minimamente apresentar resultados concretos (LIMONT, 2009). O resultado concreto da aproximação, convertido em benefícios a partir da motivação, acaba sendo secundário, uma vez que o resultado principal esperado, a atuação conjunta, se aproxima do aprendizado da cidadania que, mesmo subjetivo, enaltece e qualifica a ação social, tanto do sujeito quanto da instituição.

Dessa forma, as chances de implementação do planejamento são ampliadas, tendo em vista as relações institucionais e pessoais construídas, sendo que uma ação individual que uma instituição desenvolve ou precisa desenvolver, inserida no planejamento do arranjo institucional, torna-se coletiva, não no sentido que ela venha, necessariamente, ser executada em conjunto, mas que ela ganha escala pelas possibilidades do coletivo em seu aprendizado. É um distanciamento do fracasso generalizado dos processos de implementação do planejamento, pautados apenas nos resultados esperados.

Como visto, a Rede Gestora tem influência limitada sobre o modo de agir das instituições em relação ao contexto social em que atuam. Em se tratando de intervenção social, cada uma delas segue com seus papéis institucionais. Entretanto, é possível identificar indícios de alteração na forma de atuação das instituições, motivados por momentos de reflexão sobre suas práticas em plenárias da Rede. É o caso da proposição de se criar um mosaico de UCs na porção centro-norte do Corredor. A temática foi discutida no âmbito da Rede, fazendo com que os chefes das UCs reavaliassem sua intenção em criar um mosaico. Existe, mesmo que do ponto de vista subjetivo, indicativos de que a Rede vem influenciando a perspectiva político-institucional de atuação das instituições, não ainda delas em relação à sociedade ou mesmo delas com o processo de alteração da paisagem ou estrutura do território em questão.

O próprio amadurecimento conceitual alcançado na Rede sobre o entendimento dos adjetivos “ecológico” e “de biodiversidade” atribuídos aos corredores é, da mesma forma, indício de um processo de aprendizagem coletivo e pautado na realidade vivenciada.

Por outro lado, a percepção de mudança no contexto do processo cognitivo dos representantes institucionais que se envolveram com a Rede é mais evidente. Mesmo não podendo aferir se essa mudança pessoal influencia a estrutura institucional, é possível considerá-lo como o principal resultado da atuação da Rede enquanto espaço de aprendizagem. A questão 02 do mapeamento institucional<sup>99</sup> indica que houve contribuição para o crescimento pessoal em 100% das respostas. Entre os resultados destacados estão: incentivo em fazer cursos de pós-graduação; melhoria nas relações com pessoas de outras instituições; percepção da necessidade em se trabalhar com pessoas para qualificar ações de preservação e conservação; preparação para agir considerando o contexto territorial e a importância do trabalho conjunto; maior consciência cívica e ambiental e entendimento sobre a atuação das instituições gestoras (comitês, conselhos e redes); conhecimentos ampliados sobre a atuação de outras instituições, facilitando contatos e parcerias a partir das amizades estabelecidas.

---

<sup>99</sup> Pergunta 02: o seu trabalho pessoal junto ao processo de planejamento do Corredor do Rio Paraná trouxe resultados (diretos e indiretos) que sinalizam crescimento pessoal? Se sim, quais?

Da mesma forma, a questão 13<sup>100</sup>, sobre como o participante vê seu papel na rede gestora, fomenta uma auto-reflexão sobre a atuação pessoal no processo de planejamento do Corredor. Há o indicativo de que existe relação de pertencimento e compartilhamento de responsabilidades associados ao processo de aprendizagem. Entre as respostas sobre como vê o seu papel na Rede estão: um colaborador; peça fundamental; articulador e motivador (no caso da porção sul); facilitadora de interlocuções regionais e setoriais; responsável por levar as questões do Corredor para o seu campo de atuação (no caso um município); contribuir com informações da sua área de atuação e assumir o papel de interlocução entre a Rede e a instituição que representa; e como responsável por disseminar informações sobre o trabalho.

A literatura consultada sobre governança evidencia a emergência dos arranjos de governança como instrumentos inovadores no processo de gestão das questões de interesse público e privado, especialmente, na elaboração e implementação de políticas públicas. Dessa forma, investir em pesquisa que se aproprie dessa temática nos diferentes contextos sociais e políticos em que surgem, torna-se ação fundamental. O aprendizado que vem sendo vivenciado pela Rede Gestora do Corredor pode contribuir para uma análise crítica sobre a efetividade desses arranjos.

---

<sup>100</sup> Pergunta 13: como você vê o seu papel na Rede Gestora do Corredor?

## **7. CONCLUSÃO:** limites e possibilidades do Corredor do Rio Paraná

No campo da conservação da diversidade biológica, associada aos conceitos de conectividade de habitats e da manutenção de fluxos gênicos, a estratégia em se considerar a perspectiva territorial sob a égide dos corredores ecológicos é essencial. Esse ideário conservacionista surge porque as UCs vêm se mostrando ineficientes em garantir a proteção e manejo das estruturas ecossistêmicas no longo prazo, tendo em vista a fragmentação e isolamento geográfico que se encontram, bem como, as suas fragilidades administrativas e institucionais. Entretanto, é inconcebível investir nos corredores ecológicos apenas em sua perspectiva biológica e enquanto política regulatória.

A sustentação político institucional e a transposição da sua gestão para além do campo de conservação, integrando as dimensões sociais, econômicas e institucionais sistematicamente, devem ser perseguidas dentro da lógica de uma política constitutiva. Assim, buscar sua institucionalização não apenas como simples aparato regulatório é uma proposição tão essencial quanto sua concepção. No caso do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná ficou evidenciada a assertividade dessa proposição e o distanciamento em sua realização. A inserção de elementos da sociedade na definição dos seus limites e no seu processo de planejamento como, por exemplo, considerar os arranjos de articulação institucional existentes em seu território, foi um diferencial que referenda essa transcendência escalar e temática.

A institucionalização da proposta de corredor de biodiversidade visto enquanto instrumento de planejamento territorial, necessita estar acompanhada de uma mudança das estruturas institucionais, não sendo simplesmente uma questão de normatização. Atualmente, o MMA e as estruturas homônimas nos estados e municípios, não apresentam condições estruturais de sustentação dessa proposta, devido às limitações políticas e institucionais. Aliás, o atual aparato administrativo e governamental não possui as prerrogativas de tratar uma política pública de forma transversal e integrada em todas as suas etapas. Isso acaba sendo o principal impasse e ponto de tensão da tentativa de se institucionalizar o Corredor do rio Paraná.

A Rede Gestora se mostra como uma estrutura eficaz em promover o diálogo e articulação institucional entre diferentes atores, mesmo dentro das

suas limitações como, por exemplo, sua fragilidade em relação à autonomia sobre o processo decisório e de intervenção no Corredor. Ela amplia o campo de atuação das instituições que fazem parte dela, criando condições para transpor as barreiras institucionais e influenciar pessoas e instituições que, em seus campos de atuação, possuem autonomia de intervir no território. No contexto do Corredor do Rio Paraná o sentido dado à Rede Gestora remete à mediação e não regulação dos processos de gestão inerentes ao seu território. Ela não é, portanto, uma estrutura concorrente em relação aos demais espaços de participação social, exercendo papel agregador e incremental no sentido de deflagrar processos conjuntos de resolução de problemas.

A flexibilidade e dinamismo de participação na Rede são, ao mesmo tempo, fortalezas e fragilidades. Sua representação se aproxima da paridade entre governo e sociedade civil organizada, sendo que a distribuição geográfica e atuação temática das suas instituições é uniforme e diversificada. A participação se dá forma voluntária, motivada pelos diferentes interesses dos atores sociais que compõem a Rede. Entretanto, o setor agropecuário não está presente em sua estrutura, aspecto identificado na pesquisa como a principal fragilidade do arranjo institucional, tendo em vista a influência do segmento na manutenção e modificação da paisagem. O setor público municipal presente se mostra importante, muito embora, em relação ao universo desse segmento a representação atual é pequena. Há um destaque da representação do setor público responsável pela gestão das UCs e do setor de empresas geradoras de energia hidroelétrica e bioenergia.

O tempo destinado ao processo de planejamento do Corredor e o apoio financeiro dos dois Projetos foram condições estruturantes. Da mesma forma, a estratégia metodológica em referendar os posicionamentos e contribuições da Rede Gestora no alcance dos resultados qualificou o planejamento em sua perspectiva instrumental, atendendo aos objetivos e produtos esperados. O fato de considerar a essência do processo participativo fez emergir relações de confiança e pertencimento entre as pessoas e instituições envolvidas, sinais de desenvolvimento da perspectiva comunicativa do planejamento. Por meio da sua atuação foi possível aliar planejamento físico sob bases da biogeografia e da ecologia, com o planejamento social, referendado no exercício pleno da participação e no fortalecimento da esfera pública.

Muito embora esse trabalho tenha apresentado resultados densos sob a ótica de uma construção social pautada no processo participativo e vinculada ao planejamento territorial, é importante refletir sobre a estratégia política e institucional que garantiu sua concepção, no caso, sua realização motivada por editais de financiamento. O lançamento do edital pelo MMA ao mesmo tempo em que expõe sua intenção em compartilhar a responsabilidade de elaboração de políticas públicas com a sociedade civil, explicita sua fragilidade institucional em conduzir tais processos, pois delega a função para outras instituições, sem tampouco, direcionar ordem orçamentária institucional para fomentar e apoiar tal ação. Da mesma forma explicita sua fragilidade política na medida em que não garante a continuidade do processo desencadeado, o que acaba por corroborar com a manutenção do *status quo*, sem aventar a perspectiva de transformação da forma de se fazer política pública associada à temática ambiental. Dessa forma, a Rede Gestora enquanto arranjo institucional não surge no cenário político e institucional como ente capaz de alterar o estado atual de gestão territorial.

Analisando ainda o contexto de articulação institucional do Corredor, não foram identificados espaços de participação empenhados em buscar o diálogo institucional com vistas à construção de agendas comuns de trabalho entre diferentes setores e campos de atuação, conforme se propõe a Rede Gestora. Existem espaços de participação consolidados que conseguem estabelecer relações dialógicas no escopo da esfera pública, contudo, eles surgem para dirimir deficiências e limitações institucionais, como é o caso dos consórcios intermunicipais, dos comitês de bacia hidrográfica, dos territórios da cidadania e conselhos de UCs. Contudo, tais estruturas são concebidas de forma fragmentada e encerradas em seus eixos temáticos de atuação.

Outro diferencial da Rede Gestora em relação aos demais espaços de participação é o seu viés de atuar como um espaço de aprendizagem sobre governança territorial, referendado na prática vivenciada, na valorização e resgate da experiência do outro. Ela contribui para o aprimoramento político e institucional na medida em que cria momentos de reflexão sobre a atuação e papel de cada um no processo de construção social do território do Corredor. As pessoas que participam da Rede percebem oportunidades de qualificação pessoal e de atuação institucional. Em escala regional, tal percepção se traduz



em possibilidades de mudança que podem levar ao processo de transformação social da realidade. Por isso o destaque dado ao processo de aprendizagem.

Tempo e aprendizagem organizacional é uma das dimensões que Smith *et al.* (1980) consideram como fundamentais para o desenvolvimento de arranjos institucionais fortalecidos, tendo em vista que eles, tais como as redes, apresentam objetivos mais amplos e complexos, de consolidação vagarosa. O autor coloca ainda que o desafio está em conciliar objetivos e necessidades de longo prazo, como o próprio desenvolvimento organizacional, social e político, com objetivos de curto prazo, relacionados muitas vezes à infraestrutura e atividades produtivas e de serviço.

A contribuição para o processo de aprendizagem, embora destacada e vista de maneira diferenciada, está limitada ao seu contexto interno, de caráter endógeno e por se tratar de uma rede de projeto ou temática. Não se consegue ampliar a discussão da governança em relação aos atores sociais que não estão envolvidos diretamente com a Rede. Dessa forma, sua perspectiva atribuída de governança repousa no processo coletivo de aprendizagem vivenciado no âmbito da esfera pública, estando distante da governança enquanto perspectiva de intervenção social. Em linhas gerais, não se pode atribuir o papel de gestão territorial do Corredor à Rede Gestora de forma direta. Esse papel está diluído e individualizado entre as instituições que atuam na região e nos demais espaços de participação, cada qual orientado pelas políticas que regem sua atuação. Dito de outra forma, cada instituição possui sua lógica própria de interesse e atuação, situando-se no continuum entre as racionalidades instrumental e substantiva.

Ademais, vale destacar a contribuição da presente pesquisa ao objeto de análise e vice-versa. O fato de ela ter sido desenvolvida concomitantemente ao desenvolvimento dos Projetos analisados, proporcionou avaliação criteriosa do planejamento do Corredor e da atuação da Rede Gestora. Protocolarmente, isso não acontece em avaliações de projetos, os quais estão resguardados em avaliar apenas os passos da sua execução, preocupados em justificar ou não o investimento feito, quando muito, direcionados em ajustar eventuais metas e erros de percurso a partir da avaliação.

Em relação às políticas públicas a avaliação é tratada ainda com menor intensidade e cuidado. Em todo o levantamento bibliográfico realizado, não se

encontrou documentos sistematizados de avaliação das políticas relacionadas, salvo os indicadores de efetividade econômica apresentados pontualmente nos PPAs e os indicadores de gestão de algumas UCs inseridas no Corredor. De maneira geral, as políticas públicas no campo ambiental se limitam a sua criação, não havendo preocupação explícita em avaliá-las, seja durante ou mesmo pós etapa de implementação.

Isto implica que o aparato necessário para inovação institucional deve transpor a etapa de elaboração do planejamento, independentemente se for de caráter biofísico ou socioeconômico, na qual se formulam questões estratégicas negociadas. As etapas de implementação, bem como as de avaliação, prescindem de um esforço ainda maior, no sentido de superar a mera crítica, quando se apontam os problemas, para uma ação possível, sujeita a transformação do mundo da vida.

A densidade teórica e reflexiva proporcionada pelo esforço coletivo de pesquisa acabou sendo apropriada na forma de produção de documentos dos Projetos e amadurecimento empírico, devido a proximidade do pesquisador junto das equipes responsáveis pela execução do trabalho. Em contraparte, ambos os Projetos proporcionaram significativa quantidade e qualidade de informações e dados de pesquisa. Trata-se, portanto, de uma pesquisa aplicada que contribuiu para um caso real, o qual continua em curso, se aproximando de um enfoque de ciência cidadã, requerida fundamentalmente diante da contemporaneidade da questão socioambiental.

Na perspectiva interdisciplinar, não houve a retomada e a discussão coletiva da questão central encampada pelo grupo Agrobio<sup>101</sup>. Respeitando a complexidade da questão e sem pretensão de trazer uma resposta objetiva, tendo em vista que ela não foi colocada como objetivo central da presente pesquisa, seguem alguns aspectos que podem contribuir para a sua reflexão. Aqui surge um relevante ponto para discussões e pesquisas futuras.

Ficou em evidência que o processo de planejamento territorial que não considera as relações de uso e conservação dos recursos naturais como elemento estruturante estará, no longo prazo, comprometido. Dessa forma, sua

---

<sup>101</sup> No caso, a perspectiva do planejamento territorial consegue influenciar os atuais processos de uso dos recursos naturais e estes, uma vez influenciados ou até modificados, poderiam contribuir para a transformação da racionalidade econômica hegemônica? (pág. 11)

execução não conseguirá promover, de forma contundente, processos de transformação social, ficando relegados a ações fragmentadas, meramente instrumentais e legalistas. A inserção dessas relações de uso no planejamento territorial não está referendada apenas pelo seu viés de conservação da biodiversidade, muito embora, existam elementos consistentes para justificar o discurso da proteção do patrimônio natural. Essa inserção se referenda no fato de que os processos produtivos responsáveis por movimentar a economia e o desenvolvimento em âmbito nacional, sem exceção, dependem direta ou indiretamente de bens e serviços da natureza.

Outro aspecto está relacionado em como o planejamento territorial é encarado, tanto em sua forma estrutural quanto de gestão. As estruturas de planejamento que temos hoje no contexto nacional são fragmentadas e encerradas em suas áreas de atuação, formando guetos incapazes de estabelecer relações de diálogo e ações conjuntas com áreas correlatas, muito embora, exista essa vontade em atuar de maneira integrada. Se uma estrutura de planejamento surge na área ambiental, por exemplo, ela é organizada por pessoas e instituições que defendem princípios e ideologias relacionadas à conservação da natureza, imbuindo-a de mecanismos direcionados a fortalecer esse viés, sendo capazes de defender seus interesses. Assim, mecanismos pensados para promover diálogo e articulação institucional entre áreas afins, quando existem, ficam em segundo plano, tanto por intenção quanto por dificuldades em concebê-los e operacionalizá-los. Como sugerem Mantovaneli Jr e Sampaio (2006), mesmo se ainda a democracia que se concebe como a mais qualificada atualmente, a europeia, não foi suficiente para promover a sustentabilidade em seu desenvolvimento até então.

Quanto à forma de gestão das estruturas de planejamento territorial, é possível perceber que a instrumentalidade da gestão acaba, na maioria das vezes, se sobrepondo a sua intencionalidade. Formalidades protocolares de gestão e a rigidez ou mesmo falta de habilidade na condução dos processos participativos de planejamento, os distanciam de seus objetivos. Assim, é comum encontrar estruturas inovadoras de planejamento e gestão territorial, pautadas no diálogo institucional entre o público e o privado, que, na maioria das vezes, não conseguem minimamente dinamizar sua operacionalização.

O planejamento territorial deve ser encarado de forma processual e ser capaz de questionar e transpor as barreiras políticas e institucionais inerentes ao desenvolvimento e a conservação. Deve também, superar as limitações de governo e sociedade civil, os quais envolvem poucos recursos financeiros, técnicos e logísticos que comprometem as propostas de ampliar seu escopo de atuação, bem como, atender novas demandas que surgem de um processo de planejamento participativo.

A sociedade segue a passos lentos no real entendimento e apropriação sobre a função dos espaços que valorizam o capital social e a participação, muito embora se tenha rápida disseminação desses espaços. Existe, portanto, o risco de eles se tornarem legitimadores de decisões pré-definidas, tendo em vista a dificuldade em se construir consensos sobre recursos e interesses em disputa. A Rede Gestora não vivenciou momentos significativos de disputas de interesses ao longo da sua atuação, como é visto nos demais espaços de participação. Isso acontece porque ela privilegia a articulação institucional direcionada à construção coletiva de ações conjuntas para resolver problemas inerentes ao processo de gestão territorial e que estão relacionados a aspectos da conservação da natureza e do desenvolvimento social e econômico.

A articulação institucional só acontece se os atores sociais envolvidos estiverem dispostos a construir algo em conjunto por meio do diálogo. Surge, portanto, a questão da comunicação, percebida em seu sentido amplo, indo além da experimentação de diálogos e de entendimentos sobre questões comuns. Estabelecer fluxos de comunicação de forma dialógica e referendados na realidade vivenciada não é tarefa simples, demanda tempo, envolvimento, ambiente propício, disposição e ferramentas que consigam valorizar diferentes realidades. Mais uma vez, esbarramos em estruturas hierarquizadas e em políticas públicas fragmentadas que não foram estruturadas para atuar a partir do diálogo interinstitucional e com intuito de construir ações integradas, muito embora, seja almejado em algumas políticas e instituições.

Como uma última análise da experiência de planejamento territorial vivenciada com a atuação da Rede Gestora do Corredor, evidencia-se o legado de aprendizado social e de governança que considerou até aqui as relações sociais e interesses entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento. Não se dispôs, minimamente, em considerar tais relações e buscar mediar seus

interesses, já destacados como elementos impulsionadores da ação social (SWEDBERG, 2009 e MIZRUCHI, 2009), é relegar o processo de planejamento a sua dimensão técnica, reproduzindo ações fragmentadas e distanciadas da complexidade de cada território. Enquanto prevalecer a visão instrumentalizada do planejamento territorial, diferente da processual, não teremos políticas públicas integradas que consigam romper com a dicotomia histórica entre o uso dos recursos naturais para fins de desenvolvimento e sua real conservação.

Assim, transformar a racionalidade econômica hegemônica através da contribuição do planejamento territorial é ação que não está em um horizonte próximo. Quiçá, pensar na racionalidade instrumental coletiva, como propõe Souto-Maior (1988a), na qual recupera o sentido clássico de utilitarismo hobessiano. A atual conjuntura do planejamento vivenciada no Corredor está mais próxima de uma ação reformadora dessa racionalidade, ainda tentando integrar e conciliar os processos relacionados ao desenvolvimento e a conservação da biodiversidade, em uma tentativa de se construir consensos mínimos. Não há, portanto, uma ação questionadora e direta a ponto de transformá-la.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada. v. 4, nº 2, abril/junho. 2000.

\_\_\_\_\_. **Obstáculos ao desenvolvimento territorial brasileiro**. Gazeta Mercantil, publicado em 13/03/2002 – p. A 2.

\_\_\_\_\_. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, Mabel; Guillermo NEIMAN e Mario LATTUADA. **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006.

AGUIAR, A. P.; CHIARELLO, A. G.; MENDES, S. L.; MATOS, E. N. Os Corredores Central e da Serra do Mar na Mata Atlântica brasileira. In: Galindo-Leal, C.; Câmara, I. G. (Eds.). **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. Belo Horizonte: Fundação SOS Mata Atlântica, Conservação Internacional e Centro de Ciências Aplicadas à Biodiversidade, 2005.

ALVES, J. B. *et al.* **Texto coletivo do Grupo Agrobiodiversidade (Agrobio)**. Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR), produção não publicada, 2012.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Aproveitamento do potencial hidráulico para geração de energia**. Brasília: ANA, 2005a.

\_\_\_\_\_. **O turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos**. Brasília: ANA, 2005b.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília: ANEEL, 2002.

AYRES, J. M.; FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A. B.; QUEIROZ, H.L.; PINTO, L. P.; MASTERSON, D.; CAVALCANTI, R. B. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**. Belém: Sociedade Civil Maminaurá, 2005.

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Prol, 2008.

BENNET, A. F. **Linkages in the Landscape: The Role of Corridors and Connectivity in Wildlife Conservation**. Gland, Switzerland: World Conservation Union (IUCN), 1999.

BOISIER, S. **El desarrollo em su lugar**. Instituto de Geografia. Serie Geolibros. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2003.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BRASIL. Lei n. 11.428, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm). Acesso em: 26/10/2011.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 22/12/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.746, de 09 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a criação, mediante transformação, do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/L8746.htm#art14](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8746.htm#art14) Acesso em: 22/12/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm) Acesso em: 22/05/2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 22/05/2012.

\_\_\_\_\_. Decreto Federal nº 4297, de 10 de julho de 2002. **Regulamenta o art. 9, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4297.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4297.htm). Acesso em: 13/10/2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 22 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm) Acesso em: 26/04/2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm) Acesso em: 26/10/2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm) Acesso em: 27/04/2013.

BROWN, K. S.; BROWN, G. G. Habitat alternation and species loss in Brazilian forests. In: WHITMORE, T. C.; SAYER, J. **Tropical deforestation and species extinction.** London: Chapman & Hall. 1992.

CAMPANILI, M.; PROCHNOW, M. (Org.). **Mata Atlântica: uma rede pela floresta.** Brasília: RMA, 2006.

CAMPANILI, M.; SCHAFFER, W. B. (Org.). **Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros.** Brasília: MMA, 2010.

CAMPOS, J. B.; AGOSTINHO, A. A. Corredor de fluxo de biodiversidade do rio Paraná: uma proposta para a proteção ambiental de ecossistemas ameaçados. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **Anais.** Curitiba: IAP/UNILIVRE/Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, v. 2, 1997.

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL. **Hotspots Revisitados: as regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas do planeta.** Rio de Janeiro: CI, 2005.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. Volume 1, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

DALLABRIDA, V. R. Território, In: SIEDENBERG, D. R. (Coord.). **Dicionário do desenvolvimento regional**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

DI BITETTI, M.S; PLACCI, G.; e DIETZ, L.A. **Uma visão de Biodiversidade para a Ecorregião Florestas do Alto Paraná – Bioma Mata Atlântica**: planejando a paisagem de conservação da biodiversidade e estabelecendo prioridades para ações de conservação. Washington, D.C.: World Wildlife Fund, 2003.

DINERSTEIN *et al.* **A Workbook for developing biological assessments and developing Biodiversity Visions for ecological conservation**. Part I: Terrestrial ecosystems. WWF - Conservation Science Program, 2000.

DINIZ, C. C. **Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil**. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), 2006.

DRUMOND, M. A.; GIOVANETTI, L.; QUEIROZ, A.; e colaboradores. **Técnicas e ferramentas participativas para a Gestão de Unidades de Conservação**. Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA e Cooperação Técnica Alemã-GTZ. Brasília: MMA, 2009.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local. **Revista de Administração de Empresas – RAE-eletrônica**, Vol. 05, n 02, art. 11, São Paulo: FGV/EAESP, 2006.

FERNÁNDEZ-VELILLA, S. G.; LUQUIN, A. J.; SEMINARIO, C. A. **Decidir juntos para gestionar mejor**: manual de planificación participativa en áreas protegidas. Departamento de Medio Ambiente, Planificación Territorial, Agricultura y Pesca, Gobierno Vasco, 2011.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Plano Nacional de Recursos Hídricos: Contrato Administrativo Nº 003/96 – **Relatório de consolidação dos trabalhos realizados na região hidrográfica do Paraná**. São Paulo: 1998.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. In: **Redes e Sociologia Econômica**, MARTES, A. C. B. (org.), p. 69-106, São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

FREIRE, P. **Educação como prática para liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREY, K. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Política e Sociedade**: Revista de Sociologia Política, Vol. 01, n 05, Florianópolis, 2004.

FUNBIO/TFCA. Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Tropical Forest Conservation Act. **Chamada de Projetos 02/2012**: segunda chamada para os Biomas Mata Atlântica e Caatinga. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. **Projeto ações de governança territorial da Rede Gestora do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná**. Documento interno, 2013.



FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica:** período 2008-2010. Disponível em: <[http://mapas.sosma.org.br/site\\_media/download/atlas\\_2008-10\\_relatorio%20final\\_versao2\\_julho2011.pdf](http://mapas.sosma.org.br/site_media/download/atlas_2008-10_relatorio%20final_versao2_julho2011.pdf)>. Acesso em: 16/09/2011.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UNB, 2009.

HERRMANN, G. **Incorporando a teoria ao planejamento regional da conservação:** a experiência do corredor ecológico da Mantiqueira. Belo Horizonte: Visão Natural, 2011.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (Orgs.). **População e Mudança Climática:** dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: Nepo/UNFPA, 2009.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Unidades de conservação nos biomas:** Bioma Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica>. Acesso em: 02/08/2013.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Bioma da Mata Atlântica.** Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/mata\\_atlantica.htm](http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/mata_atlantica.htm) Acesso em: 27/10/2011

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000> Acesso em: 28/10/2011.

\_\_\_\_\_. **Mapa de Vegetação do Brasil.** Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2004.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável:** Brasil 2008. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2008.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00> Acesso em: 28/10/2011.

\_\_\_\_\_. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira:** sistema fitogeográfico, inventário de formações florestais e campestres, técnicas e manejo de coleções botânicas, procedimentos para mapeamentos. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012.

JACOBI, P. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **Revista de Administração Pública - RAP,** FGV/EBAP, Vol. 34, n 06, p. 131-158, Rio de Janeiro: FGV/EBAP, 2000.

JEPPERSON, R. Institutions, institutional effects, and institutionalization. In: POWELL, W.; DIMAGGIO, P. (Eds.) **The new institutionalism in organizational theory**. p. 143-163, Chicago: University of Chicago Press, 1991

LELOUP, F. *et al.* La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale? **Géographie, économie, société**. Lavoisier, Vol. 07, n 04, p. 321-332, Cairn.info, 2005.

LIMONT, M. **Educação e participação social na APA de Guaraqueçaba**: a capacitação como possibilidade na mediação de conflitos ambientais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Educação, Paraná, Curitiba, 2009.

LINO, C. F.; SIMÕES, L. L. (Org.). **Avaliação do cumprimento das metas globais e nacionais de biodiversidade 2010 para a Mata Atlântica**. RBMA, 2011. Disponível em: <<http://www.rbma.org.br/anuario/pdf/cdb2010.pdf>>. Acesso em: 12/09/2011).

MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA, A. P. (Ed.). **Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção**. 1. ed. Brasília: MMA; Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, v. 1: Biodiversidade 19, 2008.

MANTOVANELI JR, O.; SAMPAIO, C. A. C. Gobernación para el ecodesarrollo: sustentabilidad política y administrativa. **Revista Lider**, Centro de Estudios del Desarrollo Local y Regional (CEDER), vol.19, p.163-182, Osorno: CEDER, 2011.

MARTÍNEZ, A. C. (coord.). **La gobernanza hoy**: 10 textos de referencia. 1. Ed. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública (Estudios Goberna), 2005.

MASSARDIER, G. Redes de política pública. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.) **Políticas Públicas**: coletânea, Brasília: ENAP, 2006.

MAX-NEEF, M. A.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. **Desarrollo a escala humana**: conceptos, aplicaciones y reflexiones. Montevideo: Nordan Comunidad, REDES, 1993.

MAYNTZ, R. Nuevos desafíos de la teoría de la gobernanza. In: **La gobernanza hoy**: 10 textos de referencia. 1. Ed. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública (Estudios Goberna), 2005.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Programas governamentais**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/>. Acesso em: 22/09/2011.

METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagens. **Revista Biota Neotropica**, Programa BIOTA/FAPESP. vol. 1, n1/2, p. 01-09, Campinas: versão eletrônica, 2001. Disponível em: [http://www.ambiente.sp.gov.br/wpcontent/uploads/publicacoes/etanol/metzger\\_paisagem\\_artigo.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/wpcontent/uploads/publicacoes/etanol/metzger_paisagem_artigo.pdf) Acesso em: 11/10/2011.

MITTERMEIER, R.A., GIL, P.R., HOFFMANN, M., PILGRIM, J., BROOKS, J., MITTERMEIER, C.G., LAMOURUX, J.; FONSECA, G.A.B. (eds.). **Hotspots Revisited**: Earth's Biologically Richest and Most Endangered Terrestrial Ecoregions. Washington, DC: Cemex, 2004.

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. In: **Redes e Sociologia Econômica**, MARTES, A. C. B. (org.), p. 131-159, São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Corredores Ecológicos**. Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7. Brasília: MMA, 2002. Não publicado.

\_\_\_\_\_. **Caderno da Região Hidrográfica do Paraná**. Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Caderno da Região Hidrográfica do Uruguai**. Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Atualização – Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007. Brasília: MMA, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Corredores Ecológicos: experiências em planejamento e implementação**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil. Brasília: MMA, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Apresenta a Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção**. Instrução Normativa n. 6, de 23 de setembro de 2008. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/179/\\_arquivos/179\\_05122008033615.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/179/_arquivos/179_05122008033615.pdf)>. Acesso em: 14/09/2011.

\_\_\_\_\_. **Apresenta a lista das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção**. Instrução Normativa MMA nº 3, de 27 de maio de 2003. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/instrucoes\\_normativas/IN\\_03\\_2003\\_MA\\_FaunaAmeacada.pdf](http://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/instrucoes_normativas/IN_03_2003_MA_FaunaAmeacada.pdf) Acesso em: 14/06/2013.

\_\_\_\_\_. **Corredores Ecológicos**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/acoes-e-iniciativas/gestao-territorial-para-a-conservacao/corredores-ecologicos>. Acesso em: 02/03/2014.

MME/EPE. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2008/2017**. Volume 1. Rio de Janeiro: MME/EPE, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2021**. Brasília: MME/EPE, 2012.

MPO. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento: visão estratégica nacional**. Volume 2. Brasília: MPOG, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2012-2015: projeto de lei**. Brasília: MPO, 2011.

NETO, A. S. C. A política de desenvolvimento territorial rural no Brasil e a banalização do conceito de território. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, PPGDR/FURB, vol. 01, n 02, p. 107-124, Blumenau: FURB, 2013.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública - RAP**, FGV/EBAP, Vol. 40, n 01, p. 273-287, Rio de Janeiro: FGV/EBAP, 2006.

PARDO, M. D. C. (coord.) **De la administración pública a la gobernanza**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Internacionales, 2004.

PATTON, M. Q. Evaluation research strategies using qualitative methods. In: PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation methods**. Newbury Park: Sage, 1986.

PDA/MMA. Sub-programa Projetos Demonstrativos. Ministério do Meio Ambiente. **Editais da chamada 06: Apoio a projetos para o Planejamento, Implementação e Monitoramento de Corredores Ecológicos na Mata Atlântica**. Brasília: PDA/MMA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Projeto ações de governança participativa no Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná: Bioma Mata Atlântica**. Documento interno, 2012.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas - Raízes**. UFCG, Vol. 24, n 01 e 02, p. 10-22. Campina Grande: UFCG, 2005.

PERES, R. B.; CHIQUITO, E. de A. Ordenamento territorial, meio ambiente e desenvolvimento regional: novas questões, possíveis articulações. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. ANPUR, Vol. 14, n 02, p. 71-86. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

PIRES, R. R. C.; VAZ, A. C. N.; ALMEIDA, A.; SILVA, F. de S.; LOPEZ, F. G.; ALENCAR, J. L.O. Em busca de uma síntese: ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativas. In: **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. PIREs, R. R. C. (org.). vol. 7, p 347-364, Brasília: IPEA, 2011.

PNRH-DBR. **Documento Básico de Referência do Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Secretaria de Recursos Hídricos, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas, Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Brasília: SRH/MMA/ANA/CNRH, 2005.

POLANYI, K. **El sustento del hombre**. Barcelona: Mondadori, 1994.

PROCOPIUCK, M. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

RAFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RBMA. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. **Texto Síntese: a mata atlântica**. Anuário Mata Atlântica, versão digital. São Paulo: RBMA, 2003. Disponível em: [http://www.rbma.org.br/anuario/mata\\_01\\_sintese.asp](http://www.rbma.org.br/anuario/mata_01_sintese.asp) Acesso em: 14/09/2013.

RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009.

ROSA, U. **Minidicionário Gama Kuri da língua portuguesa**. Supervisão Adriano Gama Kury. São Paulo: FTD, 2001.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamound, 2000.

SAMPAIO, C. A. C. **Uma proposta de um modelo de gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável (SiGOS)**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção, Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. Território e dinheiro. In: **Território e Territórios**. Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEO/UFF/AGB, Niterói: PPGEO/UFF/AGB, 2002.

SIEDENBERG, D. R. (Coord.). **Dicionário do desenvolvimento regional**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SILVEIRA, R. B.; HELLER, L.; REZENDE, S. Identificando correntes teóricas de planejamento: uma avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). **Revista de Administração Pública - RAP**, FGV/EBAP, Vol. 47, n 03, p.601-622, Rio de Janeiro: FGV/EBAP, 2013.

SMITH, W. E.; LETHEM, F.J.; THOOLEN, B. A., **The design of organizations for rural development projects**. A Progress Report. World Bank Staff Working Paper, n. 375, 1980.

SOUTO-MAIOR, J. Teoria da racionalidade na administração e na economia. **Curso de Mestrado em Administração**, UFPB, João Pessoa, Série Documentos para Estudo, n 01, 1988a.

\_\_\_\_\_. Micro-Regionalização do planejamento na Paraíba. João Pessoa: Gabinete do Planejamento e Ação Governamental, 1988b.

SOUTO-MAIOR, J.; GONDIM, L. M. Avaliação de arranjos institucionais para a gestão e o planejamento democráticos. **Revista de Administração Pública - RAP**, FGV, Vol. 26, n 03, p.140-151, Rio de Janeiro: FGV, 1992.

SOUTO-MAIOR, J. **Planeação estratégica e comunicativa**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

SOUZA, M. J. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEHMANN, R. *et al.* **Plantas da Floresta Atlântica**. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2009.

SWEDBERG, R. A sociologia econômica do capitalismo: uma introdução e agenda de pesquisa. In: **Redes e Sociologia Econômica**, MARTES, A. C. B. (org.), p. 161-205, São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

TEIXEIRA, C.; LIMONT, M. Possibilidades e limites da participação social na gestão de conflito ambiental. **Revista Estudos de Sociologia**, Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFPE. vol. 14, n 01, p. 95-116, Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

THEYS, J. O ordenamento territorial face ao desenvolvimento sustentável: sentido e limites de uma integração. **Revista Eisforia**. Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. UFSC. Vol 01, n 01, p. 179-198, Florianópolis: PPGAGR, 2003.

TONNEAU, J. P.; CUNHA, L. H. Pesquisas em desenvolvimento territorial no semi-árido. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas - Raízes**. UFCG, Vol. 24, n 01 e 02, p. 45-53. Campina Grande: UFCG, 2005.

WAMPLER, B. Instituições participativas como “enxertos” na estrutura do Estado: a importância de contextos, atores e suas estratégias. In: **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. PIRES, R. R. C. (org.). vol. 7, p. 151-158, Brasília: IPEA, 2011.

WILLIAMSON, O. E. Transaction-Cost Economics: the governance of contractual relations. **Journal of Law and Economics**, vol 22, n. 02, p. 233-261 University of Chicago Press, 1979.

ZANONI, M. *et al.* **La recherche en environnement**: à propos de quelques pratiques interdisciplinaires. Atelier de Campinas (Brésil). Natures, Sciences, Sociétés. Elsevier, nº 1, vol 6, 1998.

ZANONI, M. *et al.* A construção de um curso de pós-graduação interdisciplinar em meio ambiente e desenvolvimento: princípios teóricos e metodológicos. In: RAYNAUT, C. (org.) **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: em busca da interdisciplinaridade. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

## ANEXO

### Projeto Ações de governança territorial da Rede Gestora do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná

#### Ficha de Mapeamento Institucional – Atividade A.2.1.2.

1) o trabalho da sua instituição junto ao processo de planejamento do Corredor do Rio Paraná trouxe resultados (diretos e indiretos) que contribuíram para qualificação da atuação institucional? Se sim, quais?

Instituição / respondente	Respostas
COMAFEM (Silvio)	Sim. Utilizamos as mesmas metodologias para o planejamento das ações nos municípios consorciados.
GEBIO (Heatclif)	Sim. Tem sido uma honra para o GEBIO em participar e poder dizer que trabalha junto com tantos profissionais e suas instituições.
ANGLO (Joaquim)	Sim. Do ponto de vista regional do corredor, uma vez que usa o Corredor Santa Maria como base de pesquisa do curso de biologia.
IAP ( <i>David</i> ) <sup>102</sup>	Sim. Continuidade de projetos do governo anterior (exemplo Programa PRBiodiversidade).
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Sim. Penso que nos qualificou a justificar os projetos de captação de recursos junto aos órgãos federais. Nos deu uma visão de planejamento regional e mostrou a importância dos consórcios e de que a rede de contatos é importante para buscar informações.
BIOSUL (Werner)	Sim. Deu subsídios para enriquecer nossa participação em Comitês e Conselhos onde representamos o setor produtivo do Mato Grosso do Sul.
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	A instituição não participou das outras etapas.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Sim. Qualificação de professores e alunos em relação aos SAFs, embora o resultado das UD's instaladas não tenha sido adequado.
ICMBio-PNIG (Romano)	Houve pouca participação do PNIG nesse processo.

<sup>102</sup> Legenda: marcados em **italico** sinalizam quem participou (pessoa e/ou instituição) pela primeira vez de uma reunião da Rede Gestora.

IPÊ (Jefferson)	Sim. De forma direta, porque fortalece a nossa ação na missão institucional que se relaciona à conservação da biodiversidade.
CESP (Celso)	Sim. Resultados indiretos, marketing de estar trabalhando num projeto a nível nacional.
Itaipu (Veridiana)	O trabalho foi desenvolvido pelo gestor da ação na época (Fernão Carbonar).
CORIPA (Erick)	Sim delimitação do corredor, definição de áreas prioritárias, execução de ações que estavam previstas no Projeto (como os SAFs, curso e adequação dos viveiros); o conceito de articulação institucional utilizado pela Rede Gestora foi inspirado nos Consórcios.
UEM (professor)	Não teve participação.
Pastoral da Juv. (Franciele)	--
SEMA-RS (Paola)	A instituição não se envolveu no processo de planejamento do corredor.
Ecoalize (Patricia)	Não participou do processo de planejamento.

2) o seu trabalho pessoal junto ao processo de planejamento do Corredor do Rio Paraná trouxe resultados (diretos e indiretos) que sinalizam crescimento pessoal? Se sim, quais?

Instituição	Respostas
COMAFEM	Sim. Nas relações com pessoas de outras instituições.
GEBIO	Sim. Incentivo em fazer um mestrado (já estou fazendo) e um doutorado. Conhecimento do que é um corredor de biodiversidade e etc.
ANGLO (Joaquim)	Sim. Aprendi que se não trabalhar com pessoas não terei como desenvolver atividades para preservação e conservação do corredor Santa Maria.
IAP (David)	Ainda não, mas certamente sinalizaram mais conhecimento e crescimento pessoal e profissional.
Pref. Nova	Sim. O crescimento enquanto profissional e me preparou para entender e agir em prol de um território, mostrou



Andradina/Cornelia	a importância do trabalho conjunto para encontrar soluções sobre questões comuns em uma região.
BIOSUL (Werner)	Sim. Houve crescimento pessoal. Uma maior consciência cívica e ambiental. O entendimento das organizações gestoras, de Comitês, Redes e Conselhos.
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Não participamos das etapas anteriores.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Particpei pouco, a professora Elizete pode responder melhor.
ICMBio-PNIG (Romano)	Só participei das duas últimas reuniões do Projeto, com pouco envolvimento de minha parte.
IPÊ (Jefferson)	Sim. Isso ocorreu principalmente devido a troca de experiências e o conhecimento de ações similares a que eu executava em outras instituições.
CESP (Celso)	Sim. Diretos, conhecimentos com as várias instituições, contatos, parcerias e amizades.
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	Idem ao 01.
CORIPA (Erick)	Sim. Proporcionou uma visão integrada da gestão de recursos naturais e gestão de UCs. Inclusive, foi fator fundamental para escolha do tema da minha dissertação de mestrado.
UEM ( <i>professor</i> )	Idem ao 01.
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	--
<i>SEMA-RS (Paola)</i>	Houve pouco envolvimento pessoal no processo de planejamento do corredor, o qual limitou-se em fornecer informações referente à delimitação do mesmo no Rio Grande do Sul.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Não participou do processo de planejamento.

3) a sua instituição desenvolve ações de planejamento territorial? Quais?

Instituição	Respostas
COMAFEM	Sim. Trabalhamos com planejamento de 08 municípios dentro da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.

GEBIO	Sim. Participando do conselho de meio ambiente do município, de outros conselhos de UCs e projetos de RAD.
ANGLO (Joaquim)	Não.
IAP ( <i>David</i> )	Sim. Em corredores de biodiversidade, conexão de fragmentos florestais através dos programas estaduais de recuperação ambiental.
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Sim. Participa nas instâncias regionais como gestão de recursos hídricos, atualmente preside o Comitê da Bacia do Rio Ivinhema; participa de consórcio intermunicipal.
BIOSUL (Werner)	Não.
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Sim. ZEE das APAs municipais, sinalização das APAs, delimitações e coleta seletiva em toda a APA.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Vinha atuando no Comitê do Território e participa de outros conselhos e comitês.
ICMBio-PNIG (Romano)	Sim. Em outras regiões do país, formação de mosaicos de UCs.
IPÊ (Jefferson)	Não diretamente. Mas participamos de instâncias onde isso é desenvolvido como o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema (CODETER).
CESP (Celso)	Sim. A operação da usina hidroelétrica, com várias ações de planejamento territorial como o PACUERA, NOS.
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	Sim. Principalmente no âmbito da gestão participativa das microbacias na região do Paraná 3 (BP3).
CORIPA (Erick)	Sim, atua na regularização fundiária, zoneamento ambiental, planejamento de recursos hídricos, atividades com geoprocessamento e sensoriamento remoto.
UEM ( <i>professor</i> )	Sim. Algumas teses e dissertações feitas na pós-graduação em Geografia da UEM tem cunho ecológico-econômico (consulta no site da pós em Geografia).
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	--
SEMA-RS ( <i>Paola</i> )	Sim. Principalmente na elaboração de documentos como Zoneamento Ecológico-econômico, Planos de Bacia e Planos de Manejo de UCs.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Sim. Está com um projeto de corredores ecológicos dentro do Parque do Ingá (área urbana de Maringá), que busca conscientizar alunos de escolas municipais que se encontram próximas ao corredor, é um projeto de educação ambiental (EcoTrilhas).

4) a sua instituição estimula o trabalho com outras instituições? Se sim, ela dá o devido apoio estrutural, oferecendo as ferramentas/condições para isso?

Instituição	Respostas
COMAFEM	Sim.
GEBIO	Sim. Embora não possuímos grandes condições. As ferramentas que temos estão à disposição.
ANGLO (Joaquim)	Sim. Oferece condições de trabalho.
IAP (David)	Sim. Convênios com viveiros para produção de mudas florestais.
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Sim. Mas geralmente por demanda externa.
BIOSUL (Werner)	Sim. Estimula através de convênios, apoios e etc, junto a órgãos de pesquisa, universidade e etc.
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Sim. Dá apoio logístico e estrutural.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Sim. Embora isso envolva um processo burocrático como convênios. De modo geral não dá apoio financeiro para participar das reuniões da Rede. Pode ceder espaço físico para pequenos eventos.
ICMBio-PNIG (Romano)	Sim. Porém não há apoio estrutural para este fim.
IPÊ (Jefferson)	Sim. Isso é uma constante, apoiando com pessoal e estrutura física e em equipamentos em alguns casos.
CESP (Celso)	Sim. Através de convênios, onde a CESP desenvolve projetos nas mais diversas áreas, inclusive ambiental.
Itaipu (Veridiana)	Sim. A empresa apóia a gestão participativa nos municípios da BP3, disponibiliza recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento dos projetos locais.
CORIPA (Erick)	Sim. O CORIPA oferece apoio institucional com infraestrutura, logística e materiais para prefeituras, universidades, institutos e ONGs.
UEM (professor)	Sim. Fornece apoio na base de pesquisa em Porto Rico, para objetivos acadêmicos.
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	--
<i>SEMA-RS (Paola)</i>	Não há muito estímulo da instituição. O apoio fornecido, geralmente, são os meios disponíveis do setor ou

	unidade descentralizada (pessoal, estrutura e equipamentos).
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Sim. Estimula, pois como estamos inseridos na universidade “recebemos” conhecimento, que é revertido para comunidade através de projetos sociais e consultorias.

5) Qual (Quais) é (são) a(s) motivação(ões) institucional(is) (vontade ou inclinação) para participar da Rede Gestora do Corredor?

Instituição	Respostas
COMAFEM	A continuidade de trabalhos que a instituição já realiza.
GEBIO	Fazer contato com outros segmentos para adquirir conhecimento e contribuir com o que possuímos.
ANGLO (Joaquim)	Relacionamento e troca de informações interinstitucionais.
IAP ( <i>David</i> )	Oferecer conhecimentos através de metodologias desenvolvidas em recuperação ambiental e também conhecer os objetivos da Rede Gestora.
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Fazer parte da rede de contatos para futuros projetos e como consulta de informações.
BIOSUL (Werner)	Conectar os diversos conselhos e comitês onde temos cadeira com a Rede Gestora (exemplo: conselho da APA, comitê de bacia do Rio Ivinhema e etc).
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	No momento não há motivação, por falta de conhecimento do Projeto.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Não uma definição clara. Talvez como trabalho de extensão, de retribuir à sociedade o que a universidade produz de conhecimento.
ICMBio-PNIG (Romano)	Não há conhecimento maior da instituição sobre este Projeto.
IPE (Jefferson)	Criação de políticas públicas que possam apoiar a formação de corredores ecológicos.
CESP (Celso)	A motivação é de apresentar os trabalhos desenvolvidos pela CESP, além de fazer contatos com os mais diversos setores

Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	A Itaipu mantém um programa chamado Biodiversidade, nosso Patrimônio e uma das ações específicas é a consolidação do Corredor Santa Maria até a faixa de proteção do reservatório.
CORIPA ( <i>Erick</i> )	O CORIPA foi criado para conservar o último trecho do Rio Paraná livre de barragens e conservar as áreas de influência em seus municípios.
UEM ( <i>professor</i> )	Colocar em prática os estudos feitos em nível acadêmico (científico).
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	--
<i>SEMA-RS (Paola)</i>	Até o momento ao há motivação institucional.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Aprimorar conhecimento sobre o assunto, além de estar prestando uma contribuição para preservação da bacia do Rio Paraná.

6) Qual (Quais) é (são) a(s) motivação(ões) pessoal(is) (vontade ou inclinação) para participar da Rede Gestora do Corredor?

Instituição	Respostas
COMAFEM	O relacionamento com outras pessoas e a satisfação de ver projetos realizados.
GEBIO	Socializar conhecimento e contribuir (gostaria de poder contribuir mais, poder viver trabalhando para o meio ambiente).
ANGLO ( <i>Joaquim</i> )	Aprender a trabalhar em Rede.
IAP ( <i>David</i> )	Contribuir para a sociedade, melhorar as condições socioeconômica e ambiental através da sustentabilidade.
Pref. Nova Andradina/ <i>Cornelia</i>	Rede de contatos e acreditar que o trabalho conjunto rende frutos de melhor qualidade.
BIOSUL ( <i>Werner</i> )	Interesse no aprendizado, principalmente no ambiental; representar o setor produtivo dentro da Rede Gestora (FIEMS e BIOSUL).
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Toda a motivação possível.

UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Contribuir para maior organização e interação entre as instituições. Contribuir para melhora as condições dos agricultores familiares e ao mesmo tempo do meio ambiente.
ICMBio-PNIG (Romano)	Ampliar as relações interinstitucionais com os parceiros inseridos neste território, visando otimizar a gestão do PNIG.
IPÊ (Jefferson)	Fazer parte desse processo já é uma grande motivação.
CESP (Celso)	A amizade é o principal. E poder unir o útil ao agradável.
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	Minha motivação pessoal na participação da Rede se origina, principalmente, por acreditar que a proposta de formações de corredores é a forma mais efetiva de conservação da biodiversidade <i>in situ</i> . Durante minha formação acadêmica tive contato com pesquisas que delinearão os conceitos de corredores. Já na minha experiência profissional na Itaipu, vi os reflorestamentos implantados ao longo do reservatório em uma escala única e que “potencialmente” pode estar funcionando como corredor. Essa curiosidade sobre a funcionalidade e também sobre a gestão de uma área tão abrangente se configura como uma motivação extra (não menos importante). Além disto, considero uma oportunidade única trocar experiências com instituições comprometidas com a conservação da biodiversidade. acho que vou aprender muito.
CORIPA (Erick)	Acredito na importância de proteger os ecossistemas associados ao Rio Paraná e a melhor forma de isso se tornar possível atualmente é através da Rede Gestora.
UEM ( <i>professor</i> )	Trabalhar a favor da conservação da biodiversidade, vinculando experiência acadêmica com a esfera gerenciadora das áreas de conservação.
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	Fortalecer laços com demais instituições, valorizando o trabalho delas, estando disponível também a estabelecer parcerias.
<i>SEMA-RS (Paola)</i>	Oportunidade de conhecer e aproveitar iniciativas que já ocorrem e de planejar ações conjuntas, a fim de fortalecer a gestão do Parque Estadual do Turvo, revertendo o cenário atual que é de ausência de ações na UC e entorno.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Crescimento pessoal e técnico, sentimento de dever cumprido como futuros biólogos.

7) As instâncias diretivas (coordenações, diretorias, chefias) estão sensibilizadas com o trabalho da Rede Gestora do Corredor? Se sim, qual a percepção do trabalho? Se não, por quais motivos (exemplos: resistências, falta de informação, condições, limitações, oposição, etc.)?

Instituição	Respostas
COMAFEM	Sim. Dão o apoio para a realização dos trabalhos.
GEBIO	Sim. Embora só a participação direta na Rede traz (ou mostra) a importância do seu trabalho.
ANGLO (Joaquim)	Sim. Inicialmente é para cumprir uma necessidade de pesquisa e com o tempo promover o intercâmbio de informações.
IAP ( <i>David</i> )	Sim. Mas ainda falta acompanhamento e conhecimento mais detalhado do projeto. Isso limitado por alternância de funcionários que participam do Projeto (das reuniões), minha participação está sendo a primeira.
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Relativamente sensibilizadas. A limitação é a disponibilidade de funcionários que é pouca e o volume de trabalho tem aumentado. Todavia as arrecadações não estão subindo proporcionalmente.
BIOSUL (Werner)	Sim. Entendem que os setores produtivos devem estar representados, contribuindo com as informações que dispõem (EIA/RIMA, Planos de Monitoria, Estudos Ambientais das unidades de produção).
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Não. Há falta de informação sobre o trabalho.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Há pouco conhecimento das ações da Rede na UNESP Ilha Solteira.
ICMBio-PNIG (Romano)	Não há conhecimento do Projeto nessas esferas.
IPÊ (Jefferson)	Sim. A percepção é completa e repassada a outros pesquisadores de outras regiões.
CESP (Celso)	A CESP está distribuída em vários níveis hierárquicos, as chefias imediatas estão sensibilizadas com o Projeto, porém a nível de diretoria não, eles não tem uma percepção. As condições do cenário nacional das operadoras de energia não está favorável.
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	As gerências formais da empresa têm total interesse nas informações geradas no projeto de planejamento do corredor, bem como participar dessa segunda fase do Projeto.
CORIPA (Erick)	Parcialmente, o Conselho de Prefeitos que é a instância máxima do Consórcio não está totalmente a par da Rede Gestora pela simples falta de informação.
UEM ( <i>professor</i> )	Não. Falta de informação.
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	--

<i>SEMA-RS (Paola)</i>	Não, devido a falta de informação.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Sim. Fomos sensibilizados com a idéia e a organização do Projeto, que mostra que possivelmente trará resultados.

8) você que participa das reuniões e do trabalho da Rede Gestora, tem autonomia de decisão sobre o que se decide? Se não, como se dá o processo de tomada de decisão a nível institucional (para dentro da sua instituição)?

Instituição	Respostas
COMAFEM	Sim.
GEBIO	A decisão é no nível do meu cargo e as que envolvem o institucional é feita somente pela Diretoria (3 pessoas no mínimo).
ANGLO (Joaquim)	No quesito técnico-científico, tenho autonomia. No quesito financeiro necessito de autorização da pró-reitoria acadêmica.
IAP ( <i>David</i> )	Esta é minha primeira participação. Dependendo do assunto posso decidir, senão levo o assunto para conhecimento da chefia imediata decidir e com resposta o mais rápido possível.
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Tenho autonomia parcial e a implementação depende de minha capacidade técnica para convencer quanto a importância.
BIOSUL (Werner)	Autonomia na condição de conselheiro e diretor de unidade associada ao BIOSUL. Decisões muito impactantes são levadas ao conselho.
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Há um certo limite na autonomia de decisão.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Sobre determinadas ações, como implantação de SAFs, tenho autonomia e capacidade de decidir. Questões mais amplas dependem de uma hierarquia complexa para ter uma decisão institucional.
ICMBio-PNIG (Romano)	Em parte. Dependendo do tema terei de levar a decisão para Coordenação Regional de Florianópolis ou diretorias.



IPÊ (Jefferson)	Dentro do que pode comprometer a minha ação tenho toda a autonomia. Quando da instituição tenho que me informar.
CESP (Celso)	Para assuntos de apoio logístico, sem custo direto sim. Assuntos que envolvem a assinatura só os diretores tem a autorização.
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	A autonomia de decisão está ligada às gerências formais e diretoria de coordenação.
CORIPA (Erick)	Sim.
UEM ( <i>professor</i> )	Não temos autonomia de decisão.
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	Sim.
SEMA-RS ( <i>Paola</i> )	Não. Primeiramente deve haver uma designação formal por parte da SEMA (ainda inexistente). Após é um processo de articulação, pois muitas ações do corredor envolvem outros setores, que devem estar cientes e de acordo. Ou seja, requer um bom trabalho de sensibilização.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Sim. Pois como uma rede é preciso ponderar as idéias para que haja decisão final correta.

## 9) Dados gerais da instituição:

- nome e esfera de atuação (setor público, setor privado, sociedade civil organizada);

Instituição	Respostas
COMAFEM	Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná / setor público
GEBIO	Grupo de Estudos em Proteção a Biodiversidade / sociedade civil organizada.
ANGLO (Joaquim)	Faculdades Anglo / setor público
IAP ( <i>David</i> )	IAP / setor público
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Prefeitura Municipal de Nova Andradina (MS) / setor público
BIOSUL (Werner)	BIOSUL - Associação de Produtores de Açúcar, Alcool e Bioenergia / setor privado

<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínio (PR) / setor público
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	UNESP – Campus Ilha Solteira / setor público.
ICMBio-PNIG (Romano)	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade / setor público
IPÊ (Jefferson)	Instituto de Pesquisas Ecológicas / sociedade civil organizada
CESP (Celso)	Companhia Energética de São Paulo / setor estatal
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	Itaipu Binacional – geração de energia / setor público
CORIPA (Erick)	Consórcio Intermunicipal para Conservação do Rio Paraná e Áreas de Influência / setor público
UEM ( <i>professor</i> )	Universidade Estadual de Maringá / setor público
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	Pastoral da Juventude / sociedade civil organizada
<i>SEMA-RS (Paola)</i>	Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul / setor público
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Ecoalize – Empresa Junior de Biologia da UEM / sociedade civil organizada

- nome/cargo/contato do responsável legal da instituição ou do setor correspondente:

Instituição	Respostas
COMAFEM	Dornelis José Chiodelli / Prefeito de Nova Londrina
GEBIO	Yara Mitie Sakurai / diretora executiva / yara@gebio.org.br
ANGLO (Joaquim)	Fabio Hauaje de Prado / (45) 3028-3232 / <a href="mailto:dalis@ude.edu.br">dalis@ude.edu.br</a>
IAP ( <i>David</i> )	Mauro Cesar Braga da Rocha
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Maurício Pereira Costa / Secretario Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado / 67-3441-3664 – 8427-8050
BIOSUL (Werner)	Roberto Hollanda Filho / Presidente

<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Valdelei Aparecido Nascimento / prefeito / <a href="mailto:delei45@yahoo.com.br">delei45@yahoo.com.br</a>
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Marco Eustáquio de Sá (até julho de 2013) / diretor da FEIS no campus.
ICMBio-PNIG (Romano)	Daniel Penteado / Coordenador Geral da Coordenação Regional 9
IPÊ (Jefferson)	Suzana Pádua / diretora
CESP (Celso)	João Henrique Pinheiro Dias / biólogo / responsável em Três Lagoas-MS / 67-3521-0350
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	Divisão de Áreas Protegidas: Edson Zaucorensi / Diretoria de Coordenação: Dr. Nelton Miguel Friedrich
CORIPA (Erick)	Amarildo Ribeiro Novato / Presidente
UEM ( <i>professor</i> )	DBI + GEMA / Otávio – <a href="mailto:otaviocmontanher@yahoo.com.br">otaviocmontanher@yahoo.com.br</a>
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	Franciele Cristina Milon / coordenadora
<i>SEMA-RS (Paola)</i>	Secretário de Meio Ambiente.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Patricia Mathias Zago / presidente / <a href="mailto:patricia.ecoalize@gmail.com">patricia.ecoalize@gmail.com</a> / 44-9946-7951

- nome/função/contatos (email, telefone, celular, endereço completo) do representante da instituição na Rede Gestora:

Instituição	Respostas
COMAFEM	Silvio Milaré / <a href="mailto:silviomilare@comafem.org.br">silviomilare@comafem.org.br</a> / 44-3427-1124 – 9146-4705
GEBIO	Heatclif Horing / diretor de comunicação / <a href="mailto:heatclif@gebio.org.br">heatclif@gebio.org.br</a> / 67-3409-2500 – 9977-4152 – 8424-4074 / rua Dinamarca, 347 – centro – Naviraí-MS – CEP 79950-000
ANGLO (Joaquim)	Joaquim Jorge Ribeiro Buchaim / 45-3028-3232 – 8406-9911 / <a href="mailto:buchaim@bol.com.br">buchaim@bol.com.br</a>
IAP ( <i>David</i> )	David Gobor / <a href="mailto:davidgobor@iap.pr.gov.br">davidgobor@iap.pr.gov.br</a> / 44-3423-2526 – 9974-8999 / av. Heitor Alencar Furtado, s/n, Paranavaí
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Cornelia Cristina Nagel / Sub-secretária de meio ambiente / Rua da Saldade, 1137, centro, CEP 79750-000 / 67-3441-3664 – 8128-0630 / <a href="mailto:cornelia.nagel@gmail.com">cornelia.nagel@gmail.com</a>

BIOSUL (Werner)	Werner Semmelroth / conselheiro e diretor de unidade associada / 67-3443-3400 – 9982-7241 / <a href="mailto:werner@usinalaguna.com.br">werner@usinalaguna.com.br</a>
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Élida Maiorani / Secretária de Meio Ambiente e Turismo / <a href="mailto:elida@coripa.org.br">elida@coripa.org.br</a> / 44-3634-8064 – 9142-2437-9147-9077
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Antonio Lázaro Sant'ana / professor e chefe de departamento / <a href="mailto:lazaro@agr.feis.unesp.br">lazaro@agr.feis.unesp.br</a> / 18-3743-1242
ICMBio-PNIG (Romano)	Romano Pulzatto Neto / chefe do PNIG / <a href="mailto:romano.pulzatto-neto@icmbio.gov.br">romano.pulzatto-neto@icmbio.gov.br</a> / 44-9132-3971
IPÊ (Jefferson)	Jefferson Ferreira Lima / pesquisador associado / <a href="mailto:jeff.lima@ipe.org.br">jeff.lima@ipe.org.br</a> – <a href="mailto:jeff.lima@me.com">jeff.lima@me.com</a>
CESP (Celso)	Celso Machado / técnico de meio ambiente / 18-3284-1175 – 18-8107-0811 / <a href="mailto:celso.machado@cesp.com.br">celso.machado@cesp.com.br</a> / rua Juazeiro, 83 – quadra 27 – Primavera-SP – CEP 19274-000
Itaipu (Veridiana)	Veridiana Costa Pereira / Divisão de Áreas Protegidas / <a href="mailto:vaacrere@itaipu.gov.br">vaacrere@itaipu.gov.br</a> / 45-3520-5602 / rua Terezinha, 62 – Refúgio Biológico Bela Vista, bairro Vila C.
CORIPA (Erick)	Erick Caldas Xavier / <a href="mailto:erick@coripa.org.br">erick@coripa.org.br</a> – 44-9111-8544 / Camila Nunes Vieira – Secretária Executiva / <a href="mailto:camila@coripa.org.br">camila@coripa.org.br</a> – 44-9131-9194
UEM (professor)	Erick Caldas Xavier (hoje é aluno do mestrado)
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	Franciele Cristina Milon / <a href="mailto:franciele@coripa.org.br">franciele@coripa.org.br</a> / 9151-6938
SEMA-RS (Paola)	Paola Prates Stumpf / técnica ambiental, Divisão de UCs – DEFAP/SEMA / <a href="mailto:paola.stumpf@sema.rs.gov.br">paola.stumpf@sema.rs.gov.br</a> – 51-3226-3576 e 9836-7833
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Patricia Mathias Zago / presidente / <a href="mailto:patricia.ecoalize@gmail.com">patricia.ecoalize@gmail.com</a> / 44-9946-7951

- local (sede) e abrangência de atuação (região ou municípios):

Instituição	Respostas
COMAFEM	Diamante do Norte, Marilena, Nova Londrina, Porto Rico, Santa Cruz de Monte Castelo, Querência do Norte (Paraná)
GEBIO	Sede em Naviraí-MS / Centro Sul do Mato Grosso do Sul
ANGLO (Joaquim)	Sede em Foz do Iguaçu – Foz do iguaçu e região

IAP ( <i>David</i> )	Sede em Paranavaí – 29 municípios.
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Município de Nova Andradina
BIOSUL (Werner)	Sede em Campo Grande / Estado do Mato Grosso do Sul
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	São Jorge do Patrocínio
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Ilha Solteira
ICMBio-PNIG (Romano)	Sede em Umuarama / Guaíra, Altonia, São Jorge do Patrocínio, Alto Paraíso e Icaraíma no Paraná. Naviraí, Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo no Mato Grosso do Sul.
IPÊ (Jefferson)	Sede: Teodoro Sampaio / Pontal do Paranapanema (e Presidente Prudente)
CESP (Celso)	São Paulo / atuação no estado de São Paulo
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	Sede: Foz do Iguaçu / abrangência: bacia do rio Paraná 3 (BP3)
CORIPA (Erick)	Sede: São Jorge do Patrocínio / atuação: Alto Paraíso, Icaraíma, Xambrê, Esperança Nova, São Jorge do Patrocínio, Altônia, Terra Roxa e Guaíra.
UEM ( <i>professor</i> )	Maringá
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	São Jorge do Patrocínio
SEMA-RS ( <i>Paola</i> )	Sede: Porto Alegre / atuação: estado do RS
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	UEM / Maringá

- área de atuação da instituição (detalhar<sup>103</sup>):

Instituição	Respostas
COMAFEM	Pesquisa, extensão rural, licenciamento, recuperação florestal, agricultura familiar, planejamento e gestão

<sup>103</sup> Exemplos: ensino e pesquisa; extensão rural; licenciamento; fiscalização; educação; recuperação florestal (conservação e conectividade); geração de energia; produção agropecuária; agricultura familiar; produção de produtos florestais; comércio; gestão de UCs; planejamento e gestão territorial; serviço social; organização comunitária e social e etc.

	territorial.
GEBIO	Organização comunitária e social, planejamento e gestão territorial, ensino e pesquisa, recuperação florestal, gestão de UCs, produção de produtos florestais (viveiro).
ANGLO (Joaquim)	Ensino e pesquisa
IAP ( <i>David</i> )	Desenvolvimento florestal e recuperação ambiental
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Prefeitura, no município e em nível regional enquanto membro do Comitê e Consórcio Intermunicipal.
BIOSUL (Werner)	Setor sucuenergético
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Gestão das APAs, fiscalização e monitoramento, gestão de resíduos sólidos, limpeza pública, arborização urbana, paisagismo, educação ambiental e etc.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Ensino, pesquisa e extensão
ICMBio-PNIG (Romano)	Gestão de UCs federais.
IPÊ (Jefferson)	Sistemas Agroflorestais – SAF (Projeto Café com Floresta)
CESP (Celso)	Geradora de energia elétrica
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	Área fim: geração de energia / áreas meio: restauração florestal, educação ambiental, conservação de bacias hidrográficas, conservação de animais silvestres.
CORIPA (Erick)	Gestão de UCs, planejamento e gestão ambiental e territorial, logística.
UEM ( <i>professor</i> )	--
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	Atua com jovens da igreja católica, com a parte de eventos e mobilização social, em especial com instituições ambientais.
<i>SEMA-RS (Paola)</i>	Pesquisa, licenciamento, fiscalização, recuperação florestal, gestão de UCs, planejamento e gestão territorial.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Projetos e consultoria na área ambiental

- qual a estrutura institucional (ou por setor correspondente) disponível (recursos humanos; recursos físicos; recursos financeiros/orçamentários)

Instituição	Respostas
COMAFEM	Espaço físico, pessoal, equipamentos e laboratório de geoprocessamento, técnicos de campo (12)
GEBIO	Diretoria (executiva, administrativa e comunicação); conselho fiscal
ANGLO (Joaquim)	Estrutura completa (recursos humanos, físicos e financeiros).
IAP ( <i>David</i> )	01 veículo; 12 viveiros florestais (sendo 01 do Estado e 11 municipais).
Pref. Nova Andradina/Cornelia	05 funcionários
BIOSUL (Werner)	01 presidente; 01 diretor; 01 gerente; 03 funcionários e 01 escritório em Campo Grande-MS
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	06 técnicos da Secretaria; escritório; base de apoio à pesquisas; embarcação; 02 automóveis; computadores; gps; câmera fotográfica; rádio HT (03) e 01 base e ICMSEcológico (R\$ 523.000,00/mês).
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Professores e alunos (voluntários e bolsistas); salas de aula e anfiteatro para reuniões em determinados períodos; projetos de extensão da UNESP alocam pequenos recursos para os projetos.
ICMBio-PNIG (Romano)	Recursos humanos: 03 analistas ambientais, 03 administrativos, 01 piloto de barco, 01 motorista e 02 estagiários; recursos físicos: sede em Umuarama; sede e alojamento em Guaíra; alojamento em Icaraíma.
IPÊ (Jefferson)	Profissionais diversos da área de biologia da conservação, apoio político para captação de recursos e geração de políticas públicas.
CESP (Celso)	Estrutura das suas RPPNs, dos viveiros e dos reflorestamentos.
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	Divisão de Áreas Protegidas: recursos humanos.
CORIPA (Erick)	Sede em São Jorge do Patrocínio: 5 servidores, 2 veículos, 1 embarcação e parte no escritório do PNIG em Umuarama. Na forma consorciada tem acesso as bases de apoio e veículos e servidores dos municípios.
UEM ( <i>professor</i> )	Alunos para iniciação científica/mestrado; base de apoio em Porto Rico (a consultar com o NUPELIA)
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	Igreja Católica de São Jorge do Patrocínio / Pastoral da Juventude.

<i>SEMA-RS (Paola)</i>	Depende das ações a serem executadas. Pessoal: técnicos da Divisão de UCs, da Divisão de Licenciamento Florestal e equipe do Parque do Turvo; Recursos Físicos: estrutura e equipe disponível nos setores; recursos financeiros: inexistente.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Sala na UEM, mesas, armários e 27 membros.

11) como você vê o papel da Rede Gestora do Corredor?

Instituição	Respostas
COMAFEM	Como uma forma de fortalecimento da instituição.
GEBIO	Como a alma e o oxigênio para a vida do Corredor.
ANGLO (Joaquim)	Fundamental para o nosso trabalho no Corredor Santa Maria.
IAP (David)	Motivador de recuperação e conservação da biodiversidade.
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Importante instância de articulação e fonte de informação.
BIOSUL (Werner)	O Estado do Paraná participando mais do que os outros.
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Importante articulador para a proteção e preservação.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Organização e articulação de entidades no tema.
ICMBio-PNIG (Romano)	Instrumento para fomentar as relações interinstitucionais.
IPÊ (Jefferson)	Poderá se tornar um elemento de grande importância na definição de políticas públicas e a formação de corredores de biodiversidade.
CESP (Celso)	Um grupo multidisciplinar e alegre
Itaipu (Veridiana)	A Rede tem o papel de promover e facilitar a articulação das instituições parceiras.
CORIPA (Erick)	A Rede possui a capacidade de fortalecer as instituições e as suas parcerias.



UEM ( <i>professor</i> )	Primeira vez no Projeto, precisamos de mais tempo.
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	Vejo como a união de forças em prol de uma só causa.
SEMA-RS ( <i>Paola</i> )	Como uma rede de trocas de experiências e possível agente político de “pressão” para execução de ações.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Um trabalho de profissionais engajados em uma idéia que trará bons resultados para o meio ambiente.

12) como você vê o papel da sua instituição na Rede Gestora do Corredor?

Instituição	Respostas
COMAFEM	Mais uma ferramenta para o fortalecimento regional
GEBIO	Como uma peça fundamental, assim como todas as demais. Eu me sinto na obrigação de divulgar o Corredor no GEBIO.
ANGLO ( <i>Joaquim</i> )	Suporte técnico-científico no âmbito acadêmico.
IAP ( <i>David</i> )	Importante colaborador dos objetivos do Projeto.
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Instituição representativa e que tem credibilidade.
BIOSUL ( <i>Werner</i> )	Pouca disponibilidade do representante.
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Será parceira daqui adiante.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Contribuir com conhecimentos técnico-científicos
ICMBio-PNIG ( <i>Romano</i> )	Fundamental, pois trata-se de gestora de UC dentro do Corredor.
IPÊ ( <i>Jefferson</i> )	De grande importância e com grande potencial de colaboração.
CESP ( <i>Celso</i> )	Um pouco distante.
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	Participação na articulação de outras instituições; fomento à pesquisa/monitoramento da biodiversidade; restauração florestal.

CORIPA (Erick)	O CORIPA representa um significativo trecho do remanescente do rio Paraná e possui 17 anos de experiência no tema.
UEM ( <i>professor</i> )	Maior no nível acadêmico
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	Unindo forças onde juntos possamos tornar o trabalho mais valorizado.
SEMA-RS ( <i>Paola</i> )	Como órgão estadual responsável pela gestão ambiental, é importante pelo papel de transformar propostas em políticas públicas.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Como conscientizadores e propagadores da ideia

13) como você vê o seu papel na Rede Gestora do Corredor?

Instituição	Respostas
COMAFEM	Um colaborador
GEBIO	Como uma peça fundamental, assim como todos os demais.
ANGLO (Joaquim)	Articulador e motivador do grupo de Foz do Iguaçu.
IAP ( <i>David</i> )	Colaborar com o Projeto no sentido de recuperar e conservar a biodiversidade, visando sustentabilidade.
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Colaboração técnica, facilitadora de interlocuções regionais e setoriais.
BIOSUL (Werner)	Gostaria de participar mais ativamente. Vários outros compromissos me impedem.
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Participação para levar o Projeto ao município.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Tornar essa contribuição em ações operacionais e ajudar na ampliação da participação de outros professores e alunos
ICMBio-PNIG (Romano)	Participar ativamente das atividades propostas, contribuindo com nossas experiências.
IPÊ (Jefferson)	Acredito que posso colaborar, além de outros aspectos, na produção sustentável das áreas agrícolas do entorno.

CESP (Celso)	--
Itaipu (Veridiana)	Contribuindo com informações da mina área de atuação, produção de mudas e restauração florestal, bem como fomento à pesquisa e também reportar às gerências as decisões da Rede, além de gerenciar dentro da instituição que represento as solicitações de apoio.
CORIPA (Erick)	Eu participei de todo o processo de criação do Corredor, do Grupo de Trabalho. Eu posso reproduzir a experiência do CORIPA de articulação institucional para uma escala maior no Corredor.
UEM (professor)	Agregar conhecimento acadêmico nas tomadas de decisão.
Pastoral da Juv. (Franciele)	Vejo que posso ser útil, com sugestões e disponível a trabalhos como mobilização social.
SEMA-RS (Paola)	Articuladora. Fazer a ponte entre o que está sendo proposto e o que a SEMA excuta ou pode vir a executar.
Ecoalize (Patricia)	Como responsável por disseminar a idéia em nossa instituição e nossos parceiros.

14) em relação ao papel da Rede Gestora, você sugere alguma mudança ou caminho a ser seguido?

Instituição	Respostas
COMAFEM	Não.
GEBIO	Que cada instituição leve ao seu segmento para conhecer o que é o Corredor e envolvê-los de alguma forma.
ANGLO (Joaquim)	Treinamento e capacitação constante.
IAP (David)	Ainda estou em inteirando, por enquanto nenhuma mudança.
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Manter ativa por meio de motivação, usando recursos como grupos de discussão eletrônica ou chats.
BIOSUL (Werner)	Envolver o IMASUL, órgão responsável pelo meio ambiente no Mato Grosso do Sul

<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Manter os governantes informados.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Nesta fase está no caminho certo. No futuro deve buscar ter ações mais operacionais, de contribuir no ordenamento.
ICMBio-PNIG (Romano)	Fortalecer a comunicação entre os parceiros, para maior troca de conhecimentos.
IPE (Jefferson)	Não.
CESP (Celso)	Acho que temos que atuar mais, nos dois extremos (sul e norte).
Itaipu (Veridiana)	Mais uma reunião geral no meio do Projeto.
CORIPA (Erick)	A Rede deve ficar em: 1. Publicidade; 2. Reunir embasamento técnico-científico; 3. Atuar como catalizador de ações em andamento; 4. Sensibilizar a população para a importância do corredor; e 5. Criação de uma Fundação Rio Paraná.
UEM (professor)	Considerar também os ecossistemas aquáticos nos trabalhos. Por exemplo, a planície de inundação do Rio Paraná (em relação aos trabalhos que já foram feitos pelo NUPÉLIA).
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	Sugiro mais disponibilidade dos órgãos estaduais e municipais envolvidos com as causas ambientais.
<i>SEMA-RS (Paola)</i>	Preciso me inserir melhor no processo para poder responder a pergunta.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Não.

15) o corredor de biodiversidade do Rio Paraná, como vem sendo proposto, apresenta condições de fomentar a conservação da biodiversidade? Se sim, cite alguns.

Instituição	Respostas
COMAFEM	Sim. Com ações como SAFs e o apoio que pode dar às unidades de conservação.
GEBIO	Sim. Principalmente se ocorrer o envolvimento do setor empresarial e rural e investir no Corredor.
ANGLO (Joaquim)	Sim. Envolvimento dos atores, educação e principalmente o estudo.

IAP ( <i>David</i> )	Sim. A importância da conectividade dos fragmentos florestais.
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Sim. Pois quando se chama a atenção dos atores sociais quanto a importância de uma região, esses se tornarão defensores da ideia.
BIOSUL (Werner)	Sim. Irá integrar os demais agentes dentro do Corredor.
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Sim. Reconhecimento da área no município para atrair pesquisadores e parceiros.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Sim. Somente o fato de fomentar a articulação das entidades já é um grande ganho e que resultará em benefícios futuros
ICMBio-PNIG (Romano)	Sim. Incrementando corredores, criando mosaicos, atraindo parceiros da comunidade científica e financiadores e conscientizando a comunidade.
IPE (Jefferson)	Sim. Proteger importantes áreas de biodiversidade, aumentar o fluxo gênico, maior responsabilidade e atuação dos órgãos governamentais e da sociedade civil nessa área.
CESP (Celso)	Creio que é um marco que pode fomentar a conservação da biodiversidade.
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	Sim. A delimitação do corredor cria um elo entre as instituições, além das ações físicas de conservação como os SAFs e os processos de restauração florestal e ligação de fragmentos.
CORIPA (Erick)	Sim, com corredores ecológicos, diminuindo o impacto da matriz com a criação de SAFs, impedir novas hidrelétricas, ampliar a educação ambiental e promover disseminação de informações.
UEM ( <i>professor</i> )	Primeira vez no Projeto, precisamos de mais tempo.
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	Sim. Porém sempre devemos estar buscando novas soluções para resolução dos problemas cotidianos, se policiando para não se acomodar e buscando estar dentro do uso de novas tecnologias que contribuam melhor para o trabalho.
SEMA-RS ( <i>Paola</i> )	Sim. Definindo objetivos comuns que orientam as ações de diversas instituições. Exemplo: definido procedimento/fluxo para recuperação de áreas visando a conectividade de ambientes.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Sim. Através da conscientização propagar informação sobre esse trabalho, fazendo com que essa ideia esteja presente no dia-a-dia das empresas.

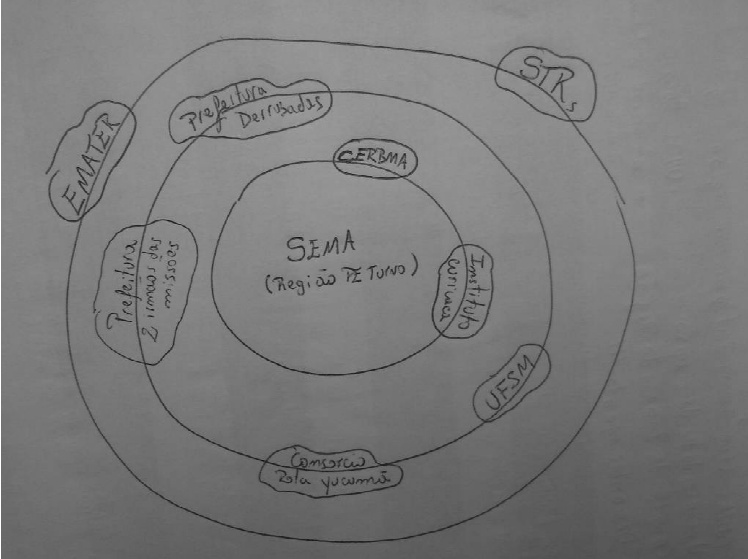
16) o corredor de biodiversidade do Rio Paraná, como vem sendo proposto, apresenta condições de fomentar ações de desenvolvimento (produtivo, econômico e/ou social)? Se sim, cite alguns.

Instituição	Respostas
COMAFEM	Sim. SAFs; capacitação para produtores rurais; ações de turismo e etc.
GEBIO	A transmissão de conhecimentos entre diversos segmentos faz com que o desenvolvimento econômico, social e produtivo possa ocorrer de forma equilibrada.
ANGLO (Joaquim)	Sim. Creio que os SAFs serão uma das ações para o desenvolvimento e envolvimento das comunidades com o corredor.
IAP ( <i>David</i> )	Sim. Através dos SAFs e agrosilvicultura, visando sustentabilidade socioeconômica e ambiental.
Pref. Nova Andradina/Cornelia	Sim, pois qualificando os atores sociais e motivando é possível obter resultados, facilitando a busca por recursos
BIOSUL (Werner)	Sim. Propondo através de seus membros, ações que fomentem a produção agrícola, principalmente, junto aos pequenos produtores.
<i>Pref. São Jorge P. (Elida)</i>	Sim. Implantação dos SAFs, aumento da renda do agricultor familiar, diversificação de culturas.
UNESP Ilha Solteira, Lázaro	Precisava ter um escopo mais operacional, com mais recursos para investir em ações diretas ou então articular-se com entidades ou organizações que tem essa atuação e os recursos (como comitês de bacia, comitês territoriais e etc).
ICMBio-PNIG (Romano)	Sim, SAFs e incentivo à visitação.
IPE (Jefferson)	Sim. Na questão produtiva pode criar áreas sazonais de produção, melhorar o acesso a técnicas produtivas nativas de boa rentabilidade, melhorando a qualidade de vida dos atores sociais.
CESP (Celso)	Sim. Os dados acumulados devem ser mais divulgados.
Itaipu ( <i>Veridiana</i> )	A proposição de SAFs pode ser um fator de desenvolvimento, mas para mim ainda não está claro os resultados desta iniciativa, pois é minha primeira participação na Rede.

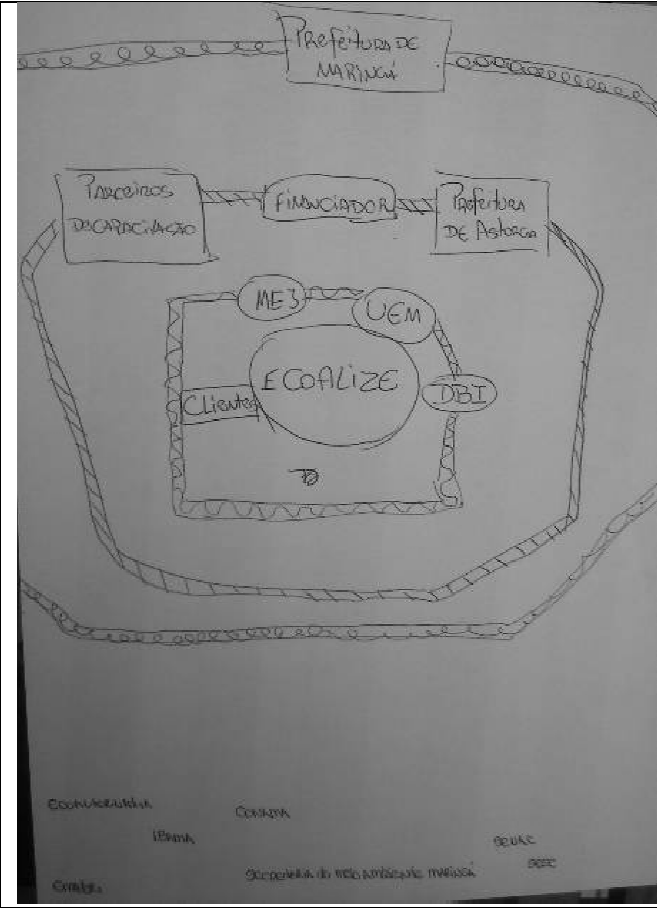
CORIPA (Erick)	Sim, SAFs e incentivo ao produtor rural.
UEM ( <i>professor</i> )	Primeira vez no Projeto, precisamos de mais tempo.
<i>Pastoral da Juv. (Franciele)</i>	--
SEMA-RS ( <i>Paola</i> )	Do mesmo modo da pergunta anterior.
<i>Ecoalize (Patricia)</i>	Sim, pois com a conscientização de projetos como esse, que parecem ser pequenos, pode-se mudar muita coisa em nosso meio.

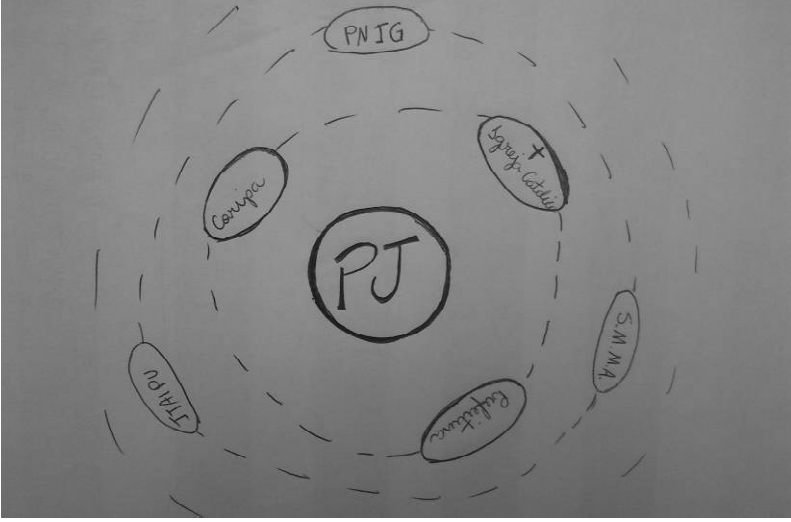

**Projeto Ações de governança territorial da Rede Gestora do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná**

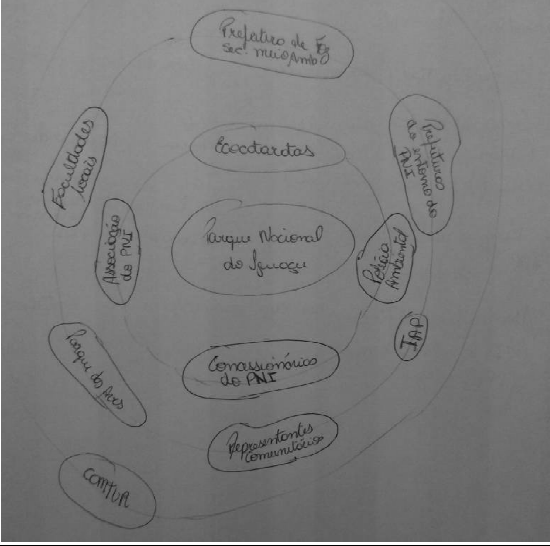
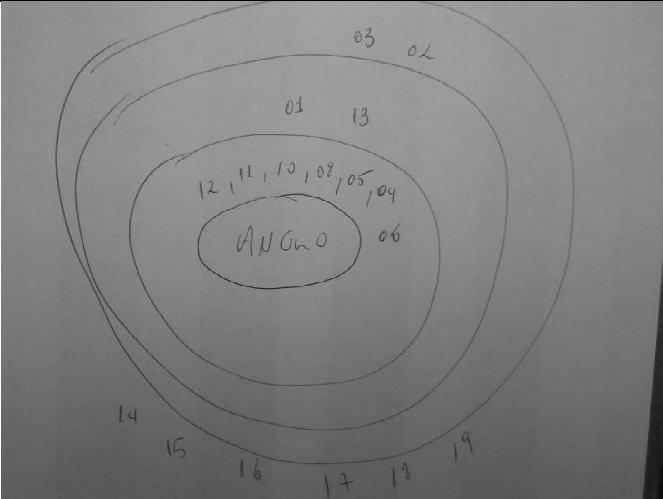
Ficha de Mapeamento Institucional – Atividade A.2.1.2. - continuação

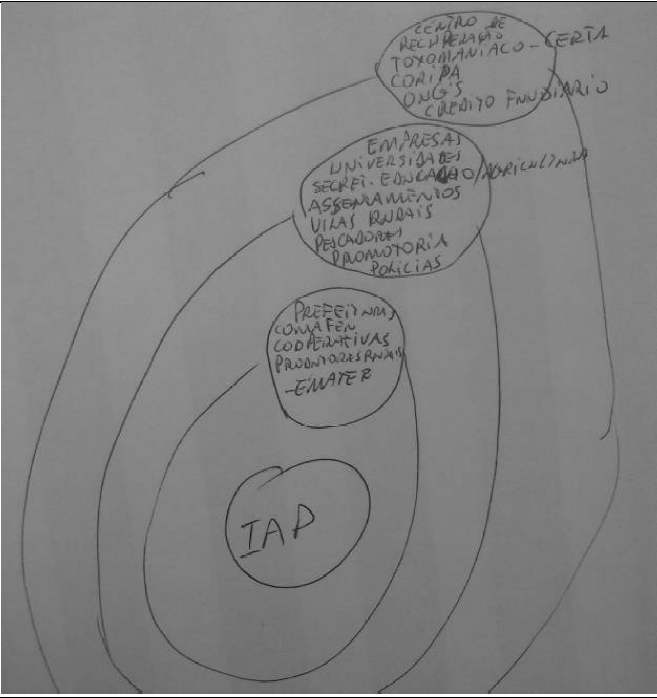
Instituição	Parceiros institucionais	Parceiros em potencial	Diagrama de relacionamentos institucionais
SEMA/RS em relação ao Parque Estadual do Turvo	CERBMA; Prefeitura de Derrubadas; Consórcio Rota Yucumã; Prefeitura de Dois Irmãos das Missões (REBIO Moreno Fortes); Emater; Sindicatos Rurais da Região; UFSM (Campus Frederico Westphalen); Instituto Curicaca.	FUNAI; Universidades da Região; Comitê de Bacia da Região; ONGs locais; Consórcios de Produção de Energia (PCHs e UHEs)	

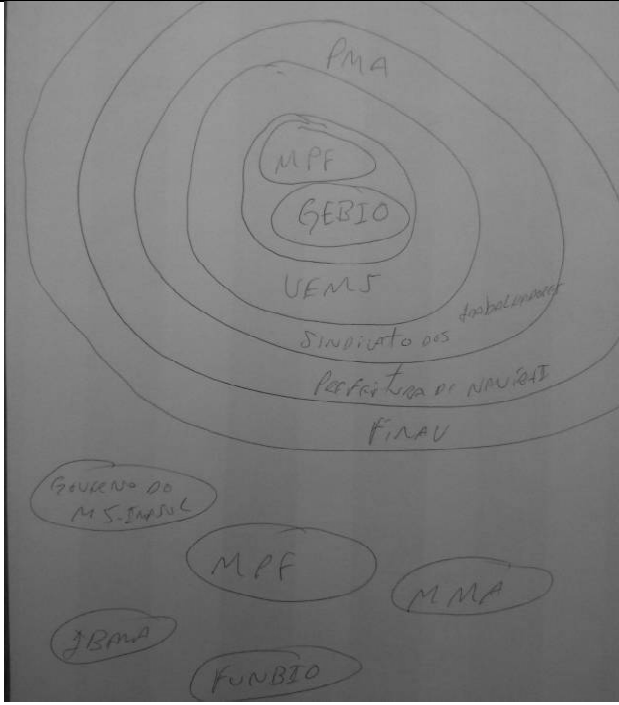



<p>EcoAlize</p>	<p>Movimento das Empresas Jr; UEM; DBI, financiadores; clientes; parceiros de capacitação; Prefeitura de Maringá; Prefeitura de Astorga</p>	<p>Ecoalternativa; IBAMA; EMATER; CONAMA; Secretaria de MA de Maringá; SENAC; SESC</p>	 <p>The diagram illustrates the EcoAlize network structure. At the top, 'Prefeitura de Maringá' is connected to 'Parceiros de Capacitação' and 'Financiador', which in turn connect to 'Prefeitura de Astorga'. A central box contains 'ME3', 'UEM', 'DBI', 'Clientes', and 'ECOALIZE'. Below this, a list of organizations is shown: Ecoalternativa, IBAMA, CONAMA, Secretaria de Meio Ambiente de Maringá, SENAC, and SESC.</p>
-----------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

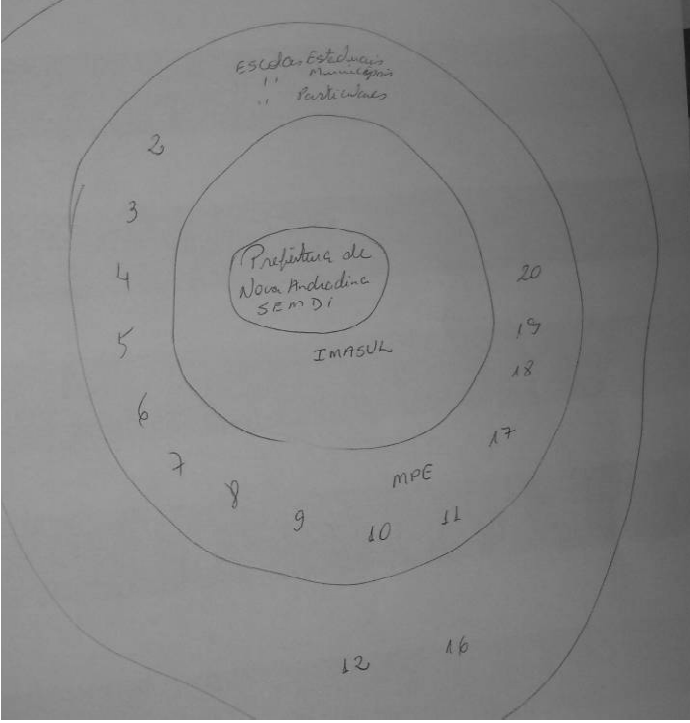
<p>Pastoral da Juventude</p>	<p>CORIPA; Prefeitura; Igreja Católica; PNIG; Secretaria de MA; Itaipu</p>	<p>UEM; UNIPAR</p>	
<p>UEM</p>	<p>UEM; INPE; CAPES; CNPQ; Itaipu</p>	<p>Nenhum, talvez CORIPA</p>	

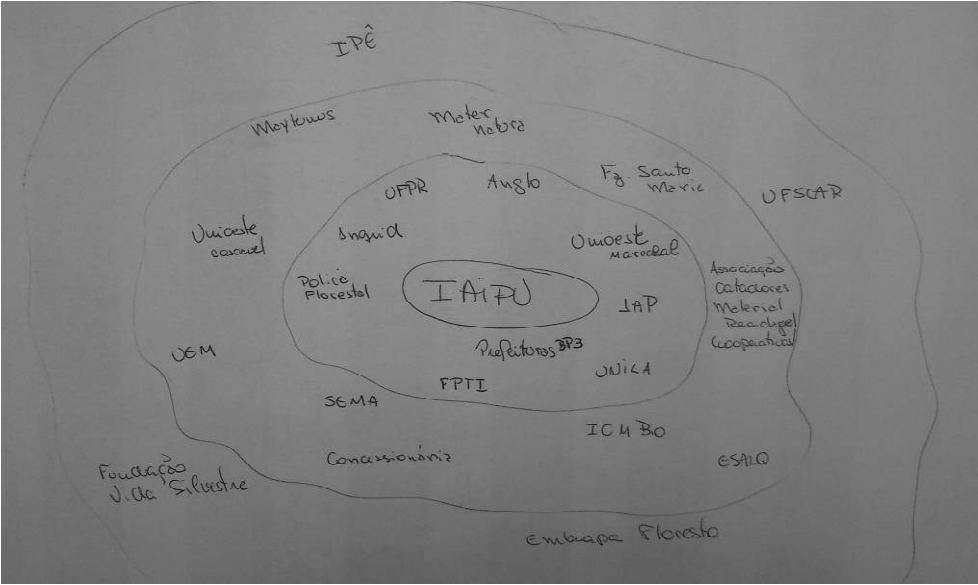
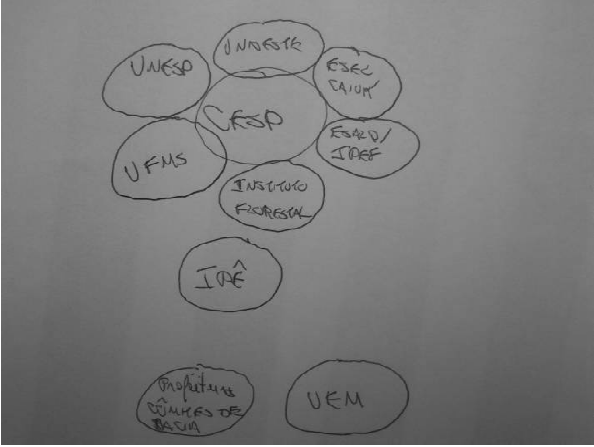
PNI	<p>Prefeitura de Foz do Iguaçu (Secretaria de MA, Coletivo Educador); Prefeituras dos Municípios do entorno do PNI; Faculdades Locais (UDC, Anglo); conselheiros do conselho do PNI; Ecocataratas (financiador); Concessionárias do PNI; Parque das Aves; IAP; Polícia Ambiental; COMTUR; Associação do PNI</p>	<p>Associação de moradores dos municípios do entorno; UTFPR (campus Medianeira); IFPR (campus Foz do Iguaçu)</p>		
Anglo	<p>1. Itaipu; 2. Mater Natura; 3. Maytenus; 4. PNI; 5 e 6. Secretaria de MA de Foz do Iguaçu; 7. Prefeitura de São Miguel do Iguaçu; 8. Prefeitura de Santa Terezinha; 9. Fazenda Santa Maria; 10. Fazenda Keller; 11. Fazenda Bortolini; 12. Parque das Aves; 13. UniCentro;</p>	<p>14. IPÊ; 15. UEM; 16. UFPR; 17. FunBIO; 18. CORIPA; 19. COMAFEN</p>		

<p>IAP</p>	<p>Prefeituras; COMAFEN; Cooperativas de Produtores Rurais; Emater; Empresas; Universidades; Secretarias de Educação e colégio agrícola/Agricultura; Vilas Rurais; Pescadores; Promotoria; Policiais; Centro de Recuperação Toxicomania; CORIPA; ONGs; Crédito Fundiário.</p>	<p>Ainda não</p>	 <p>The diagram consists of several concentric circles. The innermost circle is labeled 'IAP'. The next ring contains three circles: 'PREFEITURAS, COMAFEN, COOPERATIVAS, PRODUTORES RURAIS, EMATER'. The outer ring contains three larger circles: 'EMPRESAS, UNIVERSIDADES, SECRET. EDUCACAO, ASENTAMENTOS, VILAS RURAIS, PESCADORES, PROMOTORIA, POLICIAS', 'CENTRO DE RECUPERACAO TOXICOMANIA - CERTA, CORIPA, ONGS, CREDITO FUNDIARIO', and 'AGRICULTURA'.</p>	
------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--


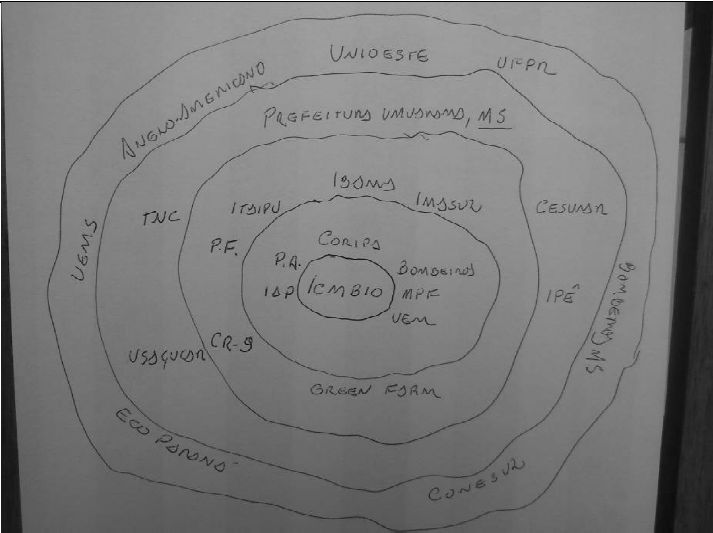
GEBIO	Prefeitura de Naviraí; Ministério Público (financiador); Sindicato dos Trabalhadores; FINAV; UEMS; PMA-Naviraí	MMA; MPF; IMASUL; IBAMA e FunBIO	
COMAFEN	1. CORIPA; 2. CIBAX; 3. IAP; 4. UEM; 5. Mater Natura; 6. Ministério Público; 7. ICMBio; 8. APA Federal; 9. PM de Diamante do Norte; 10. PM de Marilena; 11. PM de Nova Londrina; 12. PM de Porto Rico; 13. PM de Loanda; 14. PM de Querência; 15. PM de Santa Cruz; 16. PM de Itaúna do Sul; 17. PM de Planaltina	18. Corpo de Bombeiros; 19. Polícia Ambiental	


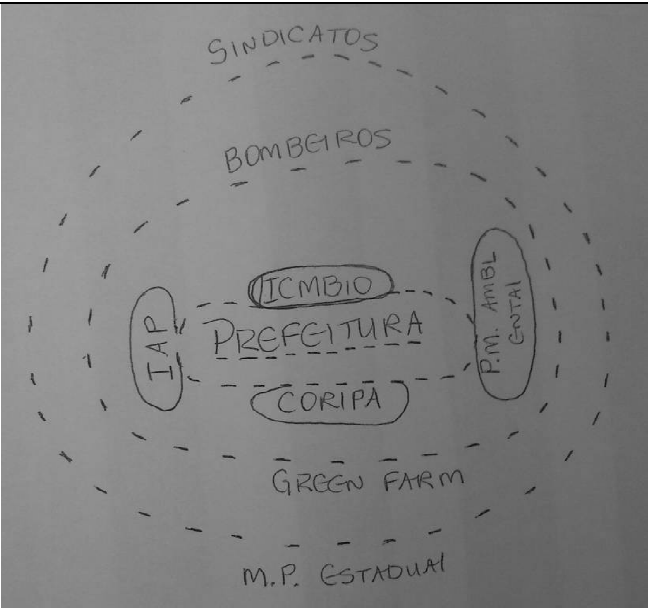
CORIPA	<p>PNIG; COMAFEN; Prefeituras (Alto Praíso, Icaraíma, Xambrê, Esperança Nova, São Jorge do Patrocínio, Altônia, Terra Roxa e Guaíra); Pastoral da Juventude; UEM; UNIOESTE; IAP; Defesa Civil; Polícia Ambiental; Bombeiros; Itaipu; NWGeo; Bioma; Emater; Usaçucar; Unipar; GreenFarm; Mater Natura; Codapar; Seab; Sema; Igreja Católica.</p>	<p>Retur; APA Federal; ConeSul; Cibax; PM de Umuarama; REBIO Perobas; Fafipa; Ministério Público; Bancos; Cooperativas de Crédito; Copel; EcoParaná</p>	
--------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

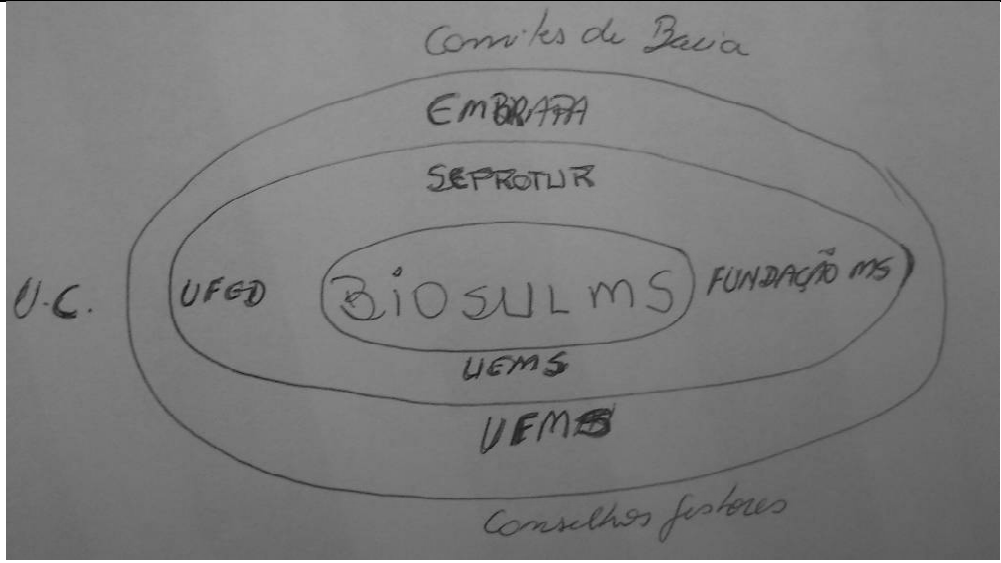
PM de Nova Andradina	<p>1. IMASUL; 2. IFMS; 3. Agraer; 4. ProJovem; 5. UFMS; 6. UEMS; 7. Fatec; 8. Bombeiros; 9. Polícia Ambiental; 10. BioSul; 11. Ministério Público Estadual; 12. Ministério da Justiça (fundo de direitos difusos, financiador); 13. Escolas Municipais; 14. Escolas Estaduais; 15. Escolas Particulares; 16. IaGro; 17. Mater Natura; 18. Comitê da Bacia do Rio Ivinhema; 19. Apri; 20. CODEVALE</p>	<p>1. FNMA; 2. TNC; 3. SOS Mata Atlântica</p>	
----------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

Itaipu	IAP; UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon); Prefeituras da Bacia do Paraná 3 (29 municípios); Anglo Americano; UFPR; Dra. Ingrid P. Robinson (pesquisadora informal); UNIOESTE (Cascavel); Esalq (informal); Polícia Ambiental; SEMA; Rodovia Cataratas (concessionária); ICMBio (PNIG e PNI); Embrapa Florestas; Mater Natura; Maytenus; UEM; Fazenda Santa Maria (RPPN); Fundação do Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI); UNILA; Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis	UFSCAR; IPÊ; Fundação Vida Silvestre (Argentina)	
CESP	Prefeituras; CBH Porto Primavera; CBH Aguapeí; UNESP (Ilha Solteira e Presidente Prudente); ESALQ; IPEF; Unioeste; ESEC Caiuá; Instituto Florestal; UFMS (Três Lagoas); IPÊ; UEM	Não me lembro	



IPÊ	<p>Formais: BNDES (financiador); Petrobrás (financiador); Duke Energy; ESEC Mico-leão-preto; CESP; ETEC (Centro Paula Souza); Comitê de Bacias. Informais: COCAMP/MST; CERB/MST; PM de Teodoro Sampaio; CODETER (Pontal do Paranapanema); INCRA; ITESP.</p>	<p>ETH; UNESP (Presidente Prudente); Parque Estadual do Morro-do-diabo; polícia ambiental.</p>		
PNIG / ICMbio	<p>CORIPA; Polícia Ambiental (PR e MS); Bombeiros. PM de Umuarama, Naviraí, Itaquiraí, Eldorado, Mundo Novo; Ministério Público Federal; IBAMA; UEM; IMASUL; Usaçucar (financiador); Itaipu; TNC; Cesumar; Polícia Federal; IPÊ; GreenFarm</p>	<p>Unioeste; UFPR; Anglo Americano; UEMS; Bombeiros (MS); ConeSul; Ecoparana (SETUR)</p>		

UNESP (Ilha Solteira)	CESP (SAFs); PROEX/Unesp (financiador dos projetos de extensão); CNPq (financiador de pesquisa); COATER/INCRA (pontual); ITESP (pontual); CATI; Grupo de Mulheres; IPÊ; Mater Natura	Comitê do Território Noroeste Paulista.		
PM São Jorge do Patrocínio	ICMBio; CORIPA; IAP; Polícia Ambiental; Sindicato Trabalhadores Rurais; Sindicato Rural (patronal); Bombeiros; Ministério Público Estadual; GreenFarm	--		

BioSul	Embrapa; UFED; UEMS; Fundação MS; UFMS; Secretaria de Produção do MS (SEPROTUR)	Comitês de Bacia; conselhos gestores; unidades de conservação	
--------	------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

## APÊNDICE - Síntese da análise de conteúdo e observação direta das reuniões da Rede Gestora

ano	etapa do planejamento	data da reunião	local da reunião	tipo de reunião	pauta	principais encaminhamentos	apontamentos da observação direta das reuniões
2010	elaboração	25, 26 e 27 de outubro	Porto Primavera, CESP, centro de treinamento	ordinária e geral	I - oficina com os consorciados: revisão dos encaminhamentos do I encontro dos consorciados em relação a cada atividade do Projeto PDA/MMA e sua situação de execução; encaminhamentos e avaliação; II - primeira reunião da Rede: visão geral do projeto PDA/MMA; papel da Rede Gestora no escopo do projeto PDA/MMA; levantamento de expectativas dos convidados em relação ao Projeto PDA/MMA e sua participação na Rede; primeiros passos de formação da Rede; encaminhamentos; e visita ao viveiro de mudas da CESP.	I - diversos encaminhamentos operacionais do Projeto, no sentido de dar continuidade com as ações previstas e controle de prazos de entrega dos produtos de cada consorciado; busca por definições junto ao MMA sobre a institucionalização do corredor e articulação com parceiros "extra corredor", a exemplo do Corredor Araucária; avaliação da oficina, com destaque as palavras: produtivo, elucidativo, animado, conhecer todos presencialmente, entusiasmo, acolhida, desafio e motivação; II - as expectativas dos parceiros envolvem os temas: gestão de UC (qualificar seus instrumentos, especialmente o conselho), ampliação dos consórcios intermunicipais, articulação no contexto territorial (territórios da cidadania e comitê de bacia); recuperação da propriedade rural, reserva legal e recuperação florestal (SISLEG e PRASA), diagnóstico ambiental (geração e socialização de informações). quanto a formação da Rede: mapeamento de relacionamentos institucionais e perfil dos membros (articuladores-participantes, participantes e parceiros); atuação regionalizada da Rede ("recortes", hoje porções); primeiras definições sobre o funcionamento da Rede (encontros e contatos a distância)	é considerada a primeira reunião da Rede, momento da sua concepção (tamanho, divisão, membros e funcionamento), pensada junto com as instituições convidadas nesta reunião (chamados de "grupo articulador" da Rede); preocupação com a história de vida dos presentes, busca pela relação de pertencimento com o Projeto, expectativa de execução compartilhada; discussão sobre limites e possibilidades do Projeto PDA/MMA e governança; levantamento das expectativas das pessoas, demonstrando a intenção de construção de uma relação de troca;
2011	elaboração	14, 15 e 16 de fevereiro	Foz do Iguaçu, Itaipu Binacional, Refúgio Bela Vista e PNI	extraordinária (consorciados do Projeto PDA 445-MA e Grupo de Trabalho)	I - estruturação do banco de dados do Projeto PDA/MMA (instruções/treinamento, elaboração da sua estrutura); II - reunião do GT do Corredor (acertos e ajustes do Projeto); III - apresentação do Projeto para convidados no PNI	I - procedimento e passos para estruturação do banco de dados (coleta e organização da informação, publicação e criação de um site) e definição das responsabilidades em cada etapa; II - definição dos ajustes de cada atividade, sendo: dos passos para o planejamento do Corredor com a Rede Gestora (formato de 03 oficinas regionalizadas de trabalho para definir os limites do Corredor e seu zoneamento); da estratégia de comunicação; do envolvimento e comprometimento dos consorciados com o Projeto PDA/MMA; definição sobre o conceito de corredor de biodiversidade e seus aspectos legais.	demonstração de preocupação quanto a integração dos consorciados na execução das ações e produtos previstos no edital PDA; necessidade de esclarecimento sobre o conceito e entendimento dado ao Corredor de Biodiversidade, com contato feito com representante do ICMBio em BSB, mas sem esclarecimento institucional quanto ao entendimento.

ano	etapa do planejamento	data da reunião	local da reunião	tipo de reunião	pauta	principais encaminhamentos	apontamentos da observação direta das reuniões
	elaboração	06 e 07 de abril; e 11 e 12 de abril	Foz do Iguaçu, PARNA do Iguaçu (ICMbio); e ESEC do Caiuá (IAP), Diamante do Norte	ordinária e local (porção SUL e CENTRO-NORTE)	boas vindas; acordos de convivência; projeto PDA/MMA (o que temos até aqui, o que precisamos e o passo seguinte); conceito e metodologia do Projeto PDA/MMA; planejamento do Corredor (princípios e critérios, elementos de um corredor e planejamento, sendo definição de limites e áreas prioritárias; plano de gestão bioregional); encaminhamentos e avaliação da Oficina.	Primeiro desenho de limites do Corredor e seu zoneamento (definição das áreas prioritárias); definição de ações no Plano de Gestão Bioregional (plano único com ações divididas nas 03 porções do Corredor de Biodiversidade) com seus respectivos responsáveis; definição dos próximos passos (2 reuniões extraordinárias do GT Corredor e a última Oficina de consolidação da Rede Gestora); avaliação das oficinas, surgindo palavras para o item "que bom": moderação e logística (boa), resultados alcançados, continuidade, disposição, muitos participantes (boa interação), entusiasmo com o Projeto PDA/MMA, grupo descontraído, trabalho prazeroso, boas ideias; item "que pena": não conhecemos o local da reunião (UCs, fazendo trilhas), os limites pré-estabelecidos para o corredor no edital sem fundamentação técnica; faltaram algumas instituições (IF, SEMA, ITESP e institutos de pesquisa), pouco tempo para amadurecer algumas informações, a falta dos mapas temáticos para ajudar nas definições.;	Oficinas conduzidas por moderador e com utilização e adequação de metodologias participativas (enfoque participativo e PCA); bom nível de detalhamento das etapas percorridas e sistematização dos resultados obtidos nas oficinas; definição de limites e áreas prioritárias fundamentados em critérios, potencialidades e fragilidades pré-estabelecidos; clima de descontração e dedicação integral dos presentes.
2012	elaboração	02 e 03 de maio	Nazaré Paulista, sede do IPÊ	extraordinária (consorciados do Projeto PDA 445-MA e Grupo de Trabalho)	I. Sistematizar as informações referentes à definição dos limites do corredor de biodiversidade do Rio Paraná e suas áreas prioritárias (potenciais corredores ecológicos), atribuição do Grupo de Trabalho do Corredor instituído no escopo da Rede Gestora (GT corredor); II. Apresentar a proposta do Projeto que será enviada ao edital 02/2012 do Funbio, bem como, efetuar eventuais ajustes e correções; e III. Indicar um membro da Rede Gestora como a instituição proponente do edital do Funbio e aprovar o escopo do projeto que será enviado.	Com base nos documentos oriundos do trabalho e das deliberações das reuniões anteriores da Rede, o GT do Corredor consolidou a proposta de definição dos limites do Corredor, indicando ainda o desenho das suas áreas prioritárias. todo o consolidado será apresentado na próxima reunião ordinária da Rede para aprovação; Apresentação de uma prévia do projeto que será encaminhado ao edital 02/2012 do FunBIO (essa prévia segue para contribuição dos demais membros da Rede); indicação do Mater Natura como a instituição a ser proponente da proposta de projeto a ser enviado ao edital do 02/2012 do FunBIO;	Estiveram presentes apenas o conjunto das instituições consorciadas da Rede Gestora (o qual forma seu comitê executivo), conforme estabelecido no projeto PDA 445-MA, aproveitando a logística de trabalho do GT do Corredor. Contudo, os pontos encaminhados dependerão da manifestação dos demais membros da Rede (seja virtual ou presencialmente), fato que sinaliza preocupação com o processo de tomada de decisão junto aos membros da Rede, bem como, sua relação com a transparência das suas ações. foi a reunião com menor quórum, sendo reunião destinada, especialmente, aos membros do GT do Corredor. sua execução em local fora do Corredor foi justificada pela necessidade do uso de equipamentos de SIG, disponíveis na sede do IPÊ.

ano	etapa do planejamento	data da reunião	local da reunião	tipo de reunião	pauta	principais encaminhamentos	apontamentos da observação direta das reuniões
	elaboração	13 e 14 setembro	Foz do Iguaçu, Itaipu Binacional, Refúgio Bela Vista	ordinária e geral	<p>I. Apresentação dos resultados e produtos do Projeto PDA/MMA;</p> <p>II. Discussão e deliberação sobre os “próximos passos” e a continuidade das ações da Rede Gestora do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná, tendo em vista a finalização do Projeto PDA/MMA em novembro de 2012;</p> <p>III. Encerramento e encaminhamentos da reunião.</p>	<p>cobrar posicionamento do MMA em relação à institucionalização do Corredor, explicitando a vontade da Rede em continuar com o trabalho; realizar cerimônia pública de entrega dos produtos do Projeto PDA/MMA; buscar a institucionalização com apoio de outros parceiros (reserva da biosfera); decisão que o trabalho da Rede continua, independente do Projeto PDA/MMA e da institucionalização do Corredor; alteração do comitê-executivo da Rede, sendo formado pela representação das ONGs que são membros da Rede; buscar recursos financeiros para dar continuidade aos trabalhos da Rede (enviar propostas para o edital 02/2012 e 04/2012 do FUNBIO e para o Fundo Estadual de MA do PR, sendo esta última em parceria com a REGE do Corredor das Araucárias); continuar com as ações do Plano de Gestão Bioregional, tendo em vista que a maioria delas já são executadas pelos membros da Rede, ficando a cargo da Rede potencializar tais ações fomentando sua execução de forma conjunta e integrada.</p>	<p>foram criados 4 grupos de trabalho para escrever e enviar as propostas para o edital 02 e 04/2012 do FUNBIO. apenas o GT do edital 02 conseguiu fechar uma proposta e enviá-la; explícita disposição em continuar com o trabalho (reuniões da Rede) mesmo sem o financiamento do Projeto PDA; mais de uma estratégia de busca de recursos para manter a atuação da Rede; sensação de dever cumprido e satisfação com os resultados alcançados.</p>

ano	etapa do planejamento	data da reunião	local da reunião	tipo de reunião	pauta	principais encaminhamentos	apontamentos da observação direta das reuniões
2013	execução	22 a 24 de maio	Diamante do Norte, ESEC Caiuá (IAP)	ordinária e geral	<p>I. Boas Vindas (ESEC do Caiuá);</p> <p>II. Apresentações dos presentes e Acordos de Convivência;</p> <p>III. Apresentação dos produtos gerados com o Projeto PDA 445-MA;</p> <p>IV. Apresentação do novo projeto aprovado (FUNBIO);</p> <p>V. Mapeamento institucional (no âmbito de cada instituição e no âmbito da Rede);</p> <p>VI. Próximos Passos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- cronograma de execução do Projeto FUNBIO;</li> <li>- avaliação e ajustes do Plano de Gestão Bioregional (momento capacitação);</li> </ul> <p>VII. Encerramento e encaminhamentos da reunião.</p>	<p>a definição conceitual "de que o Corredor de Biodiversidade é um instrumento de planejamento territorial, com caráter político e institucional (mediado pela figura da sua Rede Gestora), o qual busca fortalecer os processos de articulação interinstitucional no contexto territorial."; em relação a apresentação do novo projeto: buscar e fortalecer estratégias de comunicação, especialmente nos períodos entre reuniões presenciais; estruturar a base de dados on-line; que a publicação que é meta de projeto seja pensada em forma de encartes; retomar as discussões sobre o processo de institucionalização do Corredor; manutenção dos 3 eixos temáticos do plano de gestão bioregional participação e articulação institucional; segurança alimentar (SAF); e conservação (aumento de cobertura florestal e conectividade); a centralidade do novo projeto envolve "fortalecer os processos de governança territorial da Rede Gestora, através da articulação institucional e fortalecimento dos atores da Rede."; destaque para o mapeamento institucional, que envolve um estudo das relações institucionais da Rede Gestora, sendo proposta em dois momentos: A. Estudo das relações intra-institucionais (de cada instituição que participa da Rede); e B. Estudo das relações interinstitucionais (se referindo a Rede propriamente dita). Ocorreu a definição conjunta do calendário de reuniões da Rede no contexto do Projeto Funbio (aspecto que demonstra inserção da Rede na tomada de decisão sobre as atividades previstas no Projeto); inserção de uma nova dinâmica de reunião (momentos de capacitação), no caso, foi a avaliação e re-planejamento das ações do Plano de Gestão Bioregional</p>	<p>inaugura um segundo ciclo de trabalho e atuação da Rede Gestora, o qual se insere no contexto de um segundo Projeto aprovado. A aprovação do referido projeto foi motivada pela própria Rede Gestora, atendendo a sua estratégia de continuidade prevista na última reunião ordinária da Rede em 2012. os protocolos de condução das reuniões continuam os mesmos, baseados na apresentação dos presentes e a construção dos acordos de convivência, apresentação da agenda da reunião, utilização de ferramentas do enfoque participativo (visualização móvel). Projeto Funbio se apropria de algumas ações e estruturas de trabalho do antigo Projeto, o que explicita a intenção sobre garantir a continuidade do processo, com pequenos ajustes surgindo na medida em que novos atores se aproximam. aqui surge uma das ferramentas de coleta de dados da pesquisa, o mapeamento institucional. A avaliação da reunião sinaliza apontamentos sobre a satisfação em "nos encontrarmos novamente", destaca o sentimento de motivação na retomada dos trabalhos e outras coisas mais (ver avaliação).</p>

ano	etapa do planejamento	data da reunião	local da reunião	tipo de reunião	pauta	principais encaminhamentos	apontamentos da observação direta das reuniões
		03 de setembro	Foz do Iguaçu, PARNA do Iguaçu (ICMbio);	ordinária local SUL	<p>I. Boas Vindas (PARNA Iguaçu);</p> <p>II. Apresentações;</p> <p>III. Panorama do Corredor (Projeto PDA 445-MA; e projeto FUNBIO);</p> <p>IV. Agenda porção sul;</p> <p>- projeto marco;</p> <p>- relatos reunião local (corredor Santa Maria);</p> <p>- corredor trinacional</p> <p>V. Assuntos gerais</p> <p>- Estrada do colono</p> <p>VI. Encerramento e encaminhamentos da reunião.</p>	<p>Desenhar uma possível ação integrada entre o Projeto Marco e a rede gestora/corredor; Próxima reunião local – apresentação do projeto marco, com vistas a sua aproximação formal; foi traçada uma Estratégia para reativar o comitê gestor do Corredor Santa Maria (via conselho do PNI, uma vez que não se tem posição do ICMBio sobre sua responsabilidade) e inicia-se as tratativas para cobrar do IAP e Ecocataratas a elevação do viaduto na BR-277, parte da condicionante da concessão; quanto ao corredor trinacional, foi criado o GT Trinacional no âmbito da Rede Gestora do Corredor – para resgatar os documentos e o processo histórico de discussão sobre a implantação de um corredor trinacional. Quanto a Estrada do Colono foi feito apenas um relato da situação, sem ações via Projeto ou Rede Gestora a ser tomada. criação do GT do Seminário, responsável pela sua organização. a próxima reunião ordinária local Sul foi marcada com o indicativo de acontecer na Itaipu e não no PNI. na avaliação final da reunião foi destacado a motivação do grupo em dar continuidade aos trabalhos, foi elogiada a forma de condução da reunião (ferramentas e moderação)</p>	<p>apresentação do histórico do processo aos novos atores que estavam na reunião demonstra a relação processual do trabalho. A falta de entendimento sobre a responsabilidade de gestão do Corredor Santa Maria (um corredor ecológico), reforça a fragilidade do instrumento, o qual não encontra eco nem dentro da própria instituição que o criou. utilizar a estrutura da Rede Gestora (potencial político institucional) e a questão da escala ampliada do Corredor como "apelo" na tentativa de forçar governo e empresa para que cumpram o estabelecido no licenciamento demonstra a intenção da Rede em apoiar ações de intervenção local (no plano executivo). a criação de um GT demonstra certa capacidade organizativa da Rede Gestora, a qual encaminha os assuntos complexos e ao mesmo tempo divide a responsabilidade da execução da ação proposta. o GT do Seminário assume sua organização junto a equipe do Projeto que, por sua vez, acolheu a deliberação da Rede em mudar o local do Seminário de Diamante do Norte para Foz do Iguaçu.</p>



ano	etapa do planejamento	data da reunião	local da reunião	tipo de reunião	pauta	principais encaminhamentos	apontamentos da observação direta das reuniões
		05 de setembro	Icaraíma, PARNA de Ilha Grande (ICMBio)	ordinária local Centro-Norte	<p>I. Boas Vindas (PARNA Ilha Grande);</p> <p>II. Apresentações;</p> <p>III. Panorama do Corredor (Projeto PDA 445-MA; e projeto FUNBIO); e breve relato da reunião da porção sul;</p> <p>IV. Agenda porção centro/norte;</p> <p>- apresentação Unioeste;</p> <p>- ações da rede gestora (Plano de Gestão Bioregional);</p> <p>V. Assuntos gerais</p> <p>VI. Encerramento e encaminhamentos da reunião.</p>	<p>Criação do GT do Mosaico para pensar estratégias de viabilidade para criação de um mosaico de UCs na área prioritária 06 ou com outras UCs; a apresentação da pesquisa sobre monitoramento pesqueiro motivou o resgate das instâncias de discussão sobre pesca na região, criando um fórum com instituições e representação de pescadores para voltarem a discutir a gestão pesqueira (defeso e etc). aproximar os contatos entre a UNIOESTE e o Projeto Marco para compartilhamento de informações e ainda da UNIOESTE com a Prefeitura de Naviraí, para desenvolver ações conjuntas, quem sabe estabelecer termo de parceria para trabalhos no rio Amambai. consultar Itaipu sobre aprovação do Projeto que foi enviado pela Unioeste. foram feitos ajustes e complementos no Plano de Gestão Bioregional da porção centro-norte (ver na memória as ações). Buscar meios para aproximar o Parque Nacional de Ilha Grande com o Parque das várzeas do rio Ivinhema. no momento de capacitação das reuniões da Rede Gestora, sempre buscar uma apresentação das pesquisas realizadas na região, a exemplo da UNIOESTE, sendo objetiva e produtiva. verificar o andamento do Projeto de Turismo de Barco saindo de Porto Rico até o PEVRI, projeto encaminhado ao IMASUL pelo COMAFEN. articular com o GreenFarm um dia de campo por barco no Rio Paraná (estendendo um dia a mais a próxima reunião).</p>	<p>A porção centro-norte avançou com seu Plano de Gestão Bioregional, estabelecendo ajustes e detalhamento de cada ação, chegando ao nível de definir responsáveis e prazos. A apresentação da pesquisa foi bem vinda na reunião, a qual gerou ações novas no contexto do Corredor (com a indicação de novos temas a serem tratados), da mesma forma que consolidou parcerias para o desenvolvimento de ações em conjunto, fato que demonstra a concretude do potencial de articulação da Rede.</p>

ano	etapa do planejamento	data da reunião	local da reunião	tipo de reunião	pauta	principais encaminhamentos	apontamentos da observação direta das reuniões
		26 de novembro	Foz do Iguaçu, Itaipu Binacional, Refúgio Bela Vista	ordinária local SUL	1) Boas Vindas; 2) Apresentações; 3) Retrospectiva Projeto FUNBIO (passos dados e eventos do projeto); 4) Gestão Financeira (Silvio/Erick) 5) Oficina de Projetos (expectativas) 6) Projeto Marco (Marcos Nogueira); 7) Plano de Gestão Bioregional (andamento, pensar “como”) 8) Informes/atividades - Corredor Santa Maria (IAP/ICMBIO/Anglo) - Curso Agroecologia/SAF (Jefferson) - Banco de dados/ Plataforma - Seminário	Re-apresentação sobre consórcios intermunicipais na reunião do conselho do PNI, com vistas a implantação de um consórcio para região do Parque. Ajuste do PGB sobre a ação do curso de elaboração de projetos, em conversa ficou consensuado de que não se precisa de um curso, mas de ações de agenciamento de Projetos daquelas instituições que tem dificuldade em aprovar projetos (assessoria técnica mediante demanda). Projeto Marco, será realizada uma reunião entre as equipes das duas iniciativas para alinhar informações e perceber possibilidades de articulação que venham potencializar cada iniciativa de forma conjunta e aproximar a equipe do IAP que faz parte do Projeto Marco. foram feitos ajustes e complementos no Plano de Gestão Bioregional da porção centro-norte (ver na memória as ações), conforme aconteceu na reunião centro-norte. Houve a sugestão de realizarmos um curso de restauração florestal, em atendimento a meta do Projeto Funbio relacionada às ações da temática de conservação do Plano de Gestão Bioregional. envolver o Parque do Iguaçu na discussão de criação dos sítios RAMSAR. fomentar junto a Reserva da Biosfera a realização de um Seminário ampliado sobre Corredores, Mosaicos e Reservas da Biosfera.	Seguindo as metas de capacitação previstas no Projeto, a primeira parte da reunião local contou com a apresentação sobre gestão financeira e a perspectiva de gestão territorial por meio dos consórcios intermunicipais. A apresentação do balanço das atividades do Projeto demonstra transparência. a presença do coordenador/ponto focal do Projeto Marco demonstra que a Rede está sendo um espaço legítimo e importante do ponto de vista de instituições externas. ajustes e consideração no PGB ressalta o caráter processual do Plano, sendo trabalhado na medida da atuação da Rede e de seus membros. a proposição do curso de restauração florestal foi acatada pela equipe do Projeto, fato que sinaliza autonomia da Rede em relação a definição das ações do Projeto FUNBIO/TFCA. algumas ações estão ganhando escala para fora do Corredor, como é o trabalho na Bacia do Plata (via projeto Marco) e a articulação com a Reserva da Biosfera para realizar um seminário em âmbito nacional sobre Corredores e Mosaicos.

ano	etapa do planejamento	data da reunião	local da reunião	tipo de reunião	pauta	principais encaminhamentos	apontamentos da observação direta das reuniões
		28 de novembro	Diamante do Norte, ESEC Caiuá (IAP)	ordinária local Centro-Norte	<p>I. Boas Vindas (ESEC Caiuá);</p> <p>II. Apresentações/recados e retrospectiva FUNBIO;</p> <p>III. Gestão financeira (consórcios e APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná)</p> <p>IV. Mosaico (referências e oficina)</p> <p>V. Oficina de projetos (expectativas) – o que queremos</p> <p>VI. Informes gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Curso SAF/Restauração</li> <li>- Exóticas</li> <li>- Banco de dados</li> <li>- Corredor (PR)</li> <li>- Seminário (articulação com a reserva da biosfera)</li> </ul> <p>VII. Encerramento e encaminhamentos da reunião.</p>	<p>Após a apresentação dos consórcios surgiu a intenção em estudar a possibilidade de se criar um consórcio entre os municípios que possuem relação com a ESEC do Mico-leão-preto, com uma primeira reunião com os técnicos das prefeituras e da UC junto com o pessoal do CORIPA e COMAFEN e depois uma reunião de cunho político, com os prefeitos. Outro ponto encaminhado é a tentativa de fomentar uma articulação com o CONISUL, apresentando a experiência dos consórcios paranaenses. o GT do Mosaico apresentou alguns resultados do seu trabalho e fez uma problematização em plenária para levantar informações sobre as intenções de se criar um mosaico dentro do corredor, contudo não se percebeu um bom momento para se criar um mosaico na região, é preciso amadurecer a ideia, considerando que ele será uma nova estrutura de gestão que pode tanto contribuir com a gestão das UCs, como se tornar um fardo. foi encaminhado que ao invés de criar um mosaico serão fortalecidos os laços do NGI do ICMBio com as prefeituras, outras UCs e universidade, via termos de reciprocidade. também será buscado (via GT) outras experiências de mosaicos para verificar sua viabilidade. em relação ao curso de Projeto seguimos com a mesma proposta do pessoal da porção sul do Corredor, a de prestar assessoria técnica em elaboração e agenciamento de projetos mediante demandas pontuais dos membros da Rede Gestora (com exceção da prefeitura de Naviraí, que pretende amadurecer a ideia de fazer um curso). a equipe do Projeto Funbio irá apoiar o GT criado no conselho do PEVRI na elaboração da proposta de Plano de Ação para o Parque; avançar na elaboração de um termo de reciprocidade entre o ICMBio e o IMASUL, articulando uma reunião na gerência do IMASUL; Fomentar discussão sobre o ICMS Ecológico em SP; será feita uma sistematização das ações conjuntas já realizadas entre o PNIG, APA e os Consórcios, bem como das ações do NGI, na tentativa de termos um histórico do processo documentado.</p>	<p>O GT do Mosaico apresentou o resultado do seu trabalho e promoveu um momento de reflexão em plenária, o que demonstra um uso adequado da ferramenta de GT, onde ele levanta informações e desenvolve ações, contudo a decisão é tomada no grande grupo ou seja, em plenária pela Rede. essa reunião teve um número significativo de encaminhamentos, talvez possa ser um indicio de incremento na atuação da Rede, bem como, de afirmar seu papel de apoio às ações das instituições que a compõe. na avaliação realizada surgiram indicativos como: ampliação de horizontes com a atuação junto à Rede; a identificação "do outro" no contexto do território "estamos tão perto e ao mesmo tempo tão longe"; a motivação em voltar para as atividades diárias depois da reunião da Rede; "O encontro da rede agrega muita coisa para a gestão das UCs, amplia o leque e traz novas experiências. É importante e necessário enxergarmos o que está acontecendo a nível regional"</p>

